ENSAIOS E ESTUDOS
DE
PHILOSOPHIA E CRITICA
POR
TOBIAS BARRETTO DE MENEZES
Lente catedrático da
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
2.ª edição correcta e augmentada

Bacias, 9 de Novembro de 1896

PERNAMBUCO
Editor
JOSE Nogueira De souza
1889
# Índice

| I. A ciência da alma, ainda e sempre contestada | 4 |
| II. Sobre um escrito de A. Herculano | 47 |
| III. Auerbach e Victor Hugo | 91 |
| IV. Socialismo em litteratura | 113 |
| V. Uma excursão de dilettante pelo domínio da ciência bíblica | 121 |
| VI. Sobre David Strauss | 152 |
| VII. Misérias do imperio e sua corte | 161 |
| VIII. O príncipe de Bismarck e o visconde do Rio-Branco | 167 |
| IX. A ultima carta de Victor Hugo ao congresso de Genebra | 172 |
| X. A Musa da felicidade | 177 |
| XI. As flores perante a industria | 183 |
PROLOGO

Os Ensaio e Estudos de Philosophia e Critica foram publicados pela primeira vez em 1875. O livro ficou, marcando uma nova era para as letras brasileiras; o seu autor foi adiantado, publicando depois os Menores e Loucos, os Estudos Allemães, os Ligeiros traços de literatura comparada, as Questões Vigentes.

Hoje aparecem novamente os Ensaio e Estudos, não por vela de valhade, mas como precioso documento do nosso desenvolvimento intelectual.

Verá o leitor que o primeiro livro de Tobias Barreto não é uma Atlântida, que sumiu-se com os annos como tantos livros, cuja instanciade de sucesso está na ração directa do febrei entusiismo por eles provocado no momento, em que aparecem; verá que os Ensaio e Estudos perduram como manifestações de um espírito superior, que no domínio da crítica não se alimenta somente das faltas dos contemporaneos, mas que sabe forjar as portas do futuro, elevando-se a essas alturas do pensamento, onde respira-se sempre um tão delicioso perfume de vitalidade.

Além dos estudos sobre A scienza da alma, Um escripto de A. Herculano, Anobice e V. Hugo, Socialismo em litteratura, Uma excursão de dilettante pelo domínio da scienza bôlica e A nova da felicidade, os Ensaio contém presentemente mais os seguintes artigos: Sobre David Strauss e A ultima carta de Victor Hugo no
congresso de Genebra, publicados em 1874 no *Signai dos Tempos*, *Miserias do imperio e sua corte* e *O príncipe de Bismark e o visconde do Rio-Branco*, dados à luz em 1875, na *Comarca da Escada*, *As flores perante a industria*, edictado em 1883 pelo *Industrial*.

Todos estes trabalhos, aparentemente sem ligação entre si, publicados em jornais e revistas diferentes, acham-se ligados uns aos outros, apesar da diversidade dos assuntos, pelas qualidades personalíssimas do autor, pela penetração do pensamento, pela franqueza brutal da crítica, pelo encanto da forma inpecável e, sobretudo, por essa mecanica de espírito, que domina todos os seus trabalhos e faz com que Tobias Barretto no meio de todos os seus ódios e sympathias, de todas as suas repugnâncias e preferencias, não se pareça senão consigo mesmo.

A segunda edição dos *Ensaios e Estudos de Philosophia e Crítica* vai ser um precioso documento para a historia da nossa literatura como medida do nosso desenvolvimento intelectual.

« Um livro é, como já disse alguém, mais do que a obra de um homem, e a leitura de muitos. »

*Arthur Orlando.*
ENSAIOS E ESTUDOS
DE
PHILOSOPHIA E CRITICA

I

A sciencia da alma, ainda e sempre contestada.

E' visivel o torpor, e poderia dizer— a inanição completa do velho espiritualismo cartesiano-catholico. Negal-o!... Só por effeto de fatua ligeireza, ou de céga rebeldia contra a soberana autoridade dos factos. As doutrinas de Cousin e Jouffroy estão exhaustas. As ultimas producções dos pensadores, filiados nessa escola, são de uma extrema e lastimavel fraqueza. (1)

Não ha mistério de longo esforço, nem de medir com a vibta todo o horizon do mundo philosophico, para pôr esta verdade a salvo de qualquer duvida. Basta por ora limitar-me á França, com alguns de seus philosophos, nos tempos derradeiros. Diante de uma vasta literatura, o que ha de mais dificil, é o trabalho da escolha.

Eu abro casualmente o livro, abaixo mencionado, e leio n'elle um artigo interessante sobre o estado actual da psychologia, seu metodo e seus resultados; o que tudo soma uma defeza em regra dos direitos da alma humana. E bem que nesse escripto não se achem resumidas, christalisadas, todas as razões e allegações habituales, contudo

(1) La science de l'Invisible... par Charles Levêque.
elle ministra uma excelente ocasião, para tomar-se o pulso do systhema decahido.

A mesma sinceridade que o caracteriza, equivale a um desnudamento do corpo cadavérico de pobres teorias, cuja terminação se me antoixa inevitável. Se ahí nem sempre deixa-se admirar o philosopho seguro em suas ideias, nunca desaparece o homem convencido, a inteligencia vivida e luminosa.

Qualquer porém que seja a sympathia conquistada pelo talento do autor, eu não vejo, — e sinto dizê-lo, — não vejo que a sua causa possa contar uma victória de mais. Não é a sciencia, o que falta ao notavel escriptor, — é simplesmente a razão.

Quem negaria a Levêque as bellas qualidades de um grande e elevado espírito? Entretanto as suas armas se mostram impotentes ante a força superior de uma sciencia mais desembaraçada e livre dos prejuizos em voga.

O espiritualista ha de ainda, longo tempo, achar echo no fundo obscuro da ignorancia geral. Não é menos exacto que a philosophy corre o risco de tornar-se uma causa pouco séria e indigna de atenção, se persiste em suscitar e resolver do mesmo modo as questões do costume.

I

O autor do escripto que nos vae ocupar, é um dos órgãos eminentes da philosophy francesa. Discípulo de uma escola, que defende e representa as tradições cartesianas, Levêque está convencido do triumpho completo desse systhema.

E para ver o modo sobranceiro, por que elle se pronuncia. A crê-se em sua palavra, a doutrina espiritualista oferece todos os caracteres de força e vivacidade: — tem resistido aos seus adversários; tem sido fecunda em produzir pensadores e obras importantes.

Mas bem me quer parecer que o autor se paga
de uma ilusão. Releva, antes de tudo, advertir que o espiritualismo francês deste século não começou resistindo, porém combatendo. O que interessa mostrar, não é, se elle deixou de ceder o passo a qualquer adversário; mas se de facto pôde rechaçar o terreno já ocupado.

Em outros termos, e para exprimir tudo de uma vez, é sabido que Cousin dedicou esplêndidas lições à refutação dos systemas que se lhe oppunham. Sabe-se ainda que todos os seus discípulos sempre pugnaram com igual empenho, em pród da mesma causa. Taes são os factos; o que provam elles? Quasi nada. O sensualismo deu-se por acabado? O materialismo convenceu-se de absurdo, e tomou silencioso a direcção do olvido? Onde pois os títulos de glória dessa philosophia, que se diz a salvadora do genero humano?

O que Levêque chama fecundidade, bem se poderia chamar impertinência. Em rigor, o espiritualismo não é uma doutrina fecunda; — é uma doutrina facil. Isto explica a sua abundancia e riqueza de productos. Os pensadores e as obras que surgiram nos últimos cincoenta annos, na patria de Descartes, são de um alcance muito limitado. O numero é prodigioso; mas o fundo é quasi nullo e insignificante.

Não cessaram de gýrar no circulo estreito do senso commun, proclamado, parvamente, juiz irrecursivo em materia philosophica. Tambem não me parece prova de vigor e uberdade, sanctioned os preconceitos correntes, em nome da logica, mal empregada, e da razão, mal definida.

Não quero porém insinuar que se negue o mérito real de certas paginas, unicas proveitosas, que se encontram nos livros da celebre escola. Pelo contrario: se alguma cousa me pesa, é o ver-me obrigado no interesse da verdade, ou do que tenho por tal, a ser severo com aquelles, em cujas obras pude haurir, pelo menos, a paixão deste genero de estudo.
Quais são presentemente os dados inegáveis da ciência da alma? Eis aqui uma questão simplíssima, que sendo entretanto sériamente resolvida, poria à descoberto as pretenções infundadas da escola espiritualista.

Com efeito, é para admirar fenômeno tão estranho: — desde Sócrates até os nossos dias, a consciência humana tem sido interpelada, e todas-as suas respostas ainda não enchem meio folha de verdades. Não basta reconhecer e alargar a existência dos fatos internos. Eu creio que ninguém os contesta, como tais. Elles fazem parte da vida; — elles são a vida mesma.

Quem foi que já sustentou que o homem não sente, não quer, não pensa?... A questão acha-se longe e muito longe desse ponto.

Levou-se deu-se o trabalho de repetir, por sua vez, que a psicologia é possível, porque ella ocupa-se de fatos evidentes, posto que distintos dos fatos sensíveis. E' um defeito habitual a todo espiritualista, o de julgar-se obrigado a não discutir assumto philosophico, sem uma introdução de ideias muito vulgares, que não trazem luz para o debate.

Ha indícios de que o nosso autor não pegou o problema n'aquella altura, em que o colocaram as escolas crítica e positiva.

O método aplicável a qualquer ciência, incumbida de estudar e explicar uma ordem de fenômenos, se resume em duas operações: — observar e induzir. Os fatos da vida interna podem ser observados, de um modo capaz de fornecer matéria scientifca? Para os que afirmam, não ha dificuldade em provar que a consciência nos dá o conhecimento do mundo interior, da mesma forma que os sentidos nos franqueiam os domínios do mundo
externo. O que em ultima analyse quer dizer so-
mente que a consciencia é a consciencia. Mas isto
é pouco.
Resta sempre a saber, se quando o homem se
volve sobre si mesmo, para observar-se pensando,
encontra realmente o que procura. Carrega-se de
sombra o aspecto da cousa, desde que, no exercicio
da observação interna, não é só o testemunho da
consciencia que se invoca, mas tambem o da me-
moria. De ordinario, os psicólogos deixam de
lado o que diz respeito a esta faculdade, quando
fallam do instrumento de suas analyses. Entretanto,
é ella que pertence a maior parte da em-
preza psychologica.
Eu me explico. Para melhor conseguirlo, vou
suppor que pela primeira vez tento hoje entrar no
fundo de minha vida intima. Lá chego; a quem
me dirijo? A consciencia me afirma que, nesta
hora, eu medito para escrever; que sou eu mesmo
que manejo uma pena; que tenho sensações, per-
cepções de varios objectos; que sinto-me vivendo,
querendo, praticando um acto proprio... tudo isto
agora, no correr de um rapido instante... É dizer
ja muito; — mas nada importaria, se não fosse o
auxilio da memoria.
Por que meio saberia que sou capaz de sentir
dordes e prazeres de diversas ordens; e que tenho
outras faculdades, nenhuma das quais, presente-
mente, se acha em exercicio? O senso intimo, em
si mesmo, é semelhante a um belo céo do sol-posto,
oilhado de repente: vêem-se apenas umas quatro
estrelas. Porém o numero augmenta, à proporção
que melhor se encara, e após instantes fulguram
aos mióios. Tal é o espectaculo dos factos sub-
jectivos, que a memoria traz á tona do lago interior.
Mas ninguem poderia assegurar que ella os re-
voque inteiramente, com todos os seus primitivos
caracteres. Não é tudo. A exacta observação dos
phenomenos psychicos tem ainda de adverso uma
outra circumstancia. O mister da memoria não é
mais que repetir na consciência a noção de qualquer facto espiritual.

Temos pois o acto simplesmente mnemonico, suscitando o acto de percepção interna, relativo a um terceiro acto, que é o fenómeno estudado.

Sobram razões para desconfiar-se deste processo de três grãos.

Dir-se-há talvez que se pode de novo recorrer à observação imediata, reproduzindo o facto que se pretende estudar. É este um dos mais cegos enganos, em que labora a psicologia espiritualista. Ela deixa-se influir demasiado pela falta de pretenção de também se basear na experiência; quando é isso justamente o que lhe falta, e sempre faltará-lhe, para dar aos seus achados uma sancão valiosa.

A experiência, — todos sabem, — tem por fim verificar que os fenómenos existem, — sim ou não, — taes e quais nos aparecem. As ciências físicas põe a seu serviço os órgãos dos sentidos; sendo que ainda se lhes achegam aparrelhos especiais. Desta vantagem não goza a psicologia.

Por mais que digam os descendentes de Descartes, a consciência não pode dar a ultima palavra sobre o que realmente se passa no fundo da vida moral.

Não afirmarei, com Augusto Comte, que a posteridade fará da psicologia um assunto de comédia. O que nada teria de estranhável; — visto como, depois de Aristófanes, já déra Moliére a prova de que também na scena se fustigam as tôlices dos philosophos.

Porém há serios motivos de lançar em dúvida a eficácia do meio empregado, para o homem conhecer-se de um modo objectivo e científico. É fácil ao físico, embebidlo no estudo do mundo corporeo, assegurar-se de uma lei, por força de experimentos que varrem lhe do espirito a mais ligeira nuvem de hesitação. Elle tem ante os seus olhos diversas sereias de cousas; as quais são o
que são, e se mostram desta ou d’aquella maneira, porque tal é a sua natureza, sem o menor concurso da vontade humana.

A posição do psychologo é diferente. Colocando-se em face do — eu — nis e solitario, nunca pode tomar a verdadeira attitude de um observador. A razão é clara e simples. Para que a alma fosse de certo um objecto de estudo, seria mister principiar por vê-la em seu estado natural, entregue a si própria, seguindo somente a marcha trazida pelas leis de sua existência. Mas isso fora impossível; e irrisório, pretendelo-o.

Por quanto, nesse estado, unico em que a alma podera objectivar-se, o que ha de mais saliente, é o eclipse mesmo do senso intimno, a quem, aliás, se toma por órgão infallível da observação.

Nem se julgue que o exemplo do sonho seria capaz de derrumar aqui luz em contrario. E certo que algumas vezes, durante esses phenomenos, aparece uma sombra de reflexão, protestando surdamente contra aquillo que cremos ver ou sentir. Isso porém serve apenas para atestar que, em taes occasioes, não ha somno perfeito. Quasi sempre, a consciencia cae no logro; demonstrando em todo caso, que ella não passa além de si mesma, que ella é o seu proprio e unico objecto.

III

Eu disse que a memoria intervém largamente na observação psicoligica. Importa acrescentar que a imaginação não é menos aquinhoada.

Não ha phenomeno mais vulgar, do que ver o psychologo entrar, como elle diz, no fundo de seu ser, afim de buscar a base de todo o conhecimento humano. Neste intuito, é natural que elle simule duvidar de tudo, excepto o pensamento. Pelo menos é este o sentido do famoso, bem que esteril, cogito ergo sum.

Tenhamos porém coragem para proclamar-o
desde já: estas fórmulas vassas não aguentam uma análise severa. É preciso dispersar os nervoeiros, que ainda se acumulam nas alturas culminantes da especulação sincera e desinteressada. De minha parte, estou persuadido que o século não chega a escorar-se de todo, sem que, do seio mesmo da França, se levante um protesto decisivo, absoluto, contra a pobre philosophia de Descartes e seu exagerado, imerecido renome.

A dúvida methodica, ensinada por este director do pensamento philosophico francez, é o ponto de partida repzado da psychologia actual. Mas não passa de um jogo de palavras, que pode fazer fortuna, através de dois séculos, baldos de senso crítico.

De certo, o que vem a ser uma dúvida, aconselhada ao homem, como regra de direcção mental? Admira que os psychologos professos não tivessem reparado, uma só vez, no dislate do preceito cartesiano.

Não dúvida, quem quer, e somente porque o quer. Porém só a vontade é capaz de praticar uma regra que se lhe impõe. Diante desta anomalia, os resultados excentricos, burlescos, não se fizeram esperar.

Os philosophos, todos crentes como o geral dos homens, deviam imaginar estados e situações inexistentes. A força de phantasiar combates e terremotos do mundo interior, ha exemplos de acabar-se por apresentar a pintura de uma alma especial, que não é irmã da nossa alma.

Ninguem, mais do que eu, rende homenagem ao talento de Jouffroy. Todavia, não me eximo de dizer: — este grave pensador enganou-se a si próprio e aos seus compatriotas, n’aquela viva e tragica descrição da perda de suas primeiras crenças. Raros serão os que não saíram de cér esse pedaço, uma das páginas mais lidas da literatura contemporânea.

Jouffroy nos fala de uma noite memorable, na
qual se rompeu o véo que lhe occultava a sua incredulidade. Como todos os bons poetas, o filósofo não se esqueceu de fazer a natureza realçar o interesse do drama psíquico, pela presença de algum dos seus mais belos objectos. Era a lua meio velada de nuvens e acalmando, por intervalos, as vidraças frias da camara estreita e nua, onde o filósofo scismava.

«As horas da noite se escoavam, diz elle, e eu não dava por isso; — com anciade seguia o meu pensamento, que, de leito em leito, descia para o fundo de minha consciência, e dissipando uma após outra, todas as ilusões que tinham-me até então roubado a vista dela, tornava as sinuosidades interiores cada vez mais patentes e visíveis.»

Busquemos nós agora a substancia disto. O pensamento do filósofo não podia, como está descripto, imergir no funo da consciencia, senão sob as formas determinadas, por que elle se manifesta. Um pensamento vago, indefinido, que não é uma série de juízos ou raciocínios e argumentos em geral, ninguém admitirá que tenha força de destruir qualquer ordem de crenças.

Quaes foram pois as razões que, perante a consciencia de Jouffroy, derribaram naquella noite os prejudicios de sua educação? Porque meios cessou elle de crer nas respostas decisivas que a religião dava às questões, pelas quaes o homem mais se deve interessar?

O psicologo romântico incumbio-se de suscitar, para o futuro, no espírito de algum leitor, menos accommodavel, a urgencia destas perguntas.

Foi elle quem nos disse que as convicções destruídas pela razão, só podem ser levantadas por ella mesma.

Ora, a razão tem os seus processos regulares de atacar o erro, e mostrar as partes fracas de uma doutrina: — chama-se argumentos. Não se imagina que uma crença, uma opinão, ha longo tempo alimentada, possa ser abatida pelos esforços da
razão, senão mediante operações intelectuais, capazes de convencer-nos da fraqueza de nossas ideias anteriores.

Aqui está porém o que parece extraordinário e provocador de justas observações. O philosopho, a quem approve pintar tão vivamente a derrota do seu primitivo estado moral, não nos deu a conhecer um só, sequer, dos motivos racionaes desse grande acontecimento. Ela afirma que a sua razão derrocou as suas convicções de out'ora. Quero crer que assim fosse; porém, — ainda uma vez — por que meios?

Esse pensar irresistível, «de leito em leito se afundando na consciência», deve significar um trabalho de raciocínio em rebater e atugentar preconceitos. De outro modo, seria uma expressão metaphorica e sem alcance; a qual, em tão grave assunto, importaria um contrasenso.

Adianto o philosopho assegura que a inflexível corrente do seu pensamento era mais forte que todas as suas crenças e recordações. A despeito de tudo, o exame prosseguia mais obstinado e mais severo, ao passo que se approximava do seu termo, e só esbarrou, quando chegou à atingil-o. «Eu conheci então, acrescenta o escraptor, que no fundo de mim mesmo nada mais havia que estivesse de pé.»

Mas porque não quiz Jouffroy depor nos seus escritos uma parte, ao menos, desse exame poderoso que acabou por extinguir a sua fé? Como se admite uma pesquisa de tal natureza sem um reforço de ideias novas, que o philosopho oppuzesse às suas primeiras convicções?

Eu bem sei que de um dia para outro se pode perder uma crença, independente de motivos claros e ostensivos. Não é também menos certo que, nesses casos, ninguém nos virá dizer que a sua fé foi apagada pelo sôpro de sua razão. Eis tudo.

Concluimos: Jouffroy cedeu ao impulso de uma imaginação morbida e sombria.
Observando-se a si mesmo, idealizou o estado de dúvida que o cogito, ergo sum impõe, mais ou menos, aos seus ingênuos seguidores. Deste modo chegou a ter-se na conta de um sceptico perfeito, a quem só restava o prazer de levantar de novo com os dados da razão o que ela propriamente havia derrubado.

A verdade é que o philosophe nunca se achou de facto nesse estado meretricio e tenebroso. Tudo aquillo, eram raios de phantasia colorindo tristemente a consciencia do psicologo. E há de se pensar em questão a sua sinceridade. O mais illudido, ou para dizer francese, o maior dupe da optica psychologica, foi Jouffroy mesmo. Porém julgo censurável a leveza dos que transcrevem a todo proposito essa pagina litteraria, não reparando bastante na inversosimilhança da cousa.

Entretanto era uma questão mui simples e natural: — se Jouffroy perdeu a fé, meditando e descobrindo a fragilidade das suas bases, onde existem expendidas as razões que deram nova direcçao ao seu pensamento? Ninguem ha que saiba dellas; — e é isto o que parece-me digno de nota.

Quando uma vez o bispo Dujapou recitou aos seus fieis essa pagina, que embora Vacherot qualifique-a de immortal, não sel-o ha de certo mais do que o foram as melancholia de René; — quando uma vez, repito, abrio a diante dos seus fieis, para dizê-les em tom de triunfo: — vé se como são amargos os fructos da philosophia! — o rhetorico francese cabio tambem no maior dos desacertos.

Não vou que a philosophia nada tem de comum com os devaneios romanticos de espiritos afectados da doença moral de uma epocha! O grande prelado exultou em vão; não são esses os verdadeiros fructos da philosophia: — ella não é respon-savel pelos sonhos e deliquios passageiros de uma escola litteraria.
IV

Com o exemplo referido, eu quis provar que a consciência não é sempre interprete fiel do mundo interior. Aparece uma ou outra sombra imaginária, que vem alterar os resultados da observação.

Quanto à experiência, que se diz poder ser feita dos fenômenos internos, é ainda efeito de um engano, pôs o notado. Não contesto que se possa repetir, em forma de experimento, o exercício de certos factos ordinários, como o juízo, o raciocínio e outras operações da inteligência. Não contesto que seja possível executar um movimento orgânico, para assegurar-se do imperio da vontade.

Mas isto é o que se chama experiência psicológica? Tanto valerá dar o nome de experimental à uma astronomia, exercida unicamente nos primeiros mundos de papel, com horizontes de latão, ou à uma botânica estudada em flores de céu.

Eu observo, pela primeira vez, o encontro fortuito de dois corpos. São, por exemplo, um ácido e uma base, que reanidos produzem um sal. Este facto me surpreende. Busco vê-lo mais attentamente; — e combinando corpos da mesma natureza, em proporções iguais, obtenho sempre o mesmo resultado. Eis aqui a prova real da experiência.

Vejamos agora a hipótese. Pela primeira vez também, sinto-me preso de um forte entusiasmo, ou de uma cholera estranha. E’ um fenômeno que passa, — ficando apenas na memória alguns vestígios raros, como plumas que uma aguia arrebatada deixasse cair com a sua sombra na superfície de um lago. Quero porém observar o facto mais de perto, e sujeitar-o á força probante da experiência repetida. Pode-lo-me conseguir? Tal é o problema; — e firmar-o nestes termos, unicos razoáveis, é declarar o insoluvel.
Nem se diga que a psicologia não tem a seu cargo entrar em detalhes sobre pontos isolados, limitando-se ao estudo dos fenômenos gerais. Ninguém concebe uma sciencia, dita experimental, que pouha de lado, sob o pretexto de raridade, negócios da sua alçada.

Não sei se a psicologia é bastante modesta para restringir-se a uma simples descrição das potencias do espírito; e dado que o seja, creio que mesmo assim, não atinge o seu desideratum.

As faculdades até hoje e desde há muito conhecidas terão exgotado as riquezas potenciaes da alma humana? Seria admirável haver quem o afirmasse. Porem como penetrar nesses tesouros ocultos, entranhados no fundo da vitalidade organica, por meio da consciencia?

Já ia me esquecendo que a philosophia espiritualista não admite estas ideias. Para elle, sendo a alma uma substancia unida, mas separavel do corpo, a consciencia é capaz de observal-a em toda a sua plenitude e essenciaes elementos. Nada escapa ao vivo olhar interior, quando aplicado com atençao e persistencia. E a crença geral da celebre escola. Mas eu quisera que me dissessem, quae são as grandes e fecundas descobertas, devidas á tantos e tão pertinazes sondadores da alma!...

Abre-se qualquer dos mais novos tratados de psicologia, e nelle encontra-se tudo aquillo que a consciencia do psicologo pode attestar-lhe sobre as cousas do espírito. Mas... meu Deus, como são poucas estas cousas! Por mais que m’o assegurem, não posso ver em semelhantes quadros psychicos a exacta imagem do mim mesmo. Acho aqui apenas a analyse incompleta de um numero de peças, as quaes, sendo juxtapostas, não fazem uma alma humana.

Saber que temos quatro, ou cinco faculdades, nomeadas taes e taes, em cujos districtos unicos se accommoda tudo o que somos, tudo o que pos-suímos de mais nobre, como homens,... oh!...
seria um achado prodigioso, se não fosse um pro-
digio de illusão.

Volvamos as vistas para o nosso autor. Segundo
afirma Levêque, a psicologia tem induzido leis e
reconhecido causas, que são outras tantas verdades
adquiridas. Sem duvida, o philosopho vêr-se-hia
embaraçado para dar nos uma prova de tão estranha
asserção. Convém que se examine, quaes são as
leis e as causas indicadas pela sciencia do es-
pirito.

Seria singularmente burlesco attribuir esse ca-
racter ás faculdades que se diz existirem no
homem.

Não cabe á psicologia a menor menção de
honra, por haver descoberto cousa alguma neste
sentido. Fóra da certeza de uma intelligencia e de
uma vontade, só ha lucta, ignorancia e controversia,
quanto ao mais. No seio mesmo do espiritualismo,
chegou-se a tirar do ser pensante a sensibilidade,
para dal-a ao corpo. Ainda contesta-se a força
motriz, na qualidade de potencia psychica, distincta
da faculdade de querer.

Supondo a sciencia da alma uma especie de
contraparte da anatomia descriptiva, nenhuma lei
pode haver senão no sentido de fazer-se extensivos
á todos os espíritos os resultados de observações
individuaes.

Mas foi a psychologia quem primeiro demons-
trou que todos os homens teem as mesmas pro-
riedades constitutivas do que se chama — alma
humana? 

E uma creença vulgar, tão profunda, quanto
velha. Nenhum psychologo pode orgulhar-se de
tel-a suscitado, nem ao menos tortalecido.

Aquí tocamos em um ponto, merecedor de es-
special atençao. A pretendida sciencia deve ter
uma historia de sua origem, de sua marcha e seus
progressos. As grandes descobertas scientificas
lembram sempre os grandes homens por quem
ellas foram feitas. Seria pois mais que muito apre-
ciável, que se nos dissessem os mistérios definitivamente revelados na ordem psicológica, e os nomes dos seus reveladores.

Não é tão fácil, como talvez se presume, indicar os títulos de glória atribuídos aos Platões e aos Descartes, em virtude de quase que achados importantes do mundo — interior, que tenham, como tais, permanecido no cofre do saber humano.

Não se cria uma ciência, — é preciso observar, — dando-lhe somente um método e um ponto de partida; maxime, quando ambos desafiam e provocam a impugnação. Previno assim que me tragam pela frente o aborrecido — Je pense, donc je suis, insípida bagatela, com que a França, há tanto tempo, tem gasto inutilmente a sua seiva filosófica.

O espiritualismo parece não possuir-se da importância actual da questão, desde que, para resolver-a, ainda lança mão dos mais pobres argumentos. Nada aproveita allegar que «há fatos invisíveis, intangíveis, fora do alcance do escalpelo e do microscópio, mas, entretanto, reais e observáveis». Nem também atinge-se o alvo, increpando os adversários, por crerem somente no que se vê e no que se toca.

E uma acusaçãode demasiado frívola, que deve ficar esquecida. A invisibilidade da alma pode ser para muitos uma boa razão contra a psicologia, não é porém uma razão peremptória. Acresce que seria hoje baldado vir apresentá-la, quando existem homens sábios, que não recuam de pensar diversamente. O padre Gratry, por exemplo, chegou à véra alma dele mesmo; e declarou-o com toda a lihanza de que dispõe um teólogo e um filósofo, adicionado a um cristão fervoroso. (2)

Acredite quem quizer; — o certo é que nin-

(2) Connaissance de l'âme... p. 1, 228 e seg. Troisième édi-
tion.
guem deve se arrojar o direito de zombar da visão psychic da illustre padre; atendendo que ele tem de seu lado o exemplo de santos, ou ainda melhor, o de santas, a quem foi tamanha graça permitida. Só uma cousa nos resta: é pedir ao grande oratoriano, ou à qualquer outro personagem, a indicação dos meios empregados para realizar tão alta experiência.

Bem sei que não é difícil apontá-los. A penitência, a pece, o jejum... em uma palavra, a santificação voluntária,... é tudo o que o negocio exige. Infelizmente, não somos todos capazes de pôr em prática este duro noviciato da scienția, como a entendem o padre Gratry e consortes. Iremos sempre beber na fonte impura de uma philosophia mundana os principios directores da nossa vida intellec
tual.

V

Dizia eu que não é por serem invisíveis e im-palpaveis, que os factos espirituales estão longe de uma verdadeira ordem methodica. De certo, seria iniquo atribuir aos adversarios da psychologia a leveza de se apoiarem n'uma razão tão fragil. O que fere a vista, na questão corrente, é a inefficacia do processo. Que importa a realidade dos phenome
menos internos, se ella não admite uma observação regular?

Na vida espiritual, o que ha de commun entre os homens, não se pode inquirir e determinar, sem muito erro e muito engano inevitável. Querer achar na consciência do individuo o reflexo de todas as modalidades da especie, é uma pretensão chime
erica.

A psychologia me parece condemnada, por sua natureza, à não ter um voto, sequer, no grande conselho das sciencias. Basta advertir que ella é impotente para fornecer os mais simples dados de
uma previsão. Ora, uma sciencia de factos naturaes, imprevidente, é cousa que não acha apoio na razão de um homem despreocupado.

Essa lacuna, que não tem sido assaz ponderada, oppõe um obstaculo sério e, se me não engano, insuperavel. A psychologia empírica, a despeito de todas as suas descripções e pinturas do mundo subjectivo, ainda nada ponde levantar que seja traductível em forma científica. A chamada racional, que faz as delicias dos intellectualistas, não é menos esteril em materia de applicação e prudencia.

Parece-me cabível aqui mencionar algumas ponderações de un homem assinalado, não menos pelo espirito, do que pelo caracter; e ao qual o presente assumpto deve uma certa apparencia de gravidade, que lhe soube transmitir o notavel pensador. Quero fallar de Vacherot. [3]

Propoendo-se refutar a opinção dos adversarios da psychologia, elle abunda em asserções e argumentos que seriam definitivos, se Levêque, um anno depois, não viesse ainda demonstrar, por meio de uma fraça defeza da phantastica sciencia, a nullidade radical de todas as defezes anteriores.

« A alma humana, diz aquelle nobre e vigoroso espirito, a alma humana se observa de duas maneiras: — na parte individual e na parte geral de seu ser. »

Não descubro uma razão para semelhante asserção. A escola espiritualista é quem mesmo reconhece a consciencia por unico orgão de observação interna. « Duas maneiras de observar-se!...» Ou isto quer dizer dois modos de consciencia, duas consciencias; ou então nada significa, é uma phrase ouça e sem sentido.

Vacherot devêra reparar que o duplo ponto de vista de uma parte individual e outra geral em cada homem é apenas uma abstração, já imposta

(3) Essais de Philosophie Critique.
pelo interesse da questão, que se ventila. Sem duvida, o indivíduo traz na fronte o selho da sua especie, e deste modo apresenta, por assim dizer, duas faces observaveis. Mas ali mesmo é que reside o germen do erro.

Essas faces que viste de fora, são duas, se reduzem a uma só, vistas de dentro. O geral e o particular, o individual e o especifico, tudo se unifica, porque tudo se mostra indistinto, sob o único olhar da consciência.

« Quando nossa alma quer estudar uma dessas paixões que enchem a historia de sua vida, é preciso que ella espere um estado de calma e de liberdade, se não de inercia ou de indiferença, que lhe permita encarar soceadamente os factos cumpridos. »

E possivel que me iluda; mas noto nestas palavras um desproposito eminentemente. Esperar que o facto desappareça, para poder aprecia-lo!... é o cumulo da extravagancia. Tanto valera dizer que o melhor meio de contemplar os raios do sol, é fechar os olhos, ou aguardar as sombras da noite.

Não é tudo. Vacherot reconhece o grande papel da memoria na observação dos factos accidentaes, que atravessam a vida humana, e não formam o seu fundo. Será preciso ainda advertir que, nesses casos, o observador não deve descascar na sequancia dos resultados!... Uma paixão que de momento nos sorprende, e de momento se esvai de, nenhum traço deixa na memoria, digno de ser tirado à limpo.

A lembrança que nos fica de qualquer sentimento passageiro, é tão insuficiente para fornecer materia observavel, quanto sê-lo-hia a imagem de uma exquisita avesinha, que um naturalista, pela vez primeira, visse passar voando na sombria solidão das selvas. Vacherot não está longe de admitir estas ideias, em relação aos phenomenos transitorios. Quando porém os actos, as paixões, os sentimentos que a alma quer investigar, pertain-
cem ao fundo e essência mesma de sua natureza, a 
coisa muda de aspecto.
«Não é mais a memória que se incumbe de 
resuscitar os, porque a consciência os leva con-
stantemente ao olhar do observador.»
Este modo de entender me parece também des-
tituído de razão. Quase são estes fenómenos que 
formam a essência da alma, e são a todo o instante 
observados pela consciência, independente da me-
moria? Se existe no homem alguma paixão que 
mereça o título de fundamental, é sem dúvida o 
amor. Entretanto não vejo que o senso íntimo 
possa encarar o, quando lhe apraz, e tomar a me-
dida de sua profundidade.
Vacherot afirma que o filósofo não se limita 
a mister de analisar, como o romancista e o poeta, 
esta ou aquela paixão do momento, escoltada de 
todos os incidentes e circunstâncias pessoas, 
porém o seu estudo se dirige de preferência ao 
princípio da paixão mesmo.
«O princípio da paixão!!» — note-se bem! 
E qual será, por exemplo, na psicologia espiri-
tualista o princípio do amor? Não consta que 
ela o tivesse dilucidado; exceto, se por tal se 
deve entender aquilo que se designa pelo vago 
nome de sensibilidade. Isto seria quasi irrisório. 
Eis o: porque é que o homem ama? Porque tem 
a faculdade de amar. Não basta. O amor é um 
sentimento; — porque é que o homem sente? 
Porque têm a faculdade de sentir! Haverá quem 
tome ao serio semelhante tautologia, como outros 
tantos achados de causas e princípios?!...
Eu julgo imperdoável esta facilidade, que tem 
a psicologia, de prometer muito, para dar tão pou-
co. Não sei mesmo como ainda se possa insistir na 
ideia de uma ciência de tal guisa: O espiritualis-
to, abundante de afirmações gratuitas, não duvida 
assegurar por meio dos seus grandes órgãos que a 
psicologia está viva, e prosegue em sua marcha.
«Tanto basta, diz um dos mais robustos, para
responder à objeção dos adversários. A despeito das impugnações, a observação da natureza humana se faz de muitos modos, e se produz sob várias formas. As analyses dos philosophos, os retratos dos moralistas, as pinturas dos poetas, não são contestados, quer em sua verdade íntima, quer em seu alcance geral, quando traça-os a mão dos mestres.

Anciava por chegar a este ponto. E um óptimo estribilho dos defensores da doutrina que combatem; relevante entrar na apreciação do seu exacto valor.

Antes porém de tudo, devo observar que não passa de um brinquedo de palavras, allegar pomposamente as analyses dos philosophos, não se apresentando a mínima prova da importância delas. O illustre pensador não se esqueceu do seu Platão, além de outros nomeados; creio pois que ser-lhe-hia muito fácil apontar os melhores pedaços da philosophia grega, onde houvesse um exemplar de analyse psicológica, ainda hoje podendo-nos servir de guia.

E' sensível que o philosopho esteja longe de ouvir-me. Quizera ter a audacia de intimal-o, para abrir-nos uma pagina, — eu digo uma só —, de Platão ou Aristoteles, na qual a scienza da alma podesse contar verdades adquiridas, e não mais impugnadas. Descartes mesmo, interrogado seriamente, não se mostraria menos esteril.

Causa notável! O grande ascendente do espiritualismo hodierno, sempre admirado, posto que puerilmente, por seus dignos filhos e sucessores, não tira tanto esse renome da sua psychologia, quanto, sobretudo, do carácter de sua metaphysica. Ah! vae o segredo do facto: — a metaphysica é uma sorte de poesia carrancuda, que sabe revestir as mais frivolas bagatelas de um ar de seriedade, sombrio e magesosto.

Os homens que nos fallam gravemente do Espaço e do Tempo, do Ser, da Causa, do Infinito, do Perfeito..., bem que sejam os primeiros em não
entender o que eles dizem, todavia tomam aos nossos olhos uma aparência, uns toques de grandeza, que é difícil dissipar.

Não assim, porém, quando em nome do senso íntimo fazem o inventário das riquezas do espírito. Neste caso, surgem os protestos, as negações decisivas; e, o que assás admira, é ainda a consciência o juiz, para quem se apela.

No que pertence aos moralistas, quero crer que Vacherot não reflectiu, bastasmente sobre a natureza do testemunho, por eles prestado. Os escri- piores desse gênero são justamente os que menos se interessam pelas abstracções psicológicas. Elles copiam as fraquezas e misérias humanas, não escondidos no fundo do próprio — eu —, porém de peito aberto a todas as provações, no meio da sociedade cheia de encantos e disparates. D'est'arte soccede que nos sentimos melhor traduzidos em uma lauda de Montaigne ou Larochehoucault, do que em todo um capítulo de Adolphe Garnier. Qual a razão?

E' que o moralista generaliza os dados da comum experiência, e o psicólogo induz, como lei característica de todos, aquillo que mal pode observar em si mesmo. O merito do primeiro é tanto maior, quanto menos elle extrai da observação de seu ser as cores com que pinta a pobre humanidade.

Tampouco o moralista se preocupa da scienza do espírito, que para elle é um perigo e um defeito degenerar em psicólogo. Assim podemos de certo embeber-nos na leitura de um Paschal; mas é indubitável que a natureza humana se nos mostra em seus Pensamentos muito acima, ou muito abaixo do que realmente julgamos. Esta anomalia provém de que Paschal não observava os homens na variedade dos seus caracteres e das suas acções, porém o homem, isto é, um typo, segundo o concebia a sua razón em lucta com sua fé.

Ainda mais: — os moralistas divergem entre
si na estimação do movel natural de nossos actos.
Vale dizer que cada um interpreta, á seu sabor, os
movimentos da alma, por isso mesmo que ella não
supporta uma análise regular. A observação do
espirito, que se pratica deste modo, resente-se de
um vicio capital: — a preocupação de uma ideia
favorita. Se assim não fosse, inexplicável seria a
distancia que separa, por exemplo, um Vauvenargues de um Montaigne.

Reconheço, e já o disse — que os moralistas
trasladam mais exactamente do que os psycholo-
gos, as feições do objecto proposto aos seus estu-
dos. Todavia é mister não esquecer que a ordem
de factos, sobre a qual se exerce a sua sagacidade,
aínda não tornou possível a formação de uma
sciencia.

Maximas, apophthegmas, isto é, simples gene-
ralisações, mais ou menos plausíveis... eis tudo o
que elles nos dão. Semelhantes resultados são in-
sufficientes para figurarem, como noções liquidadas
e decisivas, no que respeita ao dominio espiritual.

Os poetas e romancistas, — e verdade, — fazem
todos os dias analyses variadas de nossas paixões.
Dir-se hia que, aos seus olhos, o curacao não sub-
trae o minimo segredo, e a consciencia deixa ver
os seus mais profundos recessos. Nós, porém, que
admiramos esses golpes de pincel da mão dos
mestres e apauludimos, como cópias conformes
ao original, todas essas descripções do que se passa
na alma de qualquer personagem de romance, não
seremos, nós leitores, brincos de algum engano?

Recordo-me aqui de um facto que entra muito
bem no circulo de nosso assumpto. Certo pintor
acabava de traçar na abóbada de uma capella o
triangulo symbolico. Els que chega casualmente um
daquellos numerosos julgadores, cujo voto alias
nada aproveita, e questiona o artista sobre a signi-
ficação do seu trabalho. — O que é isso?... per-
gunta o curioso. — E' o emblema da Triade;
responde-lhe o pintor. — Oh!... tal, qual!... diz
com ênfase o pobre homem, que mal se apercebe
da impossibilidade do seu juízo, e da tôlæ de sua
eclamação.

Ora pois, — quem diria-ba? nós outros, críti-
cos e amadores, praticamos alguma cousa de ana-
logo, no modo de julgar os detalhes psicolóxicos,
em que se deu íam os poetas da paixão.

De todo, qual de nós não terá balido palmas aos
brilhantes quadros românticos de pugnas inteiorens,
que jamais se deram em nossa alma, e que prova-
velmente nunca dar-se-ão? Basta apenas que o
escritor saiba de prompto embeyeecer-nos na doce
admiração d’aquellas phrases mysticas, ondulosoan,
deslumbrantes, que borbuiham de uma pagina de
Hugo, Dumas, Balzac, Sand, ou qualquer outro.

D’estarte, não é raro ver esses coripheus, per-
ante o leitor ingenuo, destrancarem a consciência
tenebrosa de um grande ladrão, ou a de um grande
assassino. Os que, por falta de experiência, não
temos a justa noção do estado moral de tais crimi-
nosos, nem por isso deixamos de exlamar: — que
perfeita descrição!... que análise acabada de uma
alma de bandido, ou de um coração devasso!...Eu
uma leviandade. Quem nos attesta a semelhan-
ça? Quem nos garante a exactidão da pintura?

Se não se admite que, em face desses painéis
do mundo interno, o que nos impressiona, é ainda
o ideal, a força creadora do artista, o nosso entus-
siasmo não tem senso. Gostamos de assistir ao
espectáculo sombrio de uma alma que se nos des-
creve, da mesma forma que admiramos as córtes
horíveis do Inferno do Dante. Em um e outro
caso, não ha cópia, nem modelo a copiar.

Se ha quem julgue que os círculos alégoricos
da Divina Comedia delineam realmente a habitação
dos demonios, pode tambem achar que, por exem-
pllo, aquellas emoções e ideias tumultuosas de Val-
gean, diante da figura esplendida, tranquilla, ador-
mecida, do bisp Myriel, são desenhadas ao vivo
sobre o original humano.
Causa-nos pasmo o qu'il mourût do Horacio trágico; e Corneille nos parece um psicólogo profundo do íntimo dos romanos, da mesma forma que no Paraíso de Milton se admira a linguagem de Satan, como sendo o produto natural de uma espécie de psicologia do diabo!

Não compreendo como se possa qualificar de justas apreciações da natureza humana poéticos inventos, sempre accommodados aos fins do escritor. Será duvida, na classe das pinturas traçadas por mão de mestres, não terá Vacherot deixado de compreender uma das obras mais famosas e bem aventuradas do romantismo francês. Refiro-me ao poema de René.

Seria para estimar que nos dissessem, onde estão os grandes fatos revelados, ou ao menos esclarecidos, nesse celebre escrito, que tivessem alargado os horizontes da ciência respectiva. Muito ao envez do que se pode supor, o gênero de elegia, criado pelo autor, tem calhido em total descrédito; e a razão descende só de que a obra não reflecte seriamente face alguma do espírito humano.

É um produto de capricho, e de um capricho que chamarei psicológico, em virtude das paixões que ali se manifestam; — as quais não são de todo vasadas nos moldes naturais da sensibilidade comum.

Nunca pude admitir que René tivesse trazido para o coração uma ordem de emoções, até então desconhecidas, e assim julgar uma excavação mais funda, em matéria de pesquisa interior. Se os sentimentos nele expressos são de um carácter estranho e nunca visto, a geração contemporânea tinha razão de iludir-se, pensando que a sua nascente era a grande alma de Chateaubriand!

Porém hoje nós estamos mais que muito edificados sobre este ponto. Seria admirável que viessemos ainda fazer menção de René, ou outro qualquer fruto do mesmo pomar, como prova de obser-
vação psicológica, até nos reinos encantados do romance.

Ainda mais. Quem tiver actualmente o mínimo vislumbre de crítica literária, deve saber que, desde Homero até o maior poeta dos nossos dias, o que distingue as criações do verdadeiro artista, é o característico da impersonalidade.

Certamente: — o que existe, por exemplo, de mais impessoal do que o teatro de Shakspere? Não se encontra em toda essa vasta coleção de bellezas um só traço, que denuncie as ideias, os sentimentos próprios do autor. Entretanto se diz que ninguém ainda se mostrou tão conhecedor do coração humano. São duas proposições difíceis de harmonizar, para quem não lança mão de novos princípios.

Por quanto, se os dramas de Shakspere são variados e perfeitos exemplares do homem, pelo seu lado mais serio, no seu fundo essencial, d'onde extraiu ele as paixões que deu a tantos entes de feição e índole diversa?... Da fonte de si mesmo?!

Sairia exacto: — se tal fonte significa a imaginação.

Mas eu duro que os psicólogos vão mais longe: — suppõem que a justiça no conhecimento dos afectos psíquicos, é devida, em grande parte, à observação que o poeta exerce sobre seu íntimo.

Semelhante parecer é da ordem dos que basta enunciar, para refutar. Que se figure, se é possível, o dramaturgo psicologando, inquirindo-se a si mesmo, para bem avaliar o verdadeiro jogo das grandes paixões; — e, contudo, sem que fique em suas obras o mais ligeiro indício do seu caráter, da sua maneira de sentir e pensar!!!... Salta aos olhos o que esta ideia encerra de abstruso e disperatado.

Não é só isto. Em Shakspere não se nos mostra menos admirável a criação de Julietta, do que a de Romeo; — nem cremos ver melhor o interior de Otello, do que o de Desdemona. Ao total, o celebro poeta sabe também vitorioso da luta sus-

4 F.
tentada com este grande enigma que se chama o coração feminino. Tão de perto, e, por assim dizer, tão de dentro, parece compreendê-lo em todos os seus mysterios e infinitas profundezas.

Será isto porém um resultado da observação e experiência pessoal? Julgo que ninguém ousaria afirmar-o. Nem é mesmo possível recorrer a uma especie de intuição psicológica, para explicar essa grande maravilha. Por maior que seja o esforço geral, não pode transformar ou inverter a natureza das cousas. Ainda quando a sciencia da alma oferecesse actualmente mais seguras garantias de exactidão e validade, era forçoso reconhecer esta lacuna: — a vida interna da mulher está fora do alcance de nossas indagações.

E ella mesma é pouco apta para dar-nos, sem qualquer exageração, uma historia verdadeira de sua subjectividade. Assim como o satelite da terra, combinando o seu com o andar do planeta, apresenta-nos sempre o mesmo lado: — a mulher, subordinada ao homem, deixa sempre ver uma e a mesma face, aquella que é mais vulgar e menos luminosa.

Se ha phenomenos e movimentos que pareçam escapar aos nossos calculo e precetos de acanhada philosophia, são sem duvida as curvaturas caprichosas, os zig-zags mercurianos do espirito feminino. Devem ter a sua lei; — eu creio, — mas essa lei não foi ainda descoberta, nem sel-o-ha ja-mais. A mulher não é o que disse uma vez Proudhon: — a desesperação do justo; porém ella ha de ser sempre a desesperação do philosopho.

Os que nos comprazemos em apoiar, nos romances e nos dramas, a solução do magno problema, enganamo-nos de todo. Não sabemos discernir o verosímil do verdadeiro. Tal é o erro d’aquelles, que julgam deponentes, a bem da psychologia, as excursões dos poetas nos obscuros dominios da possibilidade indefinida, em busca dos segredos mais reconditos do espirito.
VI

Um só ponto quizera eu que me elucidassem, mas este é capital. Como admitir uma ciência da alma, que nunca põe-nos em estado de saber, já não digo as causas, porém as simples relações dos factos? Eu me explico.

O astronômico sabe, e pode representar-se na imaginação a marcha regular dos fenómenos sideraes. O médico sabe que, em presença deste ou daquela sintoma, dá-se na economia um ou outro desarranjo; o qual também lhe é possível figurar na própria mente. Não assim o psicólogo; elle gira em uma esfera tenebrosa, em uma região de espectros e visões inconsistentes. Existe mesmo uma ordem de factos subjectivos, quasi quotidianos, dos quais a psicologia não tira o menor partido.

Ninguém ha que no livro da sua vida, não tenha relido um capítulo mais largo, e dobrado uma página mais bela, d'onde às vezes ainda trecala vago aroma de palida saudade. E o capítulo do amor.

Com efeito, quem de nós já não teve a graça de uma hora de delícias, em que primeiro o sereno viver de afectuoso olhar assegurou-nos a posse de uma eterna eternidade? Não obstante, o que sabemos nós outros desses momentos supremos, que se possa aferir pela medida do método psicológico? O que nos resta, na memória e na consciência, daqueles estádos de cego arruinar e quasi esvacecido, no qual nossa alma esmorece, como tocada por uma ânsia de anjo, ante a palpebra tremente de uns olhos que nos fitam ?

Os poetas, em geral, arrogando-se o privilegio de ver o invisível, sujeitam á uma análise de microscópio os múltiplos afectos, as mais profundas paixões de seus heróis e heroínas. Mas essa ana-
lyse, que segundo o parecer de muitos, encerra tesouros de observação interior, bastia um pouco de atenção, para descobrir que não passa de uma aberração fantástica.

A literatura francesa que seguiu se à revolução de Julho, é um immenso armazém, onde se acham as melhores especiarias deste gosto. O autor de *Père Goriot*, por exemplo, era mais que psicólogo; era um grande psicólogo, que andava sempre em dia com a dinâmica mimosa do organismo feminino, cujos movimentos mais imperceptíveis, ele sabia detalhar na figura dos seus personagens.

Entre outras provas, não revela inteiro conhecimento de uma alma de mãe aquella criação das *Memoires de deux jeunes mariées*, aquella mulher singular, admirável Renée, que tuerait volontiers son mari, s'il s'avisait de troubler le sommeil de son fils? E a descrição minuciosa que da sua savante virginité se compraz em fazer essa ideal criação, não pôe à descoberto a profundidade do autor, em uma espécie de *psicologia das moças*?...

Anote os olhos de Balzac, no qual também às vezes se divisa um predecessor de Buechner (4), até os póstos do rosto e os do fronte abrem passagem aos sentimentos interiores. Os corpos dos seus heróis são lucidos, transparentes, *pneumáticos*, como dizia Orígenes que devia ser a carne ressuscitada. O romancista obriga, através de uma pelle alva e brilhante, o jogo das emoções mais subtils.

Eu creio que, à não ser o derramamento materialístico de Balzac, seus romances valeriam para

---

(4) O autor de *Kraft und Stoff* chama o homem *einen wendenden Ofen, eine sich selbst heizende Lokomotive...* qualifica o coração de *ein Pumpwerk...* Em *La Peau de Chagrin*, lê-se consa quasi idêntica: — « La volonté est une force materielle semblable à la vapeur, une masse fluide, dont l'homme dirige à son gré les projections. » Igualmente em *Brotherus*: « La peur est un phénomène, comme tous les accidents électriques. »
Vacherot como irrefragáveis documentos de magistral investigação psychica. O metaphysico francez tem suas horas de lastimável ingenuidade.

Que bons lhe não parecerão os detalhes análiticos de G. Sand, cujas obras, na sua opinião, são theses philosophicas de alto preço!! (5) Leone Leoni, Jacques, padre Sophronius, que foi judeu, luterano, catholico, spinosista; a princeza Quintília Cavalcanti, que occupa-se de todas as artes, falla todas as linguas, sabe todas as philosophias, e conhece a política melhor que os homens de Estado... — que typos bem ideados e assãs reveladores de factos naturaes, existentes em nossa alma!...

E' inutil falar de Lelia, aquella feitura anomala, da raça de Julius, na Lucinda de Schlegel, e irman mais velha da Wally de Guizkow. Blasfemias e extravagancias formam o seu conteúdo. Alargar estas e outras producções de poetas e romancistas, na qualidade de fragmentos psychologicos, é o cumulo do desvario em tal materia. Nenhum espírito serio deve hoje recorrer a esse genero de prova, sob pena de passar por quasi um necio, se não tem um nome autorizado, ou por desponderado opinativo, se elle se chama Vacherot.

Eu já disse: — o defeito capital da psychologia, como scienca de observação, é a falta absoluta de dados para se formarem exactas e profundas previsions. O mundo physic, em seu vasto e intrincado arranjo, pode sempre causar admiração, ainda mesmo aos espiritos mais cultos; — porém não causa espanto.

A idéia da ordem, que é um produto ulterior da inteligencia, faz succeder ao primitivo abalo, suscitado pela natureza, o sentimento da harmonia e da razão das cousas. Entretanto essa idéia não tem tido a mesma força no mundo moral. O espectaculo dos homens, dando á vêr, por palavras ou

(5) La Religion, pag. 258.
acções, algum novo recanto do seu coração, todos os dias nos assombra. Irrecusável signal de inteira ignorância, quanto à ordem que reina, e as leis que se executam nos domínios do espírito.

Neste meio, o que tem feito a ilusória scien-cia? Apenas consagrar um sem número de erros, e autorizar em seu nome os mais agros rigores, as violações mais cruéis. Diariamente vemos a sociedade, baseada em um suposto conhecimento do homem, arrojar-se o poder de surprender-o no retiro de sua consciência, afim de assistir às todas as evoluções genésicas do crime. E' dest'arte que o direito penal decompõe o acto criminoso em elementos sucessivos, partindo da intenção. Mane-jando os chamados princípios psycholóxicos, julga ter penetrado na essencia da criminalidade. In-numerars são talvez as vítimas cahidas, sob tão fatua pretenção dos legisladores e philosophos.

Se ha uma razão para explicar porque os cal-culos humanos tanto falham, no que interessa as relações sociais, é que as almas nunca chegam a conhecer-se mutuamente, e a psychologia não d-escobre uma só das leis que determinam a formação do individuo. (6)

Não canço de repetir-o: — a scien-cia do — eu — implica contradicção. Abstrahido da pessoa, o do caráter que a constitue, o — eu — é cousa nenhuma; nada significa. Mas onde estão as induc-cções científicas, feitas de modo que possam ga-

(6) Estas últimas ideias precisam de um esclarecimento. Acheando um pouco arrojada a pretensão com que a psychologia julga poder acompanhar a gênese do delito nos sombrios penetrações da consciência, — donde não curo resultam inúmeras con-demnações. — nem por isso estou de acordo com a theoría bur-bescas das psychiatras e pathologistas do crime, para quem os crimi-nosos em geral são outros tantos doentes, cuja punição é uma barbaridade. Semelhante doutrina, que tende a merro pelo ridículo das suas exagerações, nunca me teve, nem tem-me ha jamais de seu lado.
rantir nossos juízos, sobre a marcha normal da personalidade alheia?

Eu disse — alheia; e poderei dizer — própria; Todos sabemos, por experiência, que as mais das vezes, o que nos desarranja e nos perturba, no curso ordinário da vida, é a ignorância de nós mesmos, da força de nossas paixões, ou da fraqueza de nossa vontade. Não sei qual seja o psicólogo capaz de medir com o olhar da reflexão toda a extensão de seu ser. Não sei quem foi que desceu ao fundo do abismo, e voltou trazendo na boca a palavra do enigma.

Entretanto, já lhe contaram sobre centenas de anos, depois que a ciência da alma tratou de constituir-se e organizar-se! Não obstante, é ainda hoje insuficiente para fornecer ao homem uma noção menos ambígua de si mesmo.

Tais são por certo as minhas convicções, que me parecem baseadas nos factos. Com tudo isso, é aqui o momento de advertir que não rejeito absolutamente os trabalhos de observação subjetiva. Julgo aplicável à psicologia o que disse da economia política um jurista francês: — ella não é uma ciência, mas apenas um estudo; e eu diria por minha vez: — um entretenimento.

Não contesto se possa adquirir, por este meio, noções mais claras do papel e do jogo mutuo das nossas faculdades. Esse examen de consciência, a que se entregam os psicólogos profissionais, sem ser de utilidade geral, encerra talvez algumas vantagens pessoais. Pelo menos, o hábito da reflexão é um obstáculo sério aos impetos apaixonados.

Os mistérios servem de exemplo. Não se leva a refletir continuamente sobre a alma e sua natureza, sem acabar por cair-se em uma especie de torpor e indolência, que neutraliza as sugestões sensíveis.

Eu duvido que um pensador, ao jeito de Jouffroy, tenha tempo e disposição bastante para engolir-se em qualquer doce corrente do mundo exterior.
Sem ironia, apresso-me em declarar- o: - o es-
sempre atuado no antro escuro de seu proprio
pectaculo de um homem que emalidece de viver
pensamento, respirando apenas por minutos o
seu de certo alguma
grande ar da vida comum, tem de certo alguma
obra de tocante. Não é uma vocação, que me pa-
causa invejável; - é um nobre esforço, que se pôde
reça inovejável: - é um nobre esforço, que se pôde
admirar, juntando à admiração uma sincera pena
admirar, juntando à admiração uma sincera pena
de não vê-o empregado em matéria de nôr pro-
veito. (7)

VII

Aqui terminaria se me não sentisse obrigado
terminaria se me não sentisse obrigado
a revistar uma outra questão, discutida pelo autor
a revistar uma outra questão, discutida pelo autor
mentione no começo deste artigo. Questão de
mentione no começo deste artigo. Questão de
vida e morte para um certo espiritualismo aca-
bhado, o qual diz não poder subsistir, se lhe faltat
bhhhado, o qual diz não poder subsistir, se lhe faltat
o apoio de um princípio imaterial, distinto e se-
or o apoio de um princípio imaterial, distinto e se-
parável do corpo.
parável do corpo.

« E em vão que se reconhece, escreve Le
Vem vão que se reconhece, escreve Le
vê que, factos invisíveis, e a possibilidade de obser-
vê que, factos invisíveis, e a possibilidade de obser-
val-os e classificar-os; - desde que tais factos são
val-os e classificar-os; - desde que tais factos são
enviados a um sujeito material e composto, só por
enviados a um sujeito material e composto, só por
isso tem-se cessado de ser espiritualista. O sim ou
isso tem-se cessado de ser espiritualista. O sim ou
o não é aqui da maior importância, porque, se o
o não é aqui da maior importância, porque, se o
princípio pensante é material, composto, divisível,
princípio pensante é material, composto, divisível,
or, o que vem a ser o mesmo, se não existe alma,
or, o que vem a ser o mesmo, se não existe alma,

(7) Como eu já disse algures, Joffroy foi uma especie de
Como eu já disse algures, Joffroy foi uma especie de
aller, um suicida psicológico. O caracter romântico da sua
aller, um suicida psicológico. O caracter romântico da sua
philosophia se revolta até no modo, por que elle compreendia a
philosophia se revolta até no modo, por que elle compreendia a
poesia lyric, isto é, como a expressão das queixas da alma hu-
poesia lyric, isto é, como a expressão das queixas da alma hu-
umana diante do enigma do seu destino; poesia que vibra com
numana diante do enigma do seu destino; poesia que vibra com
tão melanchólica monotonia nas poesias de Byron, nos versos
tão melanchólica monotonia nas poesias de Byron, nos versos
de Lamartine (Melanges, pag. 332). E a teoria philosophica
de Lamartine (Melanges, pag. 332). E a teoria philosophica
do romantismo, como o fizeram, afeiço dos dois mencionados, Lea-
do romantismo, como o fizeram, afeiço dos dois mencionados, Lea-
pardl, Leopardl, Pascoli, Lenau, Lermontov e outras; é a Welt
pardl, Leopardl, Pascoli, Lenau, Lermontov e outras; é a Welt
schmmerz proclamada a única fonte de verdadeira poesia lyric. Um
schmmerz proclamada a única fonte de verdadeira poesia lyric. Um
poeta
poeta
da escola não se exprimiria melhor.
a liberdade, o dever e Deus tornam-se frases sem sentido.

Ora... Que importa a dignidade do homem e ao caráter do filósofo, ser ou não ser espiritualista, pela medida de Levêque e seus iguais? Estes francezes, discípulos e adherentes de Cousin, tem ideias que causam lastima. E' exacto que, sem o arrimo de uma alma substancial, a liberdade como elles a definem, o dever como elles o entendem, e Deus como elles o explicam, tudo isto não tem senso.

Porém segue-se d'ahi que o espiritualismo, assim comprehendidio, seja a unica philosophia, digna deste nome, e capaz de fortalecer o pensamento humano? Muito ao contrario, o que ha hoje de mais notavel, nestas regiões, é o descredito dessa philosophia popular, nutrida de prejuizos e chimeras. Os seus adeptos não se esquecem de invocar, a todo instante, como prova de superioridade, a força do numero, o argumento da maioria. Infelizmente para elles, — a verdade não se mede por tão baixa bitola.

Não é o testemunho dos velhos e das creanças, dos tracos e dos ignorantes, que pôde ser aduzido, para destruir razões de uma ordem mais elevada. Quem dirá que os espiritualistas, em muitos dos quaes se pôde admirar um raro vigor de inteligencia, compreendessem melhor as dificuldades de sua posição!... Fora bom que elles penetrassem mais no âmago do assumpto, e não trouxessem, ante argumentos de peso, considerações triviaes.

Dest'arte, quando se lhes diz que o espírito individual, separado do corpo, é uma das formas do ideal, sem realidade objectiva; e tanto basta para dar um sentido aos mais nobres impulsos do coração: — quando se lhes diz que é inconceivivel o exercicio de uma função, sem o orgão respetivo; e como tal, o pensamento fora do cerebro, nada é e nada vale, em uma palavra, não pode existir, elles erguem a mais fera gritaria contra a ou-
cura, a immoralidade, e até a malvadeza, dos seus adversários!

O espiritualismo, dizem, não se curva, nem se dá por vencido diante destas audacias. O homem é um ser pensante; o pensamento só pode convir a um ente espiritual. O cerebro é uma condição, não é uma causa. A alma se vê e se revela na consciência; ela tem a convicção de não ser um atributo da matéria...

E isso, pouco mais ou menos, o que todos os dias se repete, afim de sustentar-se velhas teorias estetico-theológicas da escola semi-platonica e semi-católica dos philosophos letrados. Quadram aqui perfeitamente as seguintes palavras do Dr. Colenzo: uma causa, assim defendida, não é uma causa perdida?!

Por minha parte, não vacilo em aceitar os resultados da luta; nem tenho mais dúvida sobre elles. Basta-me, entre outros, o exemplo de Levêque, o qual ainda se arrependeu de manjar as armas do costume, sem ater que ella já não aguentam uma pugna mais animada. É com que adversário?!

O nosso autor parece vangloriar-se de abrir largas tendas na logica vigorosa de Edmond Scheber, o critico elegante, einer der hoffnungsvollsten Geister, como uma vez disse elle o Dr. Dornier. É com esse escritor de primeira grandeza, que o illustre metaphysicus ousa avistar-se no intuito de tomar-lhe contas de sua philosophia, no que diz respeito à alma individual?...

Levêque reconhece que Scherer não é materialista, nem positivista; mas que também não é espiritualista, pelo molde de Cousin e Jouffroy. Importa não desprezar tamanha concessão. Ha pois uma maneira de crer no espírito, isto é, no ideal, nos altos destinos do homem, sem volver jamais os olhos para os ídolos decrepitados das gerações passadas. E, posto que Levêque mesmo tenha dito que só se é espiritualista, sob a condição de não atribuir a um sujeito material os factos de
consciência eu dou por assentado que se pode sel-o, à exemplo de Scherer, independente dos dogmas e prejuízos da escola.

É preciso encarar de frente a verdade, ainda quando ella venha transpormar os nossos planos e corrigir cruelmente as nossas esperanças. A philosophia, — é tempo de proclamá-lo — não pôde menos que a religião uma mythología adequada. Elevar ideias geraes ao summo grão de realidades concretas; incarnar, dar um corpo exterior à uma série de phantasmas racionaes, que cada qual figura a seu modo, é este ainda o mistério da metaphysica hodierna.

Aqueles que philosopham, os interpretes processos da consciência e da razão, não são em regra os mais estranhos ao domínio da credulidade vulgar. Todos falam do nosso espírito, qual de uma cousa que subsiste por si. É uma crença de longa data. Nos grandes órgãos da poesia moderna, sobretudo, a alma é descrita, como se descreve uma paisagem. Dir-se-hia que ella pôe-se toda nua, ante os olhos do poeta, semelhante à corteza grega, em casa do estatuario, para ser apreciada, em sua alvara esplendida, em suas inflexões divinas.

Os versos de Lamartine são geralmente afectados deste achaque psychomanico. É difícil decidir, quem mais ocupava o pensamento do poeta, quem se revestia de mais encanto, e provocava maior numero de apostrophes: — se a sua Elvira... ou a sua alma! Uma não é menos etérea, menos gnomica do que a outra. Para os que, não sendo muito ronvinhosos em matéria de provas, estão sempre dispostos a ver, até no gorgéio matinal das aves, uma demonstração cantada da natureza e atributos da divindade, é descer pouco descobrir nos carmes de Lamartine e seus appendices um manancial, onde a alma se fortaleça na ideia e na certeza do seu destino superior.

O spiritualismo tem sido omitido em mostrar
que a imaginação não penetra na sala de trabalho do entendimento. Facil então seria sustentar que certas noções, não encerrando a mínima partícula de sonho e fantasia, devem receber os nossos respeitos. A alma substantal, autônoma, independente do corpo, que se nos dá por uma realidade, entrevista pelo senso íntimo, através de todas as variações fenomenicas da vida, não será também um mytho, uma criação analoga aos conceitos da poesia.

Debaixo é que se oppõe à esta conjectura os suspiros da humanidade, seus anhélos infinitos, e não sei que pressentimento de um mundo desconhecido. A questão reside toda ali mesmo. Não se adianta um passo para a sua solução com apoio dos nossos scismares e visões de imortalidade. Em rigor, não se acha bem diluído, se o espírito cre de facto ser immortal, ou somente desejá-se-lo.

Percebe-se de prompto que só posso referir-me ao indivíduo. Quanto ao que se chama espírito humano em geral, esse é sempre vivo e sujeito à lei do eterno desenvolvimento. Mas não é uma pessoa, nem mesmo uma cousa certa e determinada. Ela tende a formar uma somma, quer dizer a somma de todos os termos possíveis de uma progressão ascendente, cujo primeiro termo deve começar nos obscuros domínios da animalidade; — e o último, — quem sabe? — perde-se de vista nos azulados abismos da perfeição sem limites.

Ainda mais: — o espírito humano pode ser considerado, como unidade ideal e totalidade real. No primeiro caso, só existe subjectivamente; — no segundo, ele é, ao mesmo tempo, um factor e um producto. Em cada momento da história, ele vale o resultado de todos os trabalhos e conquistas anteriores. Em cada momento da história, ele está, por conseguinte, sempre armado de novas forças, para invadir o futuro.

O espiritualismo phantastico e meio poético ainda não esqueceu as suas altas pretensões. Causa
espanço a singular figura que ali fazem philosophos como Levêque, no empenho de refutar escriptores como Scherer.

Antes de proseguir devo aqui assinalar um facto, digno de ponderação. A critica religiosa de que Scherer é um nobre órgão, apresenta actualmente este carácter sublime: — ella vae sendo, máximé entre os francezes, não sómente uma escola de sciencia; como tambémb a melhor escola de estilo e de linguagem.

Só por si, já isto seria muito, quando mesmo fosse tudo. Mas é certo que ha na brihante pleiaide dos criticos um fundo admiravel philosophia. Bem me parece, portanto, que Huet não teve razão, no juizo que emitiu sobre a escola de Strasburgo, dizendo não encontrar em seus adeptos o vigor philosophico desejavél. (8)

VIII

O que ha para mim de mais censuravel no moderno espiritualismo francez, é a falta de um certo senso, que bem se pode chamar o senso dos tempos. Frente á frente com lutadores novos, e que sabem combater por um modo novo, elles não hesitam em recorrer aos argumentos rotineiros, cujo emprego, não basta dizer que é ineficaz, releva acrrescentar que é perigoso e prejudicial. Porquanto esses vetustos argumentos, ante olhos mais exercitados, deixam ver as suas fracas juncturas, e por ellas se embebe facilmente o ferro do dialecta inimiga.

Admira a sem ceremonia, com que se julga cortar dificuldades mui sêrias, invocando o teste—

(8) La Révolution religieuse... pag. 30. Vé-se que me refeito á escola franceza, alli florescente, antes da guerra de 1870.
munho anachronico da philosophia cartesiana. É assim que Levêque, em oposição às ideias de Scherer, não duvida repetir o — Je pense, donc je suis — e crê lançar ao seu adversario uma barreira insuperável!

Vamos vêretanto com que razões o nosso espiritualista se supõe vitorioso. « O homem, diz o crítico atilado, não é um corpo, nem um espírito, nem a reunião de um corpo e de um espírito. Não se o pode definir, porque só se define pelo genro e pela diferença, nem explicita, porque toda explicação consiste em reportar o facto particular a um facto mais geral, e o homem, sendo o termo mais elevado da mais alta série, não pode ser reconduzido a um grupo superior. » (9)

A este modo de expôr e de explicar, Levêque chama « um processo lógico de definição » Come se tal definição não se firmasse na observação dos factos? Como se essa definição, sem aliás dar-se por isso, não resumisse o que o homem pôde oferecer de real aos olhos da sciencia??

Levêque se engana. Suas respostas são futeis; — ellas não descem ao fundo da questão. É falso que «qualquer que seja a série propria de um ente, se elle pôde ser conhecido, possa por isso mesmo ser definido. » Esta proposição, ainda que encerrasse uma verdade em outros casos, tornava-se inexacta, desde que se quisesse applicá-la ao homem.

É preciso que o espiritualismo tenha tambem uma logica sua, capaz de justificar tamanhos disparates. Mesmo admitindo, como verdade philosophica geral, que basta uma cousa ser conhecida para poder ser definida, posta uma vez em duvida a aplicación desse principio á este ou aquelle ente, a pretendida verdade muda logo de caracter, e não legitima argumento algum, porque ella é que primeiro carece de legitimação.

(9) Mêlanges d'Histoire religiouse... pag. 184.
Ora, o que se questiona, é justamente, se o homem pôde ser definido, não obstante poderem ser conhecidos e descriptos alguns de seus mais notáveis predicados. A quem, como Scherer, dá uma negativa solução, responder, como Levêque, é tropeçar e cair em grave paralogismo.

Prosigamos na análise de outras razões, exibidas pelo nosso autor. Por exemplo: — «Ninguém ainda provou a falsidade da equação psicológica, estabelecida por Descartes: — Eu penso, logo eu sou —; a qual significa: — Eu penso equivale a — eu sou pensante. » O filósofo é ingênuo em dar tamanha importância à cousas tão frivolas.

Ninguém ainda provou, — é verdade —, que fosse falsa a equação referida. Porém o que há de mais notável, é que não se faz precisa semelhante prova. Entre esta proposição — eu sou pensante, e esta outra — eu sou espírito, isto é, eu tenho uma alma substancial, distinta do corpo, há um espaço ainda não atravassado pelas próprias aguas do espiritualismo. Só mostrando a identidade das duas proposições, é que se poderia dar o cogito, ergo sum como o pótico indestructível do templo da filosofia.

Entretanto, contra a pretenção da senha cartesiana, o espírito real, separável da matéria, é sempre questão aberta. Nada importa, para resolver-a, que o homem possa dizer se um sujeito, uma cousa pensante. Este sujeito, esta cousa pensante, não é um ser à parte, não; é o mesmo homem considerado na totalidade de suas funções intelectuais, como ele é uma cousa sensiente, sob o ponto de vista de suas funções sensitivas. Mas se é isto ao certo, o que não admittem os homens da scienica oposta, busquemos entrar no fundo de seus raciocínios. Eu disse raciocínios; era — palavras — que devia dizer. Eis aqui:

« A alma que tem consciência de si mesma, tem pois consciência de um sujeito. Demais, este sujeito posse a faculdade de se conhecer. Por
conseguinte a elle compete ensinar-nos o que elle é, e se suas faculdades são, ou não, propriedades da matéria. Consultada sobre este ponto, a alma responde que ella se vé tanto melhor, quanto menos ella serve se dos seus cinco sentidos, que não descobre em si cousa alguma de semelhante às propriedades da matéria, que ella se sente a mesma hontem, que ante hontem e em todos os tempos de sua vida; que finalmente ella é de tal modo uma, que de continuo estabelece a sua propria unidade substancial, no meio da variedade infinita dos seus sentimentos e dos seus actos.

E' um pedaço interessante, o que acabo de citar. Subterfugios involtos em banalidades; — nada mais. A existencia de uma alma, tendo consciencia de si mesma, como de um sujeito particular, não é esta a questão, que se debate? Com que direito pois o philosopho supõe assim tão liquido o que constitue o ponto principal da dúvida? Melhor seria que se partisse de um principio incontestado, e que o combate se desse em um terreno commum.

Todos nós estamos de acordo em que o homem tem consciencia de ser um sujeito pensante. Resta, porém, a saber, se essa consciencia é um grao superior da evolução da matéria, ou é própria e sômente propria de um ente unido ao corpo, e ao qual se dá o nome de alma. Quem vem desatar o nó? No entender de Levêque e seus collegas, é a mesma consciencia. « Incumbe só ao sujeito pensante ensinar-nos o que elle é, e se suas faculdades são, ou não, propriedades da matéria. » Contesso que mal posso resistir á indignação causada pela leitura de taes futilidades. E a isto é que se chama philosophia?!...
O nosso autor increpa o seu adversário, por haver dito que a consciência, sendo um sentimento, não é negócio de vista ou de facto, mas de percepção interna; e assim, nada admira que ela tenha consciência de si mesma, como de alguma cousa que differe do corpo.

«Que significam, diz Levêque, estas palavras: — uma consciencia que tem consciencia de si? Jamais comprehenderemos que a consciencia exista no ar, a maneira de entidade escolastica. Nosso adversário sabe muito bem o que diz, para ter querido dar á entender que uma pura abstracção seja dotada de consciencia, de sentimento, de vida, em uma palavra.»

Não vio o digno espiritualista que esta censura lhe cabia em maior escala?! Se há uma philosopha, onde a consciencia tenha todos os caracteres de uma entidade, onde ella seja de continuo nomeada e invocada, á titulo de cousa real, autónoma, independente, é de certo o espiritualismo.

Não posso pois descobrir o motivo d'aquele espetaculo. Sim! a consciencia só tem, só pôde ter consciencia de si mesma. Se ella é a faculdade que o homem possee, de conhecer-se internamente na parte superior das funções mentaes, porque razão exereria outro mistério? Porque ella nada affirma sobre as funções inferiores da vida animal, inferir d'ahí que existem no homem duas substantias, é o culmuio do illogismo e do despropósito.

Muito bem disse Scherer que, não obstante a consciencia se sentir diferente do corpo, todavia permanece dubitavel, se a percepção interna não é, não pôde ser um attributo corporeo. Que responde o nosso autor? Pouco mais do que nada. «... Ou estas expressões de percepção interna e consciencia não tem sentido, ou exprimem uma faculdade de...»
um certo ser, e neste último caso a conclusão precedente se reduz aos singulares termos seguintes:
— o ente que tem consciência, se sente diferente
do corpo; contudo bem poderia ser ele o corpo,
do qual difere. »

Ainda aqui o filósofo mostrou-se um pouco
desorientado. Não há dúvida que a percepção in
 Interna é faculdade de um ser, mas este ser, — notese bem —, é o homem; o qual se sente organizado
e vivo, tendo na mais alta região do funcionalismo
vital esse poder supremo de conhecer-se diretamente,
como sujeito pensante. Em outros termos,
— e tal é, se me não engano, o que Scherer quiz
dizer, — a consciência é uma faculdade que se
presta sómente àquilo, para que foi criada, isto é,
por ella dá-se o conhecimento dos fenômenos
mentais; e deste modo, tudo que está fora de sua
esfera, torna-se-lhe estranho, e como que de na
tureza diversa.

Não existe realmente analogia alguma entre os
fatos de percepção interna e os que dizem respeito
ao corpo, observados pelos sentidos. Mas
isto nada infirma, nem confirma. A questão fica
em pé. O ser que pensa, e tem consciência, é, um
todo organico, onde se exercem inúmeras fun-
cções. O pensamento é uma delas; — a mais nobre,
a mais sublime, por certo.

Não acho razão de maior pasmo em julgar a
matéria organizada, de modo a produzir os pheno-
menos intelectuais, do que em vê-la dotada de
outras capacidades. De ordinario, o que nos faz
repelir essa doutrina, é um efeito de imaginação
grosseira. Quando se falla na matéria, ocorre-nos
de pronto uma série de objectos físicos, os
mais rudes e baixos, que se possa imaginar. Esta
mesa em que escrevo; — esta penna que manejo;
aquella pedra em que tropecei; — a poeira que
levanto de meus pés... — tudo isto material; —
quem poderá admitir que o pensamento brotasse
de semelhante argila? !
Ninguém de certo. Porém não fica aqui. Sim, a matéria é aquela pedra bruta; é a poeira que suspenso; — é a lama em que piso; — mas a matéria também é aquela flor que se embala aos anhe- litos da noite, e, a trinta passos de mim, derrama no ambiente perfumes deliciosos; — a matéria também é o rubro labio feminino, o seio alvo e palpitante, provocador de afectos e paixões; — sim, a matéria também é aquela estrela que brilha; — é o sol que flama; — e porque não pode ser a cabeça que pensa?...

O pensamento, — costuma-se dizer —, só pode residir em um espírito. A razão desta sentença? E' o que não se nos dá a conhecer, de modo satisfactorio. Pelo contrário, todos os argumentos adversos são frívolos, errneos, incapazes de produzir o mínimo abalo.

Evidentemente demonstrou o Scherer; e fora de esperar que Levêque não deixasse de lado, sem resposta, as considerações do eminente crítico. As provas do espiritualismo, diz este, se podem quasi todas reduzir a uma só: — a incompatibilidade absoluta da matéria e do pensamento; mas esta incompatibilidade é precisamente o que está em questão, de sorte que uma tal argumentação constitui um círculo vicioso. (10)

Que nova ordem de ideias oppo-se a tão grave e decisivo juizo? Nem uma palavra. Se não é que o filósofo entendeu dever guardar silêncio, neste ponto, pela impossibilidade da refutação, dir-se-ia que a causa parecia lhe demasiado fraca, para aumentar a sua resposta?... Pode ser; porém creio que obraria melhor, demonstrando essa fraqueza, e prevenindo assim, contra qualquer ilusão, os espíritos menos reflectidos.

E debaixo que ainda se rememoram os trabalhos de Cousin e Jouffroy, como os que mais se em-

(10) Mélanges... pag. 181.
penharam na sustentação da magna these espiritualista. Bem sabemos quanto suor de rhetorica e de eloqüencia pingou da frente do chefe do ecletismo, para elevar ao grao de uma verdade resultante de observação imediata a existência da alma espiritual.

Mas será preciso dizer que o próprio esforço empregado demonstra, pelo menos, a dificuldade da empreza, desmentindo claramente a pretendida immediação?... Onde estão os fortes argumentos que tornaram impossível qualquer duvida, e permitem aos novos psicologos falar da immaterialidade da alma, como facto indiscutível, evidente?

Não é sem muita razão que se lhes atribue o quererem impôr-nos esta sua hypothese, á título de dogma. Que importa que, para provar-a, não se recorra á dedução, porém se tenha o cuidado, como afirma o nosso autor, de excitar nos outros o sentimento da cousa, descrevendo com minuciosa exactidão os phenomenos, sob os quais a alma invisível aparece; ... que importa, dizemos nós, se tais descripções são contestáveis e realmente contestadas, pelo que trazem de exagerado e de falso?

O espiritualismo francez é um systema artificial, um filho degenerado da theologia catholica. Assás temos andado no seu piso, e ainda padecemos de suas illusões. E' mister acabar com as reticencias e os circunloquios ridiculos. Antes de tudo, e sobretudo, devemos ser sinceros. Não se altera; não se torce impunemente a verdade; tarde ou cedo, ella toma o ascendente; e a inteligencia, aliavida do peso dos prejuizos, como um galho tenro de arvore, onde pousava um abutre, prova a posicão que lhe é natural.

Os philosophos-sacristães, que se incumbem de conservar bem acessas as velas do altar, que parecem revestidos de sotaina e sobrepelliz, só lhes faltando a tonsura, para serem outros tantos padres pelo coração, devem olhar com espanto para o lado
do futuro. Approxima-se de certo alguma cousa de grave e profundamente extraordinário. E o espírito humano, considerado em suas eminências, que lança ao desprezo o resto dos brinquedos de sua infância. E a queda do último véo que ainda nos oculta muita verdade santa, apenas presen-
tida pelos raros eleitos da ciência, cruelmente im-
parcial como a natureza.

Outubro de 1871.
Sobre um escripto de A. Herculano (1)

A notícia de haver reaparecido, na scena literária, o celebrado autor da *História de Portugal*, devia naturalmente fazer vibrar a fibra da geral curiosidade.

O inesperado da cousa, o arredamento no qual o digno escriptor, ha alguns annos, tem estado das lidas e afins da vida pública, o renome que o circunda, e junto á isto, se não á cima disto, a carencia de ideias frescas, a escassez, em que vivemos, de livros portuguezes, mais legíveis e menos importunos do que os do costume, são circunstancias capazes de explicar o movimento causado pela nova producção do Sr. Herculano.

Capazes de explicar, e não de justificar, foi o que eu disse. Comprehendo a força dos motivos

(1) *Opusclos. Questões publicas* 1873.
que possam influir sobre jovens litteratos e amados, para de prompto acenderem o thuríbulo em honra de seu velho idolo. Ainda compreendendo que a nossa ignorancia do actual estado das questões, como elles se discutem, ou já se acham decididas na region dos espíritos cultos e elevados, nos de um certo direito de pasmar e exagerar o merito daquillo que se nos diz ser producto de um homem competente.

Não assim porém o desproposito, com que se crê pagar tributos de admiração ao escriptor festejado, proclamando o seu escripto a ultima palavra que dizer se possa, neste ou naquelle assunto; bem como, — o que é peior, — julgando de antemão e d'priori bellezas e primores de um livro, que não se leu. E' de facto o que entre nós acontece quasi sempre, com as obras receb nascidas de autores portuguezes.

Ainda os volumes estão na alfandega; o commercio bibliopolico ainda não abriu a factura de sua nova mercadoria, e já troam, por toda a parte, as bombas encomiasticas da obra gigantesca! Não é que os parvos cultores e aproveitadores dos menores rebolados das letras lusitanas tomem a pena de vir em publico dar conta de suas impressões. Nenhum delles sente-se obrigado a pôr em relevo pelos meios regulares de uma critica sêria, a grandeza escriptorial dos seus predilectos.

E' um negocio das ruas, dos cafés, das livrarias, onde os moços belletristas mutuamente se interpelam, sobre a tal novidade literaria, e lavram, como inspirados juizes, sem mais indagação, a sentença approbatoria de tudo que o livro encerra. Não sei como se deva qualificar tamanha levianidade; o certo é que ella muito contribui para o estado de miseria intellectual, que nos deprime.

Eu já o disse uma vez: — pelo que toca ao alto domínio das ideias, nós fazemos o que fazem os mendigos: sómente consumimos; nada produzimos. E não é uma grande prova desta indigencia
o *bon appetit*, com que roemos qualquer pedaço de pão velho, que por ventura nos atire a escassa compaixão dos letrados portugueses?

O Sr. Alexandre Herculano tem sábias razões para apertar-nos a mão, e confessar-se nosso amigo. Nenhum outro escritor do seu paiz goza no Brasil de tanta nomeada; — nenhum outro se poderia gabar da especie de culto, que aqui se lhe tributa.

As suas opiniões, em qualquer ponto, são citadas como oráculos, ante os quais é forçoso que nos inclinemos. As suas opiniões, disse eu, e todavia, se tentasse agora mencionar alguma delas, mais notável pela profundidade e originalidade, não seria hia facil descobri-la. Tanto é certo que o celebre escritor não é fecundo em grandes pensamentos, não é um homem de sciența, uma cabeça moldada para as altas ideás.

Quem pedisse aos seus admiradores uma prova do contrario, pôs-os-hia cruelmente em sérios embraços. Com effeto, o Sr. Herculano não se distingue, entre os espíritos medíocres que abundam em Portugal, senão pelo talento de ostentar-se carrancudo e imperioso, mesmo dizendo as coisas mais frivolas.

Ele é sobretudo dotado de uma singular habilidade: — a de tomar posições e distancias adequadas ao realce de sua figura. As montanhas, vistas de longe, são de um bonito azul celeste; — nada faz pressupor as asquerosidades, que elas apresentam, quando de perto observadas. Este fenômeno repete-se igualmente na ordem moral.

Ha homens que devem as suas aparências de grandeza ao jogo da luz através da atmosfera, que os envolve. Nesta classe está inscripto o Sr. Herculano. Insuflando-se e estendendo em torno de si um pêlo de orgulho, tem podido parecer aos seus compatriotas e a nós outros brasileiros, pouco exigentes, o que de facto elle não é.

Sob um tipeiro verniz de cultura européia, esconde o escritor ditoso todos os sinaes da car-

7 F.
côma portuguesa. Sem aquella harmonia de facul-
dades, que constitue o homem de genio, elle se
mostra cêgo de todas as cem vistas do espirito,
excepto uma só: — a vista do passado, a intuição
dos velhos tempos.
D'ahí a limitação e a estreiteza: — para elle
não existe o que não entra no campo objectivo do
seu telescopio. D'ahí o modo estranho de preten-
der podar a sciencia, reduzindo-a, quanto possivel,
ao tronoô emora da historia; e ainda esta, concen-
trando a demasiado na historia da sua terra!!
Ajuize se do grão de força mental, da facilidade
de vôo, da largueza e clarividencia, que pode ter
um escriptor assim predisposto, assim nutrido e
enfasado.
E' debalde que o Sr. Herculano assiste aos
grandes movimentos e mutações intelectuaes do
nosso seculo; a philosophia e a religião, elle não
sabe em que pé se acham.
Por mais que carregue o sobrêlho e queira dar
mostras de serio pensador, sorpreende-se o de
prompto a imitar o riso de Voltaire. Elle pertence
ainda ao lado peior, e o mais vulgar, da escola deste
mestre. E julga-se, com isso, muito adiantado!...
Rir-se dos homens, escarnecer dos padres, des
denhar o culto da Virgem, e outras galhardias da
espécie, tudo isto lhe parece natural e permisivel.
Mas, por exemplo, escrever uma só phrase que
viole os santos preceitos da lingua de Vasco Eannes
de Azurâra e Fernão Mendes; não respeitar em
cheio as tradições idiomaticas do reino, è para elle
o cumulo da barbaria, è uma cousa horrorosa, in-
supportavel. Que espirito acanhado! Que pertur-
bação de vistas!!
O Sr. Herculano teve, no meio da sua activi-
dade, uma ventura rarissima: — achar-se frente a
frente, em lucta renhida, com um clero ignorant;
o qual assim concorreu para dar-lhe todo o brilho
e renome ulterior. Esta circunstancia, ladeada de
outros motivos, não menos poderosos, como o es-
rado do tempo, a falta absoluta de ambiente crítico, explica perfeitamente a causa do fenômeno. E é sem dúvida um fenômeno digno de estudo a nomeada de que se lisonjeiam certos homens, cujo mérito, em alguns pontos real, é todavia inferior ao papel que distribue-se-lhes no quadro litterário.

I

Estas considerações que, muito há, se formaram em meu espírito, acabam de fortalecer-se com a leitura da nova obra do escritor português. O público bem sabe a que me refiro. Ahi anda por varias mãos um pequeno volume, onde se leem produções de data e índole diversa.

Não se espere de mim, que tenha a paciência de acompanhar o autor, artigo por artigo, linha por linha, na apreciação do seu trabalho. Ainda bem que o livro é dos que se pode, como diz Taine, atirar para o lado, depois de vinte páginas; começar pelo fim ou pelo meio, segundo apraz ao capricho do leitor.

Assim, tenho por lícito deixar intactos os demais pedaços, e ocupar-me unicamente do último:

— A supressão das conferências do Casino. É uma longa carta, que dirigio o litterato a não sei que personagem, e na qual trata de assunto momentoso.

Não é que eu julgue tal o pretendido attentado do governo português contra a liberalidade da palavra, nem tão pouco o discurso proferido, ou que deixou de proferir-se em conferência pública, sobre religião. O que aqui há de importante para mim, é a exhibição das ideias do autor, em matéria actualmente debatida, e que releva esclarecer cada vez mais.

O moço orador, à quem tolheu-se a palavra, e o ministro de então, se escondem-se por detrás da questão superior que o Sr. Herculano propoz-se
discutir em sua carta. Se com êxito ou sem elle, é o que seria facil demonstrar a leitores desproveênidos, e que, para julgarem productos de tal ordem, tivessem mais perfeito criterio. Ante espíritos, porém, que se arrebanham em torno de qualquer autoridade, sem condição alguma, não é tarefa pouco melindrosa.

Entretanto apreciamos a substancia desta carta; — o que vem nella de realmente notável?

Aquí ocorre-me um dito espiritual. Fazia-se, em presença de Lessing, a apologia de um livro, no qual havia muita verdade e muita novidade. «Nur Schade, acudio elle, dass das Wahre darin nicht neu, und das Neue nicht wahr ist...» é pena somente que o que tem de verdadeiro, não seja novo, e o que tem de novo, não seja verdadeiro. »

Resposta igual poder-se-ia dar aos ingenuos encomiastas do escripto que mencionamos.

Na sua advertência prévia, o autor declara que a data de cada um dos opúsculos contidos no volume é um dos elementos indispensáveis, para estes serem julgados com justica e imparcialidade. Ração ainda mais forte me sustenta, na preferência que deio ao derradeiro. E de 1871; e como tal, deve melhor reflectir as feições do homem de hoje.

Mas infelizmente, à julgar-se pelo fundo de todo o livro, não há progresso nem regresso. O Sr. Herculano de ha dous annos é o mesmo de ha vinte e ha trinta. Ouçamol-o mais de perto.

O digno escriptor insurge-se contra o acto oficial que suprimiu as conferencias, por lhe parecer peior que uma ilegalidade, por lhe parecer um desproposito.

Eis os motivos: «O que seria escutado, diz elle, e em grande parte esquecido, por cem ou duzentos ouvintes, será agora lido e meditado por milhares talvez de leitores. »

Mal se pode comprimir o riso que provoca esta observação. E' increível que o Sr. Herculano conheça tão pouco o seu paiz e a sua gente, para
assim aplicar lhes o que lhes não assenta. Mui alta ideia forma elle da sciencia dos rethoricos do
Casino!

Pois não via que os discursos desses moços, podendo em reuniões publicas alterar a ordem e o
socego geral, desde que só se fizessem notorios por meio da imprensa, perderiam nove decimos do
valor intrinseco? Sou de parecer que o governo portuguez revelou-se, neste ponto, mais adiantado.

O escriptor é em regra um homem calmo: — o orador é em regra um homem de paixão. Não é

tudo. Os escriptors que não saem de um profundo trabalho de reflexão e metodo cientifico, des-
troem-se por si mesmos, não podem conquistar ad-
hesões bem fortes e por ventura perigosas.

Quem nos diz que as falladas conferencias não eram deste quilate? A isso responde satisfactoria-
mente, irrefutavelmente, o mão estado da cultura em Portugal, o almiscar de pedantismo ignarro, á
ressumbrar das poucas e estereis tentativas intelle-
cuas, que a mocidade ali commette.

A illustração europêa, maxime a sciencia alle-
man. não tem lá um só representante. Sim.—Por-
tugal não tem um philosopho, não tem um theo-
logo, não tem um critico investido das verdadeiras
ideas e tendencias do mundo actual. Onde achou,
pois, aquella meia duzia de jovens pretenciosos
força bastante e bastante consciencia para prose-
guir em seus commetimentos?

Não é mais do que ler algumas paginas de
Renan, e ir depois ao Casino conferenciar sobre os
historiadores criticos de Jesus?!... Não é mais do
que pedir ao arsenal de Michelet algumas phrases
mais percutientes, mais retemperadas de voltaire-
nismo, e apresentar-se em publico, atacando a re-
ligion do Estado, por meio de discursos mal con-
cebidos!

O Sr. Herculano não quiz vêr onde estava a
raiz do mal. Como todos os que teimam em ser
catholicos, fazendo seleccões no corpo da doctrina
confessional, não admitindo que na ambona do velho dogma se derrame vinho novo, e que se esforça por inculpar o governo de não ser quantos abusos e desleixos.

Entretanto, é evidente, para quem não se deixa obcecar pela poesia de caducas antiguidades, e tão pouco por ideias preconcebidas de extemporâneas reformas, é evidente, repito, que qualquer governo onde haja religião legalmente instituída, não exoribilita em procurar defendê-la. Pode ser, com suas medidas de higiene moral, anti político, inconveniente, porém sempre no terreno da legalidade. Contínua o escritor:

«Diz-me quem se tomou por pretexto da supressão das conferências o desagravo da religião ofendida. Erro deplorable. Ideia perseguida, ideia propagada: lei perpetua do mundo moral...»

Enganava-me, quando supunha que o autor não era homem de render culto ao palavreado estéril. «Idéia perseguida, ideia propagada...» duplo dislate. Primeiramente: — quando se possa ainda hoje repetir, em tom de verdade incontestável, essa frioleira, — vinha fóra de propósito aplicada ao caso vertente.

Qual era a grande ideia, a ideia imortal e sobrevidoura a sua perseguição, que os moços do Casino apostolavam? Ora... esta! E não faz uma certa impressão cómica o sêrio, com que fala o velho historiador daquele entretenimento de rapazes pouco escrupulosos?...

Depois: — onde é que está positivo, como lei perpetua do mundo moral, que a ideia perseguida é ideia propagada?...

Que um espírito ligeiro, acostumado a nutrir-se de bagatelas, viuses nos repetir por sua vez este apologemna decrepito e erroneo da injustiça do martyrio, podia-se tolerar. Mas um homem que escreve história e deve saber-a: um homem para o qual as frases consagradas não podem ter valor, à cima dos factos, dar-se ainda ao trabalho de citar.
o cositurno, e proferir uma futilidade, é o que não se desculpa.
Sem base psicológica e histórica, esse dito, muito em voga na boca dos declamadores, tem por si tão somente algumas aparenças. O christianismo, mal estudado, oferece-as no seu começo. Mas já não é permitido deixar-se iludir por elas. Pondo de parte o milagre, que ninguém sensate-mente invocará, como razão, o que seria feito da religião cristiana, se lhe tivesse faltado o apoio do braço imperial?...
Sem Constantino, o sangue dos martyres teria servido para afogar a nova idéia. Se o christiasmo, como é costume dizer, subiu ao throno com esse soberano, todos sabem que Juliano foi o descender; e de um modo que seria decisivo para o futuro, se o illustre apóstata reinasse por mais tempo, ou tivesse sucessores de igual força.
Em épocas menos remotas, o ferro e o fogo extinguiram heresias, que não se propagaram. Francisco I queimou protestantes; o que é a França de hoje? Profundamente católica. A perseguição baniu a reforma. Se Luiz XIV, diz um autor competente, fora um princípio tolerante, um quarto da população provavelmente seria herética.
Onde estão pois os fundamentos da tal perpetua lei do mundo moral? Se a perseguição da idéia do Casino vae gerar a propaganda, porque razão a idéia católica e ultramontana, onde quer que tenha sido perseguida e expulsa, também não ha de geral-a? A lei é uma e a mesma para ambas.
Deste modo, seria fatalmente necessário que, por exemplo, os jesuítas na Alemanha ainda re-conquistassem os postos perdidos. Dispensando a intervenção de Deus, e só por força da lei citada, Pio IX e sua gente poderiam conceber fundadas esperanças. (2)

(2) Isto era escrito no tempo em que a chamada Kultur-kampf mais renhida se travava na patria de Bismarck.
Por quanto, se não é que para o digno escritor e seus irmãos em pensamento, os jesuítas não tem uma ideia, não representam princípio algum da ordem social e religiosa, — o que seria pós-se fora de todos os limites do bom senso e da razão,— está claro que, sendo perseguidos, devem adiante levantar-se mais robustos e cheios de nova vida. E' o que exprime a dedução logica, inevitável, do pretendido axioma, pomposamente invocado pelo Sr. Herculano, e que aliás não passa de um reflexo do supra-naturalismo, da intuição milagreira do espírito católico. E, pois que essa consequência importa um facto, não dê-lhe-hei o nome de absurda; — mas tenho-a por phantástica, anachronica, impossível.

II

O escritor portuguez é singular em suas appreensões. Reconhece que os discursos do Casinó não tinham bastante força para derrubar a religião de S. Paulo e de S. Agostinho, de S. Bernardo e de S. Themaz, de Bossuet e de Pascal. Bem reconhecido. Ha somente uma cousa a esclarecer:— é que esse resultado nunca dar-se-hia, não por se tratar da religião de S. Paulo, mas por ter ella contra si os discursos do Casinó. Eis a verdade.

« O perigo, ainda diz elle, o perigo, não absoluto, mas relativo, está n'outra parte. Agredido pela frente, o catholicismo pôde aplicar á si, melhor que o protestantismo, o verso do belo hymnario de Luther:

Ein'feste Burg ist unser Gott.

Não se toma a fortaleza divina; mas pôde ser minada e aliviada por uma guarnição desleal. E' este actualmente o grande perigo que a ameaça..."
Phrases tais me parecem muito appropriadas
da dar a justa medida do estado mental do Sr. Her-
culano, em relação às questões religiosas do tempo.
Com efeito, o que ele chama agredir o catolicis-
cismo pela frente, é menos adaptável às conferen-
cias do Casino, do que a outros movimentos lite-
rarios da actualidade.
Será que as produções de um David Strauss e
Christiano Baur, com toda a immensa cohorte crí-
tica, não sejam agressivas da velha Igreja? Será
que os grandes trabalhos da exégesis bíblica não
vão directamente abalar os fundamentos da religião
de S Thomaz? E é certo que nada tem a temer
desses ataques, tanto mais terríveis, quanto mais
calmos e sinceros??

Digamol-o sem receio: — é mister que o
Sr. Herculano, ou ignore absolutamente o que
existe lá por cima, nos domínios superiores da
scienza contemporanea, pelo que tóca à podridão
intima, irremediável do catholicismo; — ou seja
um crente, no rigor do termo, um daquelas faná-
ticos devotos, que sacodem a cabeça o, como Joam
de Wit, recitam o justum et tenacem propositi virum,
à medida que se lhes impõe a tortura cruciante da
evidencia dos factos.

Sim, é preciso que elle se ache em uma destas
posições, para tornar concebível e explicável a sua
confiança no poder immorredouro da religion cat-
tholica. A lembrança do verso de Luther, que lhe
approve repetir-nos, mal disfarça o caracter ortho-
doxo de todo aquelle periodo êco e retumbante.

Com identicas palavras poderia, em vez de Lu-
thero, invocar o nome de algum santo, e acabar
o phraseado pelo — et porte inferi non prævalebunt
adversus eam. Não daria assim — de certo, ao seu
escrito o viso de novidade, as apparencias de livre
pensar, com que tanto se iludem os idolatras in-
cautos do escriptor portuguez, porém seria mais
franco e menos incoerente.

Quem não duvida dos predicados sobrenatu-
raes, que adornam por excellencia o catholicismo, quem n'elle vê a fortaleza divina, inexpugnável e, eterna, ê para admirar que n'outras pontos se revelê tão aspero e severo. Não lhe assenta semelhante rigidez; - ha uma desharmonia, ao mesmo tempo anti-scientífica e anti religiosa, que já não sóa bem aos ouvidos da nossa epocha.

As agressões de frente, à que se referio, são mais fortes e mais serias, do que dão a induzir os discursos, de Casino Todavia, para elle, ou por desconhecê-lo, ou por menosprezal-o, o perigo não é esse. O mal vem do proprio seio da Igreja, do clero faccioso e sem convicções. É a vulgar cantilena dos sonhadores de reformas para o irreformável; é o grito de guerra que repetem os arautos do chamado velho catholicismo ou neoprottestantismo: duas palavras que dizem a mesma cousa.

Mas, antes de prosseguir, importa ainda ponderar aquella expressão faradesc, na qual bem se revelam as curtas vistas do escriptor, dando ao catholicismo o direito de aplicar á si, «melhor que o protestantismo» as citadas palavras de Luthero. Porque «melhor?» — se lhe pode perguntar; e a resposta não seria muito prompta.

Entrevê-se que o autor, pouco original, modelou suas ideias religiosas pela Historia das variações, e, não menos talvez, pelo livro árido, estéril, do padre Balmés. Está por conseguinte horrivelmente atrasado. D onde quer que tenha recebido uma tal intuição, é manifesta a sua incompetencia para entrar nestes assumptos, de um modo vantajoso e digno da questão. Mal sabe que a solididez e o rigor preconizados da religião de Bossuet são justamente o que torna irremovível o seu desmoronamento.

Desde que o templo ameaça desabar, é impossível sostê-lo, porque a queda está determinada pelos proprios atributos imanentes ao espírito que o anima. Incapaz de desenvolvimento, no sentido positivo, porque cedo e muito cedo deu-se por completo em sua organização, o catholicismo só
tinha à desenvolver-se no sentido negativo, isto é, tornar patentes e cada vez mais sensíveis os germes de morte que pousam-lhe no fundo, como eles jazem no fundo de todos os factos e aparências da vida.

Eis aqui, pois, o motivo da desordem que hoje domina no gremio da Igreja, e que a tem posto em estado de não poder resistir às duras influências da atmosfera do século.

E' um estribilho antigo e já de pouco alcance, este contínuo clamor contra o chefe eclesiástico e os mais funcionários da grande sociedade, como sendo a causa unica da derrota, da miséria e corrupção que devoram as entranhas da bella esposa de Jesus. Entretanto, um olhar psicológico lançado com atenção no intimo do crente, maxíme do católico, autorisa a se julgar que o fenómeno é muito natural, e ha de repetir-se em todas as fases críticas da história religiosa.

De feito, quem admite a ideia de um instituto divino em sua religião; quem aceita como irrefragável o princípio da santidade e imaculidade das doutrinas que professa, bem como o da perpetua duração da grei, a que pertence; quem crê sincero em tudo isto, não pode deixar de ir ao encontro dos factos com clamores e appelos daquella ordem. Se a Igreja é divina, se a Igreja é perdurável até o fim dos tempos, como explicar tantos vicios e achaques que a deturpam, que prometem derrubá-la?

Como justificar as largas brechas que se fazem na barca de S. Pedro, e pelas quais elle mesma, como diz o Sr. Herculano, « se podesse perecer, » correria grande risco de não completar o vigesimo século da sua existência? Attribuir a qualquer força exterior o poder de assim abalal-a; procurar causas estranhas e independentes do seu domínio, não seria pór em dúvida a origem miraculosa e o carác ter transcendental da religião de S. Paulo?

Incontestavelmente. Logo, é mister um certo refugio para as crenças estremecidas pelo choque
dos acontecimentos, e também algum subterfúgio, para salvar da anulação total os preconceitos communs, tristemente batidos e postergados. D'ahi todo esse irromper de cholera contra os padres; — d'ahi todo o barulho levantado, em nome da necessidade, cada vez mais urgente, de oppor um dique à inundação da seara divina pelo oceano de abusos e desatinos, que rebenta do seu proprio terreno.

Se é certo que as portas do inferno não podem prevalecer diante da Igreja, não é igualmente exacto que ella deixe de poder ferir-se, estragar-se, aniquilar-se a si mesma. Não pôde perecer por mão alheia; mas esta impossibilidade não abrange o suicidio. E' portanto indispensável que seja o clero quem receba toda a pancada desta logica dos crentes, que sabem intercalar as risadas de Voltaire nos soluços de Jeremias. Este modo de explicar a propria derrota é ainda uma forma, um testemunho de orthodoxia.

Mas salta aos olhos o despropósito, a inanidade completa das razões insinuadas: « O clero de Pio IX é faccioso e sem convicções... » Occorre perguntar: — e por ventura andou mais avisado o de Clemente IV, Gui Folquey, o poeta provençal, que, subindo ao pontificado, julgou dever conceder com dias de indulgencia a quem recitasse o seu poema dos Sete gozos de Maria? E o de Clemente V, o simoniaco, foi menos immoral e cheio de misérias?

Foi menos desconvicto e faccioso o clero, inferior e superior, de outros tantos vice-geraes, como Benedicto XII, o ebrio, Clemente VI, o impudente, de quem diz uma chronic da epocha: a rapine et fornication estoit toute sa gloire?... Para que assim querer-se hoje concentrar a força do mal no coração da Igreja, quando elle existe no ambiente do espírito católico, em forma de tendencia e aspiração geral, ou já incorporado aos grandes feitos da scienca moderna? — Fatal obcecação!
E' uma ideia exacta, em si e por si, que na actual evolução do catholicismo, os jesuítas formam, como dizem os alêmães, o momento móvil, o momento agitador, *das bewegende Moment*. Mas esta ideia pode ser exagerada, e abrir campo a muitos estragos e vistas falsas. O menos que acontece, é não poder se mais enxergar, senão planos jesuíticos em toda e qualquer acção catholica, individual ou collectiva; — circunstância que impossibilita o exame científico, objectivo dos factos novíssimos.

Se um tal modo de ver, estreito e parcial, não tem sido evitado por espiritos de outro voo, como é na Alemanha Wolfgang Menzel, a quem um escriptor d'áli, {3} ainda ha pouco, fazia a crítica desse vício impregnado na ultima obra do notável historiador, qual seria, em ponto semelhante, o destino preparado ao Sr. Herculano, pelo rancoroso e enxegado de seu elhar contra tudo que pareça vir do clero ?! E' certo que devia fatalmente cahir nos despropositos da phrase estolida e impensada.

Vejam como elle lamenta que « o orador do Casino não conhecesse melhor a doutrina e a tradição *verdadeiramente* catholicas, porque havia de ser menos injusto com o catholicismo, embora não fosse menos severo, ou talvez o fosse ainda mais com os padres... »

E' o nosso autor conhece a doutrina e a tradição *verdadeiramente* catholicas! ?... E' muito feliz! Deve se lastimar que ainda não quizesse dar-nos, neste sentido, algum fructo de suas locuções historicas, e porém, em estado de melhor consi-

---

{3} *Magazin fur die Literatur des Auslandes* — 1873 — n. 19

— pág. 290.
derar a importância do assunto, como também
de entender melhor o próprio Sr. Herculano.

Mas eu me iludo: — este escriptor, posto que
velho e amestrado, segundo afirmam, no manejo
da pena, ainda é, e sempre será, um tributário
submissdo do palavreado imponente, que faz efeito,
que deixa o leitor perplexo, quando não de todo
inclinado à dar lhe razão. Já houve quem dissesse
de Chateaubriand, que elle não era tanto um escri-
ptor, como era um magnifique fiseur de phrases.

Bem sei que seria cruel involver a ordinária
estatura do portuguez na chiamide homérica do
autor de René. Corria o risco de tropeçar e cair,
embaracado nas largas dobras da purpura genial.

Todavia, excepto o magnifique, aquella expres-
são se adapta ao nosso literato. E quer se ver,
entre outras, uma prova irrecusável dessa mania
de brinar banalidades, ou de esconder a pobreza
das ideias, na capsula da phrase adocicada? Repa-
re-se bem neste pedacinho:

«Cuidando apertarem á praia ignotas, os
publicistas mais de uma vez tem plantado padiões
de descobrimento em regiões onde, embora occu-
tos pelos musgos e sarças, os padiões da cruz estão
plantados ha mais de mil e oitocentos annos.»

Fosse isto expreso em termos claros e positi-
vos; não tivesse o escriptor buscado encobrir as
rugas do seu pensar, sob esta ponta de vêo azul
dourado, que ahí fica á tremular na imaginação dos
leitores, e o erro seria de uma hedionda grossura.

Porém a cousa é mesmo feita para deslumbrar.
Quando depois de quaranta linhas, todas trazidas
na direcção do dislate ou da antiquália inaprovei-
tavel, o leitor pouco instruido começa à arregalar
os olhos, atira-se-lhe em cima um punhado de faís-
cas, que o deixam por instantes meio cego e in-
capaz de reflectir. A victoria é infallivel.

O espirito do publico legente, no Brazil e em
Portugal, ainda voa muito rasteiro. A maioria ab-
soluta é dos que gostam de ir á beira-mar, não para
immergir o pensamento na profundeza e migestade do abismo, mas tão sômente para contemplar as inflexões poéticas das vagas, bolhas da superfície, as reflexões poéticas das vagas bolhas da superfície, as inflexões poéticas das vagas. São esses que não tiram o seu chapéu à logica das ideias e dos factos, mas se curvam diante da metáfora. Aguardam anciãos o phraseado que vem de longe, marinhento, escumoso, insistente; tomam no resto a pancada da onda que os ento- tace, e gritam convencidos: muito bem! Isto é que é raciocinar!

Permita-se-me aqui lançar a seguinte nota. Ultimamente, um escrutor de Berlim, Heinrich Homburger, em artigo relativo às três maiores nações da raça latina, disse com bastante senso: — e Nas margens do Arno e do Tibre, a metáfora é um encanto, uma arte, uma delícia. No Ebro e no Sena, ella é um argumento... Die Metapher ist am Arno und Tiber eine Zier, eine Kunst, ein Genuss. Am Ebro und an der Seine ist sie ein Argument s. (4) Comprehende-se que a Italia virá portanto à ser a mais ajuizada.

Não é este porém o fim da minha menção. Se não se presuppõe extensivo à Portugal o que ahí se diz da Espanha, seria iníquo ao Ebro e ao Sena adiciona a Tejo? E non só o pobre reino, de cerebro acabado e um pouco rigo para as sérias meditações, mas também o seu appendice intelectual de aquem do mar, o triste império da America, seria injusto abrangel-os todos na mesma categora da predilecção pela rhetoric? Responda a jornalística estéril dos dois países, onde as questões menos aptas para o torneio phraseológico, tomam sempre um aspecto oratório, uma atitude tribunice, graças ao culto profuso dos manejos e posições estuadas.

Respondam os seus parlamentos... oh!... e o que hão de elles responder? O que todos nós

(4) Die Gegenwart — 1873 — n. 44; — pag. 162.
sabemos desses focos de atraso e entorpecimento publicos. E' ainda o imperio da rhetorica, mas da rhetorica chatamente classic: — o lugar commun e a declamação. Respondam as conferencias, os discursos bellesrísticos da epocha, nos quaes só se depara com as ninharias do fundo, e as douraduras da forma.

Tal a verdade, francamente expressa. E, não obstante possuirmos o mesmo séstro de palavreado, que destupa os nossos irmaos na lingua e civilisação români:ca, contudo nunca tivemos, não temos um grande orador como Castellar, nem um pequeno, sequer, como Gambetta.

Neste sentido, que diremos do nosso litterato? Ainda é tempo de juntar mais alguns traços á sua caracteristica.

IV

Indubitavelmente o Sr. Herculanho tem todas as qualidades herinentes, não tanto á raça, como á cultura latina, um pouco oxidadas pela gelidez do clima social, em que reside. Rara vez se ha de encontrar, em espiritos que pensam, afirmada, com mais arrojo e menos talento, a inconsciencia de um não estado scientifico. E' deballde que elle se exaspera contra os homens que dirigem o seu paiz, e se esforça por fazer crer que não é comprehenda, que ali não se aprecia, porque também não se mede, ou não se atinge á altura do seu pensamento.

Presupondo-lhe a sinceridade, julgo-me obrigado a denunciar-o como victima de uma illusão. Elle está precisamente ao nivel do senso portuguez; — é um antor que reflecte pelas duas ou tres únicas facetas do seu espírito, alguma cousa embaçada, todos os estragos e lacunas da nação a que pertence. Como foi pois que lhe incutiram, se é que não
haurio no proprio fundo da sua valia, a cruel pretenção que o atormenta?

São cousas do nosso século, para o qual estava reservado o glorioso mistério, posto que ainda não preenchido, de tudo compreender e tudo perdoar. São fenômenos ordinários da vida intelectual de qualquer povo semiculto, que se ilustram por inotivo psicológicos e sociais. No estudo do seu desenvolvimento e na ponderação do meio em que elle vive, descobrem-se as razões genéticas do engano, ao qual cedeu o velho escritor. Bem se lhe pode, até um certo ponto, desculpar esse defeito.

Até um certo ponto, — disse eu; — porque não acho razão para perdoar-lhe a mania voluntária de entregar-se a não sei que nova espécie de orgulho literário, pelo qual julgou punir a indocilidade da sua gente, nada mais escrevendo, nada produzindo! Também não compreendo que Achilles, depois de retirar-se agastado, volte outra vez ao combate, se elle não vem para mudar a sorte da peleja, se não traz novas forças e novas armas, capazes de abater o inimigo.

Recolhendo-se ao silêncio, por um largo tempo, tinha o Sr. Herculano o indeclinável dever de não quebrar-o jamais, senão apadrinhado com alguma ideia fecunda e altamente meritoria, que nos viesse anunciar. Mas levar emmudecido um grande mortalis eis spatium; — provavelmente lendo e estudando, pois não se concebe que podesse desprezar os livros; e no dia em que se arrepende do protesto, em vez de outro presente mais interessante, tirar da algibeira um pobre livrinho de antiguidades e bagatelas... é com efeito uma cousa extraordinária.

Sobre de ponto a estranheza do sucesso, quando se considera a dignidade da matéria discutida, em o pequeno escripto, a que me hei referido. É difícil resistir a um certo sentimento de desgosto e menosprezo, diante do modo anachro-
nico e um pouco sediço, pelo qual o autor, entre nós celebre, se exprime sobre a Igreja de Roma.

Catholicismo de lei, qual se supõe, e não seguidor do papa com os seus jesuítas, — distinção que me é incomprehensível, — arremete violento contra as últimas tendências do romanismo religioso. Como se elas não sejam rebentos naturais da árvore secular, a cuja sombra quer permanecer o pensador português! Como se esse romanismo não exprima uma fase evolutional da história do catholicismo! Como se Pio IX, que subiu ao trono em uma época ainda cheia de intuições e aspirações românticas, não seja, como tal, um romântico perfeito, sonhando com a idade média, e buscando renovar o esplendor perdido da vélha instituição...

Singular, singularíssima ideia é de certo a que agarrou-se ao cérebro destes homens, pretendidos conselheiros de reformas salutares para uma religião, em cujo poder já elas não acreditam. E fomem de dizer, só uma de duas coisas explica essa anomalia: ou pouca sinceridade, ou a falta de psicologia do próprio estado moral.

Não é sem muita razão que o sabio belga Fré
deric Laurent se insurge contra alguns philosophos e outros escritores da actualidade, os quais no seu entender, não ousam pensar livremente, ou não ousam dizer o que pensam. — « Ils traitent la religion catholique avec une indulgence, que nous appellerons coupable, parcequ'elle donne des espèrances aux partisans du passé, et qu'elle rejet dans les chaines de la superstition les faibles et les timides, toujours hénreux de trouver un prétexte pour couvrir leur lacheté. » (5)

E que diremos d'aqueles que, sustentando por timbre o nome de catholicos, querem justificar as suas rebeldias, accusando a Igreja de perdida e desvairada nas mãos do jesuitismo? Confiesso que

(5) Études sur istorie de l'Humanité... La religion de l'Avenir, — pag. 12.
estes novos protestantes causam-me a impressão de filhos desalmados, que recusassem pedir a benção à sua mãe, sob o pretexto ficio de que ella não respeita a memória e as cinzas de seu pai.

São sobremodo ingenuos os taes reformadores, para quem existem dous catolicismos, um falso, que é o de Roma; — e outro verdadeiro, que é o deles. Oh!... santa naividade! — Que lhes fará compreender o disparato de suas pretensões?

O Sr. Heroulano, de instincto ou de industria, pertence à moderna escola anti-romanista. E elle quem diz: — « O caracter fundamental do catolicismo verdadeiro, do catolicismo que nos inculcaram na infancia, era a immutabilidade, a perpetuidade e a universalidade dos seus dogmas e das suas doutrinas, na successão dos tempos; — caracter precisamente descrito no celebre Commnitorium de Vicente de Lerins. Nessa crença, tão incomprehensivel seria a supressao de um dogma antigo, como a addição de um dogma novo.

Não achá o leitor que estas palavras põem á descoberta uma sofrivel dose de insciencia e pobreza de ideias? Porventura, o catolicismo do Vaticano, o que existe actualmente, considera os seus dogmas e as suas doutrinas menos imutaveis, menos universaes?

Julga elle fazer a addição de um novo dogma, quando declara a immaculidade da Conception de Maria, ou quando diz que o papa é infallivel? Pelo contrario, elle se apoia em textos sagrados e invoça a autoridade patrística. (6) Se é bem ou mal fir-
mado o seu apello, não incumbe aos fieis investi-
gar; e desde que assim praticam, desde que se ar-
rojam à pedir contas à Roma do seu procedimento,
levantem a bandeira de revolta.
Catholicos que não aceitam a infallibilidade
do pontifice romano, são como os protestantes que
não creem no carácter teopneustico das santas
escrituras; isto é, trazem um título, do qual não
se mostram dignos, visto que arrancaram do espi-
rito a mais brillante insignia da sua religião.
Protestantismo sem biblia, catholicismo sem
papa, são grimacias que deturparam a face do seculo;
são fenómenos que bem podem figurar ao lado
de um christianismo sem Christo. Nossa epocha
está presenciendo todas essas maravilhas.
Quando se affirma, com o fim de combater as
ultimas decisões da Igreja, que o catholicismo ver-
dadeiro não permitia a addição de um dogma novo,
exibe-se um documento de ignorancia e não pe-
quena. A dogmatica catholic a tem uma historia;
o que vale dizer que ella tem tido um desenvolvi-
mento. Os dogmas que hoje se impõem à fé, não
se formularam todos de uma vez; nem també
apareceram por capricho: — elles foram provo-
cados pela necessidade dos tempos.
Desde o primeiro concilio de Nicea, em 325,
ate o quarto laterano, em 1215, o catholicismo
tinha podido viver e dominar com os dados da sua
historia e das suas tradições. Entretanto, Innoc-
cencio III fez consagrar-se o mysterio dos myste-
rios, a transsubstanciação; ajuntando deste modo
um novo élo à dogmatica existente. Como é pois
que se nos diz que antes de Pio IX, era cousa in-
admissivel augmentar o conteúdo da fé? Sr. Ale-
xandre!!...
Ainda que as palavras do theologo gaulez, Vic-
cente de Lerins, se prestassem ao sentido que lhes
deu, não devia o nosso autor limitar-se á repetilas-
como expressão de uma verdade geralmente ac-
cetada. Devia porém buscar saber os motivos e as
circunstâncias que dictaram esse modo de pensar, um pouco em desharmonia com os factos.

E' notório que escrevendo no século V, o theólogo tinha em mira ir de encontro às inovações religiosas do seu tempo. As suas vistas portanto nada auxiliam para ajudar-se do desenvolvimento ulterior do catolicismo. Causa riso a gravidade, com que o Sr. Herculano declara que a religião da sua infância era tal qual a descritiva em poucas frases, há mil e quatrocentos annos, Vicente de Lerins!

Mas ia-me esquecendo de pegar o escriptor em flagrante delicto de ignorância histórica. « O símbolo salvo, diz elle, pelo concílio de Nicéia, e pelos esforços de S. Athanasio, continuou até nós imutável. » Isto é improprio de um espírito culto. Já observei, contra essa ideia, que o dogma da transubstanciação, do qual aliás não falta o símbolo de Nicéia, apareceu no século XIII, sob o pontificado de Innocencio III. Posso ainda observar que a crença no purgatorio, da qual também não se ocupou a teologia Nicena, e que S. Agostinho tivera apenas por uma hipótese verossímil, veio á ser dogma muito posteriormente, no sexto século. (7)

Ha melhor demonstração do erro que palpita naquelle asserto do autor português? Não fica ali porém o seu atraçamento. Na falsa convicção de que o catolicismo permaneceu imutável em sua dogmática primitiva, até pouco tempo, elle entra no dominio do direito publico, e abre a Carta:

« Disse o legislador que a religião catolica, apostólica, romana, continuaria á ser a religião do reino; — não disse que essa instituição seria uma causa nova, fluctuante, mudável, conforme approuvesse aos jesuítas ir supprimindo ou annexando dogmas à doctrina catolica, mediante o assenso, on inconsciente on incredulo, do papa e do episco-

gado. O que continha, não é o que vem de novo; é o que existe no acto de continuar, »

Esta interpretação é insignificante de utilidade. Um lente de Coimbra, ou das Faculdades do Brasil, não se exprimiria com mais arrogância em matéria de biblicismo constitucional. O argumento tirado da significação do verbo continuar, é pueril, e não exalta o talento dialectico de quem o emprega.

Ainda é preciso lembrar ao Sr. Herculano que o catholicismo, como tudo neste mundo, sem exceptuar mesmo aquilo que se tinha em conta de santo e divino, está sujeito à lei do desenvolvimento? ! Uma ideia que aposou-se de todas as cabeças bem formadas ! ?...

O legislador português não podia dizer que a religião católica, apostólica, romana continua a ser a religião do reino, sem respeitar implicitamente a lei do progresso; — esta lei que se assinala por modos diversos, provocando a vida ou a morte, a ascensão ou a queda das coisas subordinadas à sua influência. Não podia articular aquelle princípio, no sentido de obstar a marcha da historia, sob pena de cair em grave erro.

A historia tem dois momentos: o factum e o faciendum, o Werden e o Gewordene. A fixidade do primeiro não embaraça a mobilidade do segundo. Os espíritos ilustrados sabem tomar nas asas o peso de ambos; — não assim as cabeças lacunosas, incompletas, que tudo observam sob um só ponto de vista.

O catholicismo continuou a ser a religião do reino, com todos os seus atributos, com todas as suas tendencias, já manifestas ou ainda ocultas. Era uma delas a propensão para exagerar o seu principio e a força de exageral o, chegar em fim a negação de si mesmo.

Não é aos jesuítas que cabe a gloria de fechar o ciclo catolicó, suprimindo ou annexando dogmas; — ella a ninguém pertence, porque é um facto natural, que o dizer, uma necessidade histo-
rica. Abra o Sr. Herculano um pouco mais os olhos, e verá que é uma estolidez atacar, por este modo, a Igreja romana. Mas eis o que é espantoso:

«Desde a promulgação da carta, tem-se realizado gradativamente uma revolução na igreja católica! Com assombro da gente ilustrada e sincera (?), vimos transformar em dogma uma superstição dos séculos de trevas, rendendo meelho de franciscanos, tinctura de pelagianismo, aproveitada hoje para aviar receitas na botica de S. Ignácio, a immaculada Conceição de Maria, dogma que forçadamente conduz, ou à ruína do christianismo pela base, tornando inconcebível a redempção, ou à deificação da mulher, a mulher-Deus, a mulher redentora, recurso tremendo nas mãos do jesuitismo, que lisonjeando a paixão mais energica do sexo frágil, a validade, o converte em instrumento seu para dilacerar e corromper a família, e pela família a sociedade.»

Quasi paro de canção em meio caminho; o período é horribil. Vale o mesmo que um adagio musical de dez compassos quaternarios, que se deva cantar de um só folego. O germanista Daniel Sanders disse uma vez, e a propósito de um período escrito por Adolpho Stahr, que só vingar-se-hia do autor, condenando-o a ler, elle mesmo, a sua enorme tirada. E também o que merecia o Sr. Herculano. E julgo dever perguntar aos seus discípuilos e admiradores, se não acham aquella ruma de palavras uma prova convincente da exemplar estilística do mestre?...

Quanto ao fundo, ahí está mais que patente a sua insuficiência. Aquelle rendendo meelho de franciscanos; aquella tinctura de pelagianismo; aquella botica de S. Ignácio, são rastros de gentileza escriptorial, são crepitações de um espírito incomparável. Há apenas a observar que estes ataques ao chamado marianismo não tem mais nem o pequeno mérito da novidade. São ideias que assemelham-se à roupa servida e fora do uso, da qual
somento os pobres e muito pobres se appropriam, por esmola ou baratissima compra.

O Sr. Herculano apanhou a casaca velha do defuncto Bordas-Dumoulin, e depois de passar-lhe a escova e pregar-lhe botões à portuguesa, elle que se a frente para combater a Immaculada Conceição. Ora [...], por amor de Deus, arrede-se do caminho; deixe-nos ir adiante. Isso que quer dizer-nos sobre o penultimo dogma, tudo o que possa adquirir para justificar o seu espanto, já foi dito e aduzido, há 18 anos, pelo autor dos Essais sur la réforme catholique, de um modo vinte vezes mais brillante, — e todavia inutil.

O que de certo não se justifica, é a falta de coherencia, quer dos sectarios, quer do chefe e primeiro pregador da ideia, pelo qual foi mesmo inventado o nome de marianismo. Repellem a mulher deus, a mulher redemptora, e entretanto admittem o homem deus, segundo pessoa da trindade, que morreu e resuscitou. Não ac tintam a mulher-deus, mas adoram a divindade sob as especies de pão e vinho.

Será menos racional a Immaculada Conceição de Maria, do que a transformação operada pela magia do verbo sacerdotal, no sacrificio da missa? Se a crecna aqui é indispensável para a salvação das almas, porque não tambem allí?

E' uma exquisitice de mão gosto.

V

No que toca especialmente à infallibilidade, a grandeagitadora hodierna, — não é menor a extravagancia dos catolicos que a combatem. Além de ser um dogma, como qualquer outro, deve-se ponderar que não foi uma estranha novidade, segundo quer parecer aos seus adversarios.

No juízo que se forma de Pio IX, diz Bluntschi.
pouco se observa a distinção precisa entre o proceder eclesiástico e o proceder político. Somente em relação à este e não àquelle, é que se deu uma mudança. (8)

Realmente, a sua primeira encíclica de 9 de Novembro de 1846, como a ouverture de uma ópera da ideia do seu desenvolvimento, já anunciava a série de actos que viriam assinalar o pontificado. Como portão-se então o velho catholicismo? — Natus non erat. Aceitaram-se as premissas; e agora se pretende negar as consequências, que sahem logicamente dos princípios admitidos!

Estamos assistindo à um espectáculo! A expressão não é minha; é de Eduard von Hartmann: «Wohl selten war die Welt Zeuge eines wunderba-ren Schaupiels, als der gegenwärtigen Bewegung dergebildeten Katholiken gegen die Unfehlbarkeit.» Döllinger e seus consortes, Friedrich, Hanenberg e outros, não podem escapar à censura dos espiritos livres e despreocupados: — elles são pouco sinceros nessa lucta interna, que não traz vantagem alguma, nem para a religião, nem para a sciença.

Convinha que tivessem mais coragem, que fizessem valer em publico as suas convicções, taes quaes ellas se acham, radicalmente alteradas, em seu intimo; e não, que pretendessem incultar o futil pretexto de reformas impossíveis.

Dando conta do congresso velho catholic, havid-o em Colonia, o anno passado, a respeito dos illustres portadores da ideia, escreveu o presidente da Protestanten Verein, que ali também estivera: Diese Männer sind den Bischöfen ohne Frage an Wissenschafi, an lebendigem Glauben und an Charakter weit neberneigen...

A superioridade na scienca, podo-se admitir;
— é muito comprehensivel. Quanto porém á viva fé e ao caratter, não é sem contestação. Ao con-

(8) Die Gegenwart..., 1872 — II, n. 25, pag. 4. 10 F.
trário, considero mais honroso, mais característico
de uma fé viva e, o procedimento de um Scherr,
ou de um Rauscher, do que o de um Dolinger, ou
de um Schulte. Aquelas estão com a lógica, — são
coherentes. A estes é que tudo falta, para justificar
a sua atitude.

O Dr. Schulte, de Praga, que ainda em ôa, ha
tão pouco tempo, escrevia para o *Staatswoerterbuch*
de Bluntschi artigos ultramontanos sobre o papa
e a Igreja católica romana, vir agora, como prati-
ticou-o no congresso referido, declarar que andava
enganado!... é certamente uma cousa digna de re-
flexão. Admira que tão tarde fosse que viesse ao
sábio professor a lembrança de comparar a Alle-
manha católica com a Alemanha protestante, e
achar que está se acha essencialmente melhor. Por
mais que me esforce para apoderar-me do sentido
da revolução projetada pelo *neoprotetantismo*
Dolingeriano, não posso descobrir-o.

O Sr. Alexandre Hereulano, de quem me ia es-
quecendo por amor de outras figuras mais interes-
santes, como que intimando o seu governo, diz o
seguinte: « Na Alemanha, no paiz da força e da
vida moral, da scienca e da consciencia, as auda-
cias de Roma perturbam e concitam os animos, e o
velho catholicismo arma-se para o combate. »

Esta junção de *scienca e consciencia*, motivada
unicamente pelo gosto de uma frase rythmica,
involve uma falsidade. — E o paiz da scienca, —
sim; somente os tolos contestal-o hão; — mas
igualmente não é o da consciencia. Sem referir-
me ao mais, o proprio saber ainda ali se mostra inco-
sciente do que elle vale e do que elle pode.

A cultura alien, a scienca alien, como
ella hoje nos espanta, só pode chegar ao conheci-
mento de si mesma, só pode ter consciencia do
seu destino e da sua alta significação em homens,
como Strauss, Uhlic, e raros outros. Se assim não
fosse, deixar-se hia actualmente de assistir ao espe-
ctaculo, pouco edificante, de homens cultos, levant-
tendo uma immensa gritaria, por se querer, dizem
elas, obrigal-os a acreditar que o papa é infallível!
O pensamento capital do escraptor portuez
contém-se nestas palavras: — « Mantendo exclusi-
vamente o dogma católico, nem mais, nem menos,
como a Igreja nos ensinou a nós os velhos, e con-
servando nos em relação à disciplina, onde estava-
mos, estamos indubitavelmente no gremio da Igreja;
porque a religião é imutável, a religião não se
aperfeiçoá. »

Não ha mister de outros documentos, que de-
monstrem o ponto de vista anachronico do autor
(9). Elle pretende que o seu governo não se su-
jeite às novidades de Roma, e ponha-se de vigia
contra o que d'alli vier, sem trazer o sello do santo
espirito, conforme a sagrada letra do art. 6.º da
Carta.

« Mantendo exclusivamente o dogma catholi-
co... »... — qual é elle ?... quae são elles ? O po-
der que tem a Igreja de dogmatizar tambem não
sera um ? E depois, como é possivel que a religião
catholica, apostolica, romana, continue a ser a re-
ligião do reino, desde que se recusa a obedecer as
decisões de Roma? A expressão romana, empre-
gada pela Carta, é simplesmente um epitheton or-
sans ? Todo este desarranjo é muito concebivel
em o homem, para quem « a religião é imutável,
a religião não se aperfeiçoá: » erro tão velho,
que não dou-me ao trabalho de refutal-o.

« Ha uma falta de senso, diz Laurent, na pre-

(9) Parece-me à proposito dirigir aqui uma ligeira pergunta:
— se hoje Roma entendesse que o celibato clerical era inconve-
niente, e ordenasse o casamento dos padres, deveria o governo
repellir essa medida? Pela que era alterar a disciplina existente
no tempo da promulgação da Carta, cumpria-lha oppor-se a uma
tal novidade; porém seria justo? Que diria à respeito o autor
tenção à eternidade ou à estabilidade das religiões. (10). Que juizo pois não faria o ilustre belga de um pretendido grande historiador, ao qual ouvisse dizer que a religião não tem aperfeiçoamento, é imutável e eterna?!

Entrego o Sr. Herculanho ao julgamento austero deste juiz competente, para quem os homens cultos que ainda se alimentam de umas migalhas de fé na eternidade do catholicismo, são verdadeiros sola en cravate blanche. O português é um delles.

En bem sei, quanto as phrases do Sr. Herculanho agradaram, entre nós, a um certo liberalism, que se delicia em medir forças com os ultramontanos sobre os direitos da Igreja e do Estado. Raros são os que não se julgam aptos para subirem à tribuna publica da imprensa, e dizerem o seu parecer a respeito da questão.

Infelizmente nada adiantam; são sempre as mesmas inutilidades. Publicistas dilettantis, convidam-nos para ouvir as produções originaes da sua musa; e eis que sómente executam, na gaia de Tityro, magras variações sobre motivos de uma vulgar cantilena, decrepidia e estragada.

Nesta conjuntura, um escrito do celebre literato, defendendo e sustentando as prerogativas do Estado, em relação às pretensões da Igreja: devia naturalmente encontrar o maior apoio. Não sei, porém, onde está o grande interesse, que alguém possa tirar, de pôr-se ao lado de um ou de outro dos dois combatentes.

O autor de Nathan der Weise, que buscou alargar com a ideia de ampla liberdade o pensamento estreito da Igreja religiosa, tinha em mente escrever um outro Nathan, para também impingir os despropositos da Igreja politica, o Estado. Vale a pena aqui citar um pedacinho do drama projectado, como lembr-o em Adolph Stahr. (11)

(10) La Religion de l'Avenir... pag. 22.
Conversam dois indivíduos, A e B. — «Não deve causar espanto, diz o primeiro, quando se considera que nós temos mais frades do que soldados?»

B. — Queres dizer que ha mais soldados do que frades.

A. — Não!... não!... mais frades do que soldados.

B. — Causar espanto? Porque também não pasmamos de que haja muito mais soldados, do que frades?

Se o camponês vê a sua seara aniquilada por lesmas e ratinhos, de que é que se espanta, de existirem mais lesmas do que ratos? Ou de haver tantas lesmas e tantos ratos?

A. — Não compreendo.

B. — Porque não queres compreender. O que são soldados?

A. — Os soldados são defensores do Estado.

B. — E os frades são defensores da Igreja.

A. — Vae te d'ahi com a tua Igreja.

B. — Vae-te d'ahi com o teu Estado.

A. — Estás sonhando? O Estado, o Estado! A felicidade que o Estado garante a cada um de seus membros nesta vida...

B. — A bemaventurança que a Igreja promette a todo homem no outro mundo...

A. — Promette!...

B. — Pateta! »

Isto é soberbo e magnifico de espírito e verdade. Como Lessing, ha quasi um seculo, estava mais adiantado que os liberaes de hoje! — Deixe mol-os em paz.

Te-me hia sido possivel, se o quizesse, criticar em poucas linhas todo o volume do Sr. Herculan. Mas attendi a uma circunstancia: — não estamos na Europa, querer dizer, na Europa ilustrada, onde o crítico pode resumir o seu juizo, porque conta com as vistas desprevenidas do leitor. Acresce que o escripto mencionado foi um pretexto excel-
lente para dar saída à certa ordem de ideias, que são às minhas, no que respeita às questões da época. E por mais que já tenha dito, não me julgo dispensado de ainda entrar em uns últimos detalhes estimativos do escriptor, na sua totalidade literária.

Diz um jornalista de Berlin, que Victor Hugo produz presentemente a impressão de um velho tenor que perdeu a voz: a técnica, a habilidade dos mangos e atitudes scenicas, é a mesma; porém a guéla estragon se.

Sinto não sei que desejo malígnio de cotejar por este padrão o litterato de Lisboa. Veridade é que elle nunca teve boa garganta; — mas pode comparar-se à um musico antigo que tocava garboso o seu violoncello, nas pequenas solemnidades da sua terra; hoje porém, no meio de uma orchestra juvenil, entusiastica e ruidosa, é apenas tolerado, uma vez que o não obriguem a dizer algum sílbo, porque então o fiasco é infallível.

Quem quer que seja o futuro historiador da literatura portuguesa, neste século, se fôr imparcial e consciente, há de acusar a illegitimidade da ascensão e do supremo renome do Sr. Herculano.

De fato, este escriptor que deve uma boa parte da sua auréola ao mào estado do seu paiz, não deve menor quinhão aos caprichos do destino, que não se deixa compreender nem explicar por meios regulares. A ignorancia do publico legente, por si só, não é suficiente para dar inteira conta do fenómeno. A estrella da felicidade, mesmo através de uma certa nuem que parece turvar a fronte do homem, dilata-se, irradia-se até o fundo do seu pensamento.

As vozes do tempo, no que toca às duas nações irmãs, tem proclamado o Sr. Herculano um grande romancista, um grande historiador e, sobretudo, um grande esjtilista.

Eu deixo de lado o que respeita ao romance; limitando-me a observar que, nesse domínio mes-
— 79 —

um olhar mais penetrante e menos deslumbrado que o dos pseudo críticos portugueses, irá descobrir muita pobreza de imaginação criadora, encoberta por uma não-vulgar habilidade de execução. Isto porém não quer dizer que elle possua em alta escala todos os atributos da plastica poetica, da forma sempre bella e harmoniosa.

Nenhuma causa o separa do epigonismo comum, salvo o dom particular, que ja notei em principio, de saber franzir o sobr’olho e impor silencio ao auditório. E’ este o grande segredo da sua influência e da sua autoridade.

Se o mister de escriptor publico é uma especie de magistratura social, o Sr. Herculano vem a ser um magistrado que não dê o menor despacho, sem primeiro vestir a tôga talar, para infundir submissão e respeito. O tom de sua linguagem nunca é o de um advogado que defende o direito desta ou daquela ideia; — porém sempre o de um juiz que decide, e não admite contestação.

VI

Tem-se deixado correr, como verdade intuitiva, que o digno autor é o modelo perfeito da estilistica portuguezã, — e creio que elle mesmo é o mais convencido desta primazia Não sei porém se semelhante absurdo tem força de durar ainda longo tempo, e resistir á uma análise rigorosa.

Uma cousa, pelo menos, me parece indubitável, e os proprios encomiastas não podem negar: o Sr. Herculano é um escriptor parco de elegancia e o que bastante e prejudica, muitíssimo desigual. Nos seus escritos ha uma desproporção enorme entre o que é bom e o que é mau, entre os periodos doce, regulares, afetados com arte, e os periodos asperos, oblongos, fatigantes.

Ante uma pagina animada e gostosamente le-
givel, contam-se quarenta cheias de rudezas, que
dificultam a viagem do leitor por terreno aridisí-
mo e pedregoso, onde não há sequer uma gosta de
de água, que se possa beber. E d'áqui não se de-
duzia que eu aprecio as larguezas, os desperdícios
da imaginação afectada e luxuosa. Opino contrari-
amente.

Pouca impressão me causam espíritos levianos,
que extremam a coquetterice literária ao ponto de
não sahirem à rua, qualquer que seja o motivo,
seão todos perfumados e uniformizados na grande
gala da metaphor. O trajo dominguiero da phrase
poética, elles o estragam em diarios e inuteis pas-
seios. Póde isto á outros parecer louvável; —quanto
á mim, é uma extravagancia ridicula.

Um homem, como Poletan, por exemplo, que
nunca se põe à meza do jantar, mesmo o mais fru-
gal e menos appetecível, sem tomar a casaca e
calçar as luvas, não deixa de provocar alguma des-
confiança do seu bom senso e do seu cracter. Já
se vê que o Sr. Herculano não pertence á esta ca-
thegoria. Se incorre em censura, é pelo extremo
opposto, quero dizer, pela escassez do colorido,
pela ausência daquellas qualidades, que distinguem,
entre nós, os mestres reconhecidos da estilistica
franceza.

Deste modo, se lhe falta a simplicidade natural
e encantadora de um Thiers; se lhe falecem tam-
bém as graças austeras de um Guizot, muito menos
combe lhe em partilha a poesia exhuberante de um
Michelet.

Eu desconheço qual seja o estilo typico. Ad-
mitto com Scherer que ha lugar para todas as voca-
çoes e todos os estilos, só tendo por limite o bom
senso e o bom gosto, sem outras restrições, senão
as que são impostas pela razón e pelo interesse
mesmo dos nossos gozos. Mas acho admirable
que se imponham como normas de labor artistico
as produções de um escriptor, cujo pensamento é
pouco rico e variado em seu fundo, e que trata de
ocultar esta pobreza com singularidades ortográficas e fórmulas archaizantes.

Temo como decisiva, contra as presumpções do Sr. Herculano e os aplausos dos seus discípulos, a seguinte observação. Nas línguas cultas de hoje, os melhores escritores não são para o estrangeiro os mais difíceis de ler. E o contrário que se nota.

Quem estudar um idioma estranho, — sirva de exemplo alemão, — tendo a luctar, entre outros muitos, com o magno embaraço provindo da cópia de termos, admira-se de ver que o seu pequeno peculio de noções, adquirido nos exercícios e praticas gramaticais, é quasi suficiente para traduzir uma pagina de Strauss, um pedaço novíssimo de Mugge, ou de Fanny Lewald, e, o que ainda mais admira, até um Lied de Geibel.

E será pela razão de faltar a todos estes a qualidade de bons escritores? Ninguem dil-o-hia. Mas agora imaginemos tambem um estrangeiro, um alemão mesmo, que pretenda aprender o portuguez. Depois de algum estudo, e de já poder ler no original, sem abrir muitas vezes o dicionário, os episódios mais interessantes dos Lusiadas, eis o que se encontra com o Eurico do Sr. Herculano, ou com a sua Historia de Portugal. Não é certo que esse estrangeiro tem de desesperar, diante das novidades archais, das frases mortas, resuscitadas, que esterilmente enriquecem a língua do nosso autor? E a isto é que se chama escrever bem? Não ha maior cegueira.

E como historiador que o illustre litterato deve ser, de preferencia, encarado.

Ahi — dizem, — fundam elle a sua gloria. Os trabalhos anteriores se podem considerar como uma especie de gymnastica habilidosa dos musculos que tinham de sopear o montante de Affonso Henriques.

Merece referir-se que o autor foi quem intro-
duzio em Portugal o romance histórico, — este gênero decalhado, ao qual entretanto muito deve a ciência do moderno historiar.

E' sabido que A. Thierry, com a sua História da conquista da Inglaterra, não só em França, mas em toda a Europa, abriu camino a um novo modo de escrever esta matéria; assim como é notório que a fonte inspiradora do celebre francês outra não foi, senão o Ivanhoe de W. Scott.

Ora, Sr. Herculano que tem a pretensão de ser em sua terra o que foi e ainda é hoje reputado na Alemanha Leopoldo Ranke, chefe de escola, mestre insuperável, teve a vantagem de ensaiar-se no romance e predispor-se dest'arte para ser um grande caracterista, um psicólogo da alma nacional, um vidente do passado, diante de quem os factos se reanimam, e o enigma dos tempos deixaram-se desencifar.

Mas pôde-se dizer que ele se assinala por estes predicados? De nenhum modo. Na apreciação dos méritos de um autor, é preciso separar o que ele deve a si próprio, às suas faculdades geniais, daquillo que lhe é dado pelo espírito da época e tendências dominantes.

O que há, pois, de especialmente notável na História de Portugal, que engradeça e ilumine, fora do commum, o vulto de seu autor? A expulsão do milagre? Seria curioso que neste século, e depois de tantos exemplos de indagação liberrima, um escriptor leigo ainda nos visse regalar com visões e aparições celestes! (12)

Além disto, julgo ser uma falta de coherência banir, por um lado, o sobrenatural da tradição, e por outro, conserva-lo, no modo de encarar e

(12) O milagre de Ourique já tinha sido exposto pelo allemão Heinrich Schafer, em sua Geschichte von Portugal bis zum Ausbruch der Revolution im Jahre 1820. Gotz — 1836 — 54. Sendo assim, o que resta para o Sr. Herculano?
compreender a sucessão dos factos. Assim, não obstante o seu intuito de arredar da história o elemento teológico, o Sr. Herclano ainda é um velho historiador teólogo.

Lopes de Mendonça, que tinha em alto grão o talento de escrever, porém nada mais sabia, do que aquillo que é bastante para ser em Portugal um habi folhetinista, entrou, com a sua quota de palavra, na formação do renome que cinge o nosso autor. Disse delle cousas brilhantes de exageração e despropósito, que podem actualmente provocar o riso de leitores menos ingenuos.

Aos olhos desse crítico inocente, cujo ponto de vista lacunoso é ainda o que domina no Brasil, o patrio historiador tem todos os atributos necessários ao mister. Entretanto, é para admirar que tão rares e quasi nulos, se manifestem na obra celebrada os distintivos das grandes capacidades históricas do século.

Debalde ali buscar-se-hia alguma cousa de análogo e comparável à característica de Sylla, ou à de Cezar, em Mommsen; o que quer que, de longe ou de perto, seja semelhante ao retrato de Innocencio III, em Huter; ao de Lutero em Ranke; ao de Carnot, em Sybel. E tudo isto refere-se à maneira de escrever a história; — que diríamos do modo de compreendl-a, no qual esses autores empregam as largas intuições do seu talento, secundadas pelo estudo de outras sciências; — estudo que não teve, que não tem o Sr. Herclano?

O professor Jürgen Bona Meyer, em um escrito — Neuer Versuch einer Philosophie der Gescichte, assim se exprime: « O mister da escritura historica, diz Lazarus, é diferente do da sciencia historica; — pode-se escrever bem historia, sem contudo possuí-la. Aquella mantem se em relação à esta, como a arte do jardineiro em relação à botânica. O botanista deve conhecer as leis physiologicas do mundo vegetal, ao passo que o jardi-
neiro, sem esse conhecimento, pode exercer a sua arte com tacto de genio.

Semelhantemente pode o escrator de historia genialmente cumprir o mister artístico de narrar, não obstante a falta de ideias científicas; — porém é só por meio da noção das leis, que a sua arte se eleva à altura de uma sciencia. » (13)

Se esse exactissimo aserto carecesse ainda de uma prova, ninguém melhor dal-a-hia, do que o Sr. Herculano. Elhe é um simples jardineiro da historia, posto que, não rara vez, destituído de tacto genial.

Os portuguezes mostram ter imenso orgulho do seu historiador. Porque elles o consideram uma raridade literaria, sem mais nem menos, julgam-se obrigados á alterar o cothurno e engrossar as phrases laudativas, sempre que fallam no grande homem. Não serei eu de certo quem negue-lhe o direito de adorarem submissos o seu actual principe da penn, ao ponto de não verem, acima delles, qualquer outra figura, nacional ou estrangeira, mais esplendida e mais admiravel.

Quero crer que essa homenagem, um pouco radicada na ignorancia geral, não deixa, todavia, de fazer alguma honra aos tributarios, bem que cegos e inconscientes. O que porém se me antolha, como um desproposito, é tomar-se o proprio fanatismo por medida objectiva do merito de um autor compatriota, e dest’arte converter-se em uma das glorias de Portugal aquillo que é apenas gloria particular do Sr. Herculano, se é que elle julga a pobre opinião do seu paiz capaz de fortalecer e tranquillizar a consciencia de um escrator.

Não basta aos sabios e litteratos, como se dá com os reis, a aclamação, ainda unanime, de um povo, para assumirem a dignidade suprema. O di-

reito da republica das letras é todo externo, internacional, cosmopolitico.

Não posso compreender que o escriptor portuguê se tenha em alta conta científica, se faltam-lhe os fundamentos para um justo e merecido orgulho. O Sr. Herculano, que não é geralmente nomeado na Europa, que é mesmo desconhecido, ou então, — o que parece-me peior, — pouco considerado pela parte mais culta da Alemanha, não tem razões bem fortes de ostentar-se império e sobranceiro.

É difícil descobrir qual o sentido, que seus admiradores ligam ao conceito de gloria litteraria de uma nação. O renome do honrado historiador é um renome interno, e que não passa além dos curtos e obscuros dominios da lingua portugueza. Ha uma especie de idolatria neste modo de endearsar um autor patrio, sobre quem não se ha pronunciado em ultima instancia o juizo estrangeiro, por meio dos seus mais competentes orgaos.

A pretendida gloria de Portugal, na pessoa do Sr. Herculano, é um idolo fabricado pelos portuguezes, os quais veneram assim a obra de suas mãos. Pode ser que exista de minha parte algum excesso de rigor, na ponderação dos requisitos, á meu ver, indispensaveis, para qualquera individuo, pelo que toca ás letras, tornar-se de facto a gloria de um paiiz.

Como quer porém que seja, o certo é que a minha critica não está sem base. Causa-me certa estranheza ver o autor portuguêz, não obstante o brilho extraordinario que o adorna em sua terra, de todo esquecido no mundo superior da scienca modema.

Parece-me singular e digno de nota, que autores alemães, na epocha presente, e em artigos consagrados ao desenvolvimento historico de Portugal, sob as suas diversas relações, demonstrem não conhecer os trabalhos do Sr. Herculano, deixando de
mencional-os ao lado de outros, pertinentes ao assunto. (14)

Onde está pois a nomeada europeia, de que tanto falam os apologistas do ilustre litterato ?...

Não fica ali. Ainda há bem pouco tempo, um sabio italiano compoz um livro notável, que tem por título — La scienza della storia, e no qual o autor se occupa dos grandes historiadores, desde Herodoto até os nossos dias. Especialmente, quanto

(14) Vide Staatsswaerterbuch de Bluntschi, art. Portugal, por Schubert, tomo 8º. 1864; art. Pombal por Baumgarten, idem; art. Inquisição por Doce, tomo 5º. 1880.

Verdade é que ultimamente, em uma nova Revista litteraria inglesa, New Quarterly Review, iniciada em Outubro deste anno, seguido publicou o Jornal do Commercio de Lisboa, sabio um historiador artigo sobre o Sr. Herculanio. Mas quer me parecer que o autor desse elogio não merece a consideração de um criticó impartial e juzgador sincero. O louvor em demasia é um digno irmão da proza de maias: — destrói o que pretende construir. Bizar, como há se diz, que as qualidades do historiador português são tais e tantas, que não lhe hão-se encontrado em nenhum outro, depois de Gibbon, o eminente da distante. Antes de tudo, o crítico revela desconhecer a posição que ocupa o historiador Inglez, como um dos patriarcas da scienza historica moderna. Os predicados que o caracterisam são superiores à sua época, porém já estão aquém das exigências do nosso tempo. Gibbon é do seculo passado; e todos sabemos, menos o autor do artigo, qual o progresso que tem a historia feito neste seculo.

Se alguma cousa ha em Gibbon, que possa ser comum ao Sr. Herculanio, é a intuição estreita e lacunosa, que um deve ao seu tempo, e o outro, à falta de philosophia. Se em ambos alguma cousa brilha por sua ausencia, não é de certo a rhetorica. Existe ainda no historiador ingles o singular defeito de uma pretenciosa artificialidade de estilo, que já chocava os seus contemporaneos, como nel-o ensina Hermann Hettnor: — Und zu diesen Mangeln tritt auch nicht selten eine ausgesprochene Kunstlichkeit des Stils, welche schon die Zeitgenossen verleitete. Neste ponto o português o iguala.

O escritor da mencionada Revista foi infiel em sua descoberta. Queim tem coragem de afirmar que o Sr. Herculanio é inferior ao todo o primeiro historiador da presente epocha, não ama a verdade, nem sabe respeitar a opiniao do seculo. Se não é um elogio energizado, o autor do tal artigo deve ser, ou muito caprichoso ou muito ignorante.
aos modernos, apreciando-os, segundo as vistas de cada um e o modo de escrever e entender a história. Marselli abre diversas categorias em que entram Cantu, Thiers, Gervinus, Mommsen, Macaulay, Michelet, Laurent...

Como se pode explicar que o sabio italiano passasse em silêncio o sabio português?

Não se trata de um representante do espírito germânico; — é um órgão do espírito latino, à quem, por sympathia de raça e de cultura, a grandeza do Sr. Herculano não poderá ser estranha, se de fato ella existisse.

A menção que fiz de Marselli, impõe-me o dever de não calar o que disse um escriptor á respeito do citado livro. (15) Não deixando de notar certas lacunas, cuja ausência torna o livro ainda mais interessante, merecedor de seria leitura, esse escriptor se exprime por um modo, que provoca a reflexão e dá lugar á novas duvidas, mesmo em relação ao nosso historiador.

«Medida pela bitola da sciencia italiana, — diz elle, — a obra é significativa; considerada porém do ponto de vista da sciencia aleman, apenas se eleva á cima do mediocre... mit dem Massstabe italienischer Wissenschaft ist das Werk ein bedeutendes, vom Standpunkte der deutschen Wissenschaft aus betrachtet, erh=bt es sich dagegen kaum ueber das Mittelmaessige. »

E claro que, na mente do escriptor, existe uma medida suprema, com que se determina a importância absoluta de qualquer obra: é a sciencia aleman. Não basta que um escripto se recomende pelo grande aplauso que possa ter colhido em o paiz d'onde elle é oriundo; faz-se mistério saber se está ao nível das ideias correntes, se pode ser con-

(15) A. Scartazzini; — Magazin fur die Litteratur des Auslandes, — 1873 n. 41, pag. 605
fronhado com as obras de igual forma e conteúdo, filhas da Alemanha.

Será preciso dizer que semelhante critério mata as pretensões do Sr. Herculano? De fato, é impossível considerá-lo sobre outro ponto de vista, que não o da ciência moderna, qual vemol-a entre as mãos dos maiores espíritos do século. Sobre ser ele o único historiador português da actualidade, e não haver no seu paiz uma bitola científica, por onde se o compare, acresce a circunstância, muitíssimo ponderável, de que o honrado escraptor mesmo julga se capaz de receber essa medida, e olha com soberania para as migalhas literarias de sua terra.

Ora, não há dúvida que, assim estabelecido o juízo da crítica, o Sr. Herculano diminui sensivelmente de tamanho. As suas obras não são pheno-menemos animados de alta ciência e largas intuições, que tenham salido ainda mais fortes, altivos e triunfantes, da luta pela vida, sustentada com outras aparações da especie.

Em uma ilha isolada, cujos habitantes nunca tivessem visto, por toda a sua fauna, senão lebres e doninhas, o primeiro cervo que ali se mostrasse, não causaria espanto, como um enorme e ferocissimo animal? Eis a imagem do que se dá no terreno da litteratura portugueza, com os livros do Sr. Herculano.

Podemos concluir. O digno escriptor mais nada tem a dar-nos. Está fechado o ciclo da sua missão, que aliás não deixou de ser proveitosa para a sua gente. Já é possível, sobre ele, um juízo definitivo. E como quer que se julgue, deve ficar assentado, que o Sr. Herculano é um original. Mas ha originaes de duas formas; uns que são-no, porque querem, outros que o são, porque devem ser-o. Os primeiros são producto da arte, os segundos da natureza.

Com aquellas, por mais serios que se mostrem, podemos sempre tomar a nossa parte de gracejo e
divertimento; visto como, à despeito de todos os seus esforços para se apresentarem grandes e admiráveis, não conseguem ocultar o lado risível da sua singularidade. Estes, porém, à par de muita consoa esdrúxula e falsa, deixam ver sempre os sinais da força e natural frescura de uma vida realmente original. O sr. Herculano pertence à primeira classe.

Julho e Dezembro de 1873.
A muitos dos meus leitores há de afigurar-se um pouco estranha e caprichosa a junção destes dois nomes. Tanto tem de conhecido e justamente apreciado, entre nós, o grande poeta francês, quanto é por todos ignorado, como quem se acha fora do círculo habitual das nossas contemplações, além do nosso horizonte, o novellista alemão.

Não sei se posso dizer-o impunemente: — eu sou talvez o primeiro que aqui profere conscientemente

(1) Wieder unser — Gedenkblätter zur Geschichte dieser Tage; von Berthold Auerbach. — 1871.
— 92 —

o nome de Auerbach. (2) Esta prioridade, que também me cabe, sobre outros escritores alemaes, desconhecidos e inexistentes até para os órgãos mais autorizados da literatura brasileira, não quero disputá-la, como causa capaz de me elevar na opinião do país, e dar por conseguinte saboroso pasto à minha vaidade.

Ao contrário me parece que, se há nesta allegação alguma vista de gloria, é somente a que consiste em declarar-me unico culpado, e precaver em tempo a responsabilidade alheia. Confesso pois o meu crime, que mais não é, do que tratar sem respeito as letras patrias, considerando-as em misero e pessimo estado, para dirigir o meu espírito á regiões superiores, posto que traga sempre, de volta, cada vez mais reforçada a convicção da nossa nulidade.

E isto em mim talvez já o resultado de uma doença. Não affirmo que a minha intuição seja normal e estreme de qualquer influencia morbida. Sinto não poder prestard-me á observação do doutor Puschmann, o ousado psychiatra, para verificar se estou sofrendo de uma especie de ictericia intelectual, que me faz dar á todas as causas de minha terra um aspecto melancholico e, por assim dizer, a cór do anniquilamento, a pallidez da morte.

Todavia não se julgue que descreio da possibilidade e efficacia de uma reacção contra a tendencia que nos vae levando. Ou seja, porque ainda ilude-me um resto de adolescencia credula e descuidosa; — ou seja, porque pressinto, não obstante, o céo carregado, a proxima limpidez da atmosphera; — o certo é que não posso resignar-me á achar

(2) Assim me exprimindo, não desconheço as doze linhas que em seu Resumo de Historia litteraria lhe consegui o conego Pinheiro; as quais do certo pouco adviantam, e deixam o leitor em completa ignorancia de qual seja realmente o merito do escraptor alheio. E presumivel, pelo que diz, que o illustre conego nunca leu as producções de Auerbach.
bom tudo o que é nosso, e só porque é nosso; nem comprimir, como mão e anti patriótico, o desejo de ver a mocidade conterranea, animada do espírito do tempo, deixar a róta batida, e seguir melhor caminho. Espero que, mais tarde, ali chegaremos.

Entretanto é para lastimar que ainda sejamos hoje, em matéria literária, o que éramos, há quarenta annos, isto é, uma nação impotente, baldada de iniciativa, sem a mínima seiva de productividade original. E bem que para mim a ideia de literatura tenha mais extensão, do que é costume supor, não quero aqui referir-me à nossa vida espiritual, em sua totalidade; mas somente ao districto da poesia, ao domínio da belletrística.

Sob este único ponto de vista mesmo, os factos dão testemunho de uma notável pobreza, e tanto mais humilhante, quanto menos percebida, porque ella não penetrou na consciência de todos, em forma de desgosto e de vergonha, ou oniro sentimento de igual força reactiva e instigadora. A presunção geral, é que vamos em demanda de um porvir maravilhoso, e que o nível da nossa inteligência não é inferior ao das nações mais cultas da actualidade...

Séria um curioso estudo a indagação das causas que determinaram este modo singular de proclamar-se grande e fazer-se a própria apologia. A ninguém é permitido ser consigo mesmo mais indulgente, do que o publico. Verdade, quanto aos indivíduos, que persiste igualmente irrefragável, quanto às nações. Ora, estas só podem ter, como seu publico os estrangeiros, — que formam, segundo uma expressão de Stael, a posteridade contemporanea.

E' preciso que elles se pronunciem acerca do nosso merit, e de uma maneira accorde, para que possamos, conforme o bom juizo, ter-nos em alta conta. A importancia literaria de um país, não menos que a importancia comercial e política,
está bastante ligada às suas relações internacionaes. Só ha uma diferença: — é que a literatura não se presta á manejo diplomaticos de preitos calculados e fingidas cortezias. (3)

Em vão buscar-se ha encobrir a miseria que nos acabrunha, colorindo á triste realidade com phrases ensopadas de exageração e despropósito. Pode uma certa aparença de grandeza encher ao longe as vistas do observador que nos olha, mas á medida que elle se approxima, dissipa-se a illusão, e tomamos feições bem triviaes.

Duas causas, sobretudo, tem concorrido para embacar a nossa consciencia, ao ponto de supormos muito grandes e muito celebres: o contacto de Portugal e a preponderancia absoluta do espírito francez. Não tendo diante de nós um termo de comparação mais natural, do que o velho reino, de quem somos dignos herdeiros, bitolamo-nos por elle, e sorrimos de contentes; — miramo-nos nesse espelho e achamo-nos bonitos.

Por outro lado, obedecendo, desde longa data, a direcção fatal das letras francezas, chegamos ao estado lastimavel de não admitrir outras ideias, não imaginar mesmo que existam, se não as que importamos de Paris. E este ponto, nada mais característico do que o seguinte facto: — o eclipse da Franca, que foi visivel para todo o mundo, inclusive os habitantes menos obceados do astro obscurecido, não o foi para nós de igual maneira.

Tas são as nossas relações de latitude e longitude, na esfera scientifica e litteraria, que a grande nação, da qual sabemos admirar e imitar somente os defeitos, não perdeu aos nossos olhos.

(3) Temos um brillante exemplo do pouco que aproveita a diplomacia nas letras, em o conhecido livro do austriaco Wolf; — livro escrito sob as vistas e mediante a inspiração do Sr. Gonçalves de Magalhães. O que nesta obra o autor ensou dizer da influencia benéfica do imperador sobre a nossa litteratura, é suficiente para caracterisal-a.
nem um só instante, o esplendor de outr'ora; conti-
nuando á manter as suas pretensões de mestra
universal, com a sua gloriouse Révolution, la Révo-
lution française é jamais mémorable, com todo o seu
thesisuro de vicios insignes, multiplicados por uma
vaidade sem limites.

Depois da ultima guerra, e em face do novo
movimento que ella deu á historia da humanidade,
até o Japão sentiu os efectos da mutação europeu,
e soube que a cultura aleman é hoje indispensavel
em todos os lugares onde existam semeutes do fu-
turo. O Brazil, eu creio que só elle, — parece que
não sabe disso. Porquanto, ao passo que por outras
partes, o germanismo se apossa de todas as cabe-
cas ávidas de luz, sob as formas grandiosas da
sciencia e da critica vigentes, seu influxo ainda não
se fez aqui sentir; — ainda permanecemos em o
antigo terreno de fatua presumpção e surda igno-
rância.

Como que para mostrarnos reconhecidos e
gratos, pelo que a França tem de seu, na formação
da meia cultura que possuimos, aumentando a
nossa psychologia de certos sentimentos e aptitu-
des, ainda pouco aproveitáveis, não queremos, não
deixamos que a Alemanha nos invada.

Quem quer que pretendesse impugnar a exacti-
dão destes assertos, ver-se hia embaraçado, por não
poder dar provas em contrario. Além de ser ma-
nifesta a tendencia anti germanica do povo, é sobre-
modo significativo o acordo em que, neste sentido,
esta o governo com a chamada opiniao publica.

Dest'arte, ha pouco tempo, e já na phase histo-
rica aberta pela guerra, tivemos uma reforma do
ensino superior. Não era de esperar, como cousa
natural e adequada às circunstancias, que o go-
verno se lembraisse de introduzir a lingua aleman
em o nosso synthema de instrucao preparatoria?

Tenho pejo de dizer-o, mas é verdade que isso
não passou-lhe pela mente. Continua-se à pensar,
segundo o molde francez,— como se nada houvesse
acontecido, como se entre o satélite e o seu planeta, por uma maravilha, não se tivesse interposto o sol! — Nenhuma ideia, nenhuma aspiração de procedência diversa veio ainda produzir qualquer novo sucesso, no distrito literário.

A augmenta-se a gravidade desta anomalia, quando se pondera que o Rio de Janeiro, onde a alma nacional tem para funcionar os seus órgãos mais notáveis; — na barba do imperador, suposto ilustradíssimo, que, andando pela Europa, devia ter presenciado e sentido a transformação do espírito geral, — é mesmo assim, guardada a proporção, o ponto mais estranho ou mais hostil à cultura alemã.

Causa pena a inconsciência, com que os escritores fluminenses exibem diariamente a sua velhice, em relação às questões do tempo. Não faltando de política, onde os mais adiantados continuam a viver no período romântico do liberalismo francês, escutando, através de meio século, os oráculos constitucionais do autor de Adolphe, a intuição literária dominante é estreita e lacunosa. Allí impéra o que há de menos alemão, isto é, a retórica, em toca a sua força: — a produção do efeito pela frase.

As últimas conquistas da crítica germanica, nos diversos ramos do saber humano, são ali de todo ignoradas. Como a França de Luiz XIV, segundo diz Buckle, não contava seis pessoas, dadas às letras ou as ciências, que soubessem a língua inglesa, o Brazil bem pode mencionar esta outra semelhante glória; — é dubitável que haja presentemente no imperio seis individuos capazes de lavrar um parecer exacto e consciencioso, no que toca a vida espiritual da Alemanha. E a corte é quem projeta maior sombra no campo da resistência à qualquer invasão do germanismo.

Seria, porém, grave erro julgar que esta atitude tomada pela maioria dos belletristas, é um acto de clara consciência, praticada com todo o
sentimento do merito ou demerito que ele encerra. Nesse proceder repousa um pouco de candura pueril. Moços e velhos estão convencidos que além do seu horizonte não há mais céo azul, nem astros de ouro, — só existem névoas; — e que a ciência humana está toda contida nos livros que elles manejam; — os quais por certo não são da melhor tempera.

E' digno de nota que o nosso francezismo não se enraiza na justa admiração dos homens eminentes que possue aquelle paiz. São ecriptores e pensadores de ordem inferior, os que imperam a esta hora, como dez ou vinte annos atras. Assim, alguns litteratos que nunca leram Augusto Comte, e ignoram a data do seu nascimento e da sua morte; que não conhecem Littré; — que são mesmo incapazes de fazer a historia do desenvolvimento científico de um Guizot, — em contraposição, sabem ao certo, quem é Feuillet, quem é Sardou, quem é Dumas filho, quem é Feydau.

As obras destes são devoradas com gula pelos inteligentes do dia; — e escorre-lhes da boca o meu dulcissimo. (4) Não fica ahi. Na darwinica

---

(4) O acaso da uniao dos dois ultimos nomes é feliz e aproveitavel. Ernesto Feydau é o autor de um livro sobre a Alemanha,

(*) ao qual se manifesta a insensatez do prezado romancista, de uma maneira espanhola.

Entre os varios despropositos que affirma, a respeito do povo adverso, e notableissimo o seguinte: 1.° que os alemães não têm uma pintura, nem uma arquitectura nacional; 2.° que não têm homens admiráveis; ao muito podeu citar o astronómo Kepler e o philosoph Leibnitz, os quais d'altas veras não deshonoram seu paiz, bem como Kint, que pode passar entre os philosophos, e Holbein, o qual, diz elle, nasceu em Augsburgo; — e mais Guilherme de Humboldt, diz elle ainda, o autor de Kosmos? Ora, deixando de saber que Holbein veio ao mundo em Basileia, quem não sabe que o autor de Kosmos chama-se Alexandre? Eisahi por consequente, posto que em assumpto pequenino, uma prova do que valhem os nossos guias.

(*) L'Allemagne em 1871.
lucta pela vida, entre a França e a Alemanha, o Brazil não sabe, nem sequer pressente a grandeza dos resultados.

O nosso ponto de vista é o mesmo dos dias de Béranger, que cantava em sua guitarra:

Ne prenons à nos voisins,
Que leurs femmes et leurs vins.

Eis aqui mais um singularíssimo exemplo.

Queiô não fez timbre de repeler as ideias alemanas, e trata de observar a sua evolução, deve ter notícia do movimento enorme produzido por um livro do doutor Strauss, — Der alte und der neue Glaube. Oia bem: ao passo que, entre nós, velhos e moços, escritores e letrados, com todo o nosso infatuamento e pretensão de cultura, essa obra não era apreciada, quasi ao mesmo tempo, o ridículo Homme-femme de Dumas punha em agitação mais de um espírito, sobretudo no Rio de Janeiro !...

Para isto, não há resposta séria.

O leitor deve ter compreendido a necessidade que me força à direcções curvilíneas, quando me occupo de assuntos, por qualquer modo, ligados ao que nos diz respeito.

Podemos agora entrar mais bem preparados no objecto deste artigo.

O Dumas filho arrojou-se, há pouco, a escrever um prefácio singular, em uma nova tradução de Faust, feita por M. Bacharach. Diante horrores sobre Goethe e a Alemanha em geral, mostrando-se também, como o autor de Fanny, leviano e desponderado. Falando das mulheres que, segundo seu pensar, se lançam nos braços dos homens célebres, afim de chegarem à posteridade, embora desonradas por elles, o bom Dumas se exprime deste modo: — Taes foram as Bettinas, as Brentanos, as Guicciolis... E deixa-se assim pronder em flagrante delito de frivolidade, ou estioidia!!

A Bettina e a Brentano é uma mesma pessoa. Que juiz esclarecido para uma tradução de Faust! Se isto é pouco, em relação a maiores disparates que se lêem nas 98 páginas do prólogo citado, não deixa todová de ser interissante e significativo, como demonstração do nosso mau estado, quando julgamos que um tal autor é digno de acatamento.
II

Berthold Auerbach é na Alemanha o órgão mais activo, senão o mais robusto da literatura popular. Ela tem actualmente a idade de sessenta e dois anos. É natural de Wuertemberg, e procede de um tronco israelita.

Os seus primeiros estudos foram feitos com destino à teologia; — porém, sentindo que não tinha vocação para o mister, obedeceu à tendência que lhe aconselhava outro caminho.

Dirigindo-se a Tübingen, ali tentou ao princípio a ciência do direito; mas em seguida, entregou-se aos estudos philosophicos, nos quais foi iniciado por David Strauss; ouvindo mais tarde Schelling, em Munich, e Daub, em Heidelberg. Não exerceu menores influência sobre seu espírito o grande Schlosser. Ela frequentou as preleções históricas deste mestre. Por haver tomado parte, em 1835, naquela camaradagem conhecida pelo nome de Burschenschaft, e que occupa uma página importante na moderna historia alemão, teve Auerbach de expiar, com alguns meses de prisão, essa pequena imprudência.

Depois de 38, viveu em vários lugares, demorando-se mais tempo em Francfort, Breslau e Dresde. Reside hoje em Berlim. (5)

Eu não pretendo traçar uma biographia em regra.

Os dicionários de conversação e outras máquinas semelhantes de ciência universal poupar-nos o trabalho de estender-me nos detalhes da vida do escriptor, bem como na conta exacta de todas as suas obras.

(5) Isto dizia-se em 1873; nove annos depois faleceu Auerbach.
Basta-me dar a saber que o celebre israelita, além das produções do gênero, em o qual descobri novas riquezas, tratou também de assuntos, um pouco mais graves, que estão acima do nível habitual da novellística. Assim é digno de menção um livro interessante — "Das Judenthum und die neueste Litteratur," cujo conteúdo é a demonstração do quanto o judaísmo, por sua influência e por seu concurso, tem prestado às letras modernas.

Ainda um outro que se intitula — Spinoza; — ein historischer Roman, — põe à descoberto o vasto fundo philosophico do autor. Ahí descreve a luta da razão contra as velhas superstições, o conflito da livre indagação com os prejuízos hereditários, com os ferrenhos apertos das relações políticas, sociais e religiosas. O retrato do filósofo é magistral, e contribue, não pouco, para arredar as sombras, em que as brutas maldições da ignorância poderam envolver a figura de Spinoza.

Entretanto é sobretudo como novellista que Auerbach se faz recomendável. A França actual, que não obstante as ameaças de uma bancarrota litteraria, ainda se acastella na protecção de alguns espíritos creadores, não tem, na especie, o que possa oppor ao poeta da Floresta Negra. (6) D'ahi talvez provenha para nós outros, externa e internamente vestidos à franceza, certa dificuldade de apreciar o e compreender o.

Segundo o título mesmo o indica, ele hauriu na vida rustica e popular dos conterrâneos a essencia de suas narrativas. É verdade que lhe precederam Immermann e Alberto Bitzius (Jeremias Gotthelf), mas foi só por virtude das suas primeiras Dorfgeschichten, que surgiu um grande numero de escritores, a tratar de iguais assuntos e alargar esse domínio da litteratura.

(6) Schwarzweiler Dorfgeschichten... é o nome dado a diversas séries de suas novelas.
Não é aqui o lugar próprio de estabelecer comparações entre Auerbach e os que tomaram, antes ou depois dela, a mesma direcção. Bem que muito interessante, a cousa seria um pouco sem reto. Deixemol a de parte.

O assunto capital de nosso entretenimento não é mesmo uma apreciação das peças do volume referido, em sua totalidade; — é apenas a ligeira análise de uma resposta do novellista ao poeta das Contemplações sobre os negócios da guerra.

Como eu, sabe o leitor que V Hugo, durante o fatal período, julgou se com direito de escrever, em tom autoritário e tonitruoso, ensaios pontificias ao povo alemão, ao rei Guilherme e à não sei quem mais. Deve também saber que esses manifestos de um espírito estragado e meio enfermo provoca-ram na imprensa da Alemanha replicas e parodias humilhantes. Longe de mim a ideia de acusar os parodistas de lesa-majestade contra o princípio da moderna poesia da raça latina; mas acho razoável o que diz à tal respeito Julian Schmidt: — houve demasia; — o velho poeta não foi tratado com doçura. (7)

Tanto mais digno de apreço me parece o escri-pto de Auerbach, onde o serio mesmo da linguagem não enfraquece, antes aumenta, a impressão cómica produzida pelo palavreado de Hugo, sem que, por outro lado, se lhe possa descobrir um ceiti de menoscabo votado ao venerando visionario. Quero crer que melhor refutação não podiam en-contrar, em termos graves e comedidos, as pretenções burlescas da vaidade franceza.

Facilmente se deixa compreender que não perteço à classe dos insensatos, de que falla Joh-annes Scherr; — os quas à todo transe, e à des-peito de tudo, julgam sempre vêr em Gambetta

(7) Bilder aus dem geistigen Leben unserer Zeit — 1871: pag. 257.
um homem de Estado, e em V. Hugo um profeta. (8)

Não obstante, é minha opinião que o desvairado poeta do _Année terrible_, — com todas as suas extravagâncias, e mesmo por causa delas, presta-se mais a ser um objecto de estudo, do que um motivo de divertimento.

Como quer que se enriqueça ou se diminua a medida de seu merito, V. Hugo encerra e constitue, aos meus olhos, um dos mais difíceis problemas psicológicos. Um homem de alta cultura, a quem não tem faltado as mais duras experiências da vida; — um espírito avezado às grandes lucas, que não poucas lições ha recebido na escola do sofrimento; — sem embargo dos seus cabelos brancos, ainda permanecer, como uma criança, na quadra das ilusões, em que se não distingue a poesia da realidade, habiando um palácio de chimeras, d'onde pretende impôr silêncio ao mundo inteiro... com efeito, este fenômeno precisa de sonda científica, e deve admitir alguma explicação, mais adequada à importância do individuo e à propria dignidade do espírito humano.

Que V. Hugo toma ao sério a sua rhetoric, as suas fortes imagens, como um idolatra o pedaço de madeira, por elle mesmo aberto e afeito ao guiza de divindade, é um facto indubitável.

O procedimento do poeta não dá logar, neste ponto, a duas opiniões. 'Elle brinca com as palavras; — delicia-se no jogo das antíteses; — mas ha sinceridade em sua _phrasoatria_.'

Disse elle uma vez: «Palermo tem o Etna, — Paris, o pensamento... Tres raios se contém no ideal: o _verdadeiro, o Grande, o belo_. De Jerusalém radia a _verdade_, de Athenas a _belleza_, de Roma a _grandezza..._ Paris é a soma destas tres cidades, o logarithmo de tres civilizações, reduzidas á uma só

(8) _Die Gegenwart_. — 1873 — n. 44 — pag. 279.
formula. Paris, a cidade da revelação revolucionária, é a Jerusalém da humanidade."

Não há nisto um mero luxo de palavras sem reflexão, e portanto sem convicção? Era uma injúria assim julgá-lo. O poeta sente o que elle diz.

Tres annos depois, na hora extrema das agonias da patria, elle que corre ao meio do perigo, para tirar a prova d'aquella somma de ideias, que infelizmente sahiu errada; — elle que vê a proclamar e fazer valer, até com sacrifício, com risco de sangue e vida, a realidade da metaphora!

Ainda aqui parece me acertada a opinião de Schmidt, que aliás não mostra ter ao poeta bastantes sympathy. «Não é uma bagatella que, ao proclamar-se a republica, o ancião và pressurosamente para a cidade querida, ameaçada de um terrível assedio. Em todo caso, elle é um outro homem, que não o misero Girardin, o qual tendo por muito tempo, temeraria e cínicamente, insultado a guerra, fugio covarde, logo que a cousa tornou-se séria,»

No mesmo pé de reconhecimento e devido pranto às inegáveis qualidades de Hugo, mantém-se o nosso autor em seu mencionado escripto. (9).

Não são por isto menos rigorosos os juízos que elle exprime, quanto aos dislates chauvinísticos do velho francez.

A resposta do alémnio traz a data de 16 de Setembro de 1870. Napoleão estava preso; — V. Hugo tinha voltado à França; mas não «com a liberdade».

Ouçamos a linguagem drástica do nobre israelita.

«Eu não posso presupor, começa elle, que vós tenhais lido algumas palavras singelas que dirigis aos meus compatriotas, logo em principio da presente lucta.»

(9) Wieder unser... pag. 150 — Antwort eines Deutschen an den Franzosen V. Hugo.
Tem sido sempre assim. Os alémanes nunca deixamos de tomar em alta consideração o que diz respeito aos franceses; — estes porém não tem jamais querido conhecer a disposição de nosso espírito, nem na paz, nem na guerra... » —

E inquestionável a justiça desta arguição, Pondo de parte o que pertence à política, salta aos olhos que, no domínio científico e literário, os franceses, ou desdenhavam, ou ignoravam o verdadeiro estado de progresso da Alemanha. A filosofia mesma, pelo órgão do seu mais popular representante, além dos nomes de Kant, Fichte, Schelling e Hegel, nenhum outro mais sabia, não obstante o grande número de philosophos coévos, ainda hoje, na maior parte, existentes, que ali então já se distinguiam.

Victor Cousin, que se glorjava de ser em sua terra, o iniciador da philosophia kantescas, foi quem a seu modo, mais concorreu para formar se de Kant e sua escola uma idea inadequada e mesquinha. Em tempos mais proximos, mesmo no correr do derradeiro decennio, Paul Janet aventureu-se à dar-nos sobre o materialismo na Alemanha, uma obra vergonhosa, pela frivolidade e ignorância que encerra.

Nada porém existe de mais significativo, neste sentido, do que o livro de Guizot — Méditations sur l'état actuel de la religion chrétienne. O autor parece desconhecer o que havia além do Rheño. A França é o centro do mundo philosophico. Os vários sistemas que elle examina, como que, na sua mente, só tem órgãos e sectarios franceses. A influência da critica germanica, n'aquella epocha (1866) já, como vemol a, tão crescido e adiantada, elle simula ignorar que é um dos factores do movimento sujeito à sua analyse.

Seria engrandecer demasiado este quadro, allegar todos os dados que conspiram para pôr fora de duvida a asserção de Auerbach, quer em sua generalidade, quer limitada, como limitamo-la, ao districto litterario. Mas devo ainda estabeecer
um facto:— a lyrica alleman dos ultimos cincoenta annos, que conta muito mais de uma centena de poetas consideraveis, — rica de sentimento, profundamente inspirada, nao era apercebida, no meio do torvelinho vertiginoso da sobre-humana vida parisiense.

Nao admira que nós outros, brasileiros e portuguezes, unidos em um só grupo de infimos discipulos da França, ainda nao sabamos, nem se quer os nomes dos melhores lyristas actuaes de terra de Goethe, quando a maioria dos nossos mestres, desde a revolução de Julho até pouco antes mesmo de romper a lucta fatal, quasi que limitou-se ao conhecimento de um unico: — Heinrich Heine. Este que teve a dita de morrer, sem passar pelo desgosto de testemunhar o cerco de Lutecia, e a victoria da sua gente, cousas inconceiviveis, dignas talvez de escarninho riso aos seus olhos de judeu rancoroso e homem pouco zizado, e tambem, ao lado do autor do Faust, quem apenas merece algum respeito.

Taes sao as novas ideias, tal é o novo criterio empregado pela Revue des deux mondes e os demais orgãos da sciencia e letras francezes, para se retratarem dos antigos preitos ás glorias allemanas! Nesse trabalho de desdizimento, Goethe e Heine sao utilizados, por certas expressoes que se acham em seus escritos, bem que agora deslocadas, todavia favorece aos vencidos. Eis o motivo de se abrir uma excepcão para elles. E' tempo de voltar ao nosso objecto.

«Appellaes para nós, fala Auerbach, como sendo um povo de pensadores. Credes sem duvida que altamente nos lisonjeamos com semelhante louvor. Vós vos enganaes. Não é em vossa vantagem que apellaes para o nosso pensamento. Este destrêe, antes de tudo, o poder da phrase. Vós e vossos compatriotas viraes de preferencia contra Napoleão o vosso despeito.

Quereis porém saber, qual é o mais pernicioso tyranho dos francezes? E' a phrase.
Napoleão mesmo foi eleito, porque seu nome era uma phrase, e ele dominou por meio da...»

Para não subscrever estas verdades, é preciso que se queira afectar um catonismo especifico, pelo qual se toma o lado da causa vencida, somente com o fim de oppor-se aos deuses, que abraçaram a causa vencedora. Infelizmente, não é só a França quem deve a maior parte dos seus males à tyrannia da phrase. Desenvolveu-se o contagio assolador, e chegou tambem até nós. Povo, patria, liberdade: — Brazil heroico, Brazil gigante, invencivel colosso d'America... — outros tantos Iatus vocis, que nos tem feito andar às tontas: — outros tantos verbos mysticos, balidos de sentido, que só entram no discurso na qualidade de interjeições, porque são sujeitos sem predicado, como o sujeito — Deus — ou o sujeito — Nada.

Creio mesmo que, nesta phraseomania, vamos um passo adiante do proprio paiz que nos inspirou. Pelo menos, a França teve, por muito tempo, quem a lisongeasse, quem lhe posesse ante o rosto um falso espelho, que a transfigurava. Foi o mundo inteiro.... Mas nós, o que é que vivemos? Quem já nos disse que eramos grandes e notaveis?

Entretanto a cada instante, estamos clamando e gesticulando, para tornar sensível a nossa personalidade, como nação poderosa. E' irrisório!

O palavreado nos esteriliza. As nossas luctas, mesmo as mais serias, são todas logomachicas. Basta, por amor do exemplo, mencionar um facto da ordem politica. O liberalismo brasileiro, ha boa porção de annos, tem gasto a seiva, tem colhido sem proveito, bastante poeira olympica, no empenho de realisar um chiste, um bon mot de Thiers: — Le roi règne, il ne gouverne pas.

O nosso homem do povo acredita cegamente nas palavras fortes do salmo 90, que sendo repetidas e trazidas ao pescoço com toda fé, isto é, com toda a ignorancia do seu sentido, podem salva-lo de quaesquer perigos.
Os nossos estadistas não depositam menos confiança nas palavras fortes do art. 98 da constituição, do qual depende, segundo a maneira de rezar a felicidade do país. Assim, a frase em política, a frase em religião, a frase em literatura... eis aqui a nossa perdição. Quem nos curará de semelhante lepra?

Continuemos:

«Vós, Sr. V. Hugo, gritaes-nos que façamos alto, porque Paris é a praça inviolável da revelação do espírito humano... Já é em si um contrasenso encadeiar o espírito a um logar determinado. Qualquer aldeia que tem sua escola, na qual são ensinadas as leis do amor do próximo, não é menos santa e inviolável do que Paris. A grandeza não consiste na acumulação da força, mas na pureza e profundidade do pensamento. Pergunte a vós mesmo: — se tivesseem tripulado as armas francesas, como ter-se-hia procedido? Os allemaes não temem uma cidade que seja a concentração do nosso espírito. Regosijamo-nos disso. Porém demos que aos soldados franceses victoriosos, às esses soldados civilizados, uma vez triumphantes, se tivesse bradado: — esbarrae diante de Witemberg, a cidade de Lutherio; — diante de Berlim, a cidade de Humboldt; — diante de Königsberg, a cidade de Kant; — diante de Weimar, a cidade de Goethe, Schiller, Herder; diante de Brunswick, a cidade de Lessing... vós e vossos compatriotas tereis de certo achado esse brado bem ridiculo. »

Que dirão sobre isto os fanáticos partidários da revanche? Mas, eis aqui o que é soberbo e brilhante de exactidão e justiça.

«Sr. Victor Hugo! Os franceses tem até hoje repelido de si a escola coactiva.

O espírito mais alto, que dirige e determina a história dos povos, faz agora pesar sobre a França o ensino obrigatorio. Ella deve aprender a cultivar seu proprio ser, no aperfeiçoamento de si mesma, e no amor á verdade, sem querer pôr debaixo de
tutella o seu visinho. Deve reconhecer que, ao lado deles, ainda existem povos cultos, e que somente elas, em sua totalidade, constituem a grande manifestação do espírito humano."

Mais o seguinte: — «Nós queríamos viver em paz com o povo francês. Mas o demônio da vaidade, do desejo de dominar, de sobresair á todos os outros, — o qual ainda presentemente vos está tentando,— provoked a guerra, lançou a morte e a desolação em vosso paz, e no meio da vitória trouxe também a tristeza para nós, que perdemos milhares de nossos irmãos, e vemos destruído o nosso trabalho pacífico, espiritual e material.»

Aqui julgo apropriado lançar uma ligeira observação. A vaidade francesa, incontestavelmente, é culpada de muitos desatinos. Resta-nos entretanto o direito de indagar, se a culpa é toda sua, ou nela também tem parte os outros povos que, por tanto tempo, alimentaram essa vaidade, com os seus aplausos, e até com a sua subserviência. E' evidente que quasi todos concorreram para levantar ao estado de furioso orgulho, em que vemos hoje debater-se impotente a veneranda nação. Os próprios alemanes prestaram do melhor e abriram largo campo às pretensões exaggeradas dos seus inquietos visinhos.

Ainda hoje, não sei se pelo receio do chaucinismo, que tratam de esconjurar, ou se somente pelo gosto de se colocarem, com os franceses, em estado de polaridade, praticando o contrário do que elles praticam, os alemanes não dizem toda a verdade. E' singular que pareçam render culto á certos homens que de facto o não merecem, só para não incurrerem no labirinto de adversários injustos e caprichosos. Isto pode ser honroso; mas é inútil: — não traz vantagem alguma, nem para uns, nem para outros.

Dest'arte não posso deixar de admirar-me, quando vejo um escritor, como Tranßwein von Belle, considerar o importuno Caro, — que elle
mesmo qualifica de theosopho. — ao lado dos padres Grafty e Perrand, uma grandeza saliente entre os melhores católicos franceses da época hodierna. (10)

E' preciso não ter lido os escritos filosóficos desse espírito, que se distingue, antes de tudo, segundo nôl-o informa Nêrê Quepat, por um joli coup de fourchette, para achar que lhe é cabível a honra outorgada pelo escritor tedesco. Muitos preitos semelhantes se encontram a cada passo; os quais de certo farn os-hiam duvidar da sinceridade do que assim procedem, se não vissemos que um motivo superior de briosa imparcialidade, ainda que exagerado, inspira e preside a esse modo de obrar.

Prestes a feixar a sua resposta, diz Auerbach:

— « A vós como escritor, seja me permitido ainda ponderar uma particularidade. A guerra, de vosso lado, é prosaica, esteril de cantos (liedos). Sem fallar de alguns cynicos vaudevilles, vosso soldados não tem um hymno. Ao principio quizeram entoar a Marseillaise; porém sentiram logo que ella se convertia em mentira e irrisão. De vosso lado não pode surgir um desses cânticos, porque vos falta o impulso éthico. Com o nosso exército, porém, no acampamento e em marcha, está o genio do Lied, na disposição, na confiança do bom direito, na chorera contra a iniquidade, e na intimidade da reconciliação. Presta atenção á este signal:

— vós deveis compreender-lô. »

Com effetto é para estranhar que não tivesse a guerra provocado no espírito da França aquellas eusões poeticas, tão communs nas horas de agitação de um patriotismo profundo e consciencioso. A poesia, como menos venturosa, teve a contar unicamente o — Année terrible; este amálgama
cahótico de rara luz e inmensas trevas, — do qual disse o crítico francês, Louis Ratishonne: — «Entre todas as catastrofes deste terrível ano, deve-se tambem numerar esta desgraça; no meio dos desastres da época horrorosa, tambem se deve incluir este livro. »

A música mais feliz, limitou-se ao gemebundo threno da Gallia, de Gounod. Sou incomente para afirmar, ou negar, com fundamento, as qualidades dessa produção; mas acho-a, pelo que sinto, incapaz de operar o efeito esthetico visado por seu autor. Diz, entretanto, o Dr. Weidemann:

«Uma eloquente prova, de que profundamente a exaltação patriótica abalara a alma alemã, manifestou-se nas criações poéticas e músicaes, que apareceram n'aquelles dias. E proprio dos alemães expandir em Lieds e cantos tudo que toca ao intimo do coração, como já mostrou-se na guerra dos sete annos e na de 1813; — assim tambem agora, o enthusiasmo patriótico exprimio-se em uma quantidade de poemas e melodias que nascem das impressões políticas predominantes na consciência do povo, e fortemente reagiram sobre ella. » (11)

E' claro por conseguinte que a musa germanica avançou-se á musa franceza. Todas as producções, que então surgiram, não são ao certo de um igual valor; — mas todas se distinguem por uma nobre moderação e nada menos encerram do que orgulho chauvinístico e banal. Sobresae, neste sentido, o celebre Lied de Bodenstedt, segundo a musica de Jacobi:

_Ha! Franzosen, Franzosen, den Tag habt in Acht!_

(11) _Der deutsch-französische Krieg 1870—1871_, pag. 20.
Não sei se do que eu digo, podendo concluir aquilo em que não penso, alguém se capacita que haja em mim um fanatismo cego, intolerante, exclusivo, em prol da Alemãnia, e contra a sua heróica, mas infeliz rival!... Seria um erro.

Dezembro de 1873.
Causa-me horror a ideia de uma liquidação social; mas eu concebo e afago a ideia de uma liquidação literária. As doutrinas socialistas combatem o predominio do capital sobre o trabalho. Dizem hoje: — a propriedade é furto, — para dizerem amanhã talvez: — o furto é propriedade. « O socialismo é a luta contra a luta pela existência », — já disse alguém, que melhor o conhece: e eu faço número entre os subscriptores dessa verdade.

O instituto da Internacional é para mim a organização da loucura. Porém ideio alguma cousa de analogo, que aliás não ha mister de recorrer ao ferro e ao fogo; que aliás não se aparenta com a comuna de Paris; uma especie de Internacional em literatura. Nem sofre duvida que esta concepção é capaz de um largo desenvolvimento. Nos paizes atrasados e, — o que ainda é peior— sem consciencia do seu atraso, — ao lado do capital economico, mal adquirido e ocioso, que subjuga o trabalho do braço, avulta um outro, não menos importuno, que faz frente e põe obstaculos ao trabalho da cabeça.

Espíritos mediocres que tiveram a ventura de aparecer á hora propria, poderam facilmente con-
seguir uma reputação intelectual, acima do seu merito e dos seus esforços. De dia em dia aumentando e capitalizando esse nome indevido, fruto do comércio com a ignorância geral, chegaram em fim ao ponto de immobiliizar, por assim dizer, na pessoa delles, todas as honras literárias, e tornal-as para outros de uma quasi impossível acquisição. Ali chegados, o seu trabalho é viver; de nada mais necessitam, porque a reputação está feita, e ellas entram a comer dos juros.

Esta linguagem, pedida ao mundo das relações economicas, não é pura allegoria. Ela exprime uma ordem real de factos similares, que só por este modo se deixam compreender.

Como se entre nós o symbolo da inteligencia não seja uma ave, á quem a natureza deu por menagem a infinitude dos céos, porém algum quadrupede, que não consente um outro vir beber na mesma fonte, nem dormir na mesma gruta, a glória intelectual é território ocupado.

Ora bem: — não haveria um meio de acabar com esta desordem? E a questão que trato de ventilar.

Imaginemos uma associação de espíritos cultos e independentes, unidos entre si pela atração da luz comum, pelo único princípio da justiça e da verdade... Imaginemos, sim, uma como organisação da crítica, uma nova Internacional, repartida pelo mundo, tendo na Alemanha a sua sede. E na Alemanha, sem duvida, não por causa de Karl Marx Bebel, mas por amor dos Lindau ou dos Frenzel, dos Zarracke ou dos Schmidt. Assim constituida, o fim da sociedade seria passar em revista os títulos dos renomes literarios, que se inventam nos paizes de cultura pouco adiantada.

Pois que em scienza e em letras não ha direitos adquiridos; pois que não ha prescripção para a critica, e à todo tempo se pôde mostrar que é ruim aquillo que tem valido por bom, era facil instaurar-se o processo da liquidação.
Todas as obras frívolas, que têm firmado a reputação de certos vultos em Portugal e Brasil, seriam submetidas à prova de fogo da análise imparcial dos homens competentes. Os escritos que se publicassem, deveriam logo enviar-se ao centro do movimento, para pôr-lhe o respectivo — placet — ou o respectivo — não presta. — A semelhança da congregação do índice, a nossa sociedade lançaria também o seu anathema contra os livros que se mostrassem eivados, não de heresias, porém de ignorâncias.

Deste arte, à face do mundo inteiro, e sem abalos de ordem alguma, poríamos fogo no castelo feudal de um Alexandre Herculano; deitariamos por terra a villa senhoril de um José de Alencar, e tantos outros intautados de uma nomeada toda local, que chamariam de primeira instância, sempre dependente da decisão suprema.

O merito, só o merito real, sem manejos diplomáticos e ridiculas mystificações, havia de aparecer e conquistar as homenagens públicas.

Eu sei que esta minha ideia não é de natureza a suscitar partidários. O preconceito geral do alto grao de inteligencia e ilustração atribuído á uma centena de espiritos nossos, proíbe e pune até com o desdém antecipado qualquer tentamen, em sentido oposto.

No Brasil se compreende que mova-se questão sobre a pessoa e sobre a utilidade de um imperante, a quem aliás os reis dos outros Estados não se desfrãem em dar o nome de irmão. Mas é cousa quasi inconcebível que se conteste o predicado de publicista a um Zacarias, ou a um Pimenta Bueno, que entretanto os Bluntschli, os Gneist, os Mohl de todo desconhecem; e rir-se-ham por certo da sua candidatura ao lugar de representantes da ciência política!

No Brasil se compreende que o republicano, o democrata social possam dizer: — Estado e sociedade precisam ser abalados até as raízes; — do
que temos, nada serve, — é mister que nos ergamos contra as tradições recebidas, que mudemos o curso da história. — Porém não se tolera que o crítico se arroje à pôr em dúvida o talento e a instrução de alguns bemaventurados, aos quais somente a força das circunstâncias e o atraso do país fizeram conferir a honra de notabilidades.

Não se admite que qualquer espírito emancipado dos prejuízos correntes também possa dizer: — carecemos de reforma, no domínio das letras; acabemos com esta idolatria, com esta adoração féticha tributada a livros e autores brasileiros, que são mesquinhos, que nada valem.

Este modo de falar é geralmente considerado um crime de leso-patriotismo. Dá provas, pelo menos, de pessimista auster e intolerante, quem não canta em prosa e verso as quotidianas glórias da patria; quem não vê em cada aparência literária ou científica, no Brasil, um fenômeno a hombrear com os melhores da Europa.

O typo, a incarcação perfeita do brasileiro em regra, isto é, do brasileomaniaco, do chauvinista estolido e inconsciente, é um, como o bacarel Pessanha Povoa, que tem coragem de proclamar Carlos Gomes o arqui-componista, e Pedro Americo o arqui-pintor do mundo actual!... (1)

Tudo o que não se dirige à glorificação das nossas miserias, é repellido como heterodoxo.

Por minha parte, aceito cordialmente a irragaçâo da pêcha de pessimista. E' um defeito, de que me lisonjeio. O pessimismo sincero, o pessimismo convicto, é de uma influencia benefica sobre a vida, sobre a cabeça e até sobre o coração do homem.

(1) Bem quizera não conspurcar esta pagina com a citação de misera brochurinha Heroes da arte do supramencionado Pessanha que escreveu e publicou-a em Lisboa; sendo dedicada ao ilustre Sr. Porto Alegre. Mas é preciso vencer a repugnância, e lhe remeter este produto, que eu considero um symptomata pathologico do espírito brasileiro.
Sem elle, nenhum progresso, nenhuma conquista.

Sem elle, nenhum grande intuito, nenhuma aspiração elevada. A ideia pessimística é uma ideia de primeira ordem, um princípio dirigente da civilização hodierna. Abraço, neste ponto, a opinião de Taubert. [2]

E tenho para mim que do optimismo da nossa gente, ou da ausência de ideial, — o que é a mesma cousa, — provêm a maioria dos males, com que luctamos.

Quando o pessimista, como eu declaro sel-o, em seus momentos de contemplativo enlevo, suspira e diz, se elle prefere a scienza: — quem me déra ser Strauss !... ou então, se a politica é o seu alvo: — quem me déra ser Bismarck !... o optimista, qual é geralmente todo o moço brasileiro, chega apenas à exclamation: ... oh! se eu fosse um jurisconsulto como o doutor Braz Florentino !... ah! se eu fosse um estadista, como o Visconde do Rio Branco !...

Isto é horrível; porém é a verdade.

Imagine-se que nobres compromissos podem ter, que esperanças podem despertar espíritos rasteiros, que deste modo revelam não possuírem, sequer, o talento de desejar o alto, de aspirar o grandioso! D'ahi o nosso estacionamento, e a nossa invisibilidade para as esferas superiores.

Disseram uma vez em Paris que o Brasil, por causa da escravidão, devia ser condenado à uma especie de bloqueio moral. O certo é que, desde o berço, a sorte o condenou a um bloqueio intelectual. As principaes correntes da literatura do seculo 19 passaram-lhe muito longe.

A scienza, a philosophia alemán, que vão por toda a parte inundando e fecundando, não chegaram ao seu conhecimento. Ainda hoje, a esta hora mesma, elle vive e se alimenta da migalha francozêa.

Os homens que, por descuido, se tem tido entre nós na conta de ilustrados, são em regra inimigos decididos da cultura germânica: o que vale dizer que são ignorantes, incapazes de produzir cousa qualquer, que possa aproveitar.

Sou rigoroso; — demasiado, talvez. Há mister destes rígores. Poderei andar errado nas minhas apreciações do estado intelectual da nossa terra: — não o contesto. Mas é o caso de dizer com Jacob Grimm: — Man muss auch den Muth des Fehlens haben —... deve-se ter a coragem do erro. Eu sinto-me com ella. Quem me dera, porém, que realmente houvesse erro da minha parte!

Na história da vida espiritual do vigente século nós brilhamos pela ausência; porém de um brilho triste, não semelhante ao que Tacito, o criador da insigne expressão, atribuiu a Bruto e Cassio, precisamente porque não se viaam as suas effigies, ao lado de outras, nos funeraes de Junia. Não basta asseverar que nunca tivemos, — ainda hoje não temos um só homem, que escreva para o mundo culto, um homem, que a cabeça tenha maior âmbito, do que estreito horizonte da própria nacionalidade.

« E um mesquinho ideal, — disse Schiller, — escrever somente para uma nação; um espírito philosophico acha esta limitação absolutamente insupportável... » O ideal do escriptor brasileiro é quasi sempre um ideal brasileiro. Ao muito, pode chegar o arrojo de algum mais ambicioso, à pôr em Portugal a sua mira, à fazer dele o alvo das suas conquistas. Um elogio, uma ligeira menção do Castilho, ou do Herculano, — estes dois falditos litterarios, que ainda se julgaram com credito para garantir estranhas firmas, — é o cumulo da gloria.

Não há quem sinta a necessidade de olhar por cima dos muros da prisão, em que definhamos. Emparedados no prejuízo burlesco de valermos muito, de não têrmos que invejar às grandez nasções, vivemos de todo alojados ao movimento geral da intelligenza moderna, considerada em suas alturas.
E se é verdade o que diz Ruediger, que cada nação deve ter um mérito permanente para com a humanidade, sob pena de ser arrastada pela corrente da história, pois elas só se conservam, quando produzem de si mesmas, em qualquer das direcções da actividade humana, alguma cousa de excelente, que possa valer como modelo, fora dos limites nacionaes (3); se tudo isto é verdadeiro, há motivos de receio pelo futuro do Brasil.

Os patriotas rir-se hão sem dúvida desta série de ponderações. Eu os lastimo; e prosigo em minha franqueza. Ainda é tempo de arredar o mal que nos ameaça. Tomemos outro caminho. Quebremos as taças em que até hoje saboreámos as melfínicas doçuras da civilização franceza; e volvamos-nos para a Alemanha. No domínio das ideias, no que toca à necessidade de uma reforma intelectual, é o que nos pode salvar.

A crítica inexorável, a crítica aniquilante, deve ser a nossa palavra de ordem. No estado em que jazemos, assenta-nos de alto a baixo, o que disse uma vez da sua terra Massimo d'Azeglio: Itália é farta, ma gli Italiani non ancora son fatti. Também nós não estamos feitos. Sem exageração, sem pathos rhetoricæ: o espírito brasileiro, em mais de metade, plonge dans la brute.

A candidatura do Brasil aos tórios de nação culta é um fenômeno morbido: alguma cousa de semelhante ao disparate dos loucos, que se julgam reis. Que cultura se concebe para um povo, cuja religião, cuja política são puramente mecânicas? E que religião, e que política pode haver em um país, onde a philosophia é nulla, onde a arte é nulla, onde a sciencia é nulla? Eis ali tudo.

Novembro de 1874.

(3) Zeitschrift fuer Woelkerpsychologie... III. pag. 127.
V

Uma excursão de dilettante pelo domínio da scienza biblica (1)

I

De ordinario imagina-se o povo de Israel como um fenômeno estranho, como um corpo deslocado da massa total da humanidade. Assim obedecendo a uma força particular, fora do alcance das forças gerais, e tendo tido, — só elle —, o direito de chamar se o escolhido, no meio de outros privilégios, teve também o privilégio da desgraça.

E' um modo, este, de pensar, que não acéito nem combato. Ha noelles apprehensões de crenças religiosas, cujos motivos íntimos escapam a jurisdição da logica.

(1) I. — Geschichte des Volkes Israel... von Ewald II.—Urschrift und Übersetzungen der Bibel... von Dr. Abraham Geiger. III. — Doctrines religieuses des Juifs pendant les deux siècles antérieurs à l'ère chrétienne... par Michel Nicolas.
O rancor outr'ora votado à veneranda gente israelita, e ainda mal extinto em corações fanáticos, é um rasgo de barbaria, que há de sempre enginhar a civilização accidental. Por minha parte, confesso-me possuído de um sentimento diverso.

Sem pretender inquirir os princípios e os fins, mas estudando os factos, simplesmente como tais, cresco poder erguer-me acima dos prejuízos correntes. Na falta de outras razões mais fortes, bastaria observar que a desdita impressa na fronte de um grande povo, não é menos respeitável, que a desventura escrita na fronte de um grande homem. O genio que em ambos eles tem a mesma divisa, deve atrair para ambos o mesmo grão de solennne sympathy.

E' pouco exacto que os judeus, na idade média da sua historia, fossem avessos a qualquer sorte de especulação. O que se chama período mosaico, isto é, o tempo decorrido desde Mouysés até o captivo de Babvónia, acoberta em sua sombra inúmeras questões. Se as leis que dirigem o espírito humano, são por toda a parte as mesmas. é natural que o povo de Israel deixasse ocultas no fundo de seu passado riquezas que hoje apenas começam a entender-se.

Não sei se por força da teoria que faz da raça arváma a predilecto de Deus, em matéria de inteligência, os hebreus, na qualidade de semitas, foram tidos geralmente como incapazes de atingir um estado superior de cultura. É convém reconhecer que, até certo ponto, os factos justificam esta vista incompleta.

Os anámos da velha gente são pobres de indicações relativas ao puro domínio das ideias; nelles não se encontram vivos sinaes de um profundo trabalho de reflexão. Mas é mesmo do modo, um pouco ligeiro. de apreciar esse fenómeno raro, que provém o erro e a injustiça, no julgamento litterário da família de Jacob.
Não ignoro que é inútil procurar, nos tempos anteriores à fundação da monarquia, o rastro luminoso de sêrio progresso mental. Deixo de parte o que toca à Moisés. Para envolver-n-o no assunto que nos ocupa, seria mister uma previa discussão sobre essa nobre individualidade. Basta me dar, como sabido, que Moisés foi um revelador. D'onde quer que viessem a sua inspiração, a sua ideia dirigente, o certo é que ela sustentou uma lucta secular com os habitos do povo.

E que seria feito da obra mosaica, se do proprio seu daquella grei semi-barbara não surgissem outras cabeças igualmente elevadas? Eu creio na lei da selecção natural do genio. Sem isso, não me parece explicavel, por meios humanos, o nascer e o crescer das religiões. Foi sob o império desta lei fecunda, que poderam, depois de Moisés, aparecer homens extraordinarios, capazes de secundar-o e proseguir na tarefa iniciada. Samuel é o maior e mais completo exemplo.

Não obstante o pequeno risco de provocar alguma contradicção, pode se dizer affutamente que elle foi quem melhor comprehendeu o estado moral da família israelita. O profeta do Sinai era um genio idealista. Fundar uma nação conquistadora e poderosa, sob o governo unico de Deus, sem outro principio de solidariedade, se não a divina lei commum, era um problema quasi insolvavel. Uma leitura mais attenciosa da historia dos Juizes produz a convicçao de quanto foram frustradas, neste sentido, as vistas do legislador.

Israel, é verdade, por suas victorias, e mais ainda, por suas derrotas, tinha sabido provar que a theocracia mosaica era uma escola de heides. Ha notavel, todavia, que as tribus assentadas na terra de Canaan, não formavam um corpo compacto. E sensivel naquelles tempos a falta de cohesão e de caracter nacional. Como principio de unidade, como força assimiladora de elementos contrarios, Samuel instituo a realeza humana.
Cumpro aqui não esquecer um facto importante. Sabe-se que a Bíblia dá testemunho da oposição do último juiz à vontade do povo que lhe pedia um rei. (1). Entretanto as causas deveram passar-se de um modo diverso. O autor da narrativa, como em geral os escritores de então, era um profeta, um livre espírito da época dos reis. Em seu maior dissimulado rancor à monarquia, ele não ponde imprimir lhe mais profundo estigma, do que pintando-a rebellada e execrada pela boca do próprio vidente que tinha ungiido o primeiro monarca.

E' um fenômeno histérico, digno de reflexão: — é o primeiro e o mais solene protesto da liberdade contra o domínio regio, lavrado há cerca de trinta seculos, no livro de um grande povo.

Note-se ainda: — não é este o único facto que demonstra, nas páginas sagradas, semelhantes sentimentos de autores desconhecidos. Os cinco últimos capítulos do Livro dos Juizes oferecem com uma prova irrecusável. O escritor mostra ter uma intenção directa de ferir a realidade. De outro modo não se explica a insistência nas seguintes frases, que se lêem mais de uma vez: « Naquelles tempos, não havia rei em Israel, e cada um praticava o que lhe parecia justo. » (2)

De bom grado afirmaria que este narrador é o mesmo da história de Samuel, relativa à criação de um rei. Observe que os sucessos aqui mencionados maculavam, sobretudo, a tribu de Benjamin. Ora, Saul era dessa tribo. Juntando á isto a hipótese plausível de ter o escritor vivo, quando já existiam os dois reinos, e pertencido ao do norte, a explicação é verosímil.

Concebe-se de pronto, que o autor anônimo podesse inventivar uma das tribus que foram fieis à dinastia de David, e que devia, além disto, pa-

---

(1) Samuel — VIII, 4-22; — X, 18; — XII, 7-20.
(2) Juizes XVII, 6; — XVIII, 1; — XXI, 24.
rever odiosa, por dela ter sahido o primeiro soberano.

Seja como fôr, o certo é que Samuel não se oppuz áquella mudança de forma governamental. Ao contrário, foi elle mesmo quem teve uma intuição mais larga do que só era capaz de engrandecer o povo, em face dos outros povos que buscavam comprimilo. O propheta não se enganou. Com a fundação do novo governo, Israel adquiriu a força que lhe faltava.

Pouco importa que Saul tivesse, depois, corrido no desagrado publico. A instituição tinha sido eficaz, e o seu fim começara á ser atingido. Esta epocha da historia de Israel, é sobremodo notável, porque nella se levanta um phenomeno estupendo e unico em seu genero. Quero falar da co-existencia dessas duas forças que derramam, por seus combates, na vida historica dos judeus, tão dramatico interesse: — a realéza e o prophetismo.

E' sabido que, desde o tempo dos juizes, a parte incorruptivel, o que podera-se chamar o elemento divino da sociedade hebrêa, estava concentrada em um pequeno numero de espiritos austeros. Recolhidos ao seto da solidão, elles surgiam às vezes, como larvas da consciencia religiosa, para virem abater ou animar as esperancas do povo.

Tales foram os primeiros prophetas. Entrou a desenvolver-se esta forma de instituição moral; e nos dias do ultimo juiz, já existia uma grande escola de videntes.

Comprehende-se por intuição que o velho reformador, suscitando a realéza, devia estar de acordo com as ideias dominantes. O que então, mais que tudo, interessa ao prophetismo, era um centro para onde gravitassem todas as tribus de Israel.
Deste modo, se julgava poder melhor conservar o depósito sagrado da lei divina, criando-se uma força capaz de repelir, pela guerra, a influência deletéria das nações estrangeiras.

Não conheço nada de mais significativo em sua espécie, do que a lenda do moço israelita, que saía atrás de umas burras desgarradas, e, em lugar delas, encontrou um reino que lhe é dado. Nem posso deixar de capacitá-lo que, na mente do escrivaní, essas burras eram as tribus. O apólogo é transparente. E se pudesse haver esc鲁pulo em admitir a comparação, por baixa e pouco digna, bastaria oppor um outro documento bíblico. No canto popular da bênção de Jacob, Isachar é designado como um *asno forte*. (3)

Poucos factos parecem mais desmentir as ideias vulgares sobre a natureza do prophetismo, do que as relações sabidas entre Saul e Samuel. Pensar que este fizera semelhante escolha, não obstante a previsão dos futuros desatmos regios, é tel-o por um homem mão: — e ele não o foi.

Por outro lado, há quem julgue que elle escolheira um benjaminense, porque essa tribu era fraca, e assim poderia firmar o seu predomínio. Isto é medir pela bitola de hoje os homens de outr'ora; é aplicar as pollegadas do nosso tempo estaturas que se mediam por covados.

Alem disto, é inexacto que desse a tribu de Benjamin indicios de fraqueza. Ao contrário parece que ella era uma das mais agnerradas. « Benjamin diz o poeta do canto de Jacob, é um lobo voraz; de manhã comerá a preza, e á tarde dividirá os despojos. »

O que não pode sofrer duvida, é que o fim de vidente fora o interesse da religião. Mas é bom não esquecer: — a historia dos judeus encerra entre muitas outras, duas altas lições de expe.
riencia política. Samuel julga achar em Saul o mais apto servidor de uma ideia santa; e passa pelo desgosto de ver, ainda no seu início, a realça provar que era um instrumento vital.

Não poucos annos depois, o silencio Abias, a bem do mosaismo, promove a rebelião contra a casa de David; e crendo encontrar no moço Jeroboão a capacidade precisa para o triunho completo da sua causa, fal-o rei de um novo estado; o qual tornar-se-há, contra as vistas do profeta, o centro perigoso do culto anti-jehovico!

Mal se pode actualmente definir o governo criado por Samuel. Nenhum outro dos povos antigos teve dele a mínima noção. A palavra theocracia, que é toda grega, e de invenção posterior aos bellos tempos da língua, não traduz perfeitamente a cousa. Ora, uma forma de governo, que era única em seu conteúdo, devia ao certo provar os maiores obstáculos na pratica da vida. O ponto de vista humano de sua instituição fora logo satisfeito; mas o alvo divino ficou ainda suspenso, como inatingível, nas alturas do ideal.

Qualquer que seja o seu princípio e maneira de existir, a realça é sempre inclinada a concentrar em si todas as forças do Estado. Em certo que esse regime produza no círculo da comunhão hebréa uma actividade espantosa. Ao passo que os dous maiores poderes da nação, por suas relações synergicas ou antagonicas, accendem uma nova vida nos dominios superiores, repercute nas ultimas camadas um abalo moral tão profundo, que em pouco tempo Israel adquire o que, durante seculos, não fora lhe possível.

Fallando de dous poderes, é superfílio advertir que me refiro ao prophetismo sempre de vigia ao lado da realça. Mas ali mesmo é que reside o princípio e o segredo da lucta. Diante do governo humano, estava o governo celeste, com todas as suas leis santas, e tendo por órgãos os profetas, cujo verbo inflamado era um decreto do Altissimo.
Punha-se deste modo ordem contra ordem; o combate era inevitável. O prophetismo não podia renunciar, em face da realza, o seu mister de unica forca, até então directora da consciencia popular. A vontade real, por outro lado, não podia sujeitar-se ao dominio d'aquelles tribunos, tanto mais ter-riveis, quanto mais sinceros em suas conviceções.

E' facil de ajuizar que largas aberturas devia fazer no animo nacional o espectaculo sombrio desta luta prolongada. As violencias, não rara vez infligidas aos homens de Deus, foram eficazes no sentido tão semente de tornal-os ainda mais fortes e maisSublimes.

Desdenhado, malquisto, repeli-do, espírito prophetico devia subir em demanda de novos horizontes. Repousa mesmo na essencia do fenomeno, que os videntes derrotados em suas pretencoes, imaginasseun rei-modelo, capaz de preencher as vistas de Jehovah. Tal o germen da ideia mes-sianica.

A realza hebreia tinha sido fecunda, desde o seu começo, para o fim que se proporia. Mas importa advertir que a Biblia nos fornece dous modos diversos de comprehender o facto da eleicao regia. O primeiro é que a assembléa dos antigos pedira um rei para ser o juiz de Israel, visto que o propheta estava velho, e seus filhos eram incapazes de substitui-lo. (4)

O segundo é que o alvo final da nova instituição fora salvar o povo da mão dos philisteus e outros inimigos circumvisinhos (5) A ultima lição parece-me não só a mais antiga, como a mais acomodada á natureza das cousas.

Pode-se afirmar que a monarchia israelica teve um desenvolvimento mais precoce, do que convinha á sua estabilidade. Florescendo, mesmo no

(4) Samuel, VIII, 5 — 6.
(5) Idem, IX, 16 — 17, X, 1.
reinado de Saul; — cheia de vida, ambiciosa de gloria, com David; já nos dias de Salomão, ella dava todos os seus fructos. Comprehendem-se as razões desta ascensão rapida.

O povo hebreu sobrepôs-se no mundo real verdadeiras difficuldades da vida. Caminhando de victoria em victoria, elle tinha aprendido a erguer a cabeça entre as nações rivas; podia tambem levantar seu espírito acima do mundo sensivel, e adquirir uma porção de conhecimentos e capacidades novas.

Este nobre e generoso povo ficaria, sem motivo suficiente, fora das leis geraes que regem as sociedades humanas, se fosse certo que nenhuma cultura elevada distinguio aquellas epochas de força e grandeza nacional. Eu não vejo porque, assim tão de pronto, se lhe uma sentenca que tem contra si documentos irrecusaveis, quando estudados com interesse de conhecer melhor a verdade.

Nos seculos precedentes, todos os esforços se tinham concentrado na propria conservaçao, diante de inimigos poderosos. Não é que, mesmo nesses tempos obscuros, o pensamento deixasse de manifestar-se em sua tendência natural para uma explicação das cousas. A historia da creação (Genesis, I, 1—II, 4), posto que feita por um escraptor contemporaneo de Salomão, (6) pressupõe uma ordem de ideias que, muito havia, dominavam na esfera intelectual.

Porém desde que no goso de uma paz duradoura, e sob a direcção de um rei, não affeito às armas, o espírito geral achou o attractivo e descanço necessário para reflectir sobre os factos grandiosos do seu desenvolvimento, era consequente uma nova irrupção da inteligencia. Aquella rivalidade, então existente, com os povos mais notaveis em sciencias e artes, Phenicios, Egipcios, Sabaenses e outros, muito deveu para isso concorrer.

(6) Ewald.—Geschichte... I—pag. 135; III, 382.
Faltam-nos hoje os meios de descobrir, em que se firmava a grande sabedoria de todos os filhos do Oriente, a quem Salomão excedia (7). Contudo, é impossível desconhecer alguns sinais da influência que tiveram no pensamento hebreu as relações exteriores. A história do paraíso e de Adão e Eva (Genesis — II, 5 — III), o mytho dos gigantes (VI, 1 — 4), e mesmo o que diz respeito à confusão das línguas (XI, 1—9), parece que eram provindas de fonte estrangeira.

III

A Bíblia noticia que o filho de David houvera de Deus os tesouros de um saber prodigioso. (8) Todavia, d'ahi não é inferível que elle fosse um caso excepcional, o único sabio de sua nação. O historiographo mesmo achou, entre os vultos contemporaneos, quatro notabilidades capazes de dar a medida da scienzia do moço rei. « Salomão, diz elle, era mais sabio que Ethan Ezrahita, e Heman, e Chalcol e Dorda, filhos de Mahol. » (9)

Para quem aceita os dados bíblicos, historicamente, objectivamente, e livre, portanto, da influencia orthodoxa, o adulterino de Betsaba não foi um phenomeno inexplicavel, pelos meios ordinaarios. Aquelle que estava, desde a infancia, destinado a ocupar o throno paterno, era muito natural que tivesse uma educacão adequada. Mal se comprehende que o monarcha aventuroso, a quem a tradição atribue tão elevados dotes, menospresse a instrucção de um filho predilecto.

E lê-se de feito no primeiro livro das Chronicas (XXVII, 32) que, além de outros empregados em varios mistéres, Jonathan, tio de David, varão per-
to, seu conselheiro, e bem assim Jahiel, filho de Hachamoni, estavam com os filhos do rei. Como quer que seja, parece indubitável que no tempo de Salomão, começa a dominar em Israel uma tendência nova.

Os profetas que não deixam de existir, mesmo durante esse período de paz e felicidade, não são ainda os pregadores públicos dos grandes princípios jehovílicos. São homens de acção e de carácter, dos quais o rei conta sempre ouvir a verdade, conhecedores das cousas palacianas, e tomando parte em seus movimentos. (10)

E mais que muito plausível que, no meio de uma provocação geral dos espíritos para o amanho das letras, elas fossem os primeiros em abrir caminho e dar o exemplo. O que me fortalece nesta conjectura, é ver que a sua escola, tão numerosa e vivace, alguns anos depois desta época, mostrava-se agora pouco animada, e quasi reduzida a um ou dois voltos notáveis. Que faziam no silêncio esses homens maravilhosos? Como alimentavam a actividade do seu pensamento?

Sem dúvida, ocupados em alguma causa de mais serio e mais difícil do que o manejo do tympano e da cithara dos primeiros tempos. Escreviam, periscutavam as tradições paternas; desciam mais no fundo da instituição mosaica, e traçavam o vasto plano de uma história nacional. Isto parece muito razoável, quando se attende que o reinado de Salomão marca o apogeu da estrela hebréa, errando através dos séculos e das decepções do destino.

Que os Nathan, os Addo, os Semeias, os Abias, foram historiographos regios, a Biblia o diz. (11) Por que razão não haveria ainda outros, cujos nomes desconhecemos, mas cujas obras são talvez

---

(10) Reis, I, 8, 11.—XI, 29, 30, e seguintes.
(11) E Paralip... IX, 29, XII, 16, XIII, 22.
esses mesmos livros, impropiamente atribuídos ao legislador do Sinai? Dest'arte, não se vê surgir uma nova ideia, por cima do preconceito que nega ao povo judeu, bem como aos demais semitas, as nobres qualidades do gosto e dedicação ao labor especulativo? Voltarei sobre este ponto.

Não é justo deixar de reconhecer em Salomão dois grandes meritos. Primeiramente: foi ele quem deu a antiga religião uma sede mághestosa no templo de Jerusalém, dando também ao sacerdócio uma dignidade e uma ordem legal. Depois: ainda foi ele quem despertou o desejo de uma ciência mais profunda e de uma arte mais elevada.

Não é sem fundamento que a tradição ligou à memória tudo que diz respeito ao vasto e imenso saber. A poesia sentenciosa, por elle cultivada, continuou a desenvolver-se entre o povo, como atestam o livro dos Proverbes. Em seu nome se apoiavam filósofos e moralistas. (12) No vestíbulo do templo, onde se reuniam os discípulos para ouvir a palavra de qualquer doutor, havia o portico chamado de Salomão. (13) E quem sabe?... talvez mais digno de memoria do que o portico em Athenas.

Através de factos obscuros e mal discriminados, transparece que, de longa data, os judeus encetaram a cultura scientifico mais adaptada aos nobres instincts de sua raça, e ao seu carácter nacional. O prophetismo foi todo cheio de inspiração, enthusiasmo e chola, em face da realena corrupta ou da nação desvairada. Nem por isso deixou de ser também auxiliado por muito estudo e reflexão, em presença do céo e no silencio do deserto.

Não é crível que esses grandes homens, ideias tão elevadas, e trazendo sempre em mente as maravilhas de Deus, a favor dos abrahâmides.

(12) Sapientia... VII, 17- 20, VIII, 8.
(13) Evang... Johan..., X, 23, Act... Apost... III, 11, V, 12.
esses homens, a quem não escapava o sentido dos acontecimentos; sim; não é crível que tudo isso devesssem à única exaltação da fibra religiosa. Os profetas foram mais do que fortes entusiastas do mosaismo. Elles manejam os princípios de uma teologia simples, é verdade, mas profunda e abraçada.

A ideia de uma aliança feita por Deus com o povo, ou pelo povo com Deus, é a concepção mais larga que se podia formar em assunto religioso. Se a Moysés cabe a honra de ter a iniciado, não pertence menos aos profetas o mérito subido de haverem-n’á gravado no coração popular, a repetidos golpes de eloquência e poesia mais que humana.

Pouco importaria aqui lembrar que tarde vieram as consequências utéis da pregação prophetica. A semente fora lançada; quando quer que germasse, era sempre uma obra do sementeiro. O abalo produzido pelo grito dos Nabis no seio das gerações; o círculo ondente de sua voz sonora continuou a estender-se, em demanda do futuro, até vir quebrar-se na beira de um mundo desconhecido.

IV

Geralmente se acredita que só existe philosofia, onde há uma cadeia de leis do pensamento, exatamente formuladas; e ainda mais, quando existe um certo numero de verdades, postas em ordem, reduzidas a systema. Não sei se este juízo é bem fundado.

O germen da philosophia, ou, como outros diriam, a sua própria vida, é uma tentação poderosa, inextinguível, de entrar no conhecimento de todos os objectos, proximos e remotos, humanos e divinos. Onde quer pois que o enigma das cousas se agarre ao homem pensante; onde quer que, para
decifra-o, nasça uma emulação infatigável entre os mais fortes espíritos de um povo ou de muitos povos ao mesmo tempo, ali temos o berço de uma philosophia.

Desde alta antiguidade, os mais nobres dos semitas chegaram a este grau de evolução mental, quando ainda os gregos davam romper, para atingir-o, séculos de trevas. Acresce que Israel, por meio de sua religião, tinha um motivo especial de reflectir sobre as relações universaes. Já vimos que o refeito de Salomão fora a época mais apropriada para dar ao espírito publico uma nova direcção; elle abriria caminho ao genio comercial do povo.

Tanto basta para comprehender-se a possibilidade, senão a necessidade, de uma importação de ideias estrangeiras, mais polidas ou mais amplas, no gremio da gente hebrêa. Os laços de amizade, estabelecidos entre o sabio principe e os vultos contemporaneos, não poderiam ser improfícuos.

A celebre visita da rainha de Sabá é um signal do fervor e aspiração do tempo. Eu não resisto à vontade de repetir aqui o grito de entusiasmo que Ewald deixa escapar, quando aprecia, em sua alta significação historica, a viagem da rica soberana à corte do rei philosopho:

« O glückliche Zeit wo maechtige Fuersten, mitten in ihren von heiliger Gottesruhe umfrettigten Laendern, so zu einander waltzten, so in Weisheit und, was noch mehr ist, im regen Suchen derselben, wetteifern koennen. » (14)

Depois da scisão das tribus e da criação de um novo Estado, não esbarravam por isso o movimento que começara. Bem ao contrario, esse importante

(14) Geschichte... III, 379. Aquelle was noch mehr ist... é digno de reflexão. Echo longinquo de um dos mais bellos pensamentos de Lessing, só na Alemanha pode-se bem compreender-o, porque só alli o espírito científico chega a deliciar-se mais em procurar a verdade do que mesmo em possuir-a.
facto, o qual, para dizer-o de passagem, desmente a interpretação ortodoxa de um texto genésiaco (XLIX, 10), parece ter sido útil ao progresso das letras. Por quanto, é indubitável que o reino do norte fora constituído sob os melhores auspícios.

Homens eminente se pozaram à testa da revolução. Todas as esperanças da maioria se apoiaram no moço rebelde que fizera frente à dinastia de David. Compreende-se o ardor com que o novo Estado devia trabalhar por vencer o seu rival em todas as provas de actividade. Nelle brilharam profetas, sabios e escriores. As artes ahi floresceram com tanto, e ainda mais vigor do que no velho tronco davidico. Não era em vão que elle se glorjava de ser tambem um reino do verdadeiro Deus.

Ewald é de opiniao que o canto dos canticos, bem como alguns psalmos e varias outras peças biblicas, sahiram do norte. (15) Os princípios que desde antigas eras tinham sido anunciados pela lingua flamenjante dos Amós e seus irmãos em Jehova, foram se apoderando, em ambos os reinos, da consciencia popular. O gosto da sabedoria, uma vez inoculado, não ponde mais desaparecer de todo. Verdade é que bem cedo o Estado das dez tribus succumbio; porém, já tinha dado a sua parte de impulso e excitação, para enlargecer o horisonte das ideias.

O israelita allemão, Dr. Abraham Geiger, me parece pouco justo no modo de apreciar o valor historico de Samaria: « Das Reich Israel, diz elle, enthrerte des Mittelpunktes, der Idee, die es aufrecht zu erhalten faehig gewesen waere... » (16) Ora, esta ideia que o sabio autor contesta ao povo do norte, não teria de feito existido? E, antes de tudo, qual era ella? Nenhuma outra, senão o pro-

(15) Geschicht... III, 449.
(16) Ursschrift... pag. 20.
posito de evitar, pela separação, todos os erros e defeitos da casa de David, que se fizeram sensíveis, durante os últimos annos de Salomão.

E certo que os resultados não corresponderam aos intitutos primitivos. Mas isto, creio eu, não basta para autorizar o menosprezo da fracção destacada. Houve em quasi todos os reis de Israel vistas mais largas de progresso e engrandecimento. A admissão de estranhos cultos religiosos acarretou sem duvida muitos males; porém foi uma prova de alto designio político e franqueza liberal.

Prosegue o escriptor mencionado: — «Unter schwachen Wuestlingen, die sich auf den Thron emporschwangen, unter Palasterevolutionen, die ohne Beteiligung des Volkes die Geschoepfe einer launenhaften und selbtsuechtigen Camarilla erhoben und sterzeten, sich an das Ausland anlehnhend, von ihm Huelfe erwartend, seine Sitten sich aneignend, ward es dessen Beute. »

E resumir em um periodo de poucas, mas duras phrases, as luctas seculares que enchem a historia do reino de Israel. Ha excesso de rigor neste juizo. Os homens que ali se acharam á frente do governo, não foram todos fracos libertinos, como os considera o illustre Rabbino da Synagoga de Breslau. E incrível que desde Jeroboam até o captivo de Salmanazar só houvesse reis indignos; quando alguma delles foram sagrados por prophetas, como Elias e Elizeu.

A pedra de escandalo, bem sei, é a religião que elles não guardaram, que antes deixaram corromperse e desvairar-se. Entretanto, parece-me admisssivel, mesmo por este lado, ajuzar melhor dos espíritos, que heróicamente, embora infelizmente, quizeram ampliar o circulo acanhado das ideias de sua gente; e para isso, viram se obrigados a travar com os velhos principios, não rara vez, também com os prejuizos, uma pugna gigantesca.

Pondo de parte o sobrenatural, tenho para mim que o Estado das dez triboas, apezar da sua rápida
avaliação foi um avanço da civilização judia. Pelo menos, é sabido que ele entrelaçou-se com povos adiantados em conhecimentos, e nestas relações devia encontrar muita riqueza intelectual que falta ao seu irmão do sul.

Diz com razão Ewald que, quanto mais penoso se tornou naquele Estado o apoio do Jehovismo, tanto mais completos foram os belos frutos que brotaram desse arido terreno. Uma cousa é evidente: o prophetismo engrandeceu-se com a resistência oposta à política de Israel. Sem Ahab, e ainda mais, sem os manejos e planos energicos da tiria Jesabêl, fora impossível a aparição de um Elias.

V

O estado fragmentário em que possuímos a literatura bíblica, dificulta penetrar-se com justiça no intimo da sua historia. Peças de procedência e data diversas, formam um todo sincrético, onde só há de comun o esforço de um grande povo, pela realização do seu ideal; onde só há uma forma de pensamento, que é Deus, e para ella um conteúdo, uma essencia unica: Deus mesmo.

E porém admiravel, como em torno desta ideia, que assemelha-se ao deserto, esterilmente imensã, poderam-se agrupar espiritos de cem azas, naturezas demoniacas, poetas, pensadores investidos de todos os caracteres da genialidade humana.

Conheço, e não dissimulo quantos prejuízos e erros tradicionaes continuam a grassar, sobre a maneira de ver os meritos da Biblia. Pelo que toca ao Brasil, o que dirige a maioria absoluta de incul- tos e atrasados, é a mesquinha intuição catholicoprotestante da escritura inspirada, dictada por Deus. A parte que resta, posto que exigua, ainda
se divide em duas categorias: a dos espíritos frívolos, pouco escrupulosos em seu voltairianismo de mão quilate; e a dos românticos ingênuos que acham poesia em cada página, em cada linha do sacro livro.

E a velha intuição reacionária de Chateaubriand e Genoude, que, muito ha, deixou de ter vigor na Europa culta; e entretanto constitue para nós outros um sinal de adiantamento! Mas em fim ha de chegar-nos tambem a luz que, ja de longa data, a Alemanha despede sobre o mundo.

Quaesquer que sejam os resultados novissimos, a que tenho atingido a scienza biblica, e incontestavel que hoje seria difficil e arriscado por-se diante da critica, para embargar-lhe os passos e disputar-lhe uma só das suas conquistas. Entre estas, a menos dubia, a mais segura, talvez, é o juizo quasi peremptorio da formação symcretica, heterogenea dos livros sagrados dos judeus.

Semelhantes as ossadas dos mamnouths e megaleros da epoca terciaria, os diversos fragmentos de autores ignotos deixam adivinhar o gigantescos de sua primitiva estrutura. Nem eu sei se, nesta materia, devem ser menos aceitaveis as ousadas da inducção, do que em outras igualmente complicadas.

Se é possivel a um Cuvier dizer-nos a forma, as proporções, a especie do animal estranho, cujos dentes se encontraram enterrados em leitos de gypso, porque não pode um Ewald, um de Wette, um Knobel, dar-nos o peso, a dimensão de uma cabeça de profeta, do qual restam somente algumas phrases inflamadas, e indicar-nos com verosimilhança a estatura do monstro?

E verdade que os trabalhos exegeticos dos tempos derradeiros não sao ainda de todo accordes, tanto em questões de critica, como em diversos pontos de interpretacão. O estudo do Antigo Testamento conta hoje uma vasta litteratura. Nomear os escriptores que em grande numero se tem pre-
ocupado dos problemas respectivos, seria suficiente para fazer compreender-se a posição actual da scien
cia. (17)

Deste modo, e pelo que respeita, por exemplo, aos documentos elo
istas e je
vistos, sua relação a
Moyáos, a composição do Pentateuco, e em partic
cular do Deuteronomio, a authenticidade da segun
da parte de Isaias, e partes de Zacarias, como de
Daniel, bem parece que a lide continua.

Mas isto nada importa para attenuar os efeitos da co-operação fecunda. É uma lucta intestina, e
por assim dizer, entre família; a qual deve ter seu
termo, e ao envez do que se pensa, traz consigo
avultados proventos.

Como quer que, em ultima analyse, as duvidas se dissipem, a luz está feita. Uma vez adquirida,
a verdade não se submette; não se annulla a si
mesma, para dar ganho de causa a não sei que
dogmas inanes e putridas antigualhas. A scien
cia é
impenente; filha deste mundo, e trabalhando
unicamente para elle, não intimidam-na, não
podem intimidal-a apprehenções freiráticas de
além.

Por conseguinte, no ponto que nos occupa,
abrondo mão do maravilhoso theologico, não menos
imaginario que o maravilhoso poetico, resta incon
troverso que os judens tambem obedeceram á lei
comum do progresso moral e intellectual. A par
dos outros povos, elles não formam excepção algu
ma de inferioridade e menospreço. Assim que,
guardadas as relações necessarias, quer do tempo,
quer do meio social e outras mais influencias, a
marcha evolutiva deste nobre povo, é em todos os
sentidos o phenomeno historico mais digno de es
tudo.

Não sei d'onde procede a moda, ainda vigente,

(17) Dorner, − **Geschichte der protestantischen Theologie.** −
seguintes.
de contestar aos judeus os atributos gerais da civilização. Admite-se que a sua literatura é rica e interessante; mas não tem o que distingue os grandes monumentos literários, quer dizer, a expressão de puro gosto, de pura dedicação à beleza e à verdade, por elas mesmas. Se isto fosse inteiramente exacto, creio que mais importaria uma virtude, do que um defeito. Por quanto, a conceder-se que uma literatura deve reflectir, como se diz muitas vezes, as ideias, os costumes, o caráter, a feição completa do povo, a quem pertence, parece concludente que esta exigência se cumpra na razão inversa da individualidade, do elemento subjetivo, pessoal, independente dos autores.

Assim vemos que certas épocas da história literária, quer geral, quer particular, não satisfezendo aquela condição, nada exprimem de comum com a vida pública: — os sonhos, os caprichos do indivíduo tomam a frente das ideias e sentiments da totalidade. Ora, a corrente da vida hebréa nunca se bilrocou desta maneira; nunca os homens foram por um lado, e os poetas e pensadores, por outro.

Eis aqui pois o que dá à sua literatura um carácter prático, sem que contudo exclua o ideal, o mais sublime ideal do coração humano. Eis o que impede seguir o desenvolvimento de qualquer d'aqueles espíritos, na successão genética das suas concepções, e faz que hoje é bem difícil apontar os traços distintivos entre um Ezequiel e um Isaias, como se os aponta entre os genios de outras nações.

Não sei como se taxe de incompleto o patrimônio intelectual dos hebreus, porque faltam-lhes o espírito propriamente científico; esse dom que tanto caracteriza a raça aryanna. E' isto o que se diz; porém julgo que há um certo deserto em semelhante nota. Sabendo-se que Israel andou centenas de annos, através de toda sorte de embarracos, sempre afadigado, e apenas contando alguns ligei-
ros repousos, como pretender que tivesse tido tempo de consagrar-se largamente aos misteres da scienca calma e desinteressada?

E será de feito exacto que o impel scientifico nunca lantejou com tanta força nas fontes dos abrahâmides? Mesmo com relação aos tempos bíblicos, seria injusto afirmar-o. «O Pentateuco, diz Michel Nicolas, é conjuntamente uma moral, uma disciplina ecclesiastica, uma jurisprudencia, uma constituição politica.» (18) Bem poderia acusar-se:
e uma philosophia. «Nada de humano deve lhe escapar, o homem todo lhe pertence.»

O que ha porém de mais humano do que a paixão do desconhecido, o gosto de inquirir e explicar, de qualquer modo, a existencia, o destino, as relações dos seres? E a Biblia não dará perfeito testemunho desse sentimento, fervido e inextinguível, no seio da família de Jacob? Verdade é que entre os hebreus, como diz Munk, a existência do Deus, a espiritualidade da alma, a noção do bem e do mal, não são os resultados de uma serie de syllogismos...

Mas eu perguntaria ao sabio israelita francês: onde é que tais ideias viveram e vivem ainda, graças à philosophia, isto é, às soluções por ella dadas?

Quem é ahi que crê em Deus, porque a philosophia lhe ensina? Já se vê que longe de importar uma lacuna, exprime antes um merito notavel, o não terem os hebreus corrido atrás de não sei que visões e espectros metaphysicos, para explicarem a si mesmos o que elles sabiam ser inexplicavel.

Sem duvida, esta qualidade não se faz valiosa em todos os momentos da historia judia. (19) Comprovam-no de sobra os gnôstas e kabalistas. Não

(18) Doctrines religieuses des Juifs etc., 35.
(19) Emprego indistinctamente os termos de judeu e hebrbei, sem desconhecer que ambos significando o mesmo povo, o primeiro, todavia, marca especially uma epocha, a do captivamento de Babylon, depois do qual foi que se deu aos redues esse nome.
obstante, deve ficar fora de contestação que na literatura do celebre povo está o sedimento, ainda aproveitável, de uma ciência do homem, pouco extensa, mas profunda; parca de hipóteses e aventuras teóricas, mas rica e animada de senso. (20) O jehovismo vale uma philosophia.

VI

Em sua Histoire générale des langues sémitiques, lançou Renan as bases dos prejuízos correntes sobre as lacunas intelectuais dos judeus. O nome do autor é suficiente para explicar a facilidade da conquista que obteve a sua teoria. E não é sem propósito que emprego a palavra theoria. Com efeito, neste assunto, como em tantos outros, o venerando escritor não deixa de ter ideias preconcebidas, uma doutrina apriorística, e, por assim dizer, inconsistente, formada de uma só peça.

Felicemente, porém, a reação legítima apareceu em fim. A voz de um homem competente fez-se ouvir, para impugnar o erro acreditado. Publicou-se na Alemanha uma espécie de fragmento etnográfico, exposto em sessão publica da Universi-

(20) Releva observar que minhas vistas se dirigem quasi exclusivamente à literatura bíblica; não se queira por aventura ajuizar que esta contém para mim todo o ciclo literário hebraico.

Releva aqui também advertir que nestes últimos tempos os trabalhos da assíriologia, na Inglaterra, França e Alemanha, muito têm contribuído ou pelo menos pretendia contribuir para formar-se uma nova intuição do Semitismo e das diferenças entre ele e o Israelitismo propriamente dito.

Os escritos de Sayce, G. Smith, Schnader, Baudissin, dos irmãos Delitzsch e alguns outros, são fecundos de interessantes nouvidades sobre o assunto; mas eu insisto por ora em abraçar as questões capitais da assíriologia a opinião de Gutschmidt, para quem a pretendida ciência, em muitos pontos, ainda não passa de um conjunto de pura desordem.
dade imperial de S. Petersburgo, no mez de Fevereiro de 1871, em o anniversário da sua fundação.

Este pequeno escripto, substancializado de justas observações, conta por autor um sabio universitario, o professor Chwolson. Propondo-se apresentar uma nova característica dos semitas, trata o digno escriptor de combater as vistas de Renan, as quais não devem ser ignoradas, diz elle, 

wegen ihrer allgemeinen Verbreitung und des glänzenden Namens ihres Urhebers... » As pitorescas bolhas de sabão das asserções renanicas, — a expressão não é minha, — esvaziam-se de prompto ante o sopro de um serio espírito científico... »

O professor Chwolson que não contesta os méritos do crítico francês nem por isso é menos rígido em destilar o seu tecido de erros. Para elle, o que explica e determina a extravagancia das ideias de Renan, é que lhe falta completamente a despreocupação religiosa. « Voellige religieuse Unbefangenheit geht jenem ab, und das erklärt Alles. »

E sensível como effeito em todas as produções as mais serias, e apparentemente as mais desinteressadas, do celebre escriptor, a influencia de um priz que só pode ser devido à sua educação catholica. Na obra referida, os semitas, e entre elles, maxime os judeus não são julgados com toda a independencia e, mesmo, esquecimento dos velhos dados tradicionaes. Succeed de que a característica de Renan assemelha-se mais a um anathema clerical, do que a um juizio scientifico, unicamente inspirado pelo sentimento da verdade. 

Com razão o sabio de Petersburgo se insurge contra as vistas, um pouco levianas, desse elegante espírito, ao qual não obstante, cabe a gloria de ter criado, neste ponto, uma especie de teoria, geralmente acreditada. Assim vemos que homens competentes e não menos celebrados, se não mesmo mais profundos, juram nas suas palavras e seguem a sua doutrina.

Dest’arte, e para fallar de um notabilissimo,
Edmond Scherer não duvida repetir, após ele, que o monotheismo dos hebreus era adequado ao pensamento simples e elevado, mas também, a certos respeitos, pobre e esteril, desse povo. (21) Incontestavelmente a unidade de Deus, como ela foi ensinada ou formulada por Moisés, é um tema que não se presta a muitas variações.

Mas d'ahi não é deductível que o pensamento hebreu, de qualquer modo, se caracterize pela pobreza e esterilidade. O que lhe falta em extensão, sobra-lhe em profundidade. A ideia monotheica, centro de toda a vida espiritual, substancia inalterável de toda a literatura hebréa, não podia, por si só, elevar a aquelle grão de exaltação mental, a aquella potencia de genialidade, que nos assombra ainda hoje, espiritos grosseiros, naturalmente infecundos pelo determinismo da raça.

E' preciso que na alma desse povo tenha havido muita seiva, muito germen de grandeza intellectual e moral, para explicar o movimento, o atrahente espectaculo da sua historia. Ha uma palavra de Herder, que me parece bem fundamentada: die Juden sind das ausgezeichneteste Volk der Erde... Föra injusto e difficilimo contestal o.

Quaesquer que sejam as causas que promovem a queda dessa nação, é bastante honroso para nós outros, filhos da civilisação christan, reconhecer que devemos aos judens uma boa parte do nosso capital de idéias e sentimentos mais vivos. Elles são um importante factor na historia da cultura occidental, não só pelo lado religioso, mas tambem pelo lado puramente litterario.

E' tempo de acabar com as illusões de uma pretendida incapacidade semitica, em relaçao aos altos dominiós da inteligencia. A mania do helenismo, que é um dos motivos de desordem nas opi-

(21) Etudes critiques sur la litterature contemporaine — III. pag. 224.
niões de Renan e consócios, deve em fim achar uma barreira. Já estamos muito fartos de ciência beltrísticas e teologia platonisante.

Refutando as asserções do escraptor francoz, procura o professor Cwoison avivar, sem colorido facticio, os traços característicos dos semitas. Abaixemos, antes de tudo, a temperança intelectual, que se manifesta nos claros conceitos de suas religiões, na falta de myticismo, na simplicidade da mythologia e da cosmogonia. E' essa mesma temperança que na ciência os leva de preferência para a prática. Sua philosophia evitou os enigmas insolúveis, ou somente os considerou, no tanto que elles podiam interessar a vida.

« Nunca philosopharam no vacuo sobre cousas insondáveis. Na poesia, só poderam, de um modo significativo, enriquecer a lírica; — falta-lhes o drama e a epopeia; e quando algama vez fizeram tentativas nesses regíones, ainda os distinguia a mesma temperança, diante da graenzenlose Phantastik dos aryanos. Berthold Auerbach, o semita, deu uma direcção moderada à novelística aleman, por meio das suas Historias da aldeia (Dorfgeschichtens). (22)

O autor, ao qual me refiro, bem podera, se quisesse, enlaçecer o quadro do seu exame, com provas pedidas ao movimento litterario da Allemagnha, na actualidade. E' realmente esplendido o papel que o judaismo tem ali representado, pelo que toca á vida espiritual dos ultimos tempos. Não é sem muita razão que um homem, como Virchow, o celebre médico e orador berlínense, declarou, ainda ha pouco, em uma sua resposta a Quatrefages, que os judeus germanizados se tornaram para os alémanes um poderoso fermento de cultura. (23)

(23) Magazin fuer die Litteratur der Auslandes—n. 1—1873. 19 F.
Os nomes de Heine, Beck, Fanny Lewald, Rahe Levin, e tantos outros, indicam, por si sós, a parte considerável que tem o judaísmo nos tesouros da moderna literatura. Não precisa recordar que entre os grandes provocadores do movimento espiritual da Alemanha, depois da revolução de Julho, contam-se dois semitas, Heine e Boerne.

E para admirar que um crítico serio e bem-aviso, qual é Juliano Schmidt, tivesse desconhecido a vantagem da emancipação dos judeus. Es- panta ouvir-se lamentar que uma nação opressida, a qual, de sua fé tradicional, conserva pouco mais, diz elle, ... als eine gerechte Abweigung gegen die Kirche und den Staat, die sie unterdrueckten, und die Kunst, den Inhalt derselben sophistisch zu zer- setzen... in der Presse den Ton angab und auf das geistigen Leben ihre industriellen Gewohnheiten neberbrug. (24)

Mas voltemos ao sabio de Petersburgo. Eles dá, como segundo traço distintivo da raça, um pronunciado sentimento da individualidade. D'ahi sabem, como consequências, nas relações sociais, a liberdade pessoal e a igualdade diante da lei; a ausência de qualquer aristocracia de nascimento; direcções democraticas no governo; — autonomia, milícia civil, sem armada permanente.

Ainda mais se pronuncia essa feição característica, no ponto religioso. Os deuses semíticos são livres e independentes; — a criação é um acto es- pontâneo, pessoal da divindade. A semelhança do seu Deus, o semita quer mover-se livremente; — o fatalismo lhe é estranho. A resistencia a toda e qualquer cadeia, mesmo espiritual, esclarece este fenomeno admiravel, entre povos tão religiosos: — não haver dogmas.

Como terceiro atributo, aponta emfim Chwol-

(24) Geschichte der deutschen Literatur, seit Lessing's Tod... III, 211.
son a profundidade e sensibilidade da alma, d’onde resulta uma certa inclinação ao idealismo. Assim é que saíram do seio desses povos os genios mais grandiosos em religião. Esta não consiste para eles no terror e sentimento de dependência; — é uma causa do coração, — interioridade, amor à Deu, fé em sua bondade e em sua misericórdia.

Nenhum povo, nenhuma literatura pode apresentar hymnos religiosos, como os psalmos. Os hymnos dos Gregos e dos antigos indianos, diante dos hebreus, são como flores do campo, em face de rosas e lilicos redolentes. (25) A capacidade e propensão dos semitas para compreenderem, de um modo espiritual e elevado, o mundo exterior, tornou possível entre elas, quasi somente entre elles, a adoração de Deus, sem imagens. — E o ideal do porvir de um povo, onde existe mais brilhante, onde aparece mais alto, do que nos votos e esperanças dos judens? —

Eu sei que o ponto principal da divergência de vistas não está na concessão ou na recusa feita aos semitas de altas qualidades moraes. Creio mesmo que, sob esta relação, os próprios que lhes contestam a força creadora, o vôo soberbo, o numero de asas característico do espírito aryanno, são accor- des em reconhecer um tesouro inexaurível de riqueza interior, de sentimentos nobres e profundos, qual vemol-o, sobremodo, anunciado na literatura dos hebreus.

Qualquer que seja a distancia que nos separe desse povo, para aproximarnos de gregos e romanos, não ha duvida que a nossa intuição do mundo moral é um pouco judaisante. A nossa sensibilidade é capaz de vibrações que foram desconhecidas de Platão e Cicero, porém muito communs aos autores nomeados, ou anonymos, dos escriptos biblicos.

(25) Versuch einer Caracteristik... pag. 51.
No arronho produzi-lo pelo grito de um profeta, ou no meio da frescura de um daquelles poéticos episódios da primitiva historia, sentimos arder na face o beijo amoroso da Psyché judia, menos mysteriosa e inacessível que a Psyché hellenica. Deixo de referir, porque é demasiado sabido, que são de origem semítica os impulsos ideiais dos povos cultos de hoje, ao menos em sua parte mais elevada.

Porquanto, o radiômetro do idealismo, — a perspectiva do futuro de uma nação, cheia de confiança em seu destino, — veio de Israel. O messianismo, com todos os seus delírios, e á despeito dellos, é um rasgo de genialidade; é a formula mais valente do ideal humanitario. Quizera eu que, neste assumto, se tivessem mais alargado as considerações do professor Chwolson.

Uma só cousa resta-me a notar, que não tem sido bastante ponderada. Os princípios da genética moderna, conforme ainda hoje nos ensinam as mil bocas da philosophia, são emanados da Biblia, nutridos com ella, modelados por ella. Chegou-se porém ao ponto em que deve se escolher entre a transcendençia e a immanência, entre um Deus fora do mundo e um Deus no mundo. Se esta ultima doutrina, como bem parece, vae prevalecer, á qual dos arquitectos metaphysicos desse novo templo maior gloria pôde competir, do que ao semita Spinosa?

Nem sofre duvida que o philosopho judeu não haurio no cartesianismo aquella inspiraçao que muitos ainda suppõem, levados pelos dictames e phraseados da vaidade francesa. Realmente, se não fosse a evidencia do erro, pouco faltaria, para que os franceses filiassem ao seu Descartes Socrates mesmo, e os demais philosophos da Grecia.

Mas a philosophia cartesiana que fez as delicias de theologos catholics do seculo XVII, era incapaz de alimentar um genio solitario e independente, qual foi o israelita holandez. Berthold Auerbach.
ha muito que dissipou essa ilusão dos que julgam que, sem Descartes, Spinosa seria impossível. [20]

E certo por conseguinte que os semitas não se caracterizam só pela posse de um alto senso religioso, revelando em tudo mais pobreza e esterilidade, como sõe parecer a alguns ethnologos. O exemplar da raça, os judeus, tem direito a maior apreço, baseado em um estudo menos superficial de sua psicologia. Elles se acham actualmente na vanguarda do progresso intelectual, entre os grandes combatentes e os grandes demolidores do edificado de velhos erros. Visivelmente, elles tem ainda um nobre destino a cumprir. « — So lange die Idee Gottes sich in ihnen lebendig erhaelt, werden sie ein historisches Culturvolk bleiben... » — diz Paulo Lilienfeld. (27) — E é uma verdade.

1871—73.

---

(26) Spinosa. Ein historischer Roman—1873.
VI

Sobre David Strauss

(Um fragmento biographico)

I

David Frederico Strauss, o celebre theologo e escritor allemão, morreu a 8 de Fevereiro do corrente anno, em Ludwigsburg, sua patria natal no Wurtemberg.

Nascido a 27 de Janeiro de 1808, ainda não se achava em muito avançada idade; e poderia ao certo, por mais tempo, enriquecer a sciencia com os thesouros do seu espírito.

Como Hegel, como Schelling, como Auerbach, Menzel e Wischer, Strauss era um sabio. Eu não sei até que ponto se deva admitir a fallada distincção psicológica entre o sul e o norte da Allemãnia; mas é certo que ella existe.

« Não só o vinho de Neckar, diz Haym, tem um gosto diferente do vinho do Rheno, mas também os homens d’ali são de outro cunho e de outro na-
tural... » — « Se ha um paiz, repete Scherer, que seja mais alemao que o resto da Alemanha, é a Suabia. »

Jugo desnecessario augmentar a relacao de opinious semelhantes. Sao parcelas, cuja soma, é que ha no interior psicico do sul, mais singeleza, mais sentimento, mais abandono e serenidade, do que se faz aperceber nos homens do norte. E não somente a face jovial da poesia, como tambem o cenho auster da scienza, deixam transluizir a viva realidade destes predicados.

Desde os primeiros annos, Strauss tomou o caminho da vocazione futura. Feitos em sua terra os estudos escolares, entrou no seminario de Blaufurren, d’onde sahio para cursar a theologia em Tuebingue.

Tendo sido nomeado para um curato, em 1830, e ainda no anno seguinte, professor em Maulbrom, logo depois se dirigio a Berlim, afim de ouvir Schleimacher, na critica biblica, e estudar a philosophia de Hegel. De volta ao seu paiz, foi algum tempo repetidor no seminario theologico de Tuebingue, onde tambem fazia preleccioes na universidade.

Ahi publicou elle aos vinte e sete annos, em 1836, a Vida do Jesus. O abalo produzido por esse golpe cyclopio, vibrado sem piedade contra as crencias tradicionaes, suscitou-lhe a ma vontado geral, e deu lugar a sua demissao d’aquele modesto cargo.

Succedendo em 39, que fosse convidado de Zurich, para reger uma cadeira universaria de dogmatica e historia da igreja, o sacerdocio d’ali, mais o partido que estava na opposicao, amotinaram o povo, sob o pretexio de que a religiao corria perigo com a presença de tal homem. Este facto trouxe a queda do governo liberal, que foi substituido por um reaccionario.

E’ singular que nesse movimento se achasse entao um espirito elevado, hoje lente de Heidelberg, o Dr. Joao Gaspar Bluntschi.
Quando, em 48, o seu paiz natal quis envial-o ao parlamento, Strauss ainda encontrou no sacerdócio uma forte resistência, e, como é fácil de compreender, não foi eleito. O mesmo não se deu com a sua eleição para o Landtag do Wurttemberg, no qual, porém, o nosso teólogo não corresponderam as vistas dos seus mandantes. Depois disto, e até o presente, vivera só ocupado em trabalhos literários, historicos, científicos, que parecem ter modificado de um modo vantajoso as suas ideias políticas. Strauss é para mim o typo mais acabado d'aquele esforço e heroísmo intelectual, que não admite equivocos nem circunspecções interessadas, e que, por isso, tão preciso se faz ao nosso século, encarregado pela providência de apagar os últimos vestígios da idade média.

De feito, se entre os vastos espiritos do tempo, dificilmente pode-se encontrar um talento superior, não é menos difícil achar uma igual coragem. E certo, que antes delle, tinha já Feuerbach dado exemplo de soberana ousadia, no modo de resolver as mais terríveis questões que possam agarrar-se ao cerebro humano. O seu primeiro escripto — Gedanken ueber Tod und Unsterblichkeit — tem a datu de 1830.

Mas Feuerbach era um philosopho e não um crítico. Por mais sorprehendentes que fossem os resultados de seus estudos, elles se ressentiam de um vício original: a intuição metaphysica do autor. O titulo mesmo de algumas de suas obras indica essa lacuna. Das Wesen des Christenthums (1841), Das Wesen des Religion (1845), são produtos de especulação philosophica, nos quaes a phantasias não deixa de occupar um largo espaço, que a logica e a razão não illuminam.

O reconhecimento dos meritos de Feuerbach, na qualidade de um dos mais livres pensadores do século, não importa aquella grande excellencia, que ainda ha quem lhe atribua, com relação às con-
quistas da Alemanha, no domínio teológico e religioso.

Bem sabemos quão grande entusiasmo provocaram os escritos do celebre philosopho, quando apareceram pela primeira vez. Houve uma especie de embriaguez dionysica, segundo expresse Jung, por ver-se de novo unidas, como outrora entre os helenos, a poesia e a philosophia no mais estreito abraço de intimidade fraterna.

Todavia a influencia de Feuerbach não podia ser de longa duração. Esse mesmo entusiasmo, por elle suscitado, pronunciava a instantaneidade do sucesso.

O caminho que elle abrira, anteriormente, ao autor da *Vida de Jesus*, posto que largo, mais largo talvez que o dente, não conduzia á um ponto certo e determinado; perdia-se no ermo esteril do vaga-ueiar phantastico o declamatorio.

Tal o motivo porque tão cedo Feuerbach ficou esquecido; e ao tempo de sua morte que teve lugar a 12 de Setembro de 72, já todos os seus produtos estavam resfriados, já não faziam parte das ideias que circulam e dominam na actualidade.

Desté modo, e sem me ter na conta de um Anhaenger der Finsternisse, como apraz a Otto Henne qualificar os que reputam no olvido a grande obra de Feuerbach — *Das Wesen des Christentums* — não posso comprehender que um escritor alemão, qual é o mencionado, ainda se aventurasse a vir expor-nos as theorias desse livro, como sendo o maior golpe que recebeu a palavras philosophia theologica, ou theologia philosophica do tempo.

E tanto mais estranha me parece esta maneira de julgar, quando é certo que Otto Henne mesmo reconhece no *feuerbachismo*, — permitam-me a expressão, — um symthema de philosophia especulativa e doutrinaria. (1)

---

Era, pois, com semelhantes armas que podia ser batida, de modo peremptório, a fortaleza em que se acastelara o dogmatismo tradicional? Eu creio que tem havido uma certa exageração na gloria que se outhorga ao ousado pensador, como um dos que primeiro concorreram para abalar os fundamentos da velha fé.

Se, por um lado, parece-me alguma cousa injusto guardar sobre elle inteiro silencio, como fez Laurent, o qual tratando das origens do movimento liberal dos nossos dias, em matéria religiosa, deixou de mencionar, no numero dos factores respectivos, os trabalhos de Feuerbach, por outro lado, reputo igualmente inadmissivel a parte extraordinaria que ainda hoje até autores alemães costumam conferir-lhe, no pequeno capital de verdades liquidas, com que se predispõe o espirtio moderno a comprehender a conquista do futuro.

Sobre tudo, é estranhavel que haja quem inscreva o nome delle na mesma cathegoria dos grandes orgãos da scienza biblica.

Adolpho Strondtmann, traductor de G. Brandes, falando do atrazo em que se acham os povos escandinavos, teve occasião de assim exprimir-se... «Die Forschungen eines Ludwig Feuerbach und David Friedrich Strauss blieben fuer die nordischen Laend der ganzlich verloren... As indagações de um Luiz Feuerbach e David Frederico Strauss ficaram inteiramente perdidas para os paizes do norte.»

Veja-se bem: -- «as indagações» !... Mas podem-se chamar tais, de parella com a critica positiva do discipulo de Baur, as meditações psicológicas do philosopho anti-christão?...

Bastaria ainda perguntar: quaes são as descobertas de Feuerbach, que tenham cooperado para o conhecimento do christianismo primitivo e da litteratura do Novo Testamento? A resposta seria decisiva. Os meritos de Strauss são de outra natureza: sua coragem era de tempera mais forte.
O nome do autor da *Vida de Jesus* um dia valerá como a assignatura do século XIX, cujo espírito em nenhuma parte se revela tão potente e luminoso, como nas obras deste teólogo.

Foi elle quem primeiro aventurou-se, com uma nobre franqueza e sem restas hypocritas, a fazer completo uso do direito, que tinha a critica, de estender-se impavida até os domínios sagrados de nossa religião. Foi elle, sim, quem primeiro, segundo a expressão de um vigário da Suissa, empregou o Corpo do Fortaleza Christã, e abriu-lhe irreparáveis brechas.

Este heroísmo se torna tanto mais admirável, quanto é sabido que David Strauss, por amor das suas ideias, renunciou as vantagens de uma outra posição, a que sem duvida tinha direito o seu talento, não tendo atraer contra si o odio do sacerdócio e dos governos.

«Quando em remotos séculos futuros se contar a historia dos dias, em que o rei Guilherme, com Bismarck e Moltke levou à França os estandartes da Allemanha unida, e voltou feito imperador; quando se referir, como Roma empinou-se contra o novo Estado livre, e o velho herói, próximo aos oitenta annos, aceitou a penosa lucta com um vigor juvenil; então fallar-se-ha tambem do grande contemporaneo, fallar-se-ha de David Frederico Strauss; e não mais se irrogarão injurias ao nobre athleta do espírito, mas ha de venerar-se a sua memoria, render-se culto à sua santa sinceridade.» (2)

O escriptor destas palavras não é um dos discípulos e sectários do teólogo. A folha mesma,

---

(2) *Magazin fuer die Litteratur der Auslände*: 1874.—*p.* 8 — pag. 123.
em que elas foram inseridas, quer durante a direcção de Lehmann, quer depois da morte deste, sempre pronunciou-se mais contra, do que a favor de Strauss. O elogio é insuspeito; e a verdade que ele encerra, uma verdade humana, um ato presentimento da justiça da história.

Como na vida, senão de todos, da maior parte dos grandes homens, há um momento trágico na vida de Strauss. Descobri-lo é indicado o que, talvez a tarefa mais difícil do historiador, ou do biógrafo. Porquanto, esse momento trágico da vida do nosso crítico não está nos obstáculos e reações exteriores, não está na opressão dos devotos, nem no desgosto e má vontade dos políticos. Ele é exclusivamente psicológico, e nada tem que ver com o martyrio social de suas imprudencias e ortodoxos insultos.

Quando contemplo o fenômeno de Strauss, o que produz em mim uma impressão dramática, não é a luta do espírito emancipado com os órgãos titulares da fé tradicional; não é mesmo o desinteresse do homem superior que pospôs as commodidades do mundo aos rigores da ciência. Em todas essas punhas, se punhas ali existem, o saber entrou e sabia ilhoso. Não é este o combate de Jacob.

O que me impressiona, o que me enche de admiração e respeito, é mais serio que tudo isso. Tal se me afigura a convicção dolorosa, que o theólogo deu sempre trazer enterrada, como uma seta, no íntimo de sua alma, do desconhecimento dos seus serviços e da inutilidade dos seus esforços.

Quantas vezes o autor da *Vida de Jesus* não veria interrompido o curso do seu pensamento pelo som dos hinos entoados em honra do Deus que se fez homem?!... Quantas outras não teria ele posto em dúvida o valor das suas descobertas, desde que não eram capazes de romper a crosta secular, e levar o gume do ferro até o âmago pôde da velha crença?!

Compreende-se que Strauss, logo após ao
choque imenso da sua primeira grande obra, devia entrar n'um certo desgosto da ciência, que aliás não é o scepticismo, e n'um certo desgosto de si mesmo, que aliás não é o arrependimento. A expressão sincera desta atitude de espírito, deste modo de sentir, que por não ter nome proprio, não deixa de ser real, há de achar-se em alguma parte dos escritos do nobre crítico.

Encontrando-a de facto, mas n'uma ligeira carta, por alle dirigida á um dos seus entusiastas e amigo pessoal, Charles Ritter. Este lhe havia pedido a permissão de traduzir em francês um dos artigos contidos no Zwei friedlichen Blätter, escripto dado à luz em 1839. O artigo foi o que se intitula — Vergängliches und Bleibendes im Christenthum.

Permitindo a tradução, que realmente apareceu em 1867, — D. F. Strauss, Monologues theologiques, traduits de l'Allemend par Charles Ritter——, o teólogo enviou as seguintes linhas:

«Você mesmo conhece que o meu escripto, ha muito publicado, Vergängliches und Bleibendes, não corresponde às minhas intuições de hoje; — sim, — eu posso mesmo dizer que elle me é actualmente, em certo sentido, antipático, porque foi o produto de um estado da alma incerto e quasi morbido.

«A geração presentenâo pode mais formar uma ideia do terrível sentimento de solidão, de isolamento completo, em que me collocou a minha primeira Vida de Jesus. Semelhante posição deixa ao certo abalar profundamente um coração, que muito longe de ser duro e insensível, como cre o vulgo, pelo contrario facilmente se commove. Deste modo, era mister que tratasse de lançar uma ponte sobre o abismo, de repente escancarado entre elle e os outros homens.

«Esta tentativa feita com um empenho febril e uma accelerada impaciencia, encontra-se no escripto, de que se trata.

«Agora, porém, depois que ja de ha muito estou
habitado à esta solidão, como à um aspero vento
das montanhas, e também, depois que teve fim o
meu isolamento, visto como toda uma colônia, de
dia em dia crescente, segue o caminho por mim
aberto, custa-me algum esforço voltar os olhos para
aquele tempo crítico.

Assim escrevia eu ultimamente á uma talen-
tosa amiga que me pedira o Friedlichen Blätter.
logo que ela leu o pequeno livro, respondeu-me
por estas boas palavras: « Não só me agradou o
artigo sobre Kerner, como também fiquei impres-
sionada pelo leitura do segundo artigo, porque deles
se conhece claramente — consenti que vol-o diga—
toda a vossa boa intenção, e que ab de pespo disso a
vossa convicção se deixa ver em todas as palavras
formas condescendentes. »

« Com esta reserva, e deste ponto de vista,
pode se ainda achar algum interesse neste escrito;
e caso insistas na ideia de uma tradução, eu vos
permito, peço-vous mesmo, que façais uso do que
aqui escrevo sobre o meu modo actual de julgar
este trabalho. »

Esta pagina me parece pôr em relevo uma face
admirável da intimidade psicológica de Strauss.
Quando, por occasião do ultimo livro do he-
roico pensador — Der alte und der neue Glaube, —
os seus adversários quiseram descobrir um motivo
de censura na diferença de vistas das duas produc-
cções, intervindas por um periodo de mais de trinta
anos, a objecção não era justa, nem seria.

Não era justa, porque vinha magoar uma ferida,
que o autor tivera a coragem de fazer em si mesmo,
e confessar o com franura. Não era seria, porque
importava exigir de Strauss, como cousa meritoria,
à uniformidade absoluta na marcha do pensamento;
à qual em outros não rara vez se tem por um defeito.

Maio de 1874.
Miserias do imperio e sua corte

Não sabemos se o leitor tem alguma noticia do marquez d'Argenson. Este nobre personagem, da epocha de Luiz XV, dizia com muito senso e consummada experiencia: La cour est le tombeau de la nation... a corte é o tumulo da nação. Esplendida verdade, que vemos de algum modo adaptar-se ao nosso pobre paiz. (1)

Não é possivel ainda haver, quem seriamente se deixe iludir, sobre o valor historico e moral da nossa vida publica. Os factos já sobreponham a medida do preciso para provocar no espirito, até dos indifferentes, dos menos ronvinhosos, o desgosto, o tédio, a vergonha do nome brasileiro. Se a Providencia costuma traçar ás nações a orbita de sua evolucão; se ella lhes dá uma missão á cumprir, um papel á representar, é dubitavel que o Brasil se

(1) Importa confessar que este e o seguinte artigo encerram ideias, com as quais o autor já não está em pleno acordo.
21 F.
ache encarregado de alguma cousa seria e grandiosa.

De balde os patriotas, os chauvinistas frivolas não cessam de apontar para não sei que estrela radiante, que dirige os nossos destinos, e a quem elles únicos enxergam: a dôr da realidade é sempre mais poderosa, do que todas as delícias da ilusão patriótica, ou do engodo político.

E importa declarar-o: a corte do imperio é o resumo, a condensação sombria, de toda a sorte de males que nos afligem. O espírito nacional, que em regra, não se caracteriza pela posse de qualidades insignes, é ali que se revela na mais completa indigência, e até parece constituir uma exceção monstruosa daquillo que, por outras partes, elle pôde ainda ter de bom e aproveitável.

Nós não somos dos que fazem da centralização um alto assumptu para debate, e à cada passo estão a executar sobre esse tema insípidas variações. Não somos dos que entendem que a existência das grandes capitais, onde o governo se concentra, é sempre, e por si só, um perigo, um motivo de entorpecimento para os povos.

Quem, como nós, crê e diz com Johannes Scherr, que o Estado é somente uma das formas, nas quais se realiza a ideia da humanidade: é querer referir tudo ao estado, é pretender, como o alvo mais subido do desenvolvimento social, a barbária espartana; quem assim pensa, não pôde capacitar-se de que a centralização seja o único factor do atraso e apoucamento de um país, desde que, acima do Estado, independente dele, ainda ha um largo espaço para as aspirações e tendencias de outro genero.

Milhares de homens, e entre estes não os peiores, porém muitos dos melhores, levam a vida, sem tomar pelos negocios do governo mais interesse, do que o strictamente necessario. Quando os antecedentes psicológicos e históricos de um povo predispõem-no para o progresso, para o engrande-
cimento, em todas as direções da actividade hu-
mana, nem mesmo o despotismo pôde embargar-lhe
o passo.

A centralização é capaz de absorver muita parte
da vida nacional, de atrofiar-lhe alguns órgãos,
porém não chega a exauril-a, a arrancal-a inteira-
mente, quando a nação tem uma vida própria, e os
seus nobres instintos obrigam-na á marchar, mão
grado do governo, estolido e mesquim.

Assim, dizendo nós que a corte do império é
um resumo dos nossos males, não fica subenten-
dido que seja a causa delles. Mal apercebemos,
por exemplo, como se deva atribuir ao Rio de Ja-
neiro o atraso intelectual, a miseria científica e
literária, que grássia em todo o país.

Tampouco descobrimos a razão, porque se faz
pesar sobre o Estado a responsabilidade da indol-
ência, da frieza moral do carácter popular. Acco-
modando-nos a expressão de Argenson, diremos que
sim... o Rio de Janeiro é o túmulo do Brasil; mas
note-se que o túmulo nada tem que ver com a morte,
não é culpado della.

Entretanto, é para admirar e lastimar pheno-
meno tão estranho: uma grande capital, que entra
na série das mais notáveis cidades do mundo, e
alem disto accusada geralmente de suga as forças
do paiz, á seu unico proveito, não se acha, todavia,
en circunstancias de merecer tambem o titulo de
uma capital da intelligência !

Em vão para allí afluem todos os annos duzias
e duzias de legisladores; em vão alli residem cen-
tenas de advogados, e um sem numero de ilustra-
dos de todas as classes: o Rio de Janeiro não se
assignala, diante das províncias, por qualquer pro-
gresso, neste ou naquelle ramo de conhecimento.
E oxalá que á isto se limitasse o seu atraso. Mas
ha tal.

A terra que tem a dita de ser illuminada pela
presença imperial, não só não pôde ainda auferir
deste privilegio vantagem alguma, no dominio das
ideias, como é talvez, guardadas as proporções, d'entre os grandes centros de população e comércio, o ponto mais obscuro do Brasil.

Seja qual for a causa, — e não queremos inquiri-la, — o certo é que da corte não vem para as províncias um produto de cabeça brasileira, que não esteja abaixo, realmente abaixo da medida do tempo. (2) A quem nos pedisse a prova de seme lhante asserto, em aparência estranho e hiperbólico, bastava referir as tristes anomalias da vida literária fluminense.

Quer-se com efeito mais vivo signal e documento mais authentico de esterilidade, do que é o facto notorio de ainda ali, á esta hora, se julgar enriquecer as letras patrias, traduzindo-se romances de Paul de Kock e Arsène Houssaye? Quer-se prova mais convincente do pauperismo intelectual da corte brasileira, do que aquella que nos é dada pelos artigos dos seus jornaes, pelos discursos do seu parlamento?...

Nada de novo, nada de grande; tudo chôco, anachronico e ridículo. Na política, nas letras, em quasi tudo que sahe da corte, que pertence à corte, ha um como ressabio de alcazar... Se inclusive ou exclusive o digno monarca, é questão que não importa aqui resolver. Todavia, a idea desse personagem faz-me lembrar com acerto de um versinho de Giuseppe Giusti, o celebre satyrico, impropriamente chamado o Béranger da Italia, porque foi superior ao cancionista francêz:

\[
\begin{aligned}
L'Imperante é un uomo onesto, \\
Un pò duro, un pò tirato, \\
Un pò ciuco, ma del resto \\
Ama i sudditi e lo Stato, \\
E protegge i bell' ingegni \\
De suoi regni.
\end{aligned}
\]

(2) Nota-se bem que isto foi escripto em 1875. Hoje parece que as causas ali vão um pouco melhor.
Pondo de parte o cêuço, que não subscrevemos, menos por convicção ou por delicadeza, do que por algum receio do código criminal, não dir-se-ia que o poeta tivera um presentimento do nosso amabilíssimo soberano?...

Seja-nos concedido emmitir, em seguida, uma opinião, extremamente ousada e capaz de arrirpar cabelos a muito patriota, porém que tem por si o apoio de bôas autoridades. As nações, não menos que os individuos, necessitam do ensino obrigatorio. Quando uma nação se mostra indolent e remissa em cultivar-se e elevar-se ao nível de outras, com quem ella aliás convive, e quer correr parelhaz, porque razão essas outras não devem ter o direito de leval a para a escola, e congil-a a aprender, em proveito de si mesma?

«E' um postulado humanitario, diz F. von Holtzendorff, a queda de qualquer nacionalidade, à quem falta a capacidade de vida politica. » Ora, pode-se negar ao serio que o Brasil padece de semi'lhante lacuna, desde que não tem até hoje uma missão histórca suportada, nem a cumprir; desde que ainda permanece n'um como estado amorpho e confuso, sem que seja passível ao mais fino observador determinar, ao menos, qual seja realmente a nossa forma de governo?...

Refleitam sobre isto os publicistas philosophos, e dêem o seu parecer. Mas ocorrem-nos algumas velhas palavras de Mallet du Pan: — Que les philosophes regardent les moeurs de notre siècle, et qu'ils nous disent, si le moment est arrivé de diminuer les motifs d'être vertueux... — Também existe para as nações uma sanção moral, que tarde ou cedo se faz valiosa. Porque principio o Brasil teria o privilegio de ficar impune?...

Ainda neste ponto, abraçamos o juizo de Holtzendorff, que impugnando a ideia contraria professada por Pierantoni, assim se exprime: « — Arrançar inteiramente da historia o direito de conquista, é abolir a responsabilidade moral das nações, é pro-
clamar a impunidade de todos os seus males feitos, fazer cair a última barreira que pode conter as paixões dos partidos diante do crime da guerra civil, e arredar por este modo um elemento essencial do progresso humano. (3)

Se não é que no Brasil a parte da nação, despresada e rebaixada, em puro benefício da outra, já não perdeu de todo os bríos; indubitavelmente caminhamos para uma lucta interna. Isto assentado, não seria preferível que recebessem em tempo uma lição profícua, ainda que dolorosa?!! Respondam os cortezãos.

1875.

VIII

O príncipe de Bismarck e o visconde do Rio-Branco

Dous nomes e duas ideias, que não existem para se associarem. Todavia a junção que ali fazemos, não é produto de um capricho nosso. Já de ha muito a musa da prosa e a musa do verso, de mãos dadas com a musa da adulação, proclamaram entre nós a igualdade dos dous políticos, na projecção das sombras, na elevação das vistas, no peso das cabeças... E’ horrível; mas nem por isso um tal distante mereceria ser mencionado, se à elle não se adicionasse uma grave circunstância.

O imperador do Brasil, o qual parece não ter duvidas sobre a necessidade da sua figura para os bons destinos do paiz, julgou dever repartir as glorias de um governo fecundo e exemplar com o grande personagem, que se poz ao seu serviço. Consta mesmo que o Sr. D. Pedro II não tem escrúpulo de pronunciar-se neste sentido; e acha que Rio-Branco é hoje tão necessário ao Brasil, quanto Bismarck tem sido, e é necessário à Alemanha.
No cálculo das probabilidades de eterno domínio, com que se ocupam os conservadores, não deixa também de entrar, como integrante, a consideração do muito que o imperador estima e aprecia o seu primeiro ministro. A cousa está assentada: o principe de Bismarck dá o braço ao Sr. Paranhos; e assim se apresentam juntos diante da posteridade!

Custa crer que tão mesquinho se revele o espírito brasileiro; e ainda na pessoa do chefe da nação!

Se não é que o imperador, com aquella habilidade, que muitos lhe atribuem, de estragar os seus servidores, descobre mais este meio de perdel-os e aniquilal-os de todo, conferindo-lhes o título de grandes homens, o invento imperial desse Bismarck honorífico é o cumulo do disparate.

Mas nós não somos dos que admittem no Sr. D. Pedro II a fallada habilidade... Reconhecemos o facto do estrago daquelas que o rodeiam; porém negamos que a sua causa seja voluntária e consciente. O monarca não tem, como se diz, firme propósito de corromper os homens. Se realmente os corrompe, não é por força de uma ideia preconcebida; mas somente como efeito de uma propriedade, que nada tem que ver com a consciência. O sol não sabe que brilha, nem a pedra sabe que gasta o aço, que nele se afia.

Quando pois o imperador agracia o Sr. Paranhos com as honras de próximo parente do maior genio político do século, elle não quer iludir, nem perder o celeberrimo valido. Ha illusão, sem dúvida; porém o primeiro dupe é elle mesmo.

O conceito que Sua Magestade tem formado do estadista allemão, não assenta em bases seguras; e nós lhe aconselháriasmos, se tivessemos tal direito, que, na falta de melhores fontes, buscaisse haurir uma outra idea, lendo ao menos a biographia que vem esboçada na folhinha do Lademert. Isso bastava para lhe dar um pouco mais de senso.
crítico no modo de julgar o seu e o ministro de Guilherme.

Deviamos logo em princípio ter pedido desculpa ao nome histórico do honrado príncipe, por este emparelhamento forçado com o nome casual e passegere do Sr. do Rio Branco. Ainda é tempo de solicitá-lo; e fazem-o tanto mais, porque nos persuadimos que a cousa é permitida, por muito extravagante que pareça, desde que se pretende tirar dela alguma lição de moralidade.

E a mesma permissão, mutatis mutandis, exceptis excipiendis, que tem o fabulista, para escrever um apólogo, e dar-lhe um título extremamente antítesico, verbi gratia: — o leão e o mosquito.

Entretanto, admetamos por instantes a graciosa hipótese do bismarckismo do Sr. Paranhos, e vejamos como ella se sustenta em cima dos pés de barro.

O príncipe de Bismarck, diz pessoa competente, é o estadista menos predisposto para um diplomata parlamentar... O visconde do Rio-Branco é justamente uma encarnação dessa ideia, no máximo sentido em que ella é concebida.

O príncipe nunca opoz à força de um parlamento (e que parlamento!), senão a força igual de seu talento, a gravidade do carácter, a energia da vontade. O visconde só sabe manejá contra aquelas que real ou apparentemente querem tomar-lhe o caminho, a arma feminina da sedução maligna, da corrupção vergonhosa. Como dizia Bolingbroke de Roberto Walpole, elle insinua e prega a desmoralização política, semelhante a um impudente missionário do vício.

O príncipe se distingue por um predicado, que talvez ainda não tenha aparecido em nenhum vulto histórico: uma combinação de ilimitada franqueza e de ferrenha taciturnidade, na hora decisiva. Exprime-se sem reservas, declara os meios, de que vai usar para os seus fins; e não obstante, no momento critico, sorprehende a todo mundo.
O ilustre visconde, ao contrário, nunca sor- 
prehende, nem sorrêhende á ninguém. Seus de, 
signos, suas vistas, seus planos de reforma são 
sempre charadas, que dão precisam de conceito.

O principe de Bismarck tem a irritabilidade 
que é própria dos grandes caracteres. Tomando 
ão serio o seu papel, bem como o do parlamento, 
ele sente-se incomodado diante da oposição; 
e assim ficava nervoso, por exemplo, todas as vezes 
que erguia-se para falar o deputado Tweten. 
O Sr do Rio-Branco porém é frio e calmo, até diante 
dos ataques pessoas. Na certeza talvez de que 
tudo é uma comedia, elle se sabe conter nos limites 
do comico. Ha maior dissimilitude?

Finalmente, — e aqui está o centro do assum-
plo, — o principe de Bismarck não é o homem de 
um grupo, de uma classe, de um partido; mas o 
homem de uma nação. Qual o partido político, na 
Prussia e em todo o imperio allemão, à exceção 
do socialismo com os seus planos incendiarios, que 
ou governo do nobre chanceler procurasse aniquilar, 
o cortando-lhe todos os meios de actividade, ou 
tentando dissolver-o pela corrupção? Só isto é suf-
ciente para lançar entre ambos ainda maior dis-
tancia, do que a distancia geographica e social dos 
mundos, em que elles vivem.

Seria assâs estimável que o imperador e sua 
gente meditassem com mais seriedade, afim de não 
faizerem paralelos tão exdruculos.

1875.
IX

A ultima carta de Victor Hugo ao congresso de Genebra

Alexandre Dumas Filho disse uma vez, e á proposito da questão franceza da actualidade: « A unica verdadeira politica que temos á seguir, é a politica do silencio. »

Magnifica lembrança! Salutar conselho de sabedoria, que o proprio Dumas devia ser o primeiro á huir, como um licor celeste, e depois passar o copo aos seus compatriotas. Infelizmente, porém, nem elle, nem os outros querem pôr-o em pratica. A vaidade franceza morreria de fome, se lhe negassem o uso do palavreado.

Mais um phenomeno, entre milhares. V.'Hugo acaba de dirigir um dos seus breves apostolicos ao pretendido Congresso da paz e da liberdade em Genebra. Não posso decidir-me sobre quaes pareçam dignas de maior reparo: se as bullas do pontifice romano, lançadas na defesa de um passado que não volta; ou as desses pontífices da republica europea (realmente são muitos), fallando em prôl e em nome de um futuro, que nunca ha de vir. De
ambos os lados, a inexequibilidade é da mesma natureza. Só há uma diferença: o pontífice de Roma é lastimável; os outros são ridículos.

Mão grado seu, V. Hugo tem chegado à realizar na sua pessoa aquela instituição, de que ele nos falou em _Notre Dame de Paris_ — um papado dos małucos. Dir-se hia que o poeta apaixonou-se por Quasimodo, e trata a todo transe de copiar-lhe o typo, de incarnal-o em si. Nem sofre duvida que nas ideias e na linguagem do celebre escritor existe alguma causa da _beleza e da campanologia_ do síncero de _Notre Dame_.

Com efeito, Hugo republicano, socialista, patriota, é um perfeito torador de sinos, um Quasimodo politico. Já ia dizendo também — Hugo cosmopolita e humanitario, mas retrahi-me. Não sei como se possa conciliar o seu humanitarianismo com o fanatico empenho de fazer crer que a França deve estar sempre na frente de todas as nações.

Entretanto, elle dirige-se aos _conselhos da república da Europa_. — Visão esclatologica! — _Esses_ concivismo é ainda mais obscuro e problemático, do que a ressureição da carne e a comunhão dos santos, que se lê no Credo.

Observe-se porém que para V. Hugo a união republicana da Europa comprehende unicamente as nações latinas. E’ esta a sua ideia, como é também a dos seus dignos irmãos em palavrado, Castellar e Garibaldi. Todos tres... oh!...

_Ils font surgir l’ombre ou l’aurore,_
_Chaque fois qu’ils levent la main._

Todavia, — digamol-o de passagem, — o papa de Capréa tem um merito sobre os dous, é até sobre o do Vaticano; — as suas bullas são de um estlyo epigraphico; — fazem-lhe honra pela con-
cisão.
A universalidade da república futura, ainda limitada aos povos que falam línguas românicas, é um brinquedo da fantasia. Quem fôr tolo, que não se ria. Mas ouçamos, que é galante: —

«A situação actual é toda um ódio surdo e sombrio. — O ódio da bofetada recebida. Quem foi esbofetado? O mundo inteiro. A França batida na face é o rubor na frente de todos os povos. E a afrenta feita à mãe...»

Dá-se maior desproposito? Em que região habita V. Hugo, que não enxerga o verdadeiro aspecto das cousas, confunde o azul do céo com o azul do mar, e toma pyrilamos por estrelas?

«A situação actual é toda um ódio surdo e sombrio...» Sim, senhor; porém sómente dos franceses contra os almeães, a osquais não querem perdoar o merecido açoite que levaram.

«O ódio da bofetada recebida. Quem foi esbofetado? O mundo inteiro...» Ora, esta!... Que tem o mundo que ver com as pretenções da França à dictadura universal, repeli das e mackucadas sob a plantã da Allemãha? Ao muito fingir que sente, mas lá consigo apreciar e rir-se. E' a verdade.

«A França batida na face é o rubor na frente de todos os povos...» Com efeito, só um vidente hebreu podera possuir-se de tanta confiança na casa de Jacob e na montanha de Sião. Surge, illuminare, Jerusalem, qui venit lumen tuum, et gloria Domini super te orta est. V. Hugo tem a mania de julgar-se um pouco profeta. Pode ser que o seja, porém no gosto de Balaam. As suas maldicções ao inimigo são outras tantas bençãos.

V. Hugo, que sem a menor cerimônia se dá por um igual de Eschilo e Dante, um commensal de Isaías, devia servir-se do gladium acutum, radientem pilos de seu irmão Ezequiel.

«E' a afrenta feita à mãe...» Qual mãe, senhor!? Quem mais se lembra hoje de tomar ao serto essa metaphor? Quem acredita que a França ainda se acha à la tête da civilisação? Ha cinco
anos, era esta realmente a convicção quasi geral; mas hoje é uma folha morta na arvore da historia; e seria bem ridículo aquelle que appelasse para essa velha verdade temporaria, como eterna e sempre valiosa. Não me refiro à V. Hugo; se elle persiste em crer na missão divina de seu paiz, não ha meios de advertir o da sua loucura.

Quando ouço um devoto de lei chamar a igreja catolica nossa mãe, sinto no emprego deste epiteto uma tal ou qual profanação do que de mais sagrado abrange o coração do homem; — como não senti-a-hia, ouvindo dar-se tão augusto nome à terra da commun, à desvairada patria de fanáticos tagarelas?...

Mas eu sei porque Hugo ainda acha quem lhe batá palmas. E' por estas e outras semelhantes:

« A questão está posta: de um lado a monarquia germanica, do outro os Estados Unidos da Europa; o encontro dos dois principios é inevitavel; e desde já distingue-se nas profundezas do futuro duas linhas de batalha: de um lado todos os reinos, do outro todas as patrias... »

Bravo! Bravo! Deus fallou ao filho do homem, e o futuro tirou a mascara. O vidente olhara além duas linhas de batalha; entretanto, o que ha de certo, por ora, em suas palavras, são somente duas antitheses, cada qual mais exquisita e dislaada:— «monarchia germanica e Estados Unidos da Europa, — todos os reinos e todas as patrias». Na aerostatica politica, na arte de subir às nuvens para ver de lá os povos unificados, e os thronos abatidos, V. Hugo é soberbo.

« Tudo pende neste momento para o lado da Allemachia. Grave desordem. Esta desstruição de equilibrio deve cessar... »

Pois o francez não nutre a esperança da voltada sua patria à direcção intellectual da humanidade!? Coitado do pobre velho, em cuja opinião Paris é o centro da luz e Berlin o centro das trevas! Isto é bastante para qualificá-lo.
Não quero concluir, sem prevenir uma objecção pessoal. Perguntar me hão sem dúvida, porque me pronuncio actualmente assim sobre um espírito, que já foi meu ídolo. E continua a ser o. — Será a minha resposta. O autor das Odes e Balladas, o autor das Contemplações nada perdeu para os meus olhos. Quanto ao mais, direi com o poeta mesmo: Fui grandio.

1874.
A Musa da felicidade

Die Muse des Gluekses... É o título de um dos artigos que encontramos, — o primeiro da série, — n'um pequeno livro de prosa do poeta austríaco Hieronymus Lorm, — segundo o seu próprio nome, Heinrich Landesmann. (1)

O autor, já conhecido, e vantajosamente conhecido, por seus versos, apresenta-se aqui não menos notável, como prosaista. O livro que indicamos, é um composto de dezessete variadas peças, unidas entre si pelo carátercommum da intuição sobrenatural, da crítica independente, do estilo jovial.

Não vale isto dizer que o seu modo de julgar seja sempre o mais aceitável. Em alguns pontos o escritor se separa da opinião corrente, sem o apoio de razões plausíveis. Assim, o décimo artigo, que é um estudo sobre Iwan Turgenjew, não deixa de assinalar-se pelo rigor, já ia dizendo pela injustiça, na maneira de estimar o celebre romancista russo.

Landesmann supõe exagerados os louvores que na Alemanha e na França tem sido tributados ao autor de Mumu e do Rei Lear da steppe. Parecem-me singular, a este respeito, o contraste que ainda ele oferece com Juliano Schmidt, para quem o


23 F.
grande genio slavo é o mais moderno de todos os poetas, ao lado de Scopenhauer, o mais moderno de todos os philosophos. (2)

E não somente com Turgenev; — também com o ensaista americano Emerson, posto que menos injusta, se ostenta a severidade do nosso crítico. Ha porém na pagina final do referido artigo umas palavras cheias de verdade, que não resisto ao desejo de tornar notorias, chamando sobre elas a atenção de uma nova escola litteraria em Portugal, cujo alvo único é se mostrar integrada da cultura germanica, e adquirir dest'arte, entre os allemães, algum lugar de honra!...

« Quando se está familiarizado, — diz Landesmann, — com os grandes feitos do espirito teutonico, não se acha, à proposito de Emerson, razão suficiente para fazer a Allemania, que não duvida curvar-se, quando elle reconhece com direito a superioridade do estrangeiro, render homenagem á produções de fora, em um dominio onde só elle traz a coroa, e no qual não pode ser atingida, muito menos ultrapassada por outras nações, á ponto de rebaixar-se á aprender dellas qualquer cousa. »

Isto é bem dito, e capaz de serenar o fogo dos pobres pretendentes ao grão de notabilidades científicas, á custa da Allemania. E oxalá que sempre fosse á custa do que elle tem de mais acrysolado! Infelizmente dâ-se o contrario. Recomendo, entretanto, aquelle pedaço á reflexão dos Bragas, dos Coelhos e Vasconcellos. (3)

Esta lembrança, que me sobrevoeio, dos moços críticos portugueses não é tão casual, como talvez pareça. É o effeito regular de uma tendencia psicologica. Entre os artigos de Landesmann, le-se também um que se occupa de Carolina Michaelis, à

(2) Bilder aus dem geistigen Leben unserer Zeit..., pag. 440 — Leipzig 1870. R. Forsch, em um excellent trabalho sobre o célebre poeta russo, chama-o também o mais genial d'entre os modernos.

(3) Não esquecer que isto se dizia em 1874.
romantica esposa do philosopho Schelling. A identidade do nome fez-me de prompto associar a ideia da escritora ingenua, que se dignará, o anno passado, de apresentar ao publico allemão, com phrases doces, os referidos triumviris das letras taganas. (4)

Resta-me somente a observar que, se o nosso Lorin insurge-se contra Hermann Grimm e contra Fabricius, por sua impertinente admiração dos trabalhos de Emerson, como não revoltar-se-hia diante do dislate da segunda Michaelis, que tenta abrir as portas da celebriidade á espiritos de cultura exigua, o cujo talento é sem duvida inferior á propria audacia?

Mas eu pareço esquecer que devo limitar-me á uma só das peças contidas no volume prenotado. Retomemos o assunto: - a musa da felicidade.

Um dos mais notaveis capitulos da Philosophia do inconsciente é o que se occupa do valor da vida, e que trata de mostrar se o mundo, considerado como todo, é feliz ou desgraçado. Segundo o balanco de Hartmann, a somma do desgosto sobrepouja a do prazer. (5)

O philosopho é inexoravel em sua rigorosa exposição. Elhe demonstra que a pretendida felicidade humana não existe realmente. E' uma grande ilusão que percorre tres estados diversos. No primeiro, em que a felicidade é pensada como podendo ser atingida na terra, nenhum dos gozos habituaes da vida está no caso de produzir-se. O segundo, em que ella se transporta para um outro mundo, é o ponto de vista christiao, igualmente fantastico e illusorio. O terceiro finalmente, no qual a felicidade é concebida como repousando no futuro do processo cosmologico, dado mesmo que

(4) Magazin fuer die Litteratur des Auslandes — 1873. — n. 27 e 28.
não fosse também uma chimera, seria sem importância para o indivíduo.

« Assim como, segundo Paulo (1 Cor. 15, 56) a lei dada aos judeus foi a força do pecado, — o melhor progresso universal possível é a força da consciência pessimista da humanidade. » — Hartmann não dissimula, quanto este resultado das suas indagações é cruelmente desconsolador. Mas elle diz com razão que a philosophia não é feita para dar consolações e esperanças. Deste mister se incumbem os livros religiosos e edificativos.

O pessimismo de Hartmann, incorporado ao de Schopenhauer, é um presuposto implicito do escrito de Landesmann. Não ha meio de salvar, philosophicamente, o conceito da felicidade, provando que lhe corresponde alguma cousa de real e positivo. Porém a felicidade não é um conceito, como não é um bem que se possua; não é um filho da razão, nem da riqueza; mas é um dom natural, um talento, que sóbe por vezes até á altura do genio. « Ha uma musa da felicidade, como ha uma musa do canto, e uma da poesia. » —

Exactamente. A arte de ser feliz, que não se sujeita á regras, consiste no talento de se deixar iludir pela risonha apparencia das cousas, e viver dessa ilusão. A felicidade é o dom de se julgar feliz. D'ahi sem duvida a incorrigibilidade do optimismo ingenito, do optimismo inconsciente, que fluctua descuidoso, sempre á cima das decepções humanas, como uma folha de rosa na face negra do proceloso oceano.

D'ahi tambem a razão, por que a arte de ser feliz não pôde ser ensinada, porém somente exercida por aquelle que a possue, em virtude da sua natureza. « Como ensinar um homem á tirar o mel das flores?!... As abelhas não carecem de aprendê-lo; — aos outros não é possível. Este exemplo não veio sem proposito. A arte de ser feliz é tambem, de um certo modo, a arte de sugar o mel de todas as flores, — mais ainda: é fazer de tudo que
existe uma só flôr, d’onde o mel se deixa hau-
rir." 

Um livro, como o De vita beata de Seneca, e outros semelhantes, que dão preceitos para con-
seguir-se a felicidade, não tem senso. Taes pre-
ceitos equivalem às velhas regras que se ensinavam
para ser-se poeta. Se o desejo da felicidade importa
uma doença psíquica, o remédio não está nos livros.
A consolação que delles pôde-se haver, é tão certa
e proveitosa, como a que resultaria para o tísico,
de engulir algumas páginas de um tratado de medi-
cina, onde o seu mal se achasse bem discutido.
A pretendida terapia e dietética da alma é
mais que uma ilusão; — é uma crassa tolice. Neste
ponto, o ensaista alemão abunda de razões perem-
ptorias.

Mas ha uma outra face do assunto, que podêra
ser melhor esclarecida. O optimismo inconsciente,
sem motivo, diz-nos o autor, alia-se ao pessimis-
mo, na oposição dirigida contra o optimismo ra-
cional e motivado. Convinha ainda dizer-nos que
a decima irman das pierdes, a ultima filha de Me-
mesyne, a musa da felicidade, por uma especie de
contradicção psicologica, pode mesmo habitar
em um espirito pessimista.

Ao passo que a boa dita falta aos olhos e aos
ouvidos, no verdeor dos prados, no estrelaro dos
céus, no murmuro dos regatos e no cantico das aves,
a razão prosegue á parte, fazendo o calculo e tiran-
do a prova das misérias da existencia.

Landesmann não se propoz escrever, senão
uma contribuição. Louvavel pratica entre os alle-
mães, que por um profundo sentimento do caracter
universal da scienza e da unidade do pensamento
humano, ainda em obras de pouca força, sempre
contribuem; nunca tomam are de quem quer dizer
sobre as questões a ultima palavra. Burlesca pre-
tenção, — digam-lo á final, — que communemente
se observa em nossos mestres francezes.

Novembro de 1874.
As flores perante a industria

I

As flores perante a industria!... Isto não deve soar, como uma blasphemia, a certos ouvidos esteticamente conformados? As flores, que o poeta denominou holde Fruehlingskinder, bellos filhos da primavera,—encaradas também do ponto de vista prosaico do capital e do trabalho!... Não será uma falta de piedade para com elas, as pobres flores, os eternos termini comparationis de todas as bocas bonitas, de todos os seios deslumbrantes, chamadas a prestar outros serviços, mais graves e positivos, que o de simples confidentes e mensageiras do amor?

Não estamos longe de afirmar o; mas o que fazer? O espírito do seculo assim o quer, e não há meio de corrigi-lo. Somos dos primeiros a lastimar esta ausência de ideal, que se nota em todos os esforços e produtos do mundo moderno, inclusive os próprios poetas, para quem a poesia já não é o
que foi outr'ora, uma cousa frívola e pueril, porém
um acto de sensatez, uma profissão de fé philoso-
phica, um trabalho sério e reflectido, como uma
conta corrente, ou uma receita de bolos. Somos,
sim, dos primeiros a lastimar essa mudança dos
tempos; e até parece-nos que as novas direções
na arte são devidas às mesmas circunstâncias, à
que se deve as novas direções na moda.
Assim como as damas que tinham pés grandes
e feios, invençavam os vestidos de canda; assim
como uma princesa inglesa, segundo se diz, por ser
cóxa, foi quem primeiro lançou as bases de uma
reforço do calçado feminino, pela qual o salto do
pé direito é mais alto que o do esquerdo, — assim
assim também os cegos do colorido fundaram na pintura
a escola, para quem a cór é um atraso, e os cegos
do ideal crearam na poesia essa tendência, que
julga o ideal uma tólice. Nada de mais natural.

Entretanto é útil reagir. O que hoje importa,
sobretudo, é tirar o melhor partido do Realismo
Reformas e do Realismo da época.

Mas onde vamos nós? Já vamos esquecendo
que semelhanças ideias não vêm aqui muito à pro-
posita. O artigo trata de flores, é verdade, porém
não de flores perante a poesia, nem mesmo perante
a ciência, mas de flores perante a industria, isto é,
no verdadeiro ponto de vista dos tempos atuais.

Restrinjamo-nos ao assunto.

De todas as ocupações e em pregos de activi-
dade, em que a ideia do interesse não deturpa com-
pletamente a face poetica da existencia, a ocupação
mais suave, mais doce, mais innocente, é sem du-
vida o cultivo das flores. Como aqui escrevemos
depreferência para as nossas leitoras, seja nos leio-
perguntar-lhes com Gazette Georgens, uma escri-
ptora alema contemporanea: — se o cultivo das
flores é tão agradável, como é possivel que as mu-
lheres se ocupem de tudo, mesmo daquilo que
repugna ao seu ser, que faz mal á sua saude, menos
porém da jardinação?
A pergunta é mais comprehensiva do que parece. Com efeito, poder-se-hia crer, à primeira vista, que ella encerra uma crítica sem rasão de ser. Qual é a mulher que não gosta de jardinar, que não aprecia as flores, e mais ou menos não as cultiva? Para isso não é preciso que todas ellas sejam outras tantas naturezas românticas, á quem um galho de rosa, que se balança na janela, como já o disse alguém, oferece maior prazer do que um bonito prato de assado sobre a mesa.

Mas não é tal o que a pergunta implica. Que as mulheres são naturalmente inclinadas á flora-cultura, é facto que não se contesta. O que admira, porém, é o que faz objecto da questão proposta, é que não procurem tirar dessa disposição natural toda a vantagem que elles comporta.

O mytho bíblico pinta o primeiro casal humano em um horto delicioso. Não seria bom que ainda hoje todos tratasssem de adicionar ao próprio lar um pedaço do paraíso, no qual a mulher podesse exercer uma actividade correspondente à sua natureza, não só pelo lado da arte, mas também pelo da indústria?

Creemos que sim. Nem ha nisto uma utopia.

E simplesmente uma questão de gosto, e mais ainda, uma questão de trabalho.

Mas todo e qualquer trabalho deve ser aprendido, para poder produzir alguma cousa de notável. O primeiro passo há dar, neste sentido, seria pois a criação dos meios adaptados á iniciar a mulher nos elementos fundamentaes desse novo genero de indústria.

A instrução puramente pratica poderia então associar-se a historia natural e a botanica, por meio de cursos ou de preleções publicas, onde não se tratasse senão de flores e dos proveitos do seu cultivo. A isto poderia ainda reunir-se o estudo das sementes, por meio de collecções delhas e experimentos de plantio; e deste modo o interesse
pelo trabalho cresceria na proporção em que se
manifestassem os seus óptimos resultados.
Não dissimulamos o que aqui vae, ao menos
para nós, de difficilmente realizável; porém é
certo que as nossas leitoras não se acham diante de
um quadro do futuro, desses que se descorriam
somente em sonho, no estilo de Delisle Hay, ou de
outro qualquer profeta de novas idades aurocas,
de reinados da ventura, que aliás nunca virão.

II

E' lâstimável que assim seja, mas é verdade:
— ha uma cousa melhor do que aspirar inutilmente
uma bella flor, ou vel-a inutilmente murchar nos
cabelos de uma mulher, — é vendê-la por bom
preço. Quem a compra? O perfumista, ou outro
qualquer que saiba pôr a parte aromática, a parte
medicinal, a parte decorativa, e até mesmo a parte
symbolica das plantas e das flores, á serviço da
indústria.
A primeira vista, parece inadmissivel que haja
um proveito serio á tirar de semelhante gênero de
trabalho. Mas é um engano. O commercio das
flores pode tornar-se rendoso, e como tal fazer a
ocupação e as delicias de um espírito empreendi-
dor. Isto não é uma conjectura, porém a simples
expressão de um facto, algures observado.
Gayette Georgens fornece-nos aqui uma prova
irrecusável. Ella diz: — « Quão proveitoso é o
negocio das flores, demonstra-o claramente o cul-
tivo das violetas em Potsdam. Um só jardineiro
planta alli no outono cerca de vinte mil jarros, e
no meio de Maio precisa não menos de tres
gearas de terra para distribuir as plantas que vin-
gam ».
Em uma casa de 150 pés de fundo podem cul-
var-se de uma vez 6,000 jarros, e estes dão diaria-
mente duzentas flores. D'ahi resulta uma receita, que já serve; por quanto, no princípio do inverno, vende-se em Berlim a duzia de flores por seis pfenn\nigns, e poucas semanas depois por um groschen. No começo do ano porém o preço sobe a 3 Sgr., e mais tarde, em fevereiro, chega até 5. Dest'arte é explicável que um pequeno jardim, que só conta 3,000 jarros, todavia possa atingir uma receita de trêscentos thalers.

Um outro exemplo pode ser deduzido do cálculo de uma cidade de 40,000 habitantes: dos quais morrem anualmente, pouco mais ou menos, 1,200. Não é fácil, — diz ainda a referida escritora, — que mesmo pessoas pobres sepultem os seus mortos sem uma coroa de flores. A isto acresce que os amigos e vizinhos também enviam as suas.

Ora supondo-se, em termo médio, que cada túmulo tenha seis grinaldas, cada uma delas pelo ínfimo preço de seis silbergroschen, resulta uma somma de 1,440 thalers por um único artigo. E ainda não contamos as coroas e bouquets, que se compram em larga escala nos dias festivos de casamentos, batizados, anniversários, etc. » (1)

Sem desconhecer que este quadro, em alguns pontos, nos é de todo inapplicável, mesmo porque não sabemos assim postisar a morte, e a hipótese de amigos e vizinhos, que exprimam por meio de grinaldas as suas condolências, não deixa de ser um pouco estranha e inverificável, — contudo importa convir que ahi ha muita cousa, digna de reflexão, ha um profíquo ensinamento prático.

O commercio das flores é incontestavelmente um negocio que hoje põe milhões em circulação. Uma fabrica de perfumaria, em Nizza, emprega, ella só entre muitas outras, doze mil libras de violetas, e outro tanto de rosas e de flores de laranja. Deste ultimo artigo somente, Nizza consome por

(1) Der Frauenanwalt — Fuentor Jahrgang — pag. 225.
anno eem mil libras. Uma só das suas officinas de destillação emprega annualmente 140,000 libras de flores de laranja, 20,000 de flores de acacia, 32,000 de jasmins, 140,000 de folhas de rosa, 8,000 de Angeloicas, e mais uma immensa quantidade de hervas aromáticas.

Estes dados estatisticos são suflcientes para provar que o cultivo das flores pode ser muito mais que um simples entretenimento, isto é, uma fonte de renda, e esta não pequena. Toda a questão está em comprehender-se o alcance desta especie de trabalho, e consagrar-se-lhe a força, de que se pôde dispôr.

No ponto de vista poetico, vender flores encerra na verdade alguma cousa de semelhante á... vender beijos... E uma profanação. Mas no ponto de vista economico, a primeira industria, creio eu, é muito superior á segunda. E mais que o sexo feio, é o bello sexo, que della póde auferir grandes vantagens.

Da jardimagem praticada no intuito lucrativo tambem sae, além da simples venda de flores, um commercio especial de bouquets e grinaldas, cujo fabrico é de preferencia accommodado á mãos femininas. Do mesmo modo, no preparo e disposição dos jardins, no agrupar das arvores e arbustos, na distribuição dos leitos de terra e maneira de encher os de flores etc., etc., ha lugar para expandir-se o senso artistico da mulher, e o jardim póde tomar um caracter ou estylo determinado, conforme for a índole e o espirito da sua directora.

Não cabe aqui traçar as reglas, segundo as quaes se deve arranjar um bello jardim, nem este é o alvo do presente escritto. O que importa, é deixar assentado que a jardimagem é tambem um digno emprego da actividade humana, principalmente da actividade feminina.

Entretanto, não é fora de proposito lembrar que essa arte tambem tem a sua literatura. Mais de um livro util existe sobre tal assumpto, que faz
o prazer de muito espírito culto. Entre outros, merecem ser mencionados os escritos do príncipe Hermann Pückler, na Russia, o qual dedicou-se exclusivamente à esse estudo, e chegou ao ponto de fazer de um deserto um paraíso, pelo modo artístico de cultivar as flores. E ainda que entre nós esses escritos não se conheçam nem sequer de nome, todavia a sua menção é apta para dar a compreender que não nos ocupamos de uma futilidade.

As mulheres, sobretudo, são predispostas pela natureza para semelhante cultura. O trabalho dos jardins é o melhor exercício gymnástico feminino, em virtude do qual o corpo se reforça, em vez de enfraquecer-se, como sucede com outros trabalhos materiais, que estão à cima das forças da mulher.

Sem dúvida alguma, aquelas que passarem directamente da máquina de costura para a jardinagem, hão de achar muito difícil trocar a actividade mecânica de um estado sedentário por uma outra que exige movimento e agitação física. Também é certo que há muitas mulheres, para quem o acordar cedo é um problema de penosa solução. Mas tudo isto, dado mesmo que sejam serios obstáculos, o tempo e o costume encarregar-se-hão de arredar.

III

Importa ainda observar que a jardinagem, com a qual praticamente se ocupam muitas princesas e outras mulheres notáveis, não deve ser considerada um campo de trabalho de ordem inferior, e por ventura indigno de aristocráticas mãos femininas.

Muito ao contrário: — os melhores modelos que se pode propor à imitação das mulheres, existem mesmo no seio da aristocracia. As rainhas da
jardinagem pertencem à essa classe; primeiro que todas, a celebre soberana de Babylonia, que provou com o seu exemplo, quanto a energia e força de ação, ligadas com a inteligência e com o gosto da beleza podem produzir na arte de jardinar, e isto em um tempo, em que todos os instrumentos do trabalho estavam ainda na fase primitiva, nem se conheciam máquinas para facilitar este ou aquelle gênero de serviço.

Os chamados jardins pensis de Semiramis não são uma fabula da tradição, mas produtos maravilhosos do esforço e perseverança feminina. Semiramis não foi somente uma mulher e rainha energica, ella foi também uma natureza de artista, que immortalizou seu nome na arte mais adaptada à actividade das mulheres.

Entretanto o seu exemplo não ficou de todo perdido. Os tempos modernos mesmos dão testemuho de mais de uma mulher, que assinalou-se por esse lado.

Mas é sempre de admirar que nem o movel puramente esthetico, nem o movel economico levem as mulheres de hoje á tomar mais interesse pela floricultura, pela arte dos jardins. E' um phenomeno exquisito, que não deixa, contudo, de ter a sua explicacao.

A explicacao é simples. Primeiramente, a falta de ensino. Depois, quando mesmo o ensino exista, é certo que nas escolas aquillo que se podera chamar o senso da natureza permanece adormecido; e se sucede ser alguma vez despertado, é antes para fencer por meio de uma pobre instrucção botanica, da que para ser animado e esclarecido. Em geral, as meninas não querem nem podem ter interesse pela botanica, e a instrucção que se aprende, que se haure em plantas sem vida, fica tambem para ellas uma instrucção sem vida.

Nenhuma das nossas escolas publicas se ocupa de tal materia, e os pensionatos ou colleges, á cargo de particulares, talvez não tenham sequer
o presentimento da cousa. Nestes pensionatos há horas consagradas ao passeio e ao recreio, mas ninguém se lembra que não se concebe melhor recreio do que entreter-se com as flores, não no sentido de uma coquetterie, ainda mesmo inocente, porém no de uma ocupação salutar.

O medo de tornar a cutis trigueira e as mãos menos macias do que convém à uma bella moça, é muito grande, para que se possa empreender um trabalho, cujo verdadeiro fim se desconhece.

Em lugar dos movimentos naturais, que a jardinagem ou somente a ocupação com os jardins obriga a fazer, tem-se os movimentos forçados de pretendidos exercícios gymnásticos; e ao passo que ali todo o corpo se exerce com regularidade, e todos os membros alternadamente se movem, aqui se dá o contrário, ou pelo menos alguma cousa, que não atinge o obvio desejado. Se acrescentarmos que o trabalho dos jardins e o jogo dos movimentos devem ser de tal arte, que contribuam para a belleza e saúde das moças, temos dito tudo que importa à uma perfeita educação.

Assim como na escola o gosto pela vida da natureza não encontra incentivos, assim também no seio da maior parte das famílias, onde esse gosto é quasi nullo.

E' uma excepção rarissima, quando se vê uma moça cuidar de flores, e esta mesma excepção ainda divisível em dois casos mui distinctos, — o da paixão real pela floricultura e o da paixão real pelas aparências sedutoras. Nas casas nobres esse trabalho pertence a um jardineiro; e naquelas onde predomina a idea pratica do lucro, não se tem tempo de cultivar flores por luxo. Somente na habitação de alguns menos abastados é que ainda se acha a poesia dos jardins.

Mas deixemos a poesia. O que importa, é fazer compreender que as flores, por si só, podem constituir uma boa industria; e isso ficou demonstrado.

1883.
MENORES E LOUCOS
EM DIREITO CRIMINAL
Estudo sobre o Art. 10 do Código Criminal Brasileiro
SEGUIDO
DE UM APPENDICE SOBRE O FUNDAMENTO
DO
DIREITO DE PUNIR
SEGUINDA EDIÇÃO
CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA

RECIFE
TYPOGRAPHIA-CENTRA
Rua do imperador n. 73.
1886
ADVERTENCIA

E' esta a segunda edição do notável ensaio — Menores e Loucos em Direito Criminal — do Dr. Tobias Barreto de Menezes, muito ilustrado lente de nossa faculdade jurídica.

A presente edição distingue-se da primeira, aparecida há cerca de dois ou três anos, em conter o dobro da matéria ali abrangida, além de diversas修改ações no texto primitivo.

E' assim que o § 6º do Art. 10 do Código Criminal, não discutido da outra vez, é agora submetido à vasta e demorada análise. Compreende-se bem facilmente, sem que seja preciso encarecer a importância prática e doutrinária do assunto abri esplanado.

E' assim ainda que o presente livro encerra um appendice, reproduzindo aquela inolvidável brochura sobre o Fundamento do Direito de Punir, aparecida pela primeira vez há mais de seis anos, e que foi, os competentes o sabem, o primeiro brado para a reforma da nossa antiga intuição jurídica, pondo-a de acordo com a philosophy contemporânea no que ela tem de mais elevado.

Cremos ser o bastante para justificar a nova edição dos Menores e Loucos.

Temos agora completa a análise do Art. 10 do Código Criminal em todos os seus parágrafos, e temos em todo o correr do livro em palavras de nitidez de brinido metal as páginas mais belas que já uma vez foram escriptas no Brasil sobre o conceito do direito e da pena.

Basta.

Recife, 30 de Agosto de 1886.

O editor.
COMO INTRODUÇÃO

A concepção da sociologia, e especialmente a concepção do direito, ainda hoje correntes entre nós, são um pedaço de metáfysics, um resto de mythologia.

Ainda hoje em nossas Faculdades jurídicas propõem-se questões como esta:

«Conforma-se com os princípios da sciencia social a doutrina dos direitos naturaes e originarios do homem?»

Uma these assim envolve uma questão preliminar, que deve ser elucidada antes de qualquer solução ulterior, e é a seguinte: a sciencia social já tem princípios, já tem verdades assentadas, que determinem a conformação ou não conformação dos direitos naturaes e originarios do homem, com essas mesmas verdades e princípios estabelecidos?

Dou-me pressa em responder a. A sciencia social, como conjuncto de idéias adquiridas e systematizadas sobre os fenomenos sociais e suas leis, ainda que acha, por assim dizer, em estado embrionario. Na classificação das sciencias ella occupa o ultimo lugar da serie ascendente; mas isto, bem ao encre do que poderá parecer, indica justamente que essa sciencia, até hoje pelo menos, não é mais do que um pium desiderium do espirito científico.

Porquanto, se todas as sciencias, antes de tudo, devem ter um metodo, e este é o metodo de observação e inducção, é innegavel que a sociologia não satisfaz ainda a semelhante exigencia, isto é, os seus fenomenos ainda não se prestaram a uma observação regular, e muito menos tem sido possivel, do pouco que se ha observado, induzir leis e
chegar ao conhecimento das causas reaes, que geraam os factos, cuja somma constitue a sociedade.

Verdade é que a sociedade, na qualidade de um organismo de ordem superior, na qualidade, não de uma antithese, mas de uma continuação da natureza, deve ter a sua mecanica; mas essa mecanica, para dizer tudo em uma só palavra, ainda não encontrou o seu Kepler.

E' um facto que a sociedade se desenvolve; porém as leis desse desenvolvimento não estão descobertas, o que importa dizer que a sciensta social existe ainda apenas como uma aspiração, e, em tais condições, não tem, não pode ter princípios seus, princípios proprios, com os quaes possam conformar-se os direitos, quaesquer direitos do homem.

Em outros termos, a sociologia não se acha no caso de bitolar pelos seus dados, pelo enunciado dos seus problemas, os conceitos de outra qualquer sciensta.

Não se diga que a sciensta social é um genero, que abrange em si diversas especies, algumas das quaes já têm atingido um grão de desenvolvimento capaz de conferir-lhes o poder de adaptar aos seus os velhos conceitos scientifcos; e não se diga, porque o mesmo exemplo da economia politica, que se considera muito adiantada, em vez de infirmar, antes confirma o meu asserto.

Com todos os seus progressos, reaes ou presu- midos, a economia politica ainda discute sobre as suas ideias fundamentaes.

As noções de valor, capital, trabalho mesmo, não se acham definitivamente assentadas.

O grande phenoñoeno do movimento econô- mico, onde desenvolvimento da riqueza, não achou nem se quer ainda uma formula, que o represente.

A leigeza desse movimento, que ao contrario do que se dá no mundo phycico, onde a leigeza é igual á força, é igual á "materia", constitue ainda uma
questão ardente: esta força, que serve de deno-
minador da fração, é o capital, ou o trabalho?
E' tis sub judice...
Quando fallo de sciencia social, só tenho em
vista uma tal, que se basêa nos dados comuns a
todas as sciencias de observação.
Quanto, porém, a uma velha sciencia da socie-
dade, a esse pedaço, repito, de metaphysica e my-
thologia, que não pôde hoje fazer as delícias de es-
piritos sérios, eu a considero fora do circulo das
minhas meditações.

O celebre David Hume disse uma vez: «Quando
entrardes em uma bibliotheca e pegardes de qua-
quer livro, perguntai primeiro: este livro trata de
numeros?»
Se a isto vos responderem negativamente, então
queimai o livro, porque não pôde conter senão ra-
hulices e sophysticarias ».
E' o caso com a decrepita metaphysica social.

Entretanto, e pond' termo à questao prelimi-
nar, o que ahi fica dito a respeito da sociologia em-
byronaria, da sociologia em via de formação, não
envolve a ideia de que a segunda parte da these seja
incompativel com a primeira.
Pelo contrario.

Damos os princípios da sciencia social, como
ele existe, como ele se acha, é conformável com
esses princípios a doutrina dos direitos naturaes
originarios do homem?
Quando mesmo tais princípios não sejam mais
do que hypotethes, conforma-se com estas hypo-
theses a referida doutrina?

Eis o ponto elucidavel.
A theoria dos direitos naturaes e originarios
pertence a uma época já um pouco distante denôs.
A concepção de um direito superior e anterior
à sociedade, é uma extravagancia da razão humana,
que não pôde mais justificar-se.
O homem é um ser historico, o que vale dizer,
que elle é um ser que se desenvolve.
A ideia de um direito natural e originário do homem envolve a de um direito universal e permanente, a de um direito, quero dizer, que não está sujeito a relatividades, nem no espaço, nem no tempo.

Um direito universal é um direito, que existe para todos os povos; um direito permanente é um direito imóvel, isto é, um direito que não se desenvolve; mas de acordo com as noções correntes da própria sociologia, que se forma, tudo está subordinado à lei do desenvolvimento, da qual não escapa o direito mesmo.

E concluindo, portanto, que a teoria dos direitos naturais não se harmoniza com a ciência social.

« Um direito universal, diz R. von Hering (Der Zweck im Recht), um direito de todos os povos, está no mesmo pé que uma receita universal, uma receita para todos os doentes ».

A ethnologia nos mostra que as diferenciação que produzem as raças, trazem diferenças nos costumes, nas leis, nas instituições dessas mesmas raças, e a historia confirma essa asserção.

A universalidade do direito é simplesmente uma phrase.

Mas objectar se me-ha: — existem certos direitos, que se têm feito valer em todos os tempos e em todos os lugares, até onde pode chegar a observação directa e indirecta: não serão eles originários, não são elles naturaes ?

Não hesito, mesmo assim, em responder negativamente.

A expressão direito natural valer por muito tempo, e ainda hoje vale como antithetica da expressão direito positivo. Admitir um direito natural é admitir que a positidade não é o característico de todo o direito.

Mas eu penso com George Meyer (Das Studium des öffentlichen Rechts in Deutschland) que, se há uma verdade, digna de ser geralmente aceita e re-
conhecida, é a da *positividade* de todo o qualquer direito.

 Desde que na idéia do direito entrou a idéia da lucta, desde que o direito nos aparece, não mais como um presente do céo, porém, como um resultado de combate, como uma conquista, cabio por terra a intuição de um direito natural.

 Bem como as artes, bem como as ciências, o direito é um produto da cultura humana; fora desta, em qualquer grão que ella seja, nenhum direito, nenhuma disciplina das forças sociais.

 Os chamados direitos naturaes e originarios, como o direito à vida, à liberdade e poucos outros, nunca existiram fora da sociedade; foi esta quem os instituiu e consagrou.

 Parece absurdo, eu sei, exprimirme assim; mas não é tal.

 O direito que foi mais bem definido pelo illustre R. von Hering como um complexo de condições existenciaes da sociedade, asseguradas por um poder publico, o direito, repito, nasceu no dia em que nasceu a mesma sociedade.

 E' uma velha illusão esta que ainda leva muitos espiritos a abandonarem os ensinos da experiencia, os testemuinhos da historia, e continuarem a sonhar com direitos preexistentes aos primeiros ensaios de organisação social.

 Uma das melhores provas de que a concepção de um tal direito é simplesmente o resultado do espirito de uma época, nós achamos na consideração seguinte: o direito natural dos tempos modernos é inteiramente diverso do *jus naturale* dos romanos; quem nos pode garantir que para o futuro o conceito de um direito natural não será tão diferente do hodierno, quanto este é diverso do romano?

 Fallemos ainda mais franco: o direito natural moderno com o seu *epriorismo*, com suas pretensões de filho unico da razão humana, é uma criação da Hollanda no século XVII.
Mas é digno de nota: o celebre Grotius, que abriu caminho a esse preconceito científico, além de outros escritos, consagra também o seu *Mare liberum* à exposição da nova ideia.

Entretanto essa mesma obra, cheia de apelos à razão, tem por sub-título as seguintes palavras, que dá a medida do grande conceito: *Sive de jure, quod Batavis competit ad indiana commercia...*  
Bom direito natural!

Resumamos e concluíamos.

Qualquer que seja o estado da scienza social, ou os seus princípios sejam realmente taes, ou sómente presuppostos de uma scienza que se levanta, a verdade é que a doutrina dos direitos naturaes e originarios hão se conforma com aquelles princípios.

E digo mais: a theoria de semelhantes direitos não é sómente inharmonisavel com os referidos presuppostos, mas até succede que a sua permanencia é um obstaculo ao desenvolvimento da sociologia.

Platão disse: não ha scienza do que passa; a moderna theoria da evolução inverte a proposição e redargui onsada: só ha scienza do que passa, porque a historia só se occupa do que passa, e todas as scienças caminham para tornar-se preponde-rantemente historicas.

Não me é estranho que a these academica tem um modo, ja consagrado, de ser resolvida: porém, eu tenho tambem de respeitar as minhas proprias convicções.

Não ha direitos naturaes e originarios.

O que nós hoje chamamos direito é uma transformação da força, que limitou-se e continua a li- mitar-se no interesse da sociedade. A ideia de direitos originarios arrasta, como associado logico, a de direitos derivados. São categorias, que já não têm importancia scientifica.

Os direitos, como taes, quer como condicções de existencia, quer como condicções evolucionaes
da vida social, são da mesma natureza, e são no justo tamente, porque sahem da mesma fonte; esta fonte é a sociedade.

E seja-me permitido repetir agora o que já tive ocasião de exprimir de outra vez:

Em nome da religião, disse o sublime guosta, auctor do quarto evangelho: no princípio era a palavra (in principio erat verbum); em nome da poesia, disse Goethe: no princípio era o acto (im Anfang war die That); em nome das sciencias naturaes, disse Carus Sterne: no principio era o carbono (im Anfang war der Kohlenstoff); em nome da philosophia, em nome da intuição monística do mundo, quero eu dizer: no principio era a força, e a força estava junto ao homem, e o homem era a força.

Desta força conservada e desenvolvida, é que tudo tem-se produzido, inclusive o proprio direito, que em ultima analyse não é um producto natural, mas um producto cultural, uma obra do homem mesmo.
MENORES E LOUCOS

I

É bem sabido o método adoptado pelo nosso legislador criminal. Definida e classificada a ideia geral do delicto, expostas as exigências conceituais do delinquente, e as suas diversas categorias, o Código passa a mencionar todos aquelas que, ou por motivos de ordem política, ou por lhes faltar a base psicológica do crime, não são por elle considerados criminosos. A este duplo processo de inclusão e exclusão é consagrado o primeiro capítulo, composto de 13 artigos, que na sua apparente simplicidade, debaixo do espartilho de um racionalismo exagerado, escondem matéria suficiente para largos e longos tratados, sem faltar do muito que elles se prestam a erros e disparates na prática forense.

Isto, porém, não constitue o meu assumto. Que o Código está muito aquém do que deve ser, na época actual, a legislação penal de qualquer paiz, que toma parte no banquete da cultura moderna, ainda mesmo sendo, como somos, dos que ficaram para a segunda mesa; que o Código, em uma palavra, é lacunoso e incompleto, para que mais repeti-lo e accentu-lo? O que importa, sobretudo, se não é de certo permanecer na crença pueril de que o Código Criminal brasileiro foi recebido directamente das mãos da nympha Egeria, já não é também tratar somente de sublinhar-lhe os innumeros defeitos, que começam a ser visíveis até aos olhos dos que pouco vêem.
— 2 —

Perdida como se achá, ao menos para mim, a esperança de uma reforma das nossas leis penais, no sentido de dar-se-lhes uma feição mais acolhedora ao estado da ciência hodierna, o que convém fazer, porquê é também o que resta, é tirar dos defeitos mesmos o melhor partido possível, estudando-os e suprimindo-os por meio das fontes regulares do direito.

Entre estas fontes figuram os processos lógicos, em cujo número se achá a analogia. O velho prejuízo, que já teve ocasião de combater (1), pelo qual se considera a analogia inacabada na aplicação das leis criminais, ainda tem infelizmente entre nós a cabeça levantada. Mas e eu sinto-me com forças para esmagá-lo, tão fraca se me afigura a base, em que elle se apoia. A analogia, segundo Fenerbach, que aliás fora ao princípio um adversário decidido da sua aplicação na esfera do direito criminal, não se distingue do próprio espírito da lei, ou melhor, segundo me parece, pois entendo que o attribute deve sempre ser mais claro que o sujeito, o chamado espírito da lei, pondo de parte o elemento gnómico e mythológico inherente a todas as phrases criadas para deslumbrar os tóis, se reduz a um simples alargamento, por extensão analogica, dos princípios jurídicos, em aparente lúxos e inexpansíveis.

E' um erro afirmar, como em geral se afirma, que o direito criminal só admite interpretação restrictiva. Não é fácil descobrir a tazão deste preceito. Os que repetem-no a todo proposto com o mesmo grão de confiança, com que se enuncia uma verdade mathematica, não tem entretanto outro meio de justificar-o, senão repetir que assim é, porque (este porque faz mal aos nervos)... benigna amplianda, odiosa restringenda! E d'este arte uma

(1) Vide a dissertação sobre o mandado em matéria criminal; Recife, 1882.
ela parenia, um anexim decripto, uma d'essas
ligeiras induções, precocemente elevadas à cate-
goria de normas de conducta, serve, entre nós, de
fundamento indiscutível da doutrina criminalística,
en um dos seus pontos mais importantes... Isto só
se explica pela completa falta, que temos, de uma
teoria científica das fontes do direito; lacuna
esta, para cujo preenchimento ainda esforçar-me-
hei por prestar a minha contribuição, que será
tanto mais útil, quanto é certo que não teria ousa-
da de escrever uma Ilhas post Homerum. A nossa
litteratura jurídica, se de tais podemos falar, nada
possui neste sentido.

Costuma-se alejar, como razão peremptoria,
que a interpretação ampliativa no direito criminal
teria por consequência pôr em perigo a liberdade
do cidadão, entregue à mercê do capricho indivi-
dual dos julgadores. Mas é o caso de dizer com
Rossirt que a liberdade deve ser protegida por
outro modo, que não o simples respeito da letra
da lei; porquanto, onde a independência e integri-
dade dos juízes, a honra do soberano e da nação
não são garantias suficientes de justiça, a lei é um
instrumento na mão dos mais sabidos. A santidade
do direito e de sua justa distribuição não pode ser
posta em perigo por esta ou aquela doutrina dos
juristas. (2)

Ainda baseio-me, sobre este ponto, na opinião
de Puchta, para quem a ciência também é uma
fonte jurídica. (3) Com efeito não compreendo
que valor poderia ter o estudo do direito, se os que
a elle se consagram, fossem obrigados, como os
doctores da lei da escola do rabino Schammai, a ser
somente exegetas, a não sahir do texto, a executar
simplesmente um trabalho de midrasch, como dizem
os judeus, isto é, de escrupulosa interpretação lit-

(2) Entwicklung der Grundsätze des Strafrechts, pag. 32,
(3) Vorlesungen — § 1 — 4.
teral. Assim viríamos a ter, não uma \textit{scienza do direito}, mas uma \textit{scienza da lei}, que podia dar o pão, porém, ao certo, não dava honra a ninguém. Assentar-lhe-hia em cheio o \textit{leider auch com que Goethe humilhou a theologia}; e cada um de nós poderia, com mais razão do que Fausto, zombar do seu doutorismo — \textit{heisse Doctor gar}!...

Estas considerações, que parecem afastadas da matéria, de que pretendo tratar, estão entretanto em íntima relação com elle. Na análise, que me propuz fazer, do art. 10 do nosso Código, tenho de abrir lucta franca e decidida com o \textit{litteralismo esteril e anachronico}. Eu disse — \textit{anachronico}, — e quasi que sinto-me tentado a riscar a palavra. Porquanto o \textit{litteralismo juridico-penal}, como nós o temos, ou, pelo menos, se nos insinua, é cousa que nunca teve seu tempo. Entre os romanos mesmos, com todos os seus apurados conceitos de... \textit{juris rigor, subtilitas, severitas, stricta ratio, subtilis ratio}, e no próprio terreno criminal, a letra tinha pouca importância, o espírito era tudo. Não era só em matéria civil, que elles estabeleceram distinção entre... \textit{sententia legis e verba, sententia e scriptura (Callistratic)}; entre \textit{verborum figura e mens (Javoleno)}; entre \textit{verba e sententia edicti (Ulpiano)}; entre \textit{contextus verborum scripturae e mens (Modestino)}; entre \textit{verba legis e sententia (Antonino)}, etc. Também na esfera criminal prevaleciam estas antitheses. A par de muitos outros, há um lugar nos textos, que eleva isto acima de qualquer dúvida. A lei 131 § 1.º do Dig. de \textit{verborum significazione} (50, 16) diz: — \textit{poena non irrogatur, nisi quae quaque legere vel \textit{quo allo jure} specialiter huic delicto imposita est}. Qual era então esse \textit{quo allo jure} specialiter huic delicto imposita est. Qual era então esse \textit{quo allo jure}, que se punha ao lado da lei, para suprirl-a? Todo que \textit{vicem legis optinet}, e deíste arte vale como fonte de direito, por isso também tudo aquillo que se forma por meio da in-
terpretação dos juristas, cujo ponto de apoio, é a
analogia.

Acresce uma circunstância, que precisa ser
bem ponderada. O princípio do aequum et bonum,
a equitas dos romanos, que a nossa equidade está
muito longe de traduzir, era mais racional do que
sentimental; não era, como entre nós, um syno-
nimo de compaixão, que só trata adoçar o rigor da
lei, mas um modo de interpretar, filho das novas
em lucta com as velhas intuições, que estendia
muitas vezes esse mesmo rigor aos casos não ex-
pressos. (4) Porque razão não seguimos tão pro-
fico exemplo?

Com todo acerto diz Rossit que, para descobri-
-se o direito adaptado a um caso particular,
quando nos faltam a lei e o costume, há dois cami-
nhos a tomar: o caminho formal, que é o dos prin-
cipios com as suas consequências, o dos processos
lógica em geral, e o caminho material, que é seguir
aquilo que corresponde in concreto aos interesses
mais salientes e mais dignos de salvaguardar-se.

E só assim compreendida que a scientia do

(4) Moritz Voigt — Das jus naturale der Römer — I pag. 24
e seguintes. Para tornar bem comprehensível este ponto, em me
permítam construir uma hipótese. Suponhamos que os romanos
livesssem uma disposição igual á do art. 16 § 2.º do nosso Código,
que considera agravante a circunstância de cometer-se o crime
com veneno, incendiou ou inundação. Dado um homicídio, por
exemplo, em que o meio empregado não fosse nenhum dos três
mencionados, mas outro qualquer, ainda que diferente, todavia
de igual terrívelidade e revelador do mesmo grão de malvadeza, ao
passo que entre nós o facto seria julgado um homicídio simples,
os romanos, ao contrário, levados pelo aequum et bonum, aplicar-
-lhe-iam aquela circunstância. Nada de mais razoável. Morrer
por força de uma matéria explosiva, de um preparado nitroglicer-
rico ou dynamitico, não é de certo morrer venenado, nem incen-
diado; nem inundado; mas nem por isso deixa de ser uma
morte horrível, e o seu executo um dos homicidas qualificados pelo
art. 192. Felizmente não é fácil que tenhamos de apreciar um
caso desta ordem. Os audioglyphos litteralistas, os escrupulosos
sacerdotia juris, não diriam a massa, por não encontrarem na
folhina o nome do defunto.
direito criminal me parece capaz de merecer alguma atenção.

Voltamos ao nosso assumpto.

O art. 10 do Código encerra a questão, que ele também resolve a seu modo, da imputação criminal. Geralmente a psicologia, de que se servem os legisladores penais para delimitar o conceito do criminoso, é uma psicologia de pobre; e o nosso não faz excepção. Tres ou quatro noções tradicionaes, que se recebem sem exame, como velha moeda, cujo peso e legitimidade ninguém se dá ao trabalho de verificar, a isto se reduz toda a despeza philosophica do nosso Código. Não sei se é um bem, ou um mal; nem eu pretendo elogial-o, ou censurar-o, por tão pouco. Mas julgo cabível repetir aqui as palavras do celebre foehelinista austríaco, Daniel Spitzer: «nós vivemos em uma época de muita desconfiança: coloca-se contra a luz a nota de banco, antes de aceitá-la, e introduz-se o galacto metro no leite, antes de bebê-lo; estuda-se com todo cuidado uma Madonna de Holbein, que até hontem passou por verdadeira, e chegou a duvidar que S. Pedro tivesse estado em Roma; os velhos deuses mesmos desvem de novo sujeitar-se a exame, e aí delles, se têm de responder a um examinador inexorável, como David Strauss. Ensino-nos-nos, em tudo, a perguntar: porque? e não passa cousa alguma, que não tenha força para justificar-se diante desse — quem vem lá? — proferido pela scienza.»

E certo que tão longe não vão os mens escrúpulos; mas nem por isso deixo de obedecer à tendência da época: desconfio também de muitas estrelas, que são talvez fogos fatnos, e ponho em dúvida a decantada sabedoria do nosso velho legislador criminal.

A três ou quatro noções tradicionaes, disse eu, que se reduziam toda a despeza philosophica do Código; e é facil verificá-lo. Além da vontade, que aparece como presupposto indispensável do crime nas expressões — ação ou omissão voluntaria do
art. 2.º § 1.º, e no final do § 2.º, que caracteriza a tentativa; além da má fé, exigida pelo art. 3.º, e que ali se dá como uma aliança binária de conhecimento do mal e intenção de o praticar; além do discernimento, enfim, de que trata o art. 13, o Código não conhece outros elementos, outros factores psicológicos que devam funcionar na genética do delito. O momento da liberdade, como se vê, foi posto de lado. Só indirectamente e negativamente, é que ele aparece na disposição do § 3.º do art. 10. Sob o ponto de vista philosophico, haveria nessa falta um merito subido, se tivéssemos razão de crer que o legislador procedeu com toda a consciência do grande passo que dava em deixar de parte, como prejudicado e sem valor apreciavel, o conceito da liberdade.

Mas é certo que isto não lhe veio ao cerebro, nem se quer em sonho; e quando lhe viesse, quando fosse mesmo um resultado de reflexão, também não há dúvida que, sob o ponto de vista jurídico, a qualidade se converteria em defeito.

Realmente, neste terreno, no terreno empirico do direito, pouco importa que o homem seja livre, ou deixe de sê-lo, segundo fabulam, de um lado, os metaphysicos do espírito; e, de outro lado, os metaphysicos da materia. Para firmar a doutrina da imputação, o direito aceita a liberdade como um postulado da ordem social; e isto lhe é bastante.

A teoria da imputação, ou psychologia criminal, como a denominam os juristas alemaes, apoia-se no facto empirico, indiscutível, de que o homem normal, chegando a uma certa idade, legalmente estabelecida, tem adquirido a madureza e capacidade precisas, para conhecer o valor jurídico de seus actos, e determinar se livremente a pratical-os.

São portanto condições fundamentaes de uma acção criminosa imputável as unicas seguintes: 1.º o conhecimento da ilegalidade da acção querida (libertas judicii); 2.º o poder o agente, por si mesmo, deliberar-se a pratical-a, quer commissiva, quer
omissivamente (libertas consilii). É o que resulta do proprio conceito da imputação.

« Imputar, diz Zacharioc, é julgar alguém auctor de um certo facto, isto é, julgar a causa de um certo efeito, segundo as leis da liberdade. » (5)

Estas leis podem ser para o philosopho as mesmas leis da natureza,— e eu não estou longe de crê-lo, — mas formam para o jurista e para o legislador um domínio particular.

Já se vê que o Código não pecaria por excesso de clareza, se tivesse manejado com mais sciencia estas primeiras verdades do direito penal. O conhecimento do mal, de que falla o art. 3.o, satisfaz à exigência da libertas judicis; mas o mesmo não sucede com a intenção de o praticar, que não corresponde exactamente à condição da libertas consilii. Como phenomeno intellectual, como synonimo do desenho, projecto ou intuito, a intenção não presupõe necessariamente a liberdade de escolha entre caminhos diferentes. Como forma da vontade, como desejo ou proposito deliberado de obrar, também não exclua a possibilidade da falta de livre arbitrio. Sobre este ponto, a lacuna do Código é incontestável.

Não é isto, porém, o que mais temos a lastimar. O que me causa maior impresão de estranheza é ver que o referido artigo tem aberto e continua a abrir caminho a muita interpretação grotesca. Os tribunais, com os seus julgados, e o governo, com os seus avisos, têm mostrado mais de uma vez que as altas posições não livram sempre da idóica da ignorancia chat e irremediável; tal é a força dos dislates occasionados pelo modo de compreender aquella disposição do Código.

Ele diz: « Não haverá criminoso ou delinquente sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal e intenção de o praticar. »

(5) Anfangsgründe des philosophischen Criminalrechts § 31.
Aqui levanta-se uma primeira questão, que aliás nunca foi suscitada, e é a seguinte: — a criminalidade só chega, até onde chega a má fé? Uma e outra são ideias, que se cobrem, que se ajustam em todos os pontos, como dois círculos, que têm igual diâmetro? Sim, ou não. No caso negativo, o princípio do Código é falso, ou pelo menos incompleto; no caso afirmativo, é o Código mesmo quem se incumbe de refutar a sua proposição, uma vez que, na parte especial, trata de crimes, nos quais a má fé não acompanha todos os momentos da delinquência. O momento, por exemplo, do grave incommode de saúde ou de inhabilitação de serviço por mais de trinta dias, que forma o conteúdo do art. 205, não supõe, senão excepcional e rarissimamente, o conhecimento do mal e intenção de praticar; não obstante, há um aumento da criminalidade, que provoca e justifica o aumento da pena.

Não ficamos ali. Costuma-se dizer, e é hoje ponto assentado, que o art. 3.º não envolve questão de facto, mas de direito, e que a doutrina nesse exarada se acha reproduzida nos arts. 10 e 13. Não ha, no genero, maior contrassenso. No art. 10 estão, por exemplo, comprehendidos os loucos, como livres de imputação criminal; a apreciação da loucura, em qualquer de suas formas e sintomas diferentes, envolverá porventura o que se costuma chamar uma questão de direito? Pergunto só para ri-me, visto que não ha quem hesite seriamente em contestar o. Se, porém, me objectam que, não obstante o art. 3.º encerrar mera doutrina, são todavia as disposições do art. 10 que contêm aplicações positivas, resta sempre a demonstrar, por que processo magico, — pois logico não existe, — uma questão de direito naquelle, sendo reproduzida neste artigo, se converte de repente em uma questão de facto.

Além disto, importa ainda notar uma outra inexactidão da teoria corrente. Se o art. 10 repro-
doz, como se diz, a doutrina do art. 3.º que exige, como condições de imputabilidade, o conhecimento do mal e a intenção de o praticar, é difícil de compreender a aplicação deste princípio à hipótese do § 3.º daquela mesma artigo. Por quanto os « violentados por força ou por medo irresistíveis » têm conhecimento do mal que praticam mão grado seu, — isto mesmo está contido no próprio conceito da violência. Não existe, pois, em tais casos a presunção de completa ausência de má fé, segundo o Código definindo-a; e é um erro, por conseguinte, afirmar categoricamente, sem reserva e distinção alguma, que o princípio do art. 3.º se acha especificado nas hipóteses do art. 10.
Já uma vez defini o direito: — a disciplina das forças sociais, o princípio da seleção legal na luta pela existência. De acordo com a filosofia monística e com os dados da ciência moderna, posso ainda definir-o: o processo de adaptação das ações humanas à ordem pública, ao bem-estar da comunhão política, ao desenvolvimento geral da sociedade.

E' estudada a luz destas ideias, que a pena tem um sentido. A imputação criminal consiste justamente na possibilidade de obrar conforme o direito, isto é, na possibilidade de adaptar livremente os nossos atos às exigências da ordem social, cuja expressão é a lei. Em considero o crime uma das mais claras manifestações do princípio naturalístico da hereditariedade, e como tal, quando mesmo fosse o que os sentimentalistas liberalisantes pretendem que seja, quero dizer, um fenômeno morbido, um resultado de doença, nada prohibia que, também neste domínio, como em todos os outros da natureza, a adaptação procurasse eliminar as irregularidades da herança. Se por força da seleção natural ou artística, até as aves mudam o cér dos plumas, e as flores a cér das pétalas, porque razão, em virtude do mesmo processo, não poderia o homem mudar a direção da sua índole? Enquanto, pois, os defensores da pathologia criminal, em cujas obras a sociedade inteira aparece como uma imensa casa de oráculos, em quanto esses
illustres — savantissimi doctores, medicine professores, — como diria Mohiéro, não descobrirão o meio nosocratico sufiçiente para oppor barreira ao delicto, a pena será sempre uma necessidade. Mais tarde ver-se-ha nella, em nome de Darwin e de Haeckel, alguma causa de semelhante à seleção espartana, ou uma espécie de seleção juridica, pela qual os membros corruptos vão sendo postos à parte do organismo social comun.

Disto, felizmente, quero dizer, da necessidade da pena, estão ainda convencidos todos os legisladores. A pequena dose de verdade, que há nas pretensões dos pathologos do crime, não chega para desmascar a impressão do que ellas têm de exagerado e erroneo. Os actos do homem não comportam de certo a imputabilidade absoluta que resulta do caracter intelligível da liberdade, segundo a doutrina kantésca, tão justamente qualificada por Schopenhauer de desazado pedantismo moral. Mas o direito não exige, nem precisa exigir tanto. Bastar-lhe somente a imputabilidade relativa, a única possível nos limites da fragilidade humana. Dentro destes limites, e ainda dando-se conta de todos os factores latentes, que determinam uma boa parte das acções do homem, resta sempre um largo terreno, em que elle é responsavel por ellas.

A ideia do criminoso envolve a ideia de um espirito que se achá no exercício regular das suas funções, e tem, portanto, atravessado os quatro seguintes momentos da evolução individual: — 4.º a consciência de si mesmo; — 2.º a consciência do mundo externo; — 3.º a consciência do dever; — 4.º a consciência do direito. O estado de irresponsabilidade por causa de uma passageira ou duradoura perturbação do espirito, na maioria dos casos, é um estado de perda das duas primeiras formas da consciência, ou da normalidade mental. Não assim, porém, quanto á carencia de imputação das pessoas de tenra idade, e em geral de todas aquellas que não atingiram um desenvolvimento sufiçiente; neste
caso, o que não existe, ou pelo menos o que se
questiona, se existe ou não, é a consciência do
dever, e algumas vezes também a consciência do
direito.

O nosso Código, no art. 10, não fez mais do que
reconhecer uma velha verdade, consagrada pela
história em todos os períodos culturais do direito
penal. Commeteu, entretanto, além de outros, que
serão apontados, um erro de método: — foi reunir
em uma só categoria diversas classes de sujeitos
irresponsáveis, que não se deixam reduzir a um
denominador comum, isto é, a ausência do que
eu chamei normalidade mental. Em outros termos,
ô Código confundiu a imputatio juri ou imputabi-
litas, cuja falta caracteriza os menores e os mente-
captes, com a imputatio facti, que não se faz valer
para com os mencionados nos §§ 3.º e 4.º do citado
artigo.

Mas vamos ao ponto central da nossa análise.
Diz o Código: «Também não se julgarão criminos-
os: § 1.º os menores de quatorze annos; § 2.º os
loocos de todo o gênero, salvo se tiverem incididos
intervallos, e neles commetterem o crime; § 3.º os
que commetterem crimes violentados por força ou
por medo irresistíveis; § 4.º os que commetterem
crimes casualmente, no exercício ou pratica de
qualquer acto licito, feito com a tenção ordinaria.»

Eis aí um modelo de simplicidade, que é pena
não seja tambem um modelo de perfeição. Apres-
ciemol o detalhadamente.

Os legisladores de quasi todos os países têm
sempre estabelecido uma época certa, depois da
qual, e só depois dela, é que pode ter lugar a res-
ponsabilidade criminal. O nosso Código seguiu
o exemplo da maioria dos povos cultos, e fixou
também a menoridade de quatorze annos, como
razão peremptória de escusa por qualquer acto
delictuoso. Em termos technicos, o Código esta-
beleceu tambem, em favor de taes menores, a pre-
sumptio juris et de jure da sua immaturidade moral.
E', porém, para lastimar que, aproveitando-se da doutrina do art. 66 e seguintes do Código Penal, o nosso legislador tivesse, no art. 13, consagrado a singular teoria do discernimento, que pode abrir caminho a muito abuso e dar lugar a mais de um espectáculo doloroso.

A disposição do nosso Código encontra, como já disse, disposições similares nos Códigos de outras nações. Isto, porém, não obsta que seja ainda hoje questão aberta entre os criminalistas a vantagem ou desvantagem da fixação legal de uma época além da qual é que o homem começa a ser criminalmente responsável por suas ações. Entre os que estão pelo lado desvantajoso, é digno de nota o que diz Friedrich: — «As individualidades psychicas são em geral muito mais variadas do que as individualidades somaticas, e não deixam-se prender a uma norma determinada. Quem quer que pretenda julgar da madurez do entendimento, da força do livre arbítrio, segundo o número dos anos de idade, iludir-se-ia constantemente... A experiência diária ensina que o desenvolvimento psicico aparece em um individuo mais cedo, em outro mais tarde. Pelo que a determinação de uma idade igual para todos os indivíduos, quando é tão desigual o desenvolvimento de cada um, não pode oferecer uma segura medida da culpabilidade e de grão da pena merecida. » (6)

Consideradas in abstracto, estas razões são de peso; mas in concreto, com relação a este ou aquelle paiz, diminuem muito de importância. Porquanto os males, que sem dúvida resultam de taxar-se, por meio da lei, uma especie de maioriaidade em matéria criminal, são altamente sobrepunhados pelos que resultariam do facto de entregar-se ao criterio de espíritos ignorantes e caprichosos a delicada apreciação da má fé pueril.

(6) System der gerichtlichen Psychologie, pag. 256 e 257.
Em todo caso, antes correr o risco de ver passar impune, por força da lei, quando commetta algum crime, o gymnasista de trêze annos, que já fez os seus versinhos e sustenta o seu namorico, do que se expôr ao perigo de ver juizes estupidos e malvados condemnarem uma criança de dez annos, que tenha porventura feito uma arte, segundo a phrase de família, e isso tão somente para dar passo a uma vingança.

En sei que mais de um caso grave passa despercebido, sob a protecção do § 1.º do art. 10, assim como é certo que não poucos maiores de quatorze annos são privados dessa protecção, quando elles se acham realmente em condições de merecê-la. Mas o remédio, em tal conjunctura, seria peior que a doença. Para obviar aos sacrificios da justiça e da verdade, inherentes a tudo que é geral, como são todas as regras sociais, inclusive a lei, eu não duvidaria admitir, neste terreno, a opinião de Kitka.

Elle propõe que, se um Estado compõe-se de muitas províncias, diferentes entre si, pelo grao de desenvolvimento e de cultura espiritual, seja tomado como base na determinação da idade legal da imputabilidade, o ponto mais alto, isto é, aquelle que possa convir aos indivíduos de todas as províncias, por que não há então o perigo de punir-se, como criminoso, quem aliás não tenha, mesmo depois de passada a menoridade da lei, atingido o discernimento preciso para firmar a imputação. (7)

Se existe um país, ao qual melhor se accomode a realização de semelhante ideia, é justamente o Brazil. As influencias mesologicas, climaticas e sociais, variam com as grandes distancias, que separam, por exemplo, os sertões do littoral; e diversos também devem ser os resultados que taes influencias possam produzir no desenvolvimento psycico dos individuos. E' razoavel, por tanto,
notar no Código este defeito: à taxação legal da menoridade de quatorze anos para tornar irresponsável a todo e qualquer que, no território brasileiro, commita um acto qualificado criminoso. [8] E isto só por efeito de uma reminiscência do direito civil, ou melhor do direito romano. Digo reminiscência do direito romano, porque das fontes prováveis de inspiração do nosso legislador criminal, nenhuma outra lhe poderia aconselhar uma tal disposição. O Código Penal, é singular e digno de reparo, o Código Penal mesmo, que lhe prestou bons serviços, não foi ouvido nesta parte. O art. 66 desse Código eleva a idade, aquém da qual não existe imputação, a dezenove anos. Disposição esta muito mais salutar, e cuja importância é apenas attenuada pela subtil distinção estabelecida entre o menor que obrou sans discernement e o que obrou avec discernement. Mas não seria ao certo o nosso legislador, quem pudesse, por esse lado, justificar-se de haver abandonado o Código Penal. Porquanto o conceito do discernimento, de dificuldade de apreciação, ele o aceitou, ainda que lhe conferindo, com muita infelicidade, um outro valor jurídico. A ideia, porém, de poder o menor, que praticou um facto delictuoso, ser entregue à sua família, como se lhe no referido art. 66 do Código, o nosso legislador não quis admitir; e creio que ninguém lutval-o-ha por isso.

Como quer que seja, o certo é que, pelo direito criminal francez, um rapaz de quinze anos, que já conhece todos os encantos da vida parisiense, que já entrou, com todo o conhecimento de causa, na gruta mistica e perfumosa, em que habita alguma deusa, que até já sabe a fonte onde Diana se banha, e vai espreita-l-a nua, não obstante o perigo de ser devorado pelos cães, caso comitam um homicídio.

---

s'il est décidé qu'il a agi sans discernement, sera absolvido; podendo apenas ser, selon les circonstances, remis à ses parens ou conduit dans une maison de correction. Ao passo que isto ali sucede, entre nós, pelo contrario, um pobre matutinho da mesma idade, cujo maior grao de educação consiste em estender a mão e pedir a benção a todos os mais velhos, principalmente ao vigário da freguezia e ao coronel dono das terras, onde seu pai cultiva a mandioca, se porventura perpêtra um crime de igual natureza, se por exemplo mata com a faquinha de tirar espinhos o moço rico da casa grande, que elle encontrou beijando sua irmã solteira, obre ou não com discernimento, será julgado como criminoso!
E verdade que alguns Códigos de outros países, posteriores ao nosso Código, taxaram a idade legal abaixo mesmo de quatorze anos. Também é certo que o nosso estão de acordo com os Códigos da Saxonia, Brunswick, Hamburgo e Zurich. Mas é preciso atender para o estado cultural desses lugares, em relação ao Brasil. A Itália mesma, em cuja última codificação penal aquela idade principia aos nove anos, é talvez, ceteris paribus, menos censurável do que este vasto país sem gente. Pelo menos me parece que um Estado, no qual se obriga a aprender, é onde homens como Casati, Coppino, de Sanctis, têm sido ministros da instrução pública, para promoverem a sua difusão, tem mais direito de exigir do maior de nove anos uma certa consciência do dever, que o faça recuar da prática do crime, do que o Brasil, com o seu pessimo sistema de ensino, pode exigir a de qualquer maior de quatorze.

Ainda é verdade que o Strafgesetzbuch do Império Alemão, presentemente a obra mais perfeita no gênero de codificações penais, o que se explica, não só pela propria riqueza da sciencia allemã, como tambem pelo muito que elle utilizou de dos Códigos precedentes, ainda é verdade que esse Código, no seu artigo ou parágrafo 55, consagra a imunidade criminal da puercicia, até os doze anos somente. Mas isto, com maioria de razão, não pode enfraquecer a critica merecida pelo nosso
legislator. Basta olhar para os dous paizes, que se
acham separados por uma enorme distancia geo-
graphica, e todavia insignificante, em face da dis-
tancia intellectual.

Além disto, o Strafgesetzbuch coloca se muito
adiante do nosso Codigo, disposto que, quando
o accusado tiver mais de doze, porém menos de de-
zoito annos, sera relevado, se ao commetter o acto,
de que se trata, não possua o conhecimento pre-
ciso da sua criminalidade. Como se vê, uma tal
disposição estende a possibilidade da falta de dis-
cernimento além do marco fixado pela nossa lei
penal. «Com este reconhecimento, diz Krafft-Ebing,
actual professor de Psychiatry na Universidade de
Strasburgo, com este reconhecimento de um grao
intermediario de imputabilidad entre a que falta
ao menino e a completa do homem feito, a legisla-
cão dá conta de um importante facto anthropolo-
gico.» (9) O nosso Codigo, entretanto, não conhece
este facto, e se nelle aparece alguma cousa de pie-
doso para os delinquentes, que estão entre os qua-
torre e os dezeseete annos, esta compaixão não
exclue a possibilidade de ser, por exemplo, um
rapaz de quinze janeiros condenado á prisão
perpetua.

Eu já disse que, no presente assumpto, o nosso
legislator acostara-se a uma reminiscencia do di-
reito romano. Isto é exacto; mas deve ser admis-
tido cum grano salis. — Porquanto, se esse direito
fivesse sido a fonte, não precisava exclusiva, bas-
tava preponderante, do Codigo brasileiro, em tal
materia, é mui provavel que as disposições respec-
tivas fossem mais largas e fecundas.

Entre os romanos, a puercia (infantia) che-
gava até aos sete annos. Primitivamente e nos tem-
pom dos juristas, de cujos escritos foram compila-
das as Pandectas, considerava-se menino a todo

(9) Grundzüge der Criminalpsychologie, pag. 12.
e qualquer indivíduo, em quanto elle não podia falar com uma certa ligação de ideias. O imperador Arcadio acabou com esta incerteza do velho direito, e determinou então que a infantia ficasse nos limites daquella idade; determinação que foi mantida pelos imperadores succedentes. No ponto de vista criminal os infantes tinham a seu favor a presunção de lhes faltar o intellectus rei, e como tais não podiam ser punidos. (L. 12 D. ad legem Cornetiam de siccariis et veneficiis, 48, 8; L. 23 D. de furtis, 47, 2; L. 5 § 2 D. ad legem Aquiliam, 9, 2). Quanto, porém, aos impuberes, aquelles que estavam entre os sete e os quatorze, se eram homens, ou entre os sete e os doze annos, se eram mulheres, o direito romano dividia-os em duas cathegorias: — a dos infantes proximi e a dos puberti proximi. Aquelles podiam ser julgados, conforme os casos, somente culpas, não dolis capacies; estes, ao contrario, no que tocava a imputação e à pena ineligável ás suas acções criminosas, eram medidos mais pela bitola jurídica dos adultos de que pela das crianças.

Esta diferença entre as duas cathegorias foi marcada por Averanini nos seguintes termos: «infantis proximos a proximo pubertatis distinguimus non tam etate, quam ingenio, calliditate, malitia...» E' facil, pois, comprehender que, se o legislador patrio houvesse hauirdo com mais cuidado nas fontes romanas, outros teriam sido os seus preceitos a respeito dos menores, pelo menos no que pertence ao vago discernimento, de que trata o art. 13, e que é possível, na falta de restricção legal, ser descoberto pelo juiz até em uma criança de cinco annos!

O que o Codigo aproveitou, foi somente o velho computo da idade exigida para começo da verdadeira imputatio juris. Pura espirito de sequacidade, sem reflexão e sem criterio. E' só para sentir que o direito romano nos tenha sido transmitido, já de todo desfoliado daquella grande parte ceremonial, que lhe dava uma feição esthetica, e que fez Celso
descobri-lhe alguma cousa de artístico: — *jus est \text{ars boni et æquii*}. Porquanto, a não ser isso, teríamos hoje, na scena jurídica, muito espectáculo bello a apreciar.

O presente assumpto, por exemplo, é provável que ainda hoje fosse ilustrado por mais de um quadro interessantissimo. En me explico. Na primeira época evolucional do *jus civilis*, que faço, de acordo com o professor Guido Padelleti, estender-se até o 7.º seculo da fundação da cidade, a linguagem do direito era grave e súzuda, como o próprio espirito do povo que a fallava. As ideas também têm, á semelhança dos homens, o seu primitivo estado de *nudez*. Elas ali apareciam inteiramente despidas de qualquer roupagem convenicional. Nada de *coquetterie* rhetoric, nada daquillo que Pott chama *dissecação*, e que é um dos momentos do desenvolvimento das linguas, no qual elles escondem, por meio de euphonias e eufemismos, a rudeza do pensamento. Em tesas condições nasceram e viveram por muito tempo as palavras *pubes* e *impuber*. Ellas que hoje se apresentam com um certo ar de fidaltia, e, como é proprio de todos os fidalgos, um pouco esquecidas da sua origem, eram ao principio expressões metonymicas de um *signal* pela *cousa significada*; exprimiam com toda a lhanze a nua realidade de um facto, sujeito á observação.

Dest'arte a simples historia natural das duas palavras seria bastante para deixar-nos entrever, através dos seculos, uma importante forma procesual dos *jus civilis*, que alias actualmente iria de encontro á todos os costumes e convenções sociais. Mas aqui a *semasiologia* ou teoria da significação é auxiliada pela propria historia do direito.

Realmente sabemos que entre as duas escolas adversas de Procueiano e Cassiano ou Sabiniano houve tambem disputa sobre o modo de julgar da madureza de espirito dos individuos. Os Cassianos exigiam, para determinar-se a maioridade, os sig.
naes da madureza corporea, e achavam por isso imprescindível a observação ocular. Os outros, porém, entendiam que bastava atingir a uma certa idade, fixada pela lei. Justiniano deu ganho de causa a estes últimos pela Const. 3 do Código. — *Quando tutores...* (5, 60). [10] nos seguintes termos:

«Indecoram observationem in examinanda marium pubertate ressecantes, jubemus: quemadmodum feminae post impletos duodecim annos omnimodo pubescere judicantur, ita et mares post excessum quattuordecim annorum puberes existimentur, indagatone corporis inhonesta cessante. » — Daquê resulta, é verdade, que já no tempo de Justiniano a *inspeção* da puberdade estava limitada ao sexo masculino; mas nada autoriza a crer que nunca as moças romanas tivessem passado por um tal exame. O que se deve admitir, como mais provável, é que muito antes de cessar a observação da puberdade dos homens, cahio em desuso a da puberdade feminina. Em todo o caso, é aos juristas da escola de Labeo que se deve, ao menos em grande parte, semelhante alteração.

Não posso deixar de abrir aqui um pouco de espaço à *rhetorica*, e bradar de punhos cerrados, na atitude da raiva: malditos Proculianos, que destes ocasião a emaranhos hoje privados das mais deslumbrandes scenas!... Já houve quem dissesse que, se o mariz de Cleopatra fora um pouco menor, o mundo actual seria completamente diverso. Da mesma forma, se Justiniano tivesse tido uma dase maior de voluptuosidade, é bem provável que ainda presentemente se nos oferecessem, na esfera da vida jurídica, os mais soberbos *quadros vivos*. Por que não? Se em muitos domínios do direito, continuamos a nutrir-nos dos ossos caídos da mesa

---

imperial de Bysancio, não vejo razão plausível, pela qual não obedecesseis à lei do despota, que por ventura ainda hoje mandasse sujeitar à exorte à puberdade mulheril.

Eu sei que, nesta hypothese, seria infalível e remídio uma grave questão preliminar: saber quem tinha mais competencia para a inspecção, se os medicos, ou os juristas. Havia de ser sem duvida um dos mais bellos combates, uma das mais bonitas formas da lucta pela existencia. Mas atual era possível uma conciliação, partindo-se exactamente ao meio, distribuindo-se com toda a justiça os pa- peis dos pretendentes: aos medicos, os filhos de Adão; aos juristas, as filhas de Eva.

Abandonemos, porém, esta ordem de conside- rações, mesmo porque se referem a uma materia, que a imitação dos carmina Saliorum, dos quais disse Quintiliano que eram... vix sacerdotibus sua satia intellecta, não está ao alcance de todos; — só os raros iniciados, os poucos que distoam da pureza e seriedade do meio social em que vivemos, é que podem bem comprehender-a. A sociedade hodierna já não aguenta a expressão de certas verdades; e a prova é que se algum, por exemplo, querendo significar que uma bella menina principia a despla- nar-se de anjo e encarnar-se de mulher, disser poeti- cucamente que ella: « começa a esconder os peque- nos seios tumidos, como se costumam encaputar os pomos maturoscentes, para as aves não beliscas- rem » mais de um ouvido casto descobrirá talvez nesta frase uma licença, que não deve ser repetida em um salão de gente fina. Porém, se em vez do poeta ligeiro, for o grave jurisconsulto, quem diga, em prosa juridica, que a menina já é pubere, não causará estranheza a ninguém.

Entretanto, é certo que as palavras pubere e unp-ubere, com os seus dous proximos derivados, segundo a significação primitiva, e medidas pelo padrão da moralidade moderna, são altamente indecentes. Não ha nisto uma ridicula incoerencia?
Mas é o efeito do *inconsciente* nas línguas, e nos espíritos também. Passemos adiante.

Suscita-se ainda, a propósito de menores, uma questão importante: por que razão o Código, determinando a idade, em que começa a imputação criminal, não estabelece diferença entre o homem e a mulher? Que motivos de ordem moral ou política o levaram a igualar os dois sexos, sob o ponto de vista jurídico-penal, quando eles são tão desiguais na esfera do direito civil? E o que trato de elucidar.
IV

Quando se considera que as leis encurtam o diâmetro do círculo de atividade jurídica das mulheres, em relação à sua pessoa e à sua propriedade, que expressamente asignalam-nas como fracas e incapazes de consultar os seus próprios interesses, e dest'arte, ou as mantêm sob uma tutela permanente, ou instituem para elas, em virtude mesmo do dogma da sua fraqueza, certos benefícios ou isenções de direito; em summa, quando se atende para a distinção sexual, tão claramente accentuada nas relações jurídico-civis, é natural presuppôr que se têm reconhecido uma diferença fundada na organização física e psíquica dos mesmos sexos. Mas isto posto, é também o cumulo da inconsequência e da injustiça não reconhecer igual diferença no domínio jurídico-penal, quando se trata de imputação e de crime.

O nosso Código foi fiel às tradições recebidas. A censura que se lhe deve fazer por isso, é verdade que não se restringe à elle somente, estende-se a todos os Códigos modernos, que são animados do mesmo espírito, que são réus da mesma injustiça, e para os quais não foi, ao certo, que Schiller escreveu os graciosos versos:

Ehret die Frauen; sie flechten und weben
Himmliche Rosen ins irdische Leben.
Porém o facto de achar-se o Código brasileiro em tão boa companhia, no que diz respeito à posição da mulher no direito criminal, não diminui o valor da crítica, que ele provoca. Se o mal de muitos, como diz o proverbio, consolo é, o mesmo não se dá com o erro de muitos, que não se transforma em verdade. Pelo contrário, é certo que as grandezas extensivas proporcionam-se com as inten-
sivas em uma razão directa; quanto maior é, pois, a extensão que toma o erro, tanto mais fatal é a intensidade da sua influência.

Não pretendo aqui entoar um hino de louvor à bella metade do genero humano. Posto que em assunto de poesia, em matéria de preitos devidos aos encantos femininos, ainda não tenha motivos para julgar-me uma especie de tenor eremito, contudo não me esqueço que nem sempre é tempo de cantar; e eu quero poupar a garganta. Não venho também aqui suscitar antigas disputas, por exemplo, a velha questão patristica, que ainda no século XVII occupou mais de uma cabeça pensante, a questão de saber se a mulher também era feita d’imagem e semelhança de Deus. Não preciso disto. Para desenvolver as minhas ponderações jurídicas, basta-me, como postulado, que a mulher seja feita d’imagem e semelhança da Venus de Canova. Não sou muito exigente.

Fazendo minhas as palavras de Papiniano, que infelizmente podem ser repetidas por qualquer jurista da actualidade, eu direi: «In multis juris nostri articulis deterior est conditio feminarum quam masculorum.» Ou seja por efeito de uma incapacidade do espírito moderno de reagir contra os prejúzios dos velhos tempos, ou por força de convicções assentadas a respeito da inferioridade feminina, para o que aliás não se descobrio até hoje uma razão superior à que foi dada por Ulpiano, isto é, quia major dignitas est in sexu virili, razão que não faz honra ao senso lógico do jurisconsulto romano, seja qual for o motivo, a verdade é que o nosso paiz,
hêm como todos os outros, quer cultos, quer semi-
cultos, ainda conservam quase no mesmo pé, em
que a deixou a civilização antiga, a desigualdade
civil e política da mulher em relação ao homem.

Não é aqui o lugar propriamente de levantar novos
destes contra esta anomalia, que se ha culmi-
nado no absurdo de negar-se a mulher até o direito
de instruir-se, e na qual, por conseguinte, a socie-
dade moderna, em sua maioria, está muito atrás da
igreja medieval. A igreja, pelo menos, procedeu
com alguma coherência. Não admittingo que a mu-
lier fosse além do círculo da família, attendeu tam-
ham que todas não podiam gozar dos benefícios do
casamento, e para obviar a um tal inconveniente,
instituíu o chamado noivado de Christo, creou a
clausura, como um refúgio e uma consolação. A so-
ciedade hodierna, porém, que por um lado zomba
dos conventos, e por outro lado insiste em restrin-
gir o papel feminino aos únicos mistérios da vida
familiar, pois que todas, ainda hoje, não recebem
do destino a graça de serem esposas, e além disso
se lhes contesta a capacidade de estudar, a sociedade
hodierna acha-se em frente de uma terrível questão.
Como resolvê-la? Provavelmente instituindo uma
nova especie de noivado mystico e fazendo do pro-
tíbulo o subrogado do convento. Não é assim?

A mulher que na opinião de todos os cavalhei-
ros de um baile, ou de todos os convidados de um
banquete, inclusive legisladores e juristas, pois esta
inclusão não vai de encontro ao princípio das in-
compatibilidades, a mulher, que na opinião de todos
estes, quando os sons de uma linda walsa convidam
da dançar, ou o sabor dos licores desafia a musa do
brinde, é a princesa dos salões e a estrela que mais
brilha nas grandes solemnidades, volta a ser no dia
seguinte, na opinião dos mesmos peritos, uma
criança permanente, que não pode ter completa
autonomia, que não deve ser abandonada a si mes-
ma!... Que quer dizer isto? Como se explica e jus-
tifica esta falta de coherência e sisudez?
A sociedade é um sujeito, para o qual há muito que se procura um atributo. Ela não é, nem será jamais o que Jesus queria que fosse: — a organização do amor. Ainda não é também, nem há de ser tão cedo o que Lorenz Stein e Hartmann pretendem que ela seja: — a organização do trabalho. Diante, porém, de semelhantes factos, creio ter descoberto o verdadeiro predicado: — a sociedade é simplesmente a organização da hypocrisia.

Mas deixemos isto. Repito que não é aqui o lugar próprio de protestar de novo contra a anomalia da desigualdade civil e política da mulher em relação ao homem. Aceitando-o como um facto, ainda que barbaro e merecedor de todas as incepções, limito-me a perguntar: se a mulher é naturalmente fraca, se ela tem, como diz o rífeo, compridos cabelos e curtas ideias, se ella se caracteriza por uma natureza leviandade e falta de criterio; por que razão todas estas considerações não se estendem até os domínios do direito criminal?

Se a fragilidade do sexo é invocada como argumento decisivo, quando se trata de justificar todos os actos de tyrannia que a lei permite o homem exercer sobre a mulher, qual o motivo porque essa mesma fragilidade não se faz valer, nem no que toca a imputabilidade, nem mesmo no que pertence à graduação penal? Não compreendo.

O legislador brasileiro não tinha o dever de se mostrar mais adiantado que os outros, em ser o primeiro a dar o exemplo de larguezas de vistas, atribuindo um valor jurídico especial ao sexo feminino. Mas esta observação não quer dizer que o julgue desculpável pela falta comum. A inconsequência e a injustiça permanecem as mesmas. Verdade é que o Código, em algumas de suas disposições, dá testemunho de uma certa galanteria, que o legislador quiz fazer ao bello sexo. Assim, por exemplo, conferiu-lhe o privilegio de não andar com calceta ao pé, art. 45, e outorgou-lhe até o direito de não ser enforcada em estado de gravidez, art. 43; sendo
apenas para lamentar que o legislador se tivesse esquecido de que, em tal hipótese, a execução sobrecarregava-se de uma extrema crueldade: — a de deixar um filho sem mãe e de matar uma mãe, que deixa um filho.

Porém estas concessões, quando mesmo eu as tomasse ao sério, não chegariam para preencher a lacuna que deploro.

O sexo feminino deve formar, por si só, uma circunstância ponderável na apreciação do crime. A mãe é criminosa presuppõe a consciência da lei; mas esta consciência nunca se encontra nas mulheres no mesmo grau em que se encontra nos homens. Já tem sido mesmo por vezes indicado como um traço característico da mulher o mostrar ella pouco interesse pelos negocios publicos; ao que acresce que, por sua educação, pela exclusão de toda e qualquer ingerencia na politica, ella tem sido pro-hibida de chegar a um determinado conhecimento do direito. Que admira, pois, perguntava Hippel, um fanatico emancipacionista alemao do começo do seculo, que admira, se em tais condições as mulhers seguem a lei, como as freiras cantam o psalterio, e se debaixo das mais severas prescripções do Estado ellas descobrem sempre uma folia do ridiculo, interpretando a seu modo aquillo em que aliás se exige cega obediencia? E bem antes delles, Schumann já tinha dito com um tal ou qual sarcasmo: "Conforme o rigoroso proverbio masculino — mulier tacet in ecclesia, — a mulher não deve de modo algum interessar-se pelos negocios da vida civil, e todavia as suas acções publicas devem ser julgadas segundo as leis civis!" (11) E' o desproposito multiplicado pela iniquidade.

Não dissimulo, nem preciso dissimular que a mulher, a despeito mesmo da sua inerte função honorifica de rainha de baile, ou de rainha consti-

(11) Ideen zu einer Criminalpsychologie — 1772 — pag. 97.
tucional à la Thiers, que reina somente, mas não
governa, também é sujeita a accessos de alacrima,
que transformam todas as suas graças em outras tan-
tas garras de ferocidade. Corruptio optimi pessimum.
Ha uma cousa peior do que ver o homem conver-
ter-se em fera, é ver o anjo converter-se em diabo.
O feio moral feminino é sempre mais desagradável
do que o feio moral masculino. Do mesmo modo
que a fealdade física da mulher, denotando um
certo desrespeito à regra natural da preponderan-
cia de combinações carbonicas, que produz a gor-
dura, a rigidez das carnes, e o arredondado das
formas femininas, nos causa impressão mais agra,
do que costuma causar-nos igual fenômeno ob-
servado no homem, assim também a fealdade da
alma. E até às vezes succede que a fereza masculi-
na, a expressão da sede de sangue, da ancia de
matar, chega mesmo a atingir, como nos leões, nos
tigres e panteras, uma especie de altura esthetica.
Não assim, pb. sm, na mulher, em quem esse pheno-
meno é sempre horrível e baixamente repugnante.
Tudo isto é verdade, mas tudo isto nada prova
contra a doutrina que professo. Nem eu reclamo
para o bello sexo o privilegio da impunidade. O que
me parece reprovavel, é que as leis não sejam do-
minadas de um pensamento homogeneo no modo
de julgar o desenvolvimento e a formação do carac-
ter feminino. Com effeito, é uma verdade trivi-
llissima que a mulher affecta-se mais facilmente do
que o seu cruel companheiro de peregrinação ter-
restre, que a gamma dos seus sentimentos, o te-
ciado das suas emoções, tem muitas olivias acima
do teclado comum das emoções do homem. Mas
sendo assim, por que principio este facto não é bem
ponderado na balança da justica? E o que eu qui-
zera ver esclarecido de um modo satisfactorio.
A estranheza que produz essa inconsequencia,
é tanto mais justa, quanto é certo que nas fontes do
direito romano encontra-se, neste sentido, alguma
cousa, de que podea orgulhar-se muito legislador
dos nossos tempos. Assim lê-se na L. 6 D. ad legem
Julium peculatus (48, 13). «Sacrilegii ponam de-
bebit Proconsul pro qualitate personæ, proque rei
condizione, et temporis et ætatis et sexus vel seve-
rius, vel clementius statuere.» Os imperadores
Arcadio e Honorio, pela const. 5 do Cod. ad legem
Juliam magistatis (9, 8) determinaram que os filhos
dos criminosos de alta traição nada recebessem da
herança paterna; para as filhas, porém, «se reser-
vasse uma parte: «mitior enim circa eas debet esse
sententia, quas pro infirmitate sexus minus ausuras
esse confideram.» Como se vê, os Cesares romanos
procederam com mais justiça; não trataram igual-
mente a seres desiguais. O que, porém, mais deve
admirar, é que até o tão desacreditado direito canô-
nico encerra ideias mais razoáveis a tal respeito.
Nelle se lê, a propósito do homicídio, entre outras
couças, o seguinte: «plenius nosti, quod in exces-
sibus singulorum non solum quantitas et qualitas
delicti, sed ætas, scientia, sexus, atque conditio de-
linquentibus sunt attendenda.» (12)

Oppor-se-me-ha talvez que o Código brasileiro
não se mostrou de tudo indifferentes a esta ordem
de considerações, pois que desprezou a tacea civil
de doze anos, marcada para a puberdade femi-
nina, e na fixação da menoridade irresponsável
comprehendeu indistintamente ambos os sexos.
Sempre foi um passo adiante, porém de nenhum
alcance. Não basta que a imputação da mulher
comece na mesma época, em que comece a do ho-
mem; é mister espaçar um pouco mais o seu ponto
de partida. Subscrico, neste sentido, a opinião de
Spangenberg, Besserer, e outros criminalistas nota-
veis. O célebre Carmignani chegou mesmo a exigir
que, em questões penais, o sexo feminino, por si
só, equivalcessem sempre à menoridade. (13) E o grande
sabio italiano não era um galanteador.

(12) Cap. 6. (Decretal V. 12) de homicídio.
Insisto no meu argumento: a medida legal da capacidade feminina deve ser uma só. O direito civil e o direito criminal não são, por assim dizer, duas faces do mesmo espelho, uma de aumentar, outra de diminuir, de modo que a mulher se veja, por esta, com cara de criança, por aquela, com cara de homem. Ainda estão vivas as bellas palavras de Olympia de Gourges, que eu me permiti inverter e repetir: em quanto a mulher não tiver, como o homem, o direito de subir à tribuna, ella não deve ter igualmente com elle, nas mesmas proporções que elle, o direito de subir ao cadafalso.

Nem pareça que estou querendo dar os primeiros lineamentos de uma codificação penal para a Ilha dos amores. Pode ser que o leitor me julgue um tanto romântico. As naturezas poéticas, que aliás não se caracterizam somente pelo talento de versificar, têm alguma cousa de semelhante aos meninos de ama: assim como estes fazem de todos os objectos objecto de comida, levando-os à boceca, da mesma forma ellas fazem de todos os assumptos assumpto de poesia, levando-os ao coração. Mas devo confessar, para prevenir qualquer engano a tal respeito, que não me entreguei ao presente tra-
balho, de lyra na mão, ou com a fronte cingida de hera. O terreno, em que piso, não exige que eu me descalce; não é o terreno sagrado dos sorrisos e aspirações ideais, porém o safáro e comun das realidades positivas.

E tão pouco se entenda que, fallando de uma só medida legal da capacidade feminina, eu reclame para a mulher aquillo que também não existe para o homem, isto é, que a idade da imputação criminal coincida com a maioria civil. Não é isso. Talvez que a logica, mais despreocupada e menos relativa que a justiça, possa chegar até ali; porém não vou com ella. Segundo a energica expressão de Georg Brandes, o ilustre dinamarquez, a quem já tive mais de uma vez a honra de citar em publico, se a logica penetrasse no fundo de todos os erros e prejuizos, de que se nutre a sociedade, faria o mesmo serviço, que pudera fazer um touro bravo, entrando em um armazem de vidros. Os carreteiros que se incumbissem de apanhar os cacos de cem mil verdades convencionaes. Não quero aplicar ao nosso codo to toda a extensão de semelhante medida.

Mas acho que é difficil contestar seriamente a justiça destas considerações. A teoria da imputação criminal assenta em dados psicológicos. Nós não temos ainda, no domínio científico, um conjunto de estudos e observações sobre o mundo interno feminino, ao qual se poderia dar o nome de gyneco-psicologia ou sciencia da alma da mulher em geral; e muito menos um outro sistema de igual natureza, posto que de ambito mais restricto, que tambem poderia ter o seu nome technico e designar-se como partheno-psicologia ou sciencia da alma das moças. Mas o pouco, muito pouco mesmo, que nos é dado conhecer das riquezas e maravilhas desse paiz encantado, inexplobrável, que se chama a vida espiritual, a subjectividade feminina, autori- sa-nos a induizir que ali as flores abrem cantando, as aves brilham como estrellas, e as estrellas dei-
xam-se colher como flores. O que no homem é pas-
sageiro e ocasional, o predomínio da paixão, na
mulher é permanente, constitue a sua propria es-
scencia. A roupa de festa das grandes emoções, dos
sentimentos elevados, ella não espera os momentos
solemnes e dramáticos para vestir-a; veste-a diaria-
mente. O homem, quando ama, ainda tem tempo
de trabalhar, ou de dar o seu passeio, ou de fumar
o seu cigarro; não assim, porém, a mulher, que,
nesse estado, não tem tempo de pensar em outra
causa senão no seu amor.

Já se vê que para individualidades psychicas
tão distintas, nem o grao de imputabilidade pode
ser o mesmo, nem a mesma pode ser a tarifa da
pena. A tal respeito existe até uma contradicção
chocante entre o homem como filho, ou como es-
posso, ou como pai, sem fallar do homem como
namorado, que não tem voto nesta materia, e o
homem como legislador.

Com efeito, é para admirar: se uma mulher no
intuito de salvar seu filho, que ella vê prestes a ser
devorado por um carnivoro, expõe-se loucamente
aos dentes da fera, ninguem ha que não renda preito
à heroicidade do amor materno, dessa paixão inde-
finível, que já pôde uma vez arrancar da boca de
uma ingleza, ao ler o conto bíblico do sacrifício de
Isach, estas palavras sublimes: Deus não era capaz
de dar tal ordem a uma mãe. — Se entretanto a
mesma mulher atira-se contra um homem, que ella
vê maltratar a seu filho, e furiosa chega a matar-o,
ja não se olha para uma heroína, porém para uma
criminosa!... Mas ainda: — se a moça que aban-
donando se ao seu querido, arrastada pela omnipo-
tência do amor, é vítima de uma infidelidade, de
repente enlonquece ou morre de paixão, todo o
mundo concorda que a infeliz sucumbe a força do
amor. Se, porém, ella tem a coragem de suicidar-se,
or de enbeber o punhal no peito do infiel, a atti-
tude do publico já é outra: no primeiro caso, dimi-
nue a compaixão; no segundo, desapparece a om-

Depois dos menores, o Código exlue da esphera da criminalidade os loucos de todo genero, salvo se tiverem lucidos intervallos, e nelles commeterem o crime. Como se vê, esta disposição envolve uma regra geral, modificada por uma exceção. A regra é justa e humana; a exceção, porém, é que não se impõe ao espírito com o mesmo grão de justiça e humanidade.

Mas a mesma expressão synthetica — loucos de todo genero, com quanto simples e clara, larga e fecunda em sua simplicidade, não é todavia bastante comprehensiva para abranger a totalidade não só dos que padecem de qualquer desarranjo no mecanismo da consciência, como também dos que deixaram de atingir, por algum vício organico, o desenvolvimento normal das funções, ditas espirituais, sendo uns e outros isemptos de imputação jurídica. Por mais que se estenda o conceito da loucura, por mais que se diminua e simplifique a sua comprehensão, a ponto mesmo de reduzil-o a uma quantidade negativa, à mera ausência do seu contrario, como fez Regnault, para quem la folie n'est que l'absence de la raison, — definição legítima-mente franceza, que aliás tem tanto valor e é tão
cheia de senso, como dizer, porventura, que a velhice não é mais do que a ausência da mocidade, ou que a razão não é mais do que a ausência da loucura; — em uma palavra, por maiores esforços que se faça para conferir ao Código a honra de ter dito pouco e subentendido muito, não é possível inscrever no círculo da disposição do § 2.º do art. 10 todos os casos de perturbação de espírito, ou de anomalia mental, todos os afectos, desvios e psicose que devem juridicamente excluir a responsabilidade criminal.

Aqui eu sei que se me ataça com dous argumentos, já um pouco idosos, de que se costuma lançar mão, para arredar ou pelo menos atenuar as censuras que o nosso legislador merece. Um é o fato da consideração do tempo, em que o Código foi feito, e outro se firma na especial da apophtegma, creado não sei por quem, segundo o qual a lei não deve nem pode ser casuística. Este segundo ponto, ainda que tenha por si a autorizada opinião de todos os que inconscientemente o enunciam, não deixa por isso de envolver um grosso erro. A verdade está justamente na asserção contrária. Para provar o, basta lembrar que o mais completo sistema de direito, que conhecemos, é também aquelle em que o caracter casuístico se mostra em mais alta escala. Refiro-me ao direito romano, que sem esse caracter, sem a riqueza dos detalhes e a variedade das hypoteses, não teria já mais levado tão longe o seu vigor e a sua influencia.

Quanto, porém, à consideração do tempo, isto é, quanto á parte que deve ser feita ao estado de cultura do paiz, que era bem pouco lisonheiro na época da confecção do Código, importa fazer uma observação.

Reconheço que a critica tambem tem o seu sistema de attenuantes; mas uma cousa é criticar uma lei, e outra cousa criticar uma obra scientifica ou litteraria. Aqui permite-se atender ás diversas circumstancias, inclusive o tempo e o ambiente
social, que podem tornar desculpaveis os erros e fraquezas dos escritores. Ali, porém, o negocio é diferente. Quando se trata de lei ou de direito, o criterio do seu valor não é o da verdade, mas o criterio da conformidade ou não conformidade ao fim que a lei se propoz. O direito é um regulador, não do pensamento, porém das acções; nê se lhe deve portanto aplicar a medida teorica do verda-deiro, mas a medida pratica do conveniente.

Esta distinção é de alguma importância. Dizer de um simples producto intellectual, na scienca ou nas letras, que elle é bom em relação ao seu tempo, tem um sentido razoavel, uma vez que por esse modo não só se exprime uma certa piedade para com o auctor, mas tambem se dá a entender que de então para cá houve progresso, sem que aliais a obra em questão opponha o minino embaraço à marcha das ideás. Em todo caso, a expressão envolve um elogio. Outro tanto, porém, não acontece no domínio do direito. Uma lei, que é boa para o seu tempo, é uma lei que já passou seu tempo, que não está mais em condições de satisfazer ás exigencias da sociedade, e que por conseguinte deve ser melhorada. Reflectida ou irreflectidamente expresso, esse juizo encerra sempre uma censura.

E' o que sucede com o nosso Codigo. Não estou muito de acordo que elle tenha sido bom para o tempo mesmo da sua promulgação; mas dado que assim fosse, isto não é uma razão peremptoria contra quem quer que hoje lhe note imperfeicoes e despropositos. Se é perdoavel a um escritor brazileiro de 1830, mesmo porque actualmente ninguem mais o lê, o acanhado das suas ideás, a estreiteza do seu horizon, outro tanto não pode dar-se com o legislador daquella época. Postergada e esque-cida a producção litteraria, não é muito que se pro-cure salvar do naufrago, ao menos o nome do auctor, desculpando a sua ignorancia. Mas como esquecer a lei, fechar os olhos a todos os seus defeitos, e at-tender somente para o meio social e o estado de
cultura dos homens, que a fizeram, se a lei é hoje tão viva, como nos primeiros dias da sua execução, se a desculpa fundada no tempo, em que ela foi feita, não nos livra dos maus resultados das suas lacunas? Limito-me a perguntar, e não me demoro em saber qual seja a resposta, pois que nenhuma pode ser dada, merecedora de atenção.

Eu disse que o Código, tornando irresponsáveis os loucos de todo genero, com quanto usasse de uma expressão concisamente larga, todavia não dava entrada à totalidade dos fenómenos, que é de supor quisesse incluir dentro dessa categoria. O conceito da loucura é realmente um conceito genérico, divisível em espécies, que são como fracções, de que elle é o denominador commum. Mas também, por sua vez, a loucura assume uma feição específica, em relação ao conceito superior da incapacidade psicológica de delinquir livremente, conceito, cujo valor excede a somma de todos os loucos e menores de quatorze annos.

E, hoje verdade assentada que as condições de um acto livre são varias e complicadas, bem como que podem facilmente aparecer perturbações dos mais altos processos espirituais, póa meio de factores organicos, internos e externos. O caracter e a altura individual do livre arbitrio são produtos da organização cerebral originaria e das influências exteriores, antagonicas ou synerigicas, que affectaram essa organização. A pesquisa do efeito produzido por tais influencias sobre a liberdade do individuo é um problema difficilíssimo, que pertence ao vasto domínio da anthropologia judiciaria.

As condições da possibilidade de obrar livremente podem pois ser alteradas ou extintas, além do que diz respeito à idade infantil, de que já tratamos, pelos seguintes factos: 1.º as paralisas do desenvolvimento e as degenerações, que aparecem no cerebro, antes de chegar a sua plenitude morfológica (idiotia, sandice com impulsos perversos, desvario moral innato); 2.º os estados morbidos, que
depós de atingido o desenvolvimento normal vêm alterar os processos psíquicos (perturbações do espírito, doenças mentais); 3.° os desarranjos passageiros da atividade psíquica, em virtude de uma ofensa, também passageira, das funções cerebrais (somnambulismo, delírios febris, intoxicação alcoólica, psicose transitorias).

Esta classificação, que me é fornecida por Krafft-Ebing, e que me parece aceitável, até onde chegam os dados da psiquiatria vigente, está bem longe, entretanto, de poder reduzir-se à ideia geral da loucura.
E' questão ainda indecisa, se os Códigos penais, quando tratam dos casos que excluem a criminalidade, na parte relativa às doenças mentais e perturbações do espírito, devem estabelecer um princípio geral que se estenda a todas as hipóteses ou antes mencionar e enumerar todas as psicose e estados anormais, que destroem a base da imputabilidade.

São diversas entre si as vistas dos escriptores. Klose foi um dos primeiros a opinar que, enquanto a terminologia científica das alienações permanecesse incerta e vacilante, a questão única proponível ao perito, ao médico forense, devia ser, — se o indivíduo acusado é capaz de imputação. (14) Mittermaier, porém, declarou-se contra a articulação de uma these ou princípio geral, exigindo nos Códigos uma designação das doenças, que suprimem, segundo o seu próprio modo de exprimir, a libertas judicis aut intellectus e a libertas consilii aut propositi. (15) Ao contrário, Toel é de parecer que o legislador assente a doutrina da imputação sobre o princípio da liberdade, e declare, em termos gerais, não serem responsáveis todos os indivíduos que perderam para sempre, ou que não tinham na

(14) Medicinische Zeitung — 1833 — Nr. 1.
(15) Disquisitio de alienationibus mentis quatenus ad jus criminale spectant. Heidelberg 1835.
época do acto questionado, a faculdade de deter-
minar-se livremente, sem entrar na especificação
das molestias que anulam essa faculdade. (16)
Grollmanns pretende que se empreguem expressões
genericas de formas morbidas, sob as quais possam
ser subsumidas, independente de quaisquer deta-
lhes, as formas particulares da enfermidade psy-
chica. (17) E como estes, muitos outros auctores,
cada um a seu modo, tem discutido e procurado
resolver a questão.
Mas não cesso ainda a controversia. Os aucto-
res citados pertencem a uma época, já um pouco
afastada, de pesquisa e fermentação ou, como diria
Stirling, de zymosis jurídica; e todavia, importa notar
os progressos inegáveis, de então para cá realizados
na cultura do direito, bem como nos estudos psy-
chiatricos, ainda não chegam para dar ao ponto
controvertido uma solução completa. Felizmente
a questão não é daquelas, que reclamam soluções
de tal natureza sob pena de perturbarem a marcha
da sciencia respectiva.
Não há duvida que, se todas as afeccções mor-
bidas, exclusivas da imputabilidade, tivessem uma
rubrica legal, havia mais garantias contra a injusta
condenmação de alienados, tidos em conta de espi-
ritos normaes, e não menos injusta absolvião de
verdadeiros facinorais, tomados por insensatos.
Mas isso será possível? Talvez que não; e esta im-
possibilidade, que se levanta em terreno commun
aos juristas e aos medicos, provém menos do lado
do direito do que do lado da medicina. A proposi-
cão pode causar uma certa estranheza, porém, não
deixa de ser veridica. Na falta de outras provas,
bastaria lembrar o seguinte facto: ainda hoje os
alienistas e psychiatras não estão de acordo sobre
o modo exacto de denominar as molestias mentaes,

(17) Neues Archiv des Criminalrechts — 9 Bd. pag. 207.
determinar o seu conceito e sujeitá-los a uma classificação. Cada autor apresenta a sua maneira de vê-r, que pode ser mais ou menos aceitável, mas não é definitiva. No emprego mesmo das palavras já domina a maior diversidade. Assim por exemplo, os francezes usam das expressões vesanie, déraison, absence de la raison, maladie de l'esprit, aliénation mentale, folie, — para designar o que nós ordinariamente expressimos por loucura, e os italianos por pazzia. Não menos rico é o vocabulário dos ingleses, para significar a mesma cousa: — mental derangement, mental alienation, mental disorder, insanity, lunacy, madness, craziness ou crazedness, frenzy, hallucination. E igualmente variada é entre os allemães a sinonímia da douscice: — Wahnsinn, Verrücktheit, Geistesverwirrung, Geisteszerstörung, Geisteskrankheit, Verfinsterung der Psyche, Narrenheit, Unsinnigkeit, Gemüthskrankheit, Irresein, Irrsinnigkeit, Seelestarung, Psychische Delefeze, etc., etc. A lingua latina mesma não é isempta desta abundância de palavras, que, todas postas ao serviço de uma só ideia, em vez de facilitar, antes dificultam a sua compreensão. Nela se encontram, graças aos philosophos, aos juristas e sobretudo aos medicos latinsantes, os termos — insanía, vesania, dementia, paranoia, ecphoria, desipienia, insipienza, etc. — como expressões genericas dos casos de amentalidade.

No meio, porém, de semelhante incertezas, a science tem feito bem pouco para esclarecer e delimitar o conceito, que há mister de ser delimitado e esclarecido. A exuberancia de termos, que fazem o cortejo de uma ideia, encerra alguma cousa de parecido com o guarda-roupa de um dandy. Assim como este, dentre seus vinte frac, tem sempre um que mais lhe assenta, ou dentre as suas cincoen- las gravatas, sempre uma, que melhor lhe fica, da mesma forma succede com o pensamento. A riqueza dos synonymos não o inibe de achar uma expres- são, que mais lhe convenha. Mas isto mesmo é o
que não se dá na questão, que nos ocupa. A ser sincera, a scienza deve confessar que ainda não chegou a indicar o termo mais appropriado ao conceito da alienação do espírito, e a formular uma definição, que se adapte a todo o definido. Já em 1818, apreciando este facto, dizia Nasse: «A tentativa de curar os loucos pode ser, à vista da sua audácia, comparada com a torre de Babel, até porque, em ambas as emprezas, dá-se completa confusão da língua.» (18) E porventura estaremos hoje fora do alcance de tão justa crítica? Tenho minhas dúvidas. O que há presentemente de superior a definição de Chiarugi, para quem a loucura era um delírio diurno com ofessa primitiva del’organo cerebrale e senza febre, ou à de Combe, que dizia: — mental derangement is a disordered state of the functions of the brain. — ou à de Metzger, que considerava a insensatez (Wahnstien) aquelle estado morbido do corpo, em que a alma humana não é capaz de aplicar suas forças a receber, guardar, construir e comparar os conceitos, e no qual se acha destruída a harmonia dessas mesmas forças? Respondam os entendidos.

Entretanto ninguém dirá que isto provenha de falta de cultivo da indebitamente chamada medicina legal. O número dos psiquiatras é legião, e os trabalhos respectivos constituem uma rica literatura, já impossível de apreciar em sua totalidade.

Um escritor hollandez dos nossos dias, F. Hartsen, disse que a psiquiatria, do mesmo modo que a chimica, na opinião de Wurtz, podia chamar-se uma scienza franceza, era criação do grande Pinel. (19) Não há mister de refutar aqui nem um nem outro disparate, que aliás é, não direi desculpavel, mas explicável pela natureza do publico a quem ambos os autores se dirigiam. Quem faz um

(18) Zeitschrift fur psychische Aerzte 1 Hoft. pag. 17.
(19) Principes de psychologie — Preface III.
livro, quer ter leitores, e em França corre perigo de passar desapercebido aquelle que não rende prêmio, por qual modo, ao chauvinismo nacional, ainda escrevendo as cousas mais belas deste mundo. Com Wurtz entenderam-se logo alguns escritores alemaes, inclusive E. von Hartmann, e puxaram-lhe magistralmente as orelhas. Quanto ao tal senhor Hartsen, não tenho competencia para tomar-lhe contas; porém, creio poder afirmar que se elle soubesse, bastava, quem foi Schaumann, se soubesse que, bem antes que a lingua franceza, ja não digo a lingua comum, mas a propria tecnologia medical, possuissse a palavra — psychiatrie, — ja existiam na Alemanha livros, jornaes e revistas de caracter expressamente psiquiatrico, nao teria tido a coragem de avancar aquella proposicion. No domínio de tais estudos, onde sem duvida a França tem representado um importante papel, pode ella hoje ao muito disputar com a Inglaterra o terceiro lugar, por que o primeiro pertence á Alemanha, e o segundo á Italia.

Como é facil, pois, de comprehender, os progressos da psiquiatria, cultivada por tantos espiritos superiores, principalmente na parte que desfiguramos por psychologia criminal, são incontestaveis.

Os autores modernos fizeram justiça a Valenzi com a sua classificação de mais de 100, e a Plouquet com a sua de mais de 170 especies e subespecies de doudice, desprezando, como inutil, todo um montão de velhas phrases sem sentido. O conceito mesmo da science, posto que livre de muito atavio superfluo, tornou-se comudo mais complexo, podera dizer, mais fecundo. Mas ja chegou-se a ponto de que o legislador possa receber do medico, em assunto de alienação mental, os dictames da justica e da verdade? E a questao, e ninguem, ao serio, hesitará em dar uma resposta negativa.

Nesta conjunctura, é evidente que os Codigos penaes devem limitar-se a uma determinação geral, e não entrar nas especificações da loucura. O nosso,
por este lado, ainda que não fosse o primeiro a proceder assim, andou muito bem, e é digno de louvor. Porém, infelizmente, o merito que, nesse ponto, se lhe deve reconhecer, desce quasi até zero, diante de uma outra consideração. E que elle não elevou-se a um principio supremo, a um principio tal, que abranja todos os casos possíveis de irresponsabilidade por desarranjo na economia psycisa. Os loucos de todo o genero, a soma de todos elles, é sempre inferior ao total dos que são irresponsaveis em consequencia desse desarranjo, e daí podem resultar, como de facto têm resultado, nã0 poucas injustiqas no exercicio da penalidade.

O legislador brasileiro, importa sempre lembrar, reguiou-se mais de uma vez pelas doutrinas do Code Penal, mostrando contudo uma certa vontade de corrigir-o e melhorar-o a seu modo. Foi, porém, pela mór parte, infeliz nestes melhoramemtos. Sem querer agora fazer-lhe carga da singularidade, pela qual, depois de abandonar a divisão tricromatica do Code em crimes, delictos e contravenções, o nosso legislador não ponde deixar de pagar tambem o seu tributo ao velho séctro das tricholomias, com a sua classificação de crimes publicos, particulares e policiais — classificação que, alias, quanto às duas primeiras partes, vem quasi reduzir-se a nada, em virtude da outra divisao dos crímes em ahiinçáveis e inaheinçáveis, — sem fazer carga disto, limit-o-me a dizer que a disposição do nosso Código, relativa aos loucos, é ainda uma prova da infelicidade alludida.

O Codigo franco, em seu art. 64, determina que não ha crime nem delicto, quando o accusado, était en démence au moment de l'action. A palavra démence não é certamente das mais bem escolhidas. A prova é que, ao passo que todos os commentadores, fazendo do legislador alguma causa de semelhante a um mão pintor animalista, sob cujos quadros se deve escrever, por exemplo: — isto é um cygne, para obviar o perigo de crer-se talvez que
é um gato; — ao passo que os commentadores, repetem, insistem em demonstrar que aquella expressão foi empregada de uma maneira geral, para indicar uma alienação de espírito de qualquer natureza que seja. — os alienistas franceses não estão de acordo em reconhecer a extensão que os juristas conferem aquela ideia. Assim um delles, e talvez o mais notavel, Esquirol, abalou a doutrina dos commentadores, estabelecendo uma nova concepção da demente, que segundo elle,... é um afeccion cérabra ordinariamente sans fièvre et chronique, caracterisée par l'affaiblissement de la sensibilité, de l'intelligence et de la volonté. Mas isto à parte, resta incontestavel que o Código francês ficou adiante do nosso, pela simples declaração — au moment de l'action, — que pode dar entrada a um grande numero de casos, alias impossíveis de compreender-se no circulo da loucura, como o nosso legislasor concebeu-a, ainda suscetible de intervalos lucidos, — o que envolve uma ideia falsa, ou pelo menos muito dubitavel.

Não quero por este modo entoar um hymno ao art. 64 do Code Pénal, à semelhança do que lhe consagrou o Dr. Pereira, ancien interne de Biétre et de la Salpêtrière, qualificando-o de uma disposition généreuse, dictée par un haut sens philosophique. (20) Concebo na especie coisa mais generosa e muito mais philosophica. Porém creio que o nosso Código não deveria afastar-se do seu modelo, senão para tomar um melhor caminho; e foi o que não se deu.

Mais bem avisado andou, levando-se mesmo em conta a diferença de tempo, o Código italiano, cujo art. 59 repete a idéia do Code Pénal, mas amplificando-a, nos seguintes termos — « Non est imputabile di reato colui che, nel momento in cui com-

mise il fatto, era in stato di follia o per qualunque causa non aveva la coscienza di delinquere; ovvero vi fu costretto da una forza alla quale non poté resistere. Vê-se que onde o modelo foi abandonado, é porque se lhe deu mais largas proporções.

Falei no Dr. Pereira, com quem não quizes formar um dueto de elogio ao art. 64 do Cód. Pen. Mas importa declarar que esse ilustre médico não pertencia à classe dos elogiastas insensatos, em cujo número se acha, por exemplo, um Sr. Lanfranc de Panthou, procureur de la république à Nantes, que não possa resistir à tentação de, ao menos de passagem, aqui apreciar. Este pequeno auctor de uns mínimos Études de législation comparée, obra escrita com todo o estro patriótico de um francês de lei, e a qual mandava a sinceridade que se juntasse como sub-título: — Pour la plus grande édification des chauvinistes, não se contentou com os louvores do costume, porém quis mostrar que, ainda comparado com o que possa hoje haver de melhor no genero, o art. 64 do Cód. é de uma superioridade incontestável. Naturalmente a comparação devia cahir sobre o Código penal da Alemanha. Convém intuir o leitor de que este Código encerra, no ponto em questão, para tornar bem comprehensível o desproposito do Sr. Lanfranc.

O art. 51 do Stafgesetzbuch do imperio germânico diz: (21) «Não existe crime, quando o agente, ao tempo do commetimento da acção, se achava em um estado de inconsciencia ou de maiorba desordem da actividade espiritual, que exclua o seu livre arbitrio.»

O ilustre procureur de la république, citando este artigo, que elle erradamente coloca sob o nu-

(21) Textual. — Eine strafohre Handlung ist nicht vorhanden, wenn der Thäther zur Zeit der Begehung der Handlung sich in einem Zustande von Bewusstlosigkeit oder Krankhafter Storung der Geis-
esthaftigkeit befand, durch welchen seine freie Willens bestimmten angeschlossen war.
merno 51, não aceita a opinião dos que o acham superior ao seu correspondente no Code Pénal e mais nos Códigos da Bélgica e de Genebra, dos quais o primeiro reproduz, no emprego da palavra — démence — o exemplo francês, e o segundo usa da expressão aliénation mentale. Essa opinião lhe parece um erro; quer provar-o e diz: — «Primeiramente, os termos de demência e de alienação mental correspondem a uma ideia bem definida e compreendem evidentemente todos os indivíduos que não têm consciência de seus actos. O estado que então se produz, recebe um nome jurídico; e eu não vejo a censura que a lei possa merecer por tê-lo empregado.» (22) Sim, senhor; isto é o que se chama ser bom patriota! O jesuítismo exige dos crentes il sacrificio dell’intelletto; o patriotismo francês exige causa mais grave, é o sacrifício do pejo. Nem posso compreender que este Sr. Lanfranc deixe de ser o primeiro a sentir o disparatado da sua lembrança. Mas não há remédio. Quando se trata da Alemanha, todo o bom francês é soldado, que deve servir à patria, e na falta de cartuchos, encher logo a patrona, até de asneiras. Elaahi uma delas.

Com efeito, todo o mundo está de acordo, inclusive francês mesmo, que a disposição do Código da Alemanha é muito mais ampla; que as expressões Bewusstlosigkeit e krankhafte Störung der Geisteshäftigkeit tem área maior que a démence franceza. Mas Lanfranc não esteve por isso. Dando como provado o que, quando muito, constitue a questão, isto é, que a palavra demência corresponda a uma ideia bem definida e compreenda todos os individuos que não têm consciência dos seus actos, elle conclue, sem mais forma de processo, que o art. 64 do Code é superior ao 51 do Strafgesetzbuch; isto simplesmente porque a França é a França e a

(22) Études de législation comparée — 1878, pag. 236.
Allemansha é a Allemansha. Pontu. Para que melhor razão, se esta é de tanto peso?

Mas Lanfranc tem muito espírito para não ver o que logo vem de encontro à sua asserção. Assim, e como quem previne o ataque, ele pergunta:

«Será verdade que as leis, de que nós falámos (franceza, belga e genebrense) tenham deixado fora de suas prescrições a este respeito uma quantidade de estados intelhetaes, mais ou menos accidentaes, como o somnambulismo, a embriaguez absoluta, a epilepsia, que não são alienação mental, mas que perturbam a tal ponto as facultades do homem, que elle cessa de poder incorrer,em qualquer responsabilidade?» A pergunta é séria, e eu agradeço a Lanfranc ter-me poupado o trabalho de levantar a questão. Mas como responde elle? A resposta — sim — essa é digna de riso. Dificilmente crê-se que uma cabeça normal possa contentar-se com semelhante gui. Ele diz: «Não é verdade (que as leis referidas tenham despercebido os estados analógos indicados), porque essas leis tiveram o cuidado de assimilar à alienação mental os casos, em que o agente é constrangido por uma força, à que elle não pode resistir. Ora, é preciso não desconhecer o alcance destas expressões, que correspondem perfeitamente, segundo a nossa opinião, a ideia desenvolvida no fim do texto allemão citado.»

Segundo a sua opinião, — vá que seja. Mas isto não salva do erro. O alcance que o grande procu- drer de la république pede que não se desconheça, é justamente o que todos desconhecem, salvo convenção em contrario. Na ideia de inconsciência ou de morbida perturbação da actividade espiritual entram necessariamente as ideas menos extensas de somnambulismo, epilepsia, etc. Mas no conceito da força, a que o agente não pode resistir, ninguém dirá sériamente que elas entrem com o mesmo grau de justiça e evidencia. Que o somnambulo não tem consciência dos seus actos, durante o acesso do mal, que o somnambulo é um doente, e de uma
doença que perturba as faculdades do espírito, ne-
nhuma duvida. Que elle, porém, praticando um
crime, ceda ao impulso de uma força irresistível,
ê o que não se diz, nem se concebe, sem alterar o
valor das idéas. No sonambulismo é que ha de irre-
sistível ê o facto mesmo do sonnambulismo.
Por mais que elle se esforce em contrario, não
pode resistir ao accometimento da neurose ou
psychose, ou como melhor nome tenha em medicina,
isto ê, não pode deixar de sonnambular. Imagine-
mos uma sonambula, a figura de Amina, por
exemplo, na bella opera de Bellini, uma linda moça
honesta e recatada, que no rigor do seu recato pre-
ferisse morrer a que lhe vissem entrar sosinha, e a
deshoras, no aposento de um homem. Até onde
chega, não obstante todas as precauções, o facto
repetido dela erguer-se dormindo a uma certa hora
da noite, tomar a roupa, abrir a porta da alcova,
travar de uma vela, acentdê a e seguir o caminho
da sua morbida peregrinação, até ahí conduzido de
barato que se falle de uma força, a que ella não
pode resistir. Mas se nessa ocasião acontece que
vá parar na camara de um homem, no aposento de
um hospede, isto ê, que pratique um acto, contra
o qual, ao estado de saúde, ella insurgir se-hia com
toda a sinceridade de um coração inocente, apli-
car a este caso a ideá da força irresistível é uma
cousa que não tem senso. Elevado um facto de tal
natureza á cathegoria de um crime, — o que escusa
a bella sonambula, é o seu estado de inconscien-
cia ou alteração morbosa da sua actividade espi-
ritual. A allegação de força irresistível só pode vir
como um pis aller, na falta de uma disposição mais
clara e determinada.
Já se vê que o argumento de Lanfranc deixou
o Code indefeso. Mas elle ainda affirma que tanto
o art. 61 do Codigo frances é superior ao seu paral-
lelo do Codigo alheino, que este teve necessidade
de estabelecer um outro artigo (o art. 52) relativo
aos que commettem crime, violentados physica ou
moralmente! Só um Lanfranc é capaz de semelhante disparate. O mérito do Código alemão está mesmo em ter separado, como factos mui distintos, os casos de falta de libertas judicis, como diria Mittermaier, dos de falta de libertas consilii, em ter edictado para aquelles uma disposição tão larga, que compreende regularmente somnambulos, ebrios, epilepticos, etc., postos em conflicto com as leis penaes, sem precisar lançar mão do expediente da força irresistível. Entretanto, o Sr. de Panthou entende ser preferível o artigo do Code, onde tudo se acha confundido, e aquillo que não couber no circulo da démence, que é limitado, encaixa-se a todo custo no circulo da force à laquelle il n'a pu résister, que é mais limitado ainda! Estes criticos franceses!...

Mas importa confessar: Se no ponto que nos occupa, o Code Pénal é visivelmente inferior ao Código alemão, não ha duvida que o nosso é, por sua vez, inferior ao Code Pénal.
VIII

Entre os dois extremos: ou enumerar todas as molestias mentaes, que tornam o doente criminalmente irresponsavel, ou estabelecer um principio geral, que comprehenda a totalidade delhas, a escolla não deve ser duvidosa, ao menos no estado actual da scienza psiquiatrica; o ultimo é preferivel. O nosso Codigo, ja eu o disse, posto que seguindo alheios vestigios, andou bem neste ponto. Mas o seu principio não tem a extensão desejada; e a não ser que se pretenda, à força de martello, fazer entrar pelos póros do § 2.º do art. 10 uma porção de casos, que elle não comporta, ou recorrer a um expediente igual ao de Lanfranc, para embutil-os no § 3.º, — é justo reconhecer que o Codigo é defeituoso e precisa de uma reforma.

Importa, porém, não confundir esta minha opiniao com a que, porventura, visasse colocar o legislador criminal na contingencia de estar sempre à escuta dos oraculos da medicina, nas questões de imputabilidade, para ir, de accórdio com elles, alterando as disposições legaes. E ha medicos, com effeito, que não se acham á muita distancia de uma tal pretencão. Mas eu estou bem longe de dar-lhes razão e jurar em tudo pelas suas palavras.

As relações da medicina com a scienza do direito já tem sido por vezes objecto de disputa. Kant mesmo não deignou-se de estudar o assumpto, e bem que a sua opiniao não seja totalmente aceitavel, nem por isso é menos merecedora de menção.
exposé les actes extérieurs, par lesquels le public juge qu'un homme est tombé dans un état d'aliéna-
tion; ces actes, on peut les simuler, et les médecins
même peuvent y être trompés, à plus forte raison
les avocats, quoique quelques-uns d'entre eux, des
moins modestes sans doute, prétendent que leur
savoir suffit pour resoudre de semblables questions.

Entretanto, a verdade histórica é que a medi-
cina não foi desalojada do seu terreno, e como
quer que se opine a respeito, ninguém hoje mais se
lembra de contestar aos médicos a exclusiva juris-
dicção científica em matéria de alienação mental.

Infelizmente, porém, as leis penais, bem como
as civis, ainda não estão, em geral, em completo
acórdão com este modo de ver. O nosso Código,
entre outros, parece que não respira muita consi-
deração para com os médicos, na esfera das diag-
noses mentaes. Talvez ainda por influência da legis-
lação francesa, que no Code Napoléon, arts. 492, 496
e mais alguns, encarrega os juízes de decidir sobre
o estado dos mentecaptos; porém o certo é que o
nosso legislador não se mostrou muito acima do
ponto de vista velho, que julgava a apreciação dos
fenômenos da loucura objecto de simples bom
senso. De outro modo não se compreende a con-
cepção do art. 12, em virtude do qual... «os loucos
que tiverem cometido crimes, serão recolhidos
às casas para elhes destinadas, ou entregues às suas
famílias, conforme ao juiz parecer mais conveniente»,
e não, como devia ser, conforme os médicos decidi-
rem. De maneira que, se porem exemplo, o caso
talvez não seja mera hypothese, depois de um exa-
me medical, o resultado da perícia for que o exami-
nado é um Agnoletti, ou um Verzoni, apparentemente
placido, porém trazendo no intimo a mais feroz das
loucuras, o gosto de estranhar mulheres, podendo
dizer, como o celebre louco italiano: — il piacere
che provavo nello stringere il collo delle donne era
più intenso che non provi ora collia masturbazione,
(25) se este fôr o resultado da perícia, e os médicos entenderem que o terrível epileptico deve ir para o hospital, com todo o cuidado e segurança, mas o juiz, em sua alta ignorância, entender o contrário, já vai a fera entregue à sua família, correndo-se o risco de vê-lo, no dia seguinte, atirar-se sobre a primeira mulher, que lhe passe pela porta. "Conforme ao juiz parecer mais conveniente" diz o Código; porém o juiz pode ser Pierrot ou Arlequim; logo é... "Conforme parecer mais conveniente à Arlequim ou a Pierrot."

E um ponto este bem digno de atenção. Por minha parte, não duvidaria, em relação ao Brasil, exprimir o mesmo voto que há cinquenta anos fizera B. Serres, a respeito do seu país, julgando necessário... "qu'il y ait en France comme dans le nord de l'Europe des médecins chargés d'une manière spéciale de faire seuls des rapports, sur lesquels la justice doit baser ses décisions." Nem há nada de mais simples: — assim como temos médicos do exercito, médicos da armada, médicos da polícia, poderíamos também ter médicos da justiça: mas estes unidos entre si pelo princípio da collegialidade, e formando uma magistratura, que os romanos, à semelhança do collegium pretorium e do collegium quastorum, teriam designado por collegium medico- rum. Um grupo de sabios oficialmente encarregados de julgar das questões da sua scienza, levantadas no terreno do direito, cujos veredicta, porém, seriam outras tantas sentenças, apenas com apello para um corpo superior da mesma natureza, as Faculdades de medicina, por exemplo.

A ideia pode ser irrealisavel; mas não dir-se-ia que seja producto de um preconceito de classe; ela não se filia em nenhum dos idolos baconianos.

(26) E ninguém contestará que a sua realização trouxera grandes proveitos.

(25) Lombroso — Verzem e Agnoletti, pag. 12.
(26) Para evitar escrúpulos cacofonicos, é bom pronunciar: — becianos.
IX

A minha opinião está assentada: — aos médicos, e só aos médicos, é que compete apreciar definitivamente o estado normal ou anormal da constituição psycho-physica dos criminosos. Elles não devem limitar-se a atestar esse estado, mas antes devem julgar-lo magistralmente e auctoritariamente. Isto, porém, não quer dizer que eu subscreva, como razoáveis, todas as suas doutrinas em matéria de psicologia criminal. Nellas existe uma grande parte de exageração, que é preciso combater e arredar.

Não há muito veio-me às mãos a celebre obra — L’Uomo delinquente, — do grande psiquiatra e professor italiano Cesare Lombroso. É uma obra que pertence ao pequeno numero dos livros revolucionários, aos quais todo o leitor consciente pôde aplicar as palavras de Ezequiel, falando daquelle volume que Deus lhe deu para devorar: — Et comedi illud; et factum est in ore meo sicul mel dulce. Eu também a devorei. A celebidade do livro e o renome do seu autor, unidos à circunstancia de ocupar-me de assumto que tem pontos de contacto com as doutrinas ali expendidas, tornam explicavel a avidez, com que tratêo de apoderar-me das ideias de Lombroso. Mas bem quizer que a impressão de doçura, produzida pela sciencia do profundo observador, não tivesse sido perturbada por um pouco de amargo, que deixaram-me os exageros do especialista infatigavel.
Com efeito, qualquer que seja a admiração que se sinta diante dos tesouros de saber acumulados na obra mencionada, não se pode reprimir uma pequena censura, que essa mesma riqueza de ciência ocasiona e provoca. Não sou suspeito neste meu juízo. O livro de Lombroso, seja-me lícito dizer-lo, é italiamente escrito e germanicamente pensado. (27)

Por minha parte já se ve, que nisto vai um grande merecimento. Mas também, por outro lado, importa reconhecer que o auctor alargou de mais as suas vistas e é excessivo nas suas apreciações. Tudo tem seus limites. O conhecimento exacto do criminoso não se compõe somente de dados psicológicos, fornecidos pela observação interna, directa ou indirecta; mas é igualmente certo que não se compõe só de dados cranionmétricos, dynamionmétricos, ophalnoscópicos e todos os mais epítetos sesquipedádeas, de que só se usar a tecnologia medical.

Ninguém, mais do que eu, está sempre disposto a reformar, a abandonar mesmo, como imprestáveis, as opiniões mais queridas, quando reça sobre elas qualquer suspeita de erro. Porém quero ver razões que me convençam. Não sou tão exigente, como David Hume, que aconselhava, como já disse, se mettesse no fogo todo o qualquer livro que não tratasse de factos observados ou de números, porque, fóra disto, só podia encarar, no seu parecer, — sofistica e rabulice. Ainda creio na lógica, operando sobre dados empiricos e podendo fazê-los decuplamente render. Mas não admito de bom grado que, em nome desta ou daquela ciência,

(27) O ilustre professor, além de mostrar-se multíssimo familiarizado com a ciência germanica, é um daquelles para quem a lingua alemã é, como era para Littré, un objet d’étude et de joissrance; e tem mesmo escrito e publicado obras em alemão, isto na Itália, que possui uma lingua culta e homens de reputação universal, que sabem manejá-la, não era para causar estranheza... Pois não causa. Os italianos achem muito natural o alemánismo de Lombroso. São menos exigentes do que nós...
levantem-se hipóteses, se não de todo gratuitas, ao
menos, actualmente, impossíveis de verificar, e, 
como tais, incapazes de nutrir um espírito pouco 
afeito a se deixar iludir por frases retumbantes.
O Homem delinquente de Lombroso, — apresso-
me em declarar-lo, não está de perfeito acordo com 
a ideia sustentada pelos pathologistos do crime. Para 
ele o delicto e a loucura são fenómenos seme-
lhantes, porém não são idênticos. Como a doença, 
o delicto tem a sua ethiologia, ten mesmo a sua the-
rapia, mas não é uma doença. Da mesma forma que 
as afecções morbosas propriamente ditas se expli-
cam, às mais das vezes, pela lei biollogica da her-
citariedade, assim também os crimes são para elle 
quasi sempre rebentos de atavismo, sem que, com-
tudo, uma cousa se confunda com a outra. Por este 
lado, não há dúvida que o nosso autor está muito 
acima da maioria dos que têm tratado de tal mate-
ría, inclusive o disparatado Maudsley, a quem Lom-
broso poderá chamar com mais razão do que Tyn-
dall chamou a Buchner — one of the weaker brethren.
Mas isto é quasi tudo que se lhe pôde dar para 
louvor. Na scienza do grande italiano, como ella 
se manifesta no livro que temos presente, há um 
poquito de arte, podéra dizer, de artificio, que até 
ão é feito para impressionar agradavelmente.
Concido com F. A. Lange que... « a arte é li-
vre, até mesmo no domínio dos conceitos » mas, se, 
como pensa o illustre historiador do materialismo, 
deve hom deixar em paz os philosophos, na presup-
posição de que elles nos edificam, em vez de incom-
modar-nos com querelas dogmaticas, a paz que se 
deve aos sabios ainda que sejam da robustez de um 
Lombroso, não é menos condicional, não está me-
nos subordinada ao presupposto de não nos darem 
eles a trazer hipóteses e conjecturas, que nada 
resolvem, que nada esclarecem.
E não convém que o leitor forte talvez em du-
vida sobre um ponto que julgue capital. Não faço 
mysterio da minha fé philosophica: — eu sou ma-
terialista, no bom sentido da palavra. Não me ins
surjo nem mesmo contra a tentativa de fazer-se da
chamada scienza da alma um compartimento da me
teatrologia. « O homem é o que ele come » — disse
o auctor de Kraft und Stoff —; e não hesito em glo
sar: — o homem é todo feito à imagem e semelhança,
ão de Deus, porém da natureza, isto é, do céu que
ele contempla, do ar que respira, da terra em que
pisa, do leito em que dorme, e até das flores que
colhe, se não até dos lábios que beija. Isto não é
poesia, como de tal costuma-se acoiormar tudo aquilo
que não sabe ao pão quotidiano das ideias e palavras
corriqueiras; — isto não é poesia, é pura realidade.

O grão de embriaguez produzida por um pri
meiro beijo pôde ser capaz de transformar a vocação
de um homem e decidir da sua sorte ulterior. Se um
dia não fossem os encantos da bella filha dos Lagi
des, aquella mulher perigosa, que sabia todos os
segredos da sedução, e que na idade de 14 anhos
ja namorava com o filho de Pompeu, — não ter-se
hia dado em Tarsus a derrota do imparator, e com
ella completa mudança, como já disse anterior
mente, na feição do mundo romano. Sem a belleza,
por exemplo, de Eugenia de Gusman, sem aquelas,
como refere un escriptor do tempo,... ses jambes
et ses cuisses dessinées dans un pantalon gris col
lant, qui modélait et mettait en relief leurs formes
délicieuses,— com que ella appareceu em uma ca
çada a Napoleão III, talvez que hoje a face da Eu
ropa fosse outra. Seja porém como for, o certo é
que a alma humana, quer individual, quer social
mente considerada, é o produto de mil circuns
stancias. de mil factores diferentes, em cujo nú
meco entra a propia atmosphera com a sua quota
de calor e electricidade.

Mas estas concesções, aliás tão largas, não dão
para que eu admita como verdades evidentes todas
as visas teoreticas de Lombraso. O livro se dis
tingue por um luxo de detalhes, que vai além de
toda medida, e que não raro, em vez de esclarecer,
obscurece as questões. Assim como existe, perante a lógica, um argumento vicioso, que consiste em provar de mais... ...bem existe, perante a ciência, alguma causa de análogo e igualmente condenável; é esse processo que se dedica em observar de mais, em acumular observações, aparentemente profícuas, mas no fundo estereis, incapazes de generalização, irreductíveis a uma lei. Em última análise, admira-se o talento, a perspicácia, a paciência do autor, mas o proveito que se auferre, não compensa o trabalho da fatigante leitura de um livro de 465 páginas de texto, com mais de 300 de apêndices, tabellas e perícias.

Além disto, importa reconhecer que a ideia capital de Lombroso não é de todo isenta de um certo sabor de paradoxia. Reduzindo o crime às proporções de um facto natural, incorrigível, inevitável, tão natural e incorrigível como a doença, ele parece julgar inútil a função da justiça pública. É uma das mais vivas provas desta inutilidade é o fenômeno constante da reincidência.

Não acho razoável semelhante opinião. A reincidência no crime é realmente um facto desesperador para o jurista de velho estilo, para o jurista teólogo, que por ventura ainda crê nos efeitos salutares e purificadores da pena, mas não prova causa alguma contra o direito penal organizado, como uma necessidade da vida social.

A reincidência não pertence exclusivamente ao domínio da criminalidade; é uma das formas da pertinência no vício, no erro em geral, que é característica da natureza humana. Que raros, que raras são os homens, que possam gabar-se de terem cometido este ou aquelle erro, praticado este ou aquelle vício, uma só vez na vida, é uma verdade de vulgar alcance. Os chamados ensinos da experiência, da qual já se disse que tem uma escola, onde as lições custam caro, são uma espécie de repetitions écrites, que foram expostas aos
nossos avós, e hão de sê-lo aos nossos netos, com
o mesmo grão de inepticea.

Se pois os recidivos no crime só servem para
dar testemunho da inutilidade das leis penais, os
recedivos no vício atestam igualmente a insufici-
ciência da lei moral, donde quer que ella provenha,
e não deixam de arrastar as mesmas consequencias
praticas, que Lombroso pôs somente á conta dos
primeiros.

Nem se diga que a analogia desaparece diante
da consideração da pena, cuja imposição é mais
real n'um caso do que no outro. Completo engano.
Os individuos que por actos de imprudencia con-
quistam molestias, não desconhecem que elles são
a causa do seu proprio mal, e todavia continuam á
marchar pelo caminho uma vez trilhado. O ladrão,
por exemplo, que depois de tres ou quatro con-
denações, ainda vai commetter um furto, é de
certo um phenomeno inexplicavel; mas, sê-lo ha
menos o moço libidinoso, que á despeito de todos
os seus achaques syphiliticos, successiva e cumu-
lativamente adquiridos, ainda cusa transpor a porta
do luponar?

O homicida recidivo e incorrigivel, que falla
com orgulho dos seus dez ou doze assassinatos,
è a desesperação do penalista; mas também não
vemos todos os dias mais de um homem ajuizado
mencionar, com certo ar de triunfo, as suas vinte
blenorrrheas, ou os seus trinta canecos venéreos,
que lhe estragaram a saúde, que o envelheceram
precocemente, sem mostrar-se alias arrependido.
Nem corrigido pela experiencia? Prova isto entre-
tanto alguma cousa contra a moral e a hygiene?
Certamente nada. Tão pouco pode a reincidencia
dos criminosos servir de prova contra os sistemas
de penalidade juridica.

Lombroso propõe a substituição da cadeia pelo
maniocomio criminal. Deu de barato. Porém os
seus principios, os seus dados positivos, destendidos
pela logica, levam á consequencia de ser talvez
preciso meter-se no hospital a humanidade inteira, se não é que o ilustre autor nos tenha proposto somente uma questão de palavras, e entre cadeia e hospital de criminosos não se estabelecer distinção notável. Mas isto está em desacordo com as suas pretensões de fundador de uma nova escola, que de dia em dia, segundo ele crê, aumenta de discípulos e sectários, posto que tal crença possa entrar na classe das ilusões comuns á todos os reformadores: — com meia dúzia de proselitóis já se dão por chefe de uma eclesiá, que vai tornar-se unica e universal.

Nada melhor do que o livro de Lombroso me faz compreender uma justa observação de Moritz Lazarus em sua Volkerpsychologie. Apreciando o fenómeno da inverão reciproca de domínios intelectuais limitrophes, elle explica pela mesma lei o facto estranho de individuos investidos de uma profissão determinanda empreenderem excursões insensatas em alheias e superiores esferas, — excursões cujos resultados se dão á conhecer como planos grandiosos de melhoramento, messianically anunciados. E’ assim que vê-se médicos quererem de repente reformar a philosophia, juristas endireitar a igreja, e todo mundo emifi melhorar a todo mundo. A frequencia de tais phenomenos o Philosopher considera caracteristica para o espírito de uma epocha (28).

A obra do sabio italiano ressente-se deste defeito. Nella se nota que o psiquiatra quer des-thronar o jurista, a psiquiatria quer tornar dispensavel o direito penal. O autor, — é certo, — não o declara expressamente; mas isto lê-se entre as linhas. Nem se concebe que L’uomo delinquente visasse outro fim, se não modificar completamente as ideias tradicionaes sobre o crime e o criminoso, derogar de toda a intuição corrente do instituto da

(28) Volkerpsychologie — III — pag. 66 e 67 (nota).
pena. No caso contrário, a obra seria até destituída de senso.

Entretanto, e à despeito de serios esforços, o autor não atingiu o seu alvo. Na especie de dousasas que abrio contra todos os sistemas de pratica penal, chamando á depur um grande numero de testemunhas competentes e incompetentes, Lombroso acaba por ter razão somente contra os criminaлистas metaphysicos, que ainda fallam e creem na imputabilidade absoluta. Por exemplo, contra Carrara e outros dogmáticos, seus argumentos são peremptorios (29). Mas estes partidarios da imputabilidade absoluta ja estão fora de questão; a luta das opiniões só é possivel dentro dos limites da imputabilidade relativa, e ai, somente ai, a causa toma um outro aspecto. Se é certo que o delicto, como facto natural, está sujeito a outras leis que não as leis da liberidade, isto não quer dizer que o direito deve deixar de interpor-se como meio de corrigir a natureza. O que ha de mais natural e como que fatalmente determinado do que o curso dos rios? E todavia pode-se desviar-o. Tambem o direito, maxime o direito penal, é uma arte de mudar o rumo das ondeis e o curso dos caracteres, que a educaçao não podes amoldar; não no sentido da velha teoria da emenda, no intuito de fazer penitentes e preparar almas para o ceu, mas no

(29) Aproveito esta occasião para exprimir francamente a meu juizo á respeito do celebre discipulo do Carmignani, autor do Programa del curso de direito criminal. Não perteneco ao grupo dos seus admiradores, parte dos quais, ao certo, nunca se deu ao trabalho de reflectir sobre suas doutrinas. Um espírito que tem a coragem de consagrar os seus primeiros volumes da sua obra exclusivamente ao que ha de menos contestavel e menos fecundo em direito criminal, isto é, a teoria do crime, um tal espírito apareceu fora de tempo, devia ter surgido em epoca de poder ser frade e escrever uma Summa totius theologae. E uma esplendida abundancia, que já dificilmente se tolera nos dias modernos, em que até a telegraphia, como pensa August Lehmann, nos ordena e ensina á ser concisos. Os moços academicos não se iludam: — Carrara é um penalista metaphysico de poder especlal.
sentido da moderna seleção darwinica, no sentido de adaptar o homem à sociedade, de reformar o homem pelo homem mesmo, que a final é o alvo de toda política humana.

Eu vejo na ciência do crime alguma cura de atinente ao ramo das ciências inductivas, que Haeckel designa pelo nome de dysteleologia; ela será no futuro uma das formas da dysteleologia social. Mas esta filiação no grupo das ciências naturais não tirará ao direito penal a sua posição autônoma, não apagará jamais o carácter jurídico da pena.

Não cabe aqui uma crítica detalhada da obra de Lombroso, cuja menção, incidentemente feita, serviu-me apenas para atestar o hiperbolismo científico dos médicos, quando invadem alheios domínios. Nem eu teria competência para exercer uma tal crítica. Entretanto, não posso fugir ao desejo de acenvar ainda um ponto interessante, que por si só deixa o leitor inteirado do espírito de todo o livro. É o que bem se poderia chamar a parte graphologica do crime, é o capítulo relativo ao modo de escrever dos criminosos.

Sem contestar o fundo de verdade que há nas apreciações do sabio italiano, não é possível, contudo, acceder a todos os seus propostos. O mão caracter da letra de um Cartouche ou de um Vidocq pôde servir para juntar-se, como complemento, às muitas outras provas do mão caracter do homem; mas considerado em si mesmo, isolado de outros factos, como indicio de qualquer qualidade psychica é muito dificil e car que signifi que alguma cousa, digna de attenção. E Lombroso mesmo não quer dissimular esta dificuldade. Infelizmente, porém, as suas observações em contrario não são de natureza a desfazer os nossos escrúpulos.

Por minha parte, entretanto, devo confessar que não sou dos mais escrupulosos. Acredito que na linguagem, fallada ou escrita, sobretudo na linguagem fallada, no bom ou no mão accentu, existe
alguma cousa de peculiar às individualidades. Nem
estou longe de opinar com Bernhard Schmitz que
defeitos de pronúncia podem tornar-se defeitos de
caracter (30). Um homem, por exemplo, que tem a
bocca cheia de língua, parece-me inadmissível que
tenha uma cabeça cheia de ideias, e no que toca em
particular ao sexo animal, sempre causam-me uma
certa desconfiança o rothacismo feminino.

Não é de todo sem razão que Balzac, em um
dos seus romances, descrevendo a bella Montsau.
che ga a dizer que o modo da expressão — í —
lembrava o canto das aves; que ela coçichava o
— oh — como uma caricia, e... la maniere dont ele
attaquait les — í — accusait le despotsisme du cœur.
Em tudo isto pôde haver exagero de romantista,
mas também em tudo isto há uma boa dose de justa
observação. De todos os caminhos que nos condu-
zem a sondar o intimo de uma alma feminina, por
mais paradoxal que a cousa pareça, a prosodia é
talvez o mais seguro.

E não menos que a maneira de falar tem, no
bello sexo, um valor psicológico a maneira de es-
crevor. Se, como ainda hoje se repete, o estilo é o
homem, com igualdade de razão se pôde afirmar
que a calligraphia é a mulher. Invertendo o celebre
dito de um antigo grego, é a elle que bem se pôde
dizer: — escreva para que eu te veja. Quem livesse a
felicidade de reunir autógrafos femininos em nú-
mero crescido, como Lombroso reunio 407 de crí-
minos diversos, — principalmente autógrafos
pertencentes á literatura erotic-epistolar, estaria
no caso de confirmar a minha asserção. A mulher
a quem falta o senso artístico para o bello traçado
de uma letra, é dubitavel que o revele em outra
qualquer cousa, e com a falta de senso artístico,
ome o sentido elevado da palavra, emparelha-se quasi

(30) Encyclopädie des philologischen Studiums. Dritter Theil,
pag. 14.
sempre a falta de senso moral. Pelo contrário, a mulher que bem calligrapha, pratica só por isso, vis-à-vis do homem, um acto de independência e sobrecerteria, que dá do seu espírito vantajoso testemunho.

Eis ahí o que me parece poder se conceder; mas deste ponto, que aliás ainda é conjetural, a qualquer indução científica da índole dos indivíduos por esta ou aquella imperfeição da sua escrita, vai uma distância immensa.

Deixemos, porém, semelhante assunto e voltemos ao principal.
O Codico trata, em terceiro lugar, dos que commetem crimes, *violentados por força ou por medo irresistíveis*, e que, como taes, tambem não são criminosos. E' a sanção legal de um principio geralmente aceito e reconhecido. A idéia de uma força, ou de um medo irresistíveis, isto é, de um medo ou de uma força, que sobrepussem a vontade, exclui a idéia de accção voluntaria e intencionalmente praticada; exclui, portanto, a mesma idéia do crime. Isto é, quasi uma tolice, por excesso de verdade. Mas isto não é tudo.

A nossa lei penal não estabeleceu distincção, ao menos de um modo claro, entre a coacção física e a coacção psychica. Esta falta que se nota no artigo 4 do Código, quando falta dos que constrangem alguém a commetter crimes, eu já disse alguns que não me parecia de alta monta, concordando até em da-la como suprida pela disposição do § 3.º do artigo 10, posto que me inclinasse a crer que ahi mesmo o Código teve mais em mira o constrangimento psychico, pela summa raridade da coacção mecanica. (31) Permaneço na mesma opinião. O § 3.º do art 10 é atinente à questão da *vis absoluta*, à questão da violencia, *maximé*, porém, da violencia moral. O medo é realmente um estado psychologico, em que muitas vezes se pôde commetter acções

(31) *Estudos Allemães*, pag. 199; Recife, 1882.
de caráter criminoso, que aliás não se reputam crimes, pela ausência de uma livre determinação da vontade. Mas nem todos os estados psicológicos, que por um lado se ressentem dessa mesma ausência, e que por outro lado não se deixam classificar entre os casos de falta de imputatio juris, podem entrar na categoria do medo. Acima deste sentimento está, por exemplo, o sentimento da obediência, pela qual um filho se vê arrastado a cumprir uma ordem criminosas de seu pai, ou em geral um subordinado a de seu superior.

Nestas e iguais circunstâncias, não pouco existe o medo, isto é, a impressão de um perigo iminente, do qual se pretende fugir pelo cumprimento da ordem, que não raras vezes o executor tem certeza de que a execução importa o seu próprio aniquilamento. A vida militar é cheia de exemplos de tal natureza.

Dir-se-ha que o mesmo não sucede na vida comum. Mas é inexacto. A hipótese de filhos, ou de escravos, que não São tão, e sómente levados pela força da obediência à autoridade paterna, ou heril, vão atrás da morte certa na perpetração de um crime ordenado, será de todo gratuita?

Julgo difícil afirmar-lo. Seja, porém, como for, indubitavelmente que no quadro dos delitos cometidos por efeito de um medo irresistível não cabem todas as acções, de feição criminosa, em que aliás o sujeito não obrou livremente por ter sido impelido pelo movel de um sentimento estranho e invencível; acções que, portanto, deveriam ser, ainda que iniquamente, sempre punidas, se a ideia da força irresistível, de que falha o Código, não abrancasse muito mais que a força física.

Um indivíduo, por exemplo, que é obrigado a ser complice de um ladrão, por não resistir ao arrasto da corda que se lhe passa na cabeça, com o fim de fazer-lo declarar, onde se acha o tesouro escondido, é vítima de uma violência mecanica, e por isso fora de qualquer imputabilidade. Mas tam-
bem a que se, ao entrar desonidamente no leito conjugal, se abra dependendo com a ira prova da infidelidade de sua mulher, assassina de impeto os dois culpados, é vítima de uma espécie de violência moral. O sentimento da honra ofendida, em certas condições, é também uma força irresistível, que exclui a criminalidade.

Aqui poderíamos objectar que o último exemplo não seria um caso de excusa criminal; que uma vez o facto sucedido, ter-se-ia simplesmente um crime justificável. Mas isto é um erro. Releva não confundir coisas distintas. O marido infeliz, que entre nós se vê naquela situação, tem realmente quasi por certo que o tribunal do júri justifica o seu delito, e em geral os advogados mesmos, não hesitam em fazer logo do facto questionado uma premissa menor do § 2.º do artigo 14; porém não deixa de ser uma irregularidade, ainda que muito honrosa para o senso geral da dignidade da família.

Em face do Código, a justa indignação não pode ser em caso algum invocada como força irresistível, o homem que pratica o crime da nossa hipótese, só tem em seu favor a circunstância atenuante do art. 18 § 4.º. A ideia da legítima defesa de um direito já violado, já impossível de salvar, muito aceitável pelo bom resultado prático, nada mais é em teoria do que um disparatado. E se acontece que o criminoso em questão esteja para com o adultério nas condições presupostas pelo § 7.º do artigo 16, a consequência jurídica será que esse homem, todo coberto de razão, deve entretanto ser punido com a pena de galés perpetuas! E' horrível, mas é verdade. A prática pôde constantemente desmentir a teoria, mas a teoria só pode ser essa, que é a única verdadeira, desde que não se permita dar ao § 3.º do artigo 10 mais larga compreensão.

Eu bem sei quanto a ideia de força irresistível, aplicada ao mundo moral, escandaliza certos espíritos, pelas muitas exquisites dos penalistas ha-
manitarios, ou penalisti romanzieri, como Lombroso
os qualifica. É difícil, com efeito, admitir que
toda e qualquer paixão seja uma força capaz de sub-
jugar a liberdade, essa ponca mesma que existe no
estado actual da cultura humana, pois que tambem
a chamada liberdade psychică é uma cousa que se faz,
uma qualidade que se adquire por via de desenvol-
vimento. Mas o direito criminal não precisa, nem
quer ir tão longe. O direito é a disciplina das forças
sociaes. Uma força irresistivel, no sentido do pe-
nalismo romantico, é uma força indisciplinavel. Ora,
as forças sociaes, de que o direito é a disciplina,
são justamente os homens com as suas paixões,
que determinam os seus actos; porquanto é tão
impossible que elles obreem sómente em virtude de
motivos ideaes, sem um grao qualquer de paixão,
quão impossivel é, por exemplo, que uma locomotiva se determine a andar, só pelo impulso de uma
bonita preleca sobre a dynamica.

Se pois todas as paixões estivessem no caso de
potenciar-se em outras tantas forças irresistiveis, o
direito seria um dos mais estupidos artefactos hu-
manos (ars boni et aequi), incapaz de atingir o fim
para que fora concebido. Mas a observação dá tes-
temunho de mais de uma força social definitiva-
mente disciplinada, importando por isso mesmo
uma victoria do direito. Ha paixões irresistiveis,
sim, — é impossivel negar-lo; porque estas são em
muito pequeno numero, e surgem tão excepcional-
mente, que não autorisam a formacao de uma theo-
ria da irresistibilidade, aplicada a este ou aquelle
movel de acções criminosas.

E' debalde que um espirito, como Ceresa, agri-
lhoado de remorsos, chega a bradar:

Perché mi desti un'anima
Che in un fatal conflitto,
Vinta da forza indomita
Precipita al delitto?
A *forza indomita* que arrebata o criminoso, 
e da mesma natureza da que arrebata o amante: — 
um sonho do cacere, ou uma illusão do teatro. 
Quem é que já uma vez não sentiu-se com animo 
de resistir às tentações do demónio da paixão, 
diante de uns olhos depositários de todas as influen-
cias estelares, — e só para cumprir o dever, essa 
obra da mão do homem, por elle mesmo idolatrada? 
Dá-se a isto o nome de heroismo, e eu não contesto 
que seja até uma tôlice; mas é sempre um facto que 
attesta a existência de um poder humano, autonómo 
e independente, capaz de traçar limites ao despo-
tismo das paixões.

Os crimes commetidos por força ou por medo 
irresistíveis têm muitas vezes pontos de contacto 
com os indicados no § 1.º do art. 14. O conceito de 
uns é diferente do conceito de outros; porquanto, 
ao passo que naquelles desaparece a liberdade, 
nestes, ao contrario, presupõe-se que o individuo 
obra livremente, e por isso é que não fica fórça da 
*imputatio facti*. Entretanto, se é assim tão evidente 
a diferença conceitual, — no terreno da pratica, na 
apreciação dos factos, surgem dificuldades de não 
pequena importância. É de tanto maior importân-
cia, quanto é certo que os casos do art. 10, ao juiz 
formador da culpa incumbe apreci-a-los; não assim 
os do art. 14, cujo conhecimento pertence ao jury.
Passamos agora à tratar da matéria contida no § 4º. É ainda um dos motivos de irresponsabilidade criminal, por não ser possível a *imputatio facti*. O Código diz que também não são criminosos, «os que commetterem crimes casualmente, na prática de um acto licito, feito com a tenção ordinária.»

É uma proposição esta evidente por si mesma, quasi identica e tautologia. Em outro livro que não fosse um corpo de leis, equivaleria à dizer que... «não são criminosos os que não são criminosos,» — o que seria ao certo supinamente estúpido. Mas a lei tem sobretudo necessidade de clareza, e não raro se faz preciso, para evitar o sacrifício da justiça, repetir com todo o serio que Λ = Λ.

Das quatro categorias estabelecidas no art. 40, duas referem-se, como já disse no principio, à falta de *imputatio juris*, as duas outras porém à falta de *imputatio facti*. A expressão jurídica *imputatio facti*, traduzida em linguagem philosophica, significa a relação causal, o nexo de causalidade entre o sujeito agente e o resultado da sua acção.

Mas este nexo causal da vontade humana com os efeitos que dela produz, tem um caracter específico e distincto das causas e efeitos naturaes.

E certo que a vontade, considerada do ponto de vista da natureza, é simplesmente o agens, que não em movimento as forças corporeas. Se intencional ou não, é indiferente para o nexo causal,
pois que não ha mudança alguma no encadeamento
dos factos, quer se trate, por exemplo, de um homicídio praticado por um indivíduo normal, quer se trate do mesmo acto praticado por um sádico ou se ponha em lugar da vontade consciente uma inconsciente, cu vice-versa. Ainda é certo que a culpa e o dolo podem invadir a esfera do nexo causal, porém não determinam a existência dele, como diz von Buri, para quem a vontade capaz de imputação nada mais tem que ver com esse nexo, senão que dela depende a questão de saber, se um homem deve ser juridicamente responsabilizado por elle (32).

Mas isto mesmo que o criminalista alemão parece considerar de tão pouca monta, é justamente o que faz da vontade uma causa sui generis, ou da relação que há entre ella e certos factos objectivos, ofensivos do direito, o presuposto jurídico de toda imputação criminal.

Se o agente é com efeito imputável, se o fenômeno lhe é atribuível, releva então indagar a estrutura íntima do acto voluntário, averiguar e saber, se vontade e facto se cobrem, se ajustam em todos os pontos, ou se este vai além daquela. Do acontecido remonta-se à direcção da vontade do agente, e dahi se determina a sua relação com o facto e seus resultados. Pode-se atribuir ao sujeito, como producto intencional ou mesmo negligenciado do seu livre querer, uma violação do direito, ou não lhe cabe em geral imputação alguma? A ultima hypothese, que é a do causus, forma a antithese de toda e qualquer determinação criminosa, ou esta se apresente como dolus, ou como culpa.

Como no dolus a vontade cobre o facto, ao passo que na culpa fica sempre atras de elle, razão pela qual repousa na primeiro a maior, por que completa responsabilidade, as acções puníveis di-

(32) Ueber Causaltet — pag. 2.
videm-se logicamente em acções dolosas, isto é, aquelas que só podem ser commettidas com dolo, e em acções culposas, isto é, as que também podem só lo com culpa. As primeiras constituem a grande maioria dos crimes; para punir porém o procedimento culposo, é bastante às mais das vezes a indemnisacção juridico-privada.

Os dois conceitos de dolo e culpa ainda aqui precisam de uma explanação. Entende-se por dolo a volição que se dirige à uma ofensa do direito, conhecida como tal. Para que se possa admitir um dolo, deve pois existir além da vontade dirigida àquela violação, a consciência da injuricidade, da injustiça do acto, isto é, o ofensor deve ter sabido, — primeiro, — que o resultado que elle tinha em mira, violava o direito de outrem; segundo, — que a sua acção ou omissão havia de produzir esse resultado. Destarte, para que um efeito de tal natureza se apresente como produzido, não por dolo, mas por culpa, é mister que se dê a falta de conhecimento presupposto em ambas as relações, ou em qualquer delas. E' ali justamente que consiste a diferença entre um e outro conceito.

Vê-se pois que o dolo compõe-se de dois momentos, de dois estados intellectuais positivos: a culpa supõe porém um estado negativo, um estado de erro, ou de ignorancia, isto é, a existência de uma ideia falsa, em vez da verdadeira, ou a ausência de qualquer ideia. Mas importa observar que a falta do primeiro presupposto só raras vezes pode ter como consequencia desnaturar o dolo e reduzir ao grão de culpa. E' a questão do error juris crinalis, que aliás não tem muito alcance. Da mesma forma a ausencia de ambos os momentos não imprime sempre no facto a nota de culposo; pelo contrario apaga, em mais de um caso, todo e qualquer vestigio de imputacção criminal.

E' a hypothese do § 4.º do artigo 10 do Código, a qual involve uma negação categorica dos elementos do dolo em todas as suas especies, chegando até
além dos próprios limites da culpa, que o legislador não deixou subsistir, se não sob a forma da velha culpa aquilìa, na disposição do art. 116. A concerto a obrigação civil de indemnizar o ofendido.

No § 3.º se acha estabelecida uma exigência tripliçe: 1.º que o crime seja cometido casualmente; 2.º que têha sido no exercício ou prática de qualquer acto légitimo; 3.º finalmente que o acto fosse feito com a tenção ordinaria.

Não indago, nem aqui me cabe indagar, se a ideia do acaso é uma forma vã do pensamento, ou se tem um conteúdo real. Pensadores de primeira grandeza não estão de acordo com a opinião comum, que faz derivar o conceito do acaso da ignorance das causas, de modo que a casualidade é uma simples appariencia, e causas se chamam somente aquelas phenomenos, cuja causa se ignora.

Carlos Ernesto Baer define o acaso: — «um acontecimento que coincide com outro, sem achar-se preso à elle por nenhum nexo causal. » A definição é exacta, e é lo-hia ainda mais, se a ideia da coincidencia se aplicasse à succesão dos factos com o mesmo grado de clareza, com que se aplica à sua simultaneidade. Mas o certo é que, se realmente pode haver factos que appareçam ao mesmo tempo que outros, ou que succedam a outros, sem dar-se entre elles nenhun nexo de causalidade, esses factos, em relação à sua succesão ou à sua coincidencia, são causas, isto é, sem causa, usachos, como os chamou Lazarus Geiger.

É inérravel que tais phenomenos existem nos próprios domínios da natureza. Entretanto concedo por hypothese que nenhum phenomeno natural, nenhuma relação entre os phenomenos possa haver, sem uma lei que os determine, sem uma causa que os produza. Esta asserção, — que alias considero tão apriorística e improvável, como a velha these religiosa da vontade de Deus, presidindo até à queda das folhas das arvores e dos cabellos da cabeça, — não podria comutdo ser transportada do
terreno das ciências naturaes para o domínio do direito, para outro qualquer domínio da ordem social.

Em seu explic. Dado mesmo de barato que o caso não tenda entrada em parte alguma da natureza, onde somente vigora o princípio de causalidade, não fica ele ipso facto excluído da esfera dos fenómenos morais, cuja causa única apreciável é a vontade humana. Em outros termos, se causal é aquilo que não tem causa, e com tal caracter não se concebe fenómeno algum da natureza, pois c'que está é um sysbema de causas e efeitos, o mesmo não acontece nos domínios da vontade, onde todo e qualquer facto, que não traz o cunho de voluntário, é um facto casual, um facto sem causa, justomente por ser um facto sem vontade. Se é inadmissível um efecto natural sem causa natural, é igualmente inadmissível um facto humano sem causa humana; mas esta causa é a vontade; logo todo e qualquer fenómeno involuntario, apreciado do ponto de vista, não das leis naturaes, porém das leis sociais, respectivé das leis penaes, é um fenómeno que não tem causa, um fenómeno casual.

E este mesmo é o sentido da disposição do Código no § 4.º do art. 10. O casualmente que elle emprega, não tem outra significaçao se não a de involuntariamente. Mas esta casualidade ou involuntariedade está sujeita às condições, cujo preenchimento é indispensável para subtrá-la de todo ao imperio do direito. A qualidade de involuntário, atribuída a um facto que se dá dentro do círculo da actividade humana, significa apenas que a vontade do sujeito agente não teve em mira, não quis produzir um tal resultado. Porém isto não basta. Entre os resultados necessários de qualquer acto, com os quaes o agente tem o dever de contar, e os resultados meramente possíveis, que são sempre tangentes à periferia da mais vasta, da mais compreensiva previdencia do homem, existem os veros meios, os mais ou menos provaveis, que confor-
me a sua maior aproximação de um dos dois extremos, ou entrãem nos limites da imputabilidade, ou desaparecem na sombra da completa falta de imputação.

Convém entretanto ponderar que os resultados necessários não são todos de uma necessidade fatal, inevitável. Não há dúvida que um indivíduo, que por ventura atira contra a janela de uma torre elevadíssima sobre um lagôo de mármore, ou do pináculo de uma montanha sobre um abismo que lhe fica ao pé, tem por certa a morte da sua vítima; certezá está, que não é simplesmente subjetiva, mas baseada na infalibilidade de uma lei da natureza.

Não assim porém aquele que dispara contra alguém um arma de fogo, no intuito mesmo de mata-lo. As causas perturbadoras da ação e direcção do projectil são aqui em maior número, do que no facto da primeira hypothese. Verificando-se a morte, é um resultado necessário, com que o homicida devia contar, à vista dos meios empregados para atingir tal fim; porém não é uma necessidade da mesma força que a daquela outra. E a prova é que aqui são comuns, como não ali, os casos de aberração, ou seja a aberratio delicti a persona in personam, ou a aberratio iactâs, o desvio do golpe, com ou sem prejuízo de terceiro.

Mas devo ainda observar que nem sempre os resultados regulares de uma ação, inclusive aqueles mesmos que em relação a outros mais accidentaes podem chamar-se absolutamente necessários, impõem ao sujeito a obrigação de presumir os como certos e infalíveis; pelo contrario poder-ha ser favorável em mais de uma occasião a ignorantia facti, não se lhe imputando como dol, porém como culpa, e até mesmo dando-se como um sucesso sem valor jurídico, o efeito da acção praticada.

Para ilustrar o assumpto, figuremos o seguinte caso. Um homem inculto, de nã educação religio-
sa, que crê com todo serio na efficacia dos bendi-
ghos, das rezas e amuletos, diz ao seu vizinho e
compadre, igualmente rude e supersticioso, que elle
vez sempre no pescôco um brace, uma oração de
S. Marcos, ou cousa semelhante, contra a qual não
ha bacamarte, que não minta fogo. E querendo de-
monstrar a sua asserção, que aliás o vizinho não
contesta, e provar ainda uma vez a força miracu-
losa do sacro objecto, herança de seus avós, pede
ao outro pobre de espirito que lhe atire com a sua
arma. Este não hesita. Cheio de confiança, prepara
o instrumento mortífero; e se alguma tristeza o
inunde, é somente a da convicção de que a sua
velha lazarina legítima de Braga, que nunca lhe fez
vergonha, vae agora pela primeira vez envergo-
nhá-lo. Mas como se trata de cousas de Deus, não
ha muito o que admirar. Manda o com padre pôr-se
em uma distância respeitosa; assesta a espingarda,
aperta a mola, o tiro echôa, e o tolô tomba por
terra perfeitamente morto.

Eis aqui um daquelles efeitos, de caracter cri-
mínoso, necessariamente ligados á uma causa de-
teminada, o qual entretanto não é imputável ao
agente, ao menos no grão em que sê-lo-bia, dadas
outras condições. O nexo de causalidade natural
existe completo entre a accção de um e a morte de
outro; mas a da causalidade voluntaria foi logo em
princípio interrompido pela crença do proprio
agente, de todo opposito ao resultado obtido. Con-
forme as circumstancias, conforme os presuppostos
psicolóxicos e sociais de um facto de tal ordem,
poder-se-hia até qualifica-lo de casual.

Nem em estou longe de opinar assim. Um indi-
vido, com effeto, que não recebeu outra cultura
se não a do Padre nosso e do Bendicto; um individo,
em cujo espirito nunca penetrou a minima duvida
sobre o milagre, sobre a imediata intervenção de
poderes celestes nos negocios humanos, e que faz
parte de uma sociedade, onde o corpo diplomáti
de Deus, a classe dos bunzos, dos estellonatarios
sagrados, vive mesmo à custa dessas crenças grosseiras e pueris, alimentando constantemente, com \textit{animo lucrandi}, a ilusória esperança de um vantajoso accidente futuro, e isto com o apoio e autorização das próprias leis; — um tal individuo não poderia, não deveria ser responsabilizado, em grau nenhum, por actos commetidos com toda boa fé, sob o impulso de motivos bebidos na fonte commum da credulidade popular.

É possível que se me objecte: — o homicida da nossa hypothese, por maior que seja a sua ingenuidade e a pureza das suas intenções, \textit{versatur in re ilicita}. O acto de pôr em prova os milagres divinos, atirando em uma pessoa, que se crê invulnerável, não é um acto licito no sentido do Codigo. Mas a objeção não tem muito valor. O acto figurado, estando de acordo com um modo geral de sentir, não se opõe às regras ordinárias da vida. Considerado em si mesmo, no movel que o determina, é até um acto de edificação, é uma função religiosa, e como tal não pode involver nem se quer a causalidade indirecta ou a simples culpa de um resultado criminoso.

Bem sei que na pratica a aplicação destes princípios offenderia o sentido da justica, no estado de maior desenvolvimento em que elle se acha entre pessoas mais cultas. Mas este antagonismo da justica com a logica e com a verdade dos factos não diminue a exactidão da these que deixo estabelecida.

Voltemos ao ponto principal.

Eu disse que entre os resultados necessários de uma accção e os simplesmente possíveis, existem os verosimes, os mais ou menos prováveis, que de ordinario estão inscriptos no círculo das nossas previsões. Isto porem deve ser entendido cum grano salis. A verosimilhança de que fallo, é mais uma regra do que uma exceção, não só em relação ao primeiro, como ao segundo grupo de efeitos. Em geral o homem vive menos de certezas do que de
crenças. A vida seria impossível, se todos os actos que a constituem, devessem ser ponderados em suas consequências, proximas e remotas, com a mesma exactidão com que se tiram os corolários de um teorema. O verosímil, o provável, é pois a moeda empregada nas despezas quotidianas da nossa inteligência. Mas a verosimilhança é um conceito que muda de cór, segundo o modo de considerar-se. Já a própria significação gramatical da palavra é vacilante, porque designa não só aquilo que nos aparece como verdade, mas também o que no caso se nos afigura como único verdadeiro. Destarte ela indica que a verdade subjetiva, o que nos aparece como tal, muitas vezes difere da verdade objectiva. Não obstante, aquilo que temos por verdadeiro, é de facto para nós, quer dizer, objectivamente, e determina a nossa convicção, dado mesmo que seja objectivamente falso, e não tenhamos por tanto da verdade se não uma aparen-

cia. Admitindo-se pois que haja uma esfera de conhecimentos, onde a intuição da verdade só pode ser subjetiva, é concludente que nessa esfera nós temos de julgar o verosímil igual ao necessário.

Ora, é isto o que se dá com as nossas premissões, com o nosso conhecimento das cousas futuras. Sucedê-se o mesmo que com a vista historicia das cousas passadas. Aqui, como ali, não há certeza absoluta e objectiva, mas somente relativa ao su-

te. O que n’um e n’outro ponto de vista aparece ao homem como verdadeiro, nisso é que elle crê, isso é que forma a sua convicção, a sua certeza, e deste modo também a norma do seu proceder. Para elle não existe nenhuma outra; e somos por tanto obrigados a dizer daquilo que elle considerou como consequência verosímil de seus actos, ter sido por elle previsto e esperado, supondo-lhe mesmo a consciência de que fosse possivel o contrario.

A’ não ser assim, não poderíamos jamais fallar de precisão e esperança, pois que a possibilidade objectiva do contrario nunca é excluida pela cer-
teza subjectiva, excepto quando se trata do pure
cansalismo da natureza, e nós devemos presun
tar que o sujeito, como ser inteligente, tenha disso
consciência. Se alguém, por exemplo, faz saltar
aos ares uma casa, onde há habitantes, deve dizer
ás si mesmo que elle previu a morte dessas pessoas,
ainda quando tenha pensado na possibilidade de
colarem-se por meio de uma viagem aérea, ainda
mesmo que haja procurado tranquilizar a sua
conscicência com esta phantastica ideia.

Em uma palavra: verosimilhança é necessidade
subjectiva, e quando se falla da necessidade deacon-
tecimentos futuros, não é outra se não esta mesma
necessidade e certeza para o sujeito pensante.

Um atirador que apontando a sua arma contra
um alvo de papel, vê, por detrás desto, um homem
em pé, deve ter por certo, que ha de atingir-lo; mas
é sempre possível que não o atinja, mesmo sem
errar o alvo. O homem pode abaixar-se no momento
di tiro, ou ser protegido por alguma consa, que
lhe forra o corpo. Onde estará então o limite entre
verosimilhança e certeza? No maior grão daquella?
Mas uma diferença de grao não pode formar um
limite. Não podemos pois admitir nem se quer
grões de verosimilhança. Assim, no exemplo ligu-
rado, ou o atirador cre que ha de atingir o homem,
e então este facto é para elle verosimil, istó é, sub-
jectivamente certo; ou não cre, — o que aliás só é
concebivel, dadas certas circumstancias particula-
res, — e então o facto se lhe mostra inverosimil,
isto é, subjectivamente impossível, (33)

Não ha diferença conceitual entre o facto de
alguem atirar em outrem, no directo intuito de
matar-lo, e o facto de atirar em um alvo, posto que
na linha do projectil se ache um homem, que facili-

(33) Só diante destas ideias é que se conceba um plural e uma
luta de certezas. — Estou certo que hei de vencer — diz o
duelante; — estou certo que hei de ser vencido — diz
ou outro. A ambos o resultado não aparece se não como verosimil.
mente pode ser alcançado. E' ainda inegável que em ambos os casos, se o homem é ferido ou morto, este resultado deve remontar à vontade do atirador.

No primeiro caso ele deixou-se determinar pela percepção de uma pessoa, que estava diante do si; no segundo não se deixou dissuadir, por esta mesma percepção, do acto de atirar, e este não se deixar dissuadir foi incontestavelmente um acto de seu próprio querer.

Não é preciso aqui fazer psicologia e procurar descobrir, se a vontade tem realmente as suas raízes na faculdade de desejar. Por quanto, dado mesmo que assim seja, não se altera por isso o valor dos factos. Descenda ou não desse tronco, o certo é que a vontade pode, por um lado, repelir o desejar e ainda por outro lado consentir naquilo que não se deseja. Não se concebe consentimento sem voluntariedade.

Certamente ninguém pretenderá de todo e qualquer indíduo, que se tenha embriagado, que elle quais embriagar-se; mas se foi advertido, é podia prever o resultado da sua intemperança, é o caso de se lhe dizer: — vous l'avez voulu, George Dandin.

O que porém constitue o lado mais serio da questão, é saber, se esta vontade corresponde ao que, em direito criminal, se designa por dolus.

Não há duvida aqui se trata de uma especie de querer indirecto, — expressão e conceito que parecem involver alguma causa de contradicteiro. Mas nem por isso se apagam ou tornam-se menos visíveis os signaes da criminalidade. Com razão observou Boemer que um querer de tal naturezara repouso no fundo da culpa, e que esta não poderia ser punível, se não estivesse em qualquer relação, mesmo indirecta, com a vontade. E essa relação aparece bem ao vivo, quando o agente, praticando a acção, teve consciencia da possibilidade de um effeito injuridico, por que então pode se afirmar que elle via, por assim dizer, ao lado do alvo que-
rido, ainda que licito, o resultado malefico, e insis-
tindo na pratica do acto, consentiu nesse mesmo
resultado.

Ahi já se nota um certo laivo de má fé eventual,
pois que quem obra com a consciencia da possibili-
dade de um efeito pernicioso, submette-se ás con-
sequencias do seu acto, se succeder que o possivel
se converta em real.

Não obstante, casos desta ordem, é mais cum-
num incorporarem-se á categoria da culpa; elles
formam mesmo o característico daquella especie,
que Feuerbach designou por culpa aus Fahrlas-
sigkeid, isto é, por negligencia. Mas refletindo-se
bem, — onde está a differença entre esta, de um
lado, e de outro lado aquella direcção da vontade,
que se denomina dolus indirectus e dolus eventualis?
Não é sempre facil indica-la.

Puettmann, um criminalista allemão do seculo
passado, fez do presentimento, da previsao do resul-
tado malefico, um factor do dolo em casos dessa
natureza. Tratando especialmente do homicidio,
elle diz: — «Quisquis aliquid facit, unde alius
mortem aut necessario, aut probabiliter saltet, seca-
turam esse scit, ille non potest non in eum dem
mortem consentire, id estque homicidio dolos sese
alligat. » E muito depois, Almendingen, que aliás
não admittira o conceito do dolus indirectus de Net-
telbladt e Puettmann, por uma louvavel contradic-
ção, exprimiu-se deste modo: — « Quem sabe que
se expõe ao perigo de realizar uma ilegalidade ob-
jectiva, quem ao menos sabe que não esta certo do
contrario, não tem somente culpa, mas dolo. »(34)

Tudo isto conduz á reforçar a ideia de que não
ha differença apreciavel entre necessidade e vero-
similarança. A distincção de resultados necessarios
e resultados verosimes é mais philosophica do que
juridica. Repetindo o exemplo ja figurado: — de

(34) Bibliothek des privilichen Rechts — Th. I — pag. 10.
dois homicidas, um dos quais precipitou a sua vítima do alto de uma torre sobre um lago e de mar, e o outro deu cabo da sua por meio de uma bala, o segundo não é menos criminoso que o primeiro, ainda que o resultado por ele visado e conseguido não fosse tão necessário como o deste.

Admita-se mesmo no segundo delinquente, ao cometer o delito, um estado de dúvida e desconfiança da certeza do seu tiro, ou da promptidão do fuzil, — não diminua por isso a dolosidade do acto. O que ele quis, foi realizado, não obstante qualquer vacilação do seu espírito sobre o efeito querido; e somente o que se realiza de injuridico e ilegal, ajustando-se com o que se quis, é que constitue o crime.
Demoremo-nos um pouco mais sobre este assunto. Como já vimos, o Código sujeitou à três condições a hipótese de irrisponsabilidade criminal, estabelecida no § 4.º, de modo que faltando qualquer delas, a imputação se faz valer. Até ali nenhuma dúvida, nem motivo algum para censura.

Mas também ali não está tudo. Que não sejam tidos como criminosos os que cometem crimes casualmente, quando uma tal casualidade não vem complicada de uma certidão de cooperação moral, ainda que esta se reduza à consciência de não ser tido o acto praticado, ou a falta de atenção exigida para a pratica de tais actos; — que esses indivíduos não sejam criminosos, é de todo comprehensível e aceitável. O que porém não se pode compreender nem aceitar com igual facilidade, é que, uma vez faltando qualquer das condições dos casos, tenha-se logo pela frente a figura do crime, com todos os seus momentos essenciais, como ele se acha concebido no § 1.º do art. 2.

E' isto entretanto o que se nota no Código. O legislador codificante não foi além do ponto de vista do velho direito romano, segundo o qual o conceito do dolus abrangia toda a esfera crimin al; só a morte dolosa, por exemplo, era objecto de um iudicium publicum, como crimen; a culpa passa pertençia a acção privada, conforme a Lex Aquilia. Assim pois qualquer delicto não intencional era
considerado, do ponto de vista do antigo direito criminal romano, como uma casualidade. As fontes o atestam: \textit{D. de poenis}. L. 11 § 2 (48,19).

Delinquitor aut proposito, aut impetu, aut casu. – L. 9. \textit{de incendio} (47,9). Qui edes acervum, que frumenti juxta domum positum combusserit, vincitus verberatus igni necari jubetur, si modo sciens prudente id commiserit; si vero casu, id est negligentia... etc. etc.

Não foi outra a intenção do nosso legislador. Durante quarenta anos, desde a data do Código até a reforma judiciaria de 20 de Setembro de 1871, os crimes culposos propriamente ditos, isto é, aquelas que se davam de modo casual, mas de uma casualidade, que um pouco mais de reflexão teria podido evitar, ou passavam de todo impunes, ou recebiam a pena modificada pela circunstância attenuante do § 1.º do art. 18.

Dois extremos, igualmente erroneos, cujos maus efeitos se fizeram sentir em mais de uma condenação exagerada, ou de uma absolvição injusta. Não havia meio termo. O conceito da \textit{culpa} e sua gradação não tinha entrado no Código. A ideia do \textit{dolo}, que se achava explanada no art. 3, era a base de toda a criminalidade. O legislador, é certo, não foi sempre fiel a este princípio. Na parte especial, e no que toca à diferenciação morphologica dos crimes, ele supor factos, que não eram nem são possíveis, sem que ao \textit{dolo} se associe, como ingrediente moral do delicto, um outro elemento, uma outra forma da vontade criminosa.

Mas ali mesmo o legislador dá a conhecer que não teve ideia da culpa simples. Trata-se sempre de uma combinação de elementos dolosos e culposos, designada em termos da escola por \textit{culpa dolo determinata}.

O erro porém provinha de não ter-se logo compreendido todo o alcance do § 4.º do art. 10. Com efeito, achando-se ali estabelecido que não são criminosos os que commeterem crimes \textit{casualmente}, na
pratica de um acto licito, feito com a tenção ordinaria, e sabendo-se, por outro lado, que a casualidade, no ciclo da actividade humana, é uma antítese da voluntariedade, bastava então um pequeno esforço intelectual, para chegar-se à convicção de que os factos casuales, em que aliás não se verificassem as duas últimas exigencias do § 4.º, não deixavam por isso de ser involuntarios, e como tais não poderiam, em hipotese alguma, ser medidos pela bólida legal do art. 2., onde a voluntariedade da acção ou omissão é elemento genetico do conceito legal do delicto.

A condicão de ser licito o acto em questão, e a de ser feito com tenção ordinaria, não são inherentes, mas sómente adherentes ao conceito juridico do acaso. A casualidade é sempre a mesma; o que porém se faz preciso, é que ella venha acompanhada daquellas duas condicções, para que se apague de todo a responsabilidade criminal.

Dest'arte concebe-se a possibilidade de um facto casual, interamente casual, ao exercício de um acto ilícito, ou, quando licito, praticado com tal ou qual precipitação. Dado por tanto um fenomeno dessa ordem, não é justo que se lhe confira o mesmo valor juridico atribuido aos que tem como causa unica, ou ao menos preponderante, a livre vontade humana (35).

O Código comelmenta o erro de não admitir entre o dolus e o casus nenhum termo medio; para elle o casual devia sempre ser caracterizado pelas duas mencionadas circunstancias. O que não se accommodava á este molde, era um crime de feição

---

35 Os leitores avançados não riem-se da minha livre vontade. A ideia que torno da liberdade, permite-me tratar de vontade livre, sem cair na poesia de espiritualista atrasada. Com licença dos escritores da revista de philosophia scientifica, publicada na Italia, eu uso foliar, mesmo em nome do Darvas e Haeckel, da vontade livre como uma conquista, como um resultado de evolução humana e social.
comum. Se alguma graduação se estabelecia, era sómente quanto ao dolus, que o legislador dividiu, como se depreende do § 1° do art. 18, em pleno e menos pleno conhecimento do mal, em directa e in-
direcda intenção de o praticar. A culpa estreme
de qualquer laivo de má fé, tinha ficado fora de
questão.

E convém notar que, neste ponto, o próprio
direito romano andou mais acertado que o nosso
Código. Por quanto, se é certo que, no tempo da
república, as acções culposas não eram ameaçadas
com penas criminales, como nos ensina Rein (36),
— não é menos exacto que posteriormente o con-
ceito da culpa tomou mais largas proporções. Gei
já fez o estudo do respectivo desenvolvimento, e
mostrou que a culpa criminal sucessivamente sa-
hira, por um lado, da culpa civil, e por outro lado,
do caso, como antítese do dolus (37).

O nosso legislador, que era sem dúvida pouco
familiarizado com o corpus juris, não soube tirar
desta fonte a vantagem que ella oferecia. Collo-
cou-se ingenuamente na primeira fase evolutiva
do direito criminal romano, e só admitiu a culpa
como factor jurídico de indemnização civil.

Entretanto os juristas romanos já tinham não
só concebido a possibilidade dos crimes puramente
culposos, como até estabelecido grãus na mesma
culpa. Não fallo da distinção de lata, levís e levís-
sima, que incumbe ao civilista conhecer e apreciar;
falso porém daquela culpabilidade, que dava lugar à
pena, e que os textos qualificam de luxuria, lasciæa
e outros equivalentes.

Assim lê-se na L. 11 D. de incendio... (47,9):
Si fortuito incendium factum sit, venia indiget, nisi
lam lata culpa fuit, ut luxuria aut dolo sit proxima.

Na L. 4 § 1. D. ad legem Corneliam de suco-

(36) Criminalrecht der Romer. — pag. 166.
(37) Lehrbuch des Strafrechts. — II. § 94.
riis (48,8) lê se também: — Cum quidam per lascivium causam mortis probisset, comprobatum est... quod cum in quinquennium relegasset. — E igualmente na L. 6. § 7. D. de re militari (49,16)...

per vinum aut lasciviam lapsis capitalis poena remittenda est et militiae mutatio irroganda.

Da mesma forma, na L. 50. parágrafo 4. D. de furtis (47,2): —... sed et si non furti faciendi causa hoc fecit, non debet impunitus esse hostis tam perniciosus...

Este último texto, sobretudo, é bastante significativo. Nelle figura-se a hipótese de um indivíduo que mostra ao refunho um panno vermelho: para afugenta-lo e fazê-lo cair em mãos dos ladrões: se pratica de má fé (si dolo malo fecit), incorre na acção de furto; se porém não teve o intuito de furtar (non furti faciendi causa), não deve todavia passar impune tão malefico brinquedo.

Nada mais claro com relação ao nosso assunto. Ali vé-se o verdadeiro valor jurídico da culpa em materia criminal, como ele é modernamente compreendido e apreciado.

Nem o mais leve resquício de dolo, mas mesmo assim a necessidade de não ficar sem punição o facto irregular, que foi causa de um efeito pernicioso.

As fontes romanas, posto que apresentem muitas hipóteses de delictos culposos, como as que acabam de ser mencionadas, não permitem com tudo haurir-se uma teoria completa da essência e dos limites da culpa vis à vis do caus e do dolus. Que ao lado deste, ella representa uma espécie inferior de responsabilidade penal, é o único princípio aceitável, na opinião de Bekker, à que a scienza deve restringir-se (38).

Mas esse único princípio, — é preciso convir, — bem pouco ou nada esclarece. Se não é possível
definir logicamente o conceito da *culpa*, visto que
ao *genere proximo* da responsabilidade criminal não
é fácil ajuantar uma *diferença especifica* bem acen-
tuada, pela qual as acções *culposas* claramente se
distingam das *dolosas*— não é isto uma razão pe-
remptoria para abandonar, como inexequível, toda
e qualquer tentativa de esclarecimento do referido
conceito.

Os penalistas em geral não estão de acordo
com o parecer de Bekker, e a maioria delas não se
tem mesmo designado de procurar construir uma
verdadeira ideia da *culpa*.

A maior extensão que os romanos poderam dar
à essa ideia, é a que se encontra na L. 213. § 2. D.
de *verborum significazione* (50,16): — *Lata culpa
est nimmia negligentia, id est, non intelligere, quod
omnes intelligunt*; e na L. 233. pr. codem: — *Lata
culpa finis est, non intelligere id, quod omnes intel-
ligunt*. Duas paremias juridicas, quasi idênticas
entre si, uma de Ulpiano, e outra de Paulo.

Não há porém mistério de gastar tempo em de-
monstrar, quando pouco satisfatorias são, como tais,
ambas essas definições, aíás redutíveis à um só.
Os romanistas mesmos não as consideram com-
pletas (39). O que nelas se faz preponderar, é o
momento *intellectual* do erro ou da ignorancia ( *non
intelligere* ); o momento *voluntário* passou desapere-
cibido, posto que a *nimia negligentia*, de que falta
Ulpiano, seja realmente um defeito da vontade;
mas afinal ficou reduzida a um simples *juiz falsa*,
or *error no*, pela própria explicação do jurista: *id
est, non intelligere, quod omnes intelligunt*.

Entretanto a *teoria da culpa* continua á ser
aprofundada. Diz Koestlin que á despeito de toda
divergência nos detalhes, já se tem formado uma
especie de *communis opinio*, em relação á muitos

---

(39) F. Mohnsen. — *Beitraege zum Obligationenrecht. — III*
pag. 347.
pontos; assim, por exemplo, está assentado que a culpa repousa sobre uma lacuna da vontade, consiste em um não fazer, encerra uma violação da obrigação ad diligentiam, e é divisível em duas formas: — consciente e inconsciente (40).

Segundo Richard John, para que uma acção se declare culposa, ella não deve somente encerrar uma atitude reprehensível da vontade, isto é, o querer do perigo, — mastambem conter um resultado danoso. Este resultado, junto com o perigo querido, constitue a acção culposa em sua totalidade (41).

E Schaper assim se exprime: « Onde quer que apareça a culpa, trata-se de regras da experiência, que podiam fazer prever o acontecimento dado, o resultado total da acção, — regras que aliás o acusado não observou ou não aplicou, posto que as conhecesse ou devesse conhecê-las, quer em virtude da perspicacidade presumível em qualquer homem de senso, quer por efeito de conhecimentos a adquirir pelo ensino, exercício e observação, dentro de um determinado emprego, ocupação ou industria » (42).

Todos os criminalistas alemaes se ocupam desta materia e revolvem na mais ou menos de acordo com os mencionados. Também os italianos disentem na seriedade. Para Pessina, por exemplo, que entretanto se apoia em autores tedescos, a culpa tem duas notas características: — uma é a da falta de querer, que aparece limpidissima na falta de previsão das consequencias do proprio acto; a outra porém consiste em que o homem culpado, se não previu os eventos possiveis á derivar do um facto seu voluntario, podia com tudo prevê-los (43).

(40) System des Strafrechts. — § 71.
(41) Die Lehre vom fortgesetzten Verbrechen. — pag. 72.
(42) Holtendorf’s Handbuch. II. pag. 180.
(43) Elementi di diritto penale. — I. pag. 178.
Como se vê, a psicologia de Pessina não é das mais exactas. A relação estabelecida entre a falta de vontade e a falta de previsibilidade é desconhecida dos psicólogos. Além disto, ela cai em contradição, partindo do pressuposto da falta de querer do sujeito da culpa, e falhando depois da possibilidade de provar os resultados de um facto voluntário. Mas mesmo assim o fundo da doutrina é verdadeiro.

Na opinião de von Buri a estrutura da vontade, no domínio da culpa, é a mesma que no domínio do dolus: só há a notar que a vontade do culpado não se dirige ao resultado criminoso, porém a um outro ato... A consciência de que, pondo de lado o necessário exame das relações dos factos e das causas, pode-se causar um efeito delituoso, aliás evitável, forma o momento penal da culpa (44).

Conformem-se com esta opinião. Se os factos causais, como eu disse à cima, são no justamente, por não haver nexo algum entre eles e a vontade, os factos culposos se caracterizam por qualquer relação, mais ou menos mediata, que se possa estabelecer da vontade para com elles.

Falto de relação mediata, porque a imediata já entre com o dolo. Não há culpa, não há culpado, sem o querer de alguma causa. Mas a culpa não está mesmo nessa alguma causa, que se quer, ou que se quis; o acontecimento é que fá-la surgir, posto que não seja efeito da vontade. Entre o acontecido e o querido há sempre desproporção. O que acontece é mais do que aquilo que se quer. A questão dos crimes culposos não está em determinar-se o valor desse facto acontecido, mas em achar o valor e extensão do objecto querido.

Assim um indivíduo que, disparando a sua arma contra A, além de ofender a este, ofende

(44) Uber Consabitoet. — pag. 28 e 29.
também a B, que elle não supunha, nem tinha razão de suppor que podesse ser atingido, ache se diante de um acontecimento maior que a sua vontade, nas mesmas condições do caçador que, no acto de matar um animal selvagem, mata ou fere igualmente algem que elle não via, que não tinha motivos, nem sequer de conjecturar que alli estivesse.

Em ambos os casos o acontecido é mais do que o querido.

O caçador não queria ir além do seu alvo; não o queria tambem o homicida A, que só visava ferir a B. A diferença entre os dois resulta sómente da diversidade dos objectos de accão. O que um delles pretendia, era uma cousa licita — caçar; não assim porém a pretensão directa do outro, que já em si mesma, abstrahindo de qualquer resultado accessorio e estranho ao resultado querido, era um acto criminoso. D'ahi a razão por que o facto do caçador pode ser posto a conta de uma casualidade, nunca porém o facto do homicida.

E aqui tocamos no amago de nosso assumpto. O código criminal brasileiro não encerra nada de positivo sobre o conceito da culpa. A definição do dolo, enunciada no art. 3, não é de natureza a deixar construir esse conceito, por meio de um processo lógico ou argumento a contrario. Acresce que nem sempre a culpa é uma antítese da má fé.

Dado porém que fosse possível lançar mão de semelhante argumento, a consequencia pratica, no ponto questionado, seria nulla, visto como, uma vez admitida a não existencia do conhecimento do mal e intenção de o praticar, o resultado seria a negação da delinquencia, a absolvição de um inocente, mas não a punição de um culpado, no grau correspondente á sua culpa, simplesmente como tal.

Eu bem sei o que se costuma allegar á este respeito. Alguns procuram defender o Código, apelando para o § 1.º do art. 18, onde a hypothesis da falta de pleno conhecimento do mal e directa in-
tenção de o praticar,dizem elles, é uma caráterisação de crimes culposos. Porém isto é erroneo. O Código só pode ter se referido nesse artigo à de-lictos do procedéncia dolosa, mas de uma extensão objectiva superior ao intuito do delinquent. Ao contrario, o legislador seria injustificável de ter imposto ás crimes culposos, propriamente ditos, tão excessiva penalidade.

O que se deve pois admissír como certo, é que a ideia jurídico-criminal da culpa é estranha ao nosso Código. N’aquellas mesmas passagens, onde dessa ideia parece bruxolar, vê se contudo, depois de alguma reflexão, que elle partiu de outro presuposto. Assim, no art. 125, a hypothese da negligencia do carcereiro em deixar presos fugirem, não é em rigor uma hypothese de culpa. Ahi trata se realmente de uma ação culposa, mas uma tal, que não exclue o momento doloso da falta de precaução indispensável á funcionários dessa ordem.

E a prova disto é que o legislador estabelecera para o crime do art. 125 duas figura juridicas: — a da connivencia e a da negligencia.

Não vem à propósito entrar aqui em detalhes sobre o conceito da connivencia, que aliás deu muito que pensar aos velhos criminalistas dos dois ultímes seculos. Basta dar como sabido que ella significa um assentimento tacito ( tacitus consensus, — disse Puetmann ) áquillo que de mau outrem pratica, ou pretende praticar. Segundo Schuetze, o autor do acto consentido deve saber, ou pelo menos conjecturar que está em harmonia com o seu connivente, este porém, posto que concéssus criminis, dissimular e mostrar-se de todo ignorante (45).

Pergunta-se agora: — o carcereiro que na ausência de toda e qualquer suspeita de fuga da parte dos presos confiados á sua guardia, e sem que estes

(45 Dei notwendige Theilnahme... — pag. 60).
também nem de leve conjecturem ou pressintam o sen intuitu, facilita-ñhês a sabida, não feixando bem a porta do carcer, ainda que nesse momento pense na possibilidade da evasão, mas mesmo assim levando avante o seu capricho, ou a sua bonomia ocasional.—será rei de consciência? Ninguém di lo ha. Mas também só haverá no seu acto uma simples culpa? E impossível afirmar-o; e todavia esse carcerião não podia ser julgado se não de acordo com a figura jurídica da negligência, cujas penas, ainda que reduzidas à metade, dão com tudo bem à compreender que não se trata de um acto meramente culposo.

O § 1° do art. 18 tem sido e continuá á ser uma fonte inexgotável de disparates na aplicação penal. A não existência de pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar, á que elle se refere, é uma hipótese de difícil verificação, que acabou por degenerar em uma especie de lugar comum de advogados mediocres e juízes ineptos.

O próprio legislador, importa reconhecer, den claro testemunho da curteza de suas vistas, no modo de manejar o conceito do mal, o qual não é estrictamente jurídico, nem mesmo estrictamente éthico, mas vae até os domínios do physico, onde elle entra na alçada, não do direito e da moral, porém da medicina, sem fallar do mal económico, sob a forma do damno ou do prejuizo, que é também juridicamente apreciável.

Ora um conceito de tal extensão não podia, servir de elemento genético a este ou aquelle princípio regulador do direito criminal. E o legislador mesmo não foi sempre coerente na sua aplicação. Assim, depois de exigir, como condição essencial da delinquência, o conhecimento do mal (art. 3°), elle suppõe a possibilidade de um outro, além do mal do crime, que sobrevenha ao ofendido ou a pessoa de sua família (art. 17, § 1°); suppõe ainda a possibilidade de um mal corporal, que não é o crime mesmo, mas um complemento, um resultado
occasional (art. 205); e bem assim estabelece a 
hipótese do homicídio, que se verifica, não por 
ser sendo mortal o mal causado, mas por inérgia do 
ofendido (art. 194).

Compreende-se portanto que na mente do le-
gislador a ideia do mal não exercer uma só fun-
cção; ele deu-lhe formas e sentidos diferentes.
Isto devia naturalmente produzir uma tal ou qual 
incerteza, e provocar as estranhas interpretações,
de que os arts. 3 e 18 têm sido objeto nos julgados 
dos tribunaís.

Anteriormente, em uma das primeiras páginas 
deste trabalho, já tive ocasião de aludir à essas 
interpretações, e mostrar como são errôneas. Não 
é fora de propósito combater ainda uma vez o que 
ali já foi combatido.

A doutrina mais corrente é que a matéria do 
art. 3 não involve questão de facto, e que a exi-
gência nela contida, de caráter teórico, se re-
produz, para ser praticamente aplicada, no artigo 
10 e seus parágrafos. Mas esta doutrina assenta 
em base pouco segura.

O art. 3 é um pedaço de psicologia do crime. 
O conhecimento do mal, de que elle falta, é antes 
de tudo a consciência do direito, a faculdade de co-
nhecer o bem e o mal jurídico, sem a qual não se 
concebe responsabilidade alguma. E neste sentido, 
ão estão longe de concordar que as duas primei-
ras disposições do art. 10 sejam deduzidas da con-
sideração do primeiro elemento genésico do crime, 
à que se refere o art. 3, ainda que a dupla catego-
ria dos menores de 14 anos e dos loucos de todo ge-
nero não abranja a totalidade dos que deixam de 
ser criminosos, por lhe faltar aquela mesma con-
sciência do direito. Demonstrei-o cabalmente.

Porém isto não é tudo. Além do conhecimento 
do mal, in abstracto, isto é, como faculdade de co-
nhecer-lo e discernir-lo, existe o conhecimento do 
mal, in concreto, isto é, n’um facto particular, n’um
caso dado. A disposição do art. 3 estende-se a ambas as formas.

As questões de erro, ignorância ou engano, na prática do delito, não teriam, não poderiam ter entre nós uma solução jurídica satisfatória, se o conhecimento do mal não chegasse até ali. Por quanto há inúmeros factos, de aparente criminoso, onde aliás a delinquência é inadmissível, que só se explicam pela falta desse conhecimento, quer sob a forma da ignorância, quer sob a forma do erro ou outro qualquer estado mental da mesma natureza.

Nem se diga que nesses factos o que se dá, é a falta de intenção de realizar o mal, e que esta falta foi tomada em consideração nos §§ 3º e 4º do art. 10, onde a caracteriza os violentados os que cometem crimes casualmente. Uma vez o mal desconhecido, é inconcebível a intenção de prática-lo como tal. Não ter intenção de perpetrar um delito, que entretanto se perpetra, conhecendo ser delito, é uma anomalia, um disparate psicológico. Se faz exceção a hipótese dos coagidos, nos quais não há intenção, posto que haja conhecimento, é que ali já não se trata de uma vontade normal, a serviço de uma inteligência, que regular ou irregularmente funciona, mas de uma espécie de automato ou de instrumento nas mãos do coactor.

E mesmo assim, quando a força irresistível é de ordem puramente moral, não se pode bem afirmar que o violentado, à quem se nega a intenção de praticar o mal, tenha da ele o conhecimento preciso, no momento fatal de commette-lo.

Assim pois nada menos justificável do que a teoria que expõe o art. 3 do Código como uma simples tese jurídica, sem aplicação aos factos. Que o conhecimento do mal e intenção de prática-lo, seja condição elementar da delinquência, — nenhuma dúvida; mas a falta desse conhecimento, que é uma quantidade negativa, não pode como tal ser elemento de cousa alguma; é apenas uma cir-
cumprimento, capaz de modificar a criminalidade, como na hipótese do art. 18 § 1°, ou mesmo de diminuí-la, como nos casos especiais do art. 10 e muitíssimos outros, que o Código não enumerou, nem podia enumerar.

A casmística esclarece. A, mulher de B, que jaz prostrada de grave doença, em um momento de mais severo perigo para o enfermo, ouvindo o médico gritar: um copo com água e assucar! — corre precipitada para obedecer à ordem, e no auge da aflição, em vez de assucar, pega cegamente de outra substância, que na ocasião lhe aparece como tal, e onde resulta a morte do doente; — esta mulher é criminosa? De acordo com a doutrina, que combate, só-lo-hia de certo. Por quanto, não sendo cabível recorrer ao art. 3, só restava como refugio o § 4.º do art. 10; mas... onde poder se-hia encontrar o requeito da tentação ordinária, quando o engano se deu justamente por falta da, resultante do estado de emoção da pobre mulher?!

Entretanto julga-lia criminosa seria uma cousa horrível; e todavia, uma vez negada a aplicabilidade do referido artigo, a infeliz teria de ver-se em conflito, pelo menos, com o 193 e, por ventura, condenada à sete anos de prisão, para não mais cair na patética de tomar tão ao serio a vida de um marido. Singular doutrina, que chega a tais consequências!...

Um outro exemplo. C, pae de família austero e duro, não tolera que seus filhos menores brinquem no meio de outros meninos. Sucedem porém que o velho rigorista, chegando à noite em casa e não achando as criancas, atira-se cholerico no encalço delhas, que folgam em grande numero. C maneja uma bengala, e meio obcecado pela raiva, não menos que pela sombra nocturna, criando vibrar um golpe castigador sobre um de seus filhos, des carrrega-o na cabeça do filho de seu vizinho. O pae do ofendido recorre à justiça e inicia a ação criminai. Qual a defesa de C? Considera-lo delin-
quente,— repugna até ao bom senso; mas também, segundo os dados da hypothese, elle não poderia al-
legar um acto licito, feito com a tenção ordinaria;
— como livrar se pois da imputação criminosa? Só
ponto em jogo a disposição do art. 3, unica acei-
tável e cabível no caso.

Ainda um ou dois exemplos, à meus ver, mais
decisivos. Aquella mulher ignorante do caso refe-
rindo por Mittermaier, que acreditando no malevo-
lo conselho de um inimigo do seu marido, forneceu
á este, como uma espécie de philtro amoroso, capaz
de revocar-lhe o sentimento dos deveres conjugaes,
uma substancia tóxica, irremediablemente morti-
fera,— essa mulher seria entre nós com justiça
considerada delinquente? Entendo que não. A boa
fé presumposta no emprego do falso remedio exclu-
a criminalidade em qualquer grau.

Mas também seria fazer violencia ao verdadeiro
sentido das palavras, se um acto de feiticeira fosse
decorado com o epitheto de licito, e ainda mais, se
se quisesse descobrir uma tenção ordinaria para
actos de tal natureza (46).

Suponhamos que o individuo D, estrangeiro
ainda pouco familiarisado com a linguá do paiz, ao ver
passar uma bela senhora, pergunta á E, espírito guato
e zombeteiro, quem é aquella mulher; e E, com
todo serio lhe responde que é uma prostituta, mas
empregando o termo popular, o terrível dissiplalbo,
que jogado á face de uma senhora honesta é como
uma labareda do inferno, e todavia não deixa de
ter o seu lado poetico e interessante, quando uma
vez alliado á beleza e á bondade. O ingles (seja
um ingles) não sabe de que se trata, e exigindo ex-
plicação da palavra, obtem em resposta de um modo
intelligivel, que ella quer dizer: — grande atriz,
grande cantora. O ingles decora o significado; e

(46) A palavra tenção, de que usa o Coligo, não é das mais
bem definidas; mas ahí ella se pode ser synonyma de atenção ou
concentração do espírito em qualquer ponto da vida prática.
dias depois, encontrando-se com a mesma beleza em um esplêndido salão aristocrático, busca ser-lhe apresentado e diz-lhe então, entre outros galanteios: oh!... mim sabe que você é um grande puto!!... Como é fácil de compreender, a causa causa escândalo, e pouco falta que esmaguem o petulante; mas... álmal descobre-se o engano, e o pobre inglês é declarado inocente.

Juridicamente apreciado, o facto teria a feição de um crime de injúria; porém a irresponsabilidade do agente não poderia de modo algum incluir-se no § 4º do art. 10. Que \textit{tenção ordinária} pode-se exigir de um estrangeiro, ao dirigir-se à senhora do país, cuja língua ele mal começa a entender, com palavras obscenas, que lhe são ditas como próprias por um maligno espírito?

Fóra bem para desejar um caso de tal ordem submetido ao conhecimento do tribunal, que lançou o \textit{Acordão} de 23 de Agosto de 1850, ou ao do ilustre ministro, que expediu o \textit{Aviso} de 14 de Abril de 1858. Ver-se-hia então, se o art. 3 é ou não, como pretendem, aplicável à questões de facto. Estranha doutrina esta, que uma simples hipótese, de caráter anecdótico, mas muito realista, é bastante para aniquilar !...
Ficou assentado que o casualmente do § 4.º equivale à involuntariamente; é uma negação do causalismo da vontade em relação ao facto acontecido. Mas não basta essa falta de causalismo voluntário; é preciso, antes de tudo, que o casus tenha aparecido na prática de qualquer acto ilícito.

O que é porém um acto ilícito, o que se deve entender por tal? Não poderia responder melhor à esta questão, do que aqui transcrevendo uma instructiva pagina de R. von Jhering.

«Ha tres espécies, — diz elle, — de antitheses da lingua. Os dois termos de uma relação antitética podem ser dispostos de modo, que elles estatam completamente, e ao lado das duas possibilidades, que elles estatuem, não ha lugar para uma terceira, ou então de tal maneira, que affectam sómente os extremos da relação, entre esses extremos porém deixam livre um dominio medio, que não é tocido pela mesma antithese, — dominio que designa por neutral ou indifferential.

«Entre verdadeiro e falso, mortal e immortal, não ha meio termo; entre rico e pobre, bello e feio ha porém uma media de fortuna e conformação physica, em que não assenta nem uma nem outra designação, assim como entre a zona frigida e a torrida existe a temperada. A logica dá á primeira antithese o nome de contradictoria, e á segunda o de contraria. Melhor chamar-se-ia antithese de dois e de tres membros. Este terceiro membro representa-nos o conceito, por assim dizer, em estado de equilibrio; ao passo que os dois outros representam-no caminhando para um e outro lado.
A qual das duas classes pertence a antítese do moral e do immoral? Se ela fosse de dois membros, deveriam todas as ações ser moraes ou immoraes. Mas é sabido que isto não se dá; pelo contrário há ainda uma terceira categoria de ações, que a linguagem qualifica de permittidas ou licitas. Com o conceito do licito, ela estabelece entre o moral e o immoral um domínio intermediário, que não é alcançado por essa antítese: — o domínio neutral ou indiferencial da moralidade; e assim, no sentido da linguagem, podemos designar tais ações como moralmente indiferentes.\(^{47}\)

Eis ali o que é claro e incontestável. Mas não é sómente entre o moral e o immoral, — também entre o jurídico e o injustificável — há um domínio neutral ou indiferencial, à que também pertence uma categoria do licito. E a ideia que já os romanos tinham accentuado na conhecida these: — Legis virtus est imperare, vetare, permittere, punire. Com exceção do punire, que só encerra a garantia prática do imperare e do vetare, os dois primeiros membros da divisão correspondem perfeitamente à antítese referida. O permittere compreende o domínio da indifferença. D'ali o corolário: — é permitido fazer o que a lei não proíbe, como deixar de fazer o que ella não ordena.

Mas uma classificação não é uma definição. O corolário da a formula do licito jurídico, não diz porém o que elle seja, nem como distinguir de outros conceitos limitrophes. Entretanto ali é que reside toda a dificuldade e importância da questão.

A vida do homem social, como a do homem natural, é um conjunto de funções. Estas funções, que são medos diversos de actividade, postas em relação com o direito, que é a função por excelência da vida nacional, convertem-se em outras

\(^{47}\) Der Zweck im Recht. — II. pag. 86 e 87.
tantas funções jurídicas, as quais se subdividem em *positivas* e *negativas*, conforme elas se exercem na pratica daquillo, que o direito ordena, ou só daquillo, que o direito não proíbe.

Assim todo e qualquer acto da vida do homem assume as proporções de uma função de direito, ou seja da primeira, ou seja ainda em maior escala, da segunda especie. Quando pois o Codigo falla de crimes cometidos *casualmente*, na pratica de qualquer acto *lícito*... é como se fallasse de crimes assim perpetrados, no exercício de... *qualquer função da vida nacional*. Isto é mais claro e mais científico.

As funções da vida nacional são múltiplas e, como tais, divisíveis em economicas, estheticas, *políticas*, religiosas, *scientificas*, litterarias, e mais... *jurídicas* propriamente ditas ou *jurídicas positivas*, pois que as *negativas* não formam classe à parte, mas são características de todas as outras, como uma especie de denominador commum, à que ellas se podem reduzir (48).

Todos os instrumentos technicos da actividade cultural do homem, desde a pena do escriptor até a forca do capineiro, desde o pincel do artista até o machado do lenhador, são outros tantos instrumentos jurídicos, pelos quais elle funciona e se affirma como cidadão.

Desl'arte, e por exemplo, a espingarda faz parte da *morphologia juridica* do caçador, como a espadada da *morphologia juridica* do militar, como o bisturi

(48) Importa não perder de vista o conceito da *vida nacional*. Não se trata da *vida animal*, nem mesmo da *vida humana*, cujas funções, inherentes ao indivíduo, são independentes do qualquer relação social, e desl'arte anteriores ao direito. Seu uma tal *distincção* corre-se o risco do disparate, como sucede á certo doutor, que insistindo sobre a existência de um *direito natural*, tão diversificadas uma vez perguntar com toda seriosidade, se não havia um direito de regurar os ar livre, de beber aos fumes etc.; teoria esta que, levada com logica, dá em resultado um *jas cacandei et mingendi*, para bem completar a serie dos *diresitos naturales*. 
da morphologia jurídica do médico. São órgãos do seu direito, por que são instrumentos do mister que cada um dele exerce sob a protecção do mesmo direito. Se pôs coçar é um acto lícito, é por ser uma função econômica, as vezes também estética, da vida nacional, e como tal conforme às regras do viver commum. Do mesmo modo, praticar uma operação cirúrgica é uma função econômica, podendo ser também científica, da vida nacional, e como tal igualmente de acordo com as regras da comunhão. São actos do domínio indifferentencial do direito, por que dele só recebem a permissão, nunca por em a coacção e a norma.

O caçador, por tanto, que na pratica do seu mister, mui grado seu, viola o direito alheio, ou o médico, que no exercicio da sua profissão, e causa de um efeito ilegal e ofensivo de alguém, não tem responsabilidade criminal, em quanto e até onde uma e outra cousa se dá dentro do domínio indifferentencial jurídico, ou na pratica de um acto lícito.

Mas isto não é bastante. O acto pode ser lícito, isto é, adequado às regras da convivencia social, e não ser contudo regular o modo de praticá-lo. Em outros termos, a indifference objectiva do direito não justifica a indifference subjectiva do respectivo funcionário, quero dizer do agente, pela qual a modalidade da acção não se sujeita à disciplina alguma.

Uma vez considerado o direito uma função da vida nacional, não se comprehende que esta função seja exercida se não de um certo modo; e este modo, que se generalisa, torna se por seu turno uma regra da mesma vida. A tensão ordinaria, de que falta o Código, exprime justamente essa exigencia de uma regularidade subjectiva, ao lado da objectiva do acto praticado.

Assim pode-se dizer, sem exageração, que a vida do homem na sociedade, simplesmente como tal, está sujeita a uma espécie de regulamento que lhe é traçado pelo bom senso, pela prudencia, pelas
exigências da *bóia conducta* em geral. Qualquer desvio, consciente ou inconsciente, da *regra* estabelecida, é um acto digno de censura, e somente *desculpável*, até onde a *culpa* que elle involve, não afecta direitos alheios.

E' esta mesma, pouco mais ou menos, a teoria de Pessina, que diz: — «Dá-se pura culpa, quando o facto, do qual resultou o sinistro evento, era por si mesmo inofensivo, e teria sido *indifferentes* aos olhos do direito, se não tivesse acontecido o facto maior. A culpa *mixta* porém dá-se, quando o facto voluntário é por si mesmo um crime, que deu origem a um facto mais grave » (49).

E' com especial aplicação ao homicide, diz ainda o penalista italiano: « Quinta falta o *animum necandi*, como força animadora do facto que foi razão da morte violenta de um outro homem, não se tem mais o crime de *homicidio voluntario*. E uma vez admitido da parte do agente um proposito diverso do de matar, convem distinguir, se o conteúdo desse proposito era um facto *indifferentes* para com a pessoa ofendida, ou um facto criminoso contra ella. Na primeira hypothese, temos o *homicidio culposo* ou *casual*, na segunda, o *homicidio pretorintencional* » (50).

Tudo isto entretanto já se achava, por assim dizer, *quintessencia* na velha paremia jurídica-romana: — *Danti operam rei illicitae, imputatur omnia quae contra voluntatem ejus eveniunt.* Mas o conceito do *illicito* (*res ilicita*) ficou sempre vago e indeciso; indecisão esta que só a teoria das funções da vida social, como acabei de expendê-la, é capaz de fazer desaparecer.

E importa ainda observar que o *licito jurídico* não se limita ao que a *lei* não proíbe, ou a esfera *indifferencial* do direito propriamente dito.

(49) *Elementi...* I, pag. 181.
(50) *Elementi...* II, pag. 8.
Eu me explico. Há uma categoria de actos, que
não sendo vedados pelo Código, pelas leis penais
geral, todavia podem ser taxados de *irregulares*
por poderes inferiores e subordinados ao poder do
Estado. Assim, e por exemplo, quem pratica um
acto, sobre o qual o Código guardou silêncio, e que
como tal é um acto *licito*, porém que se acha pro-
bído por disposição *postal* desta ou daquela mu-
nicipalidade, não poderia valer-se do argumento
de *indiferença jurídica*, se por ventura desse acto
resultasse um evento desastreoso, quando mesmo
fosse praticado com toda a *tenção* possível.

Ainda mais: — o que é *licito* perante o direito,
pode deixar de ser, perante a moral pública, pera-
mente bons costumes, perante qualquer sistema
de regras da vida prática. Este conceito do *ilícito-
que chamarei *social*, para separá-lo do estricto do,
núno *jurídico*, onde elle se confunde com o crime,
ae com qualquer outra violação da lei, — já os ro-
manos tinham também expresso pelas palavras ne-
gligentia, nívia negligentia, lascícia, luxeúria, petu-
lanía e outras, como acima foi indicado. As nos-
sas leis criminais, que ao principio não o conhe-
ciam, designaram-na à final pela expressão *inpru-
dência* (51).

A expressão não é bastante comprehensiva;
mas em todo caso abrange um grande numero de
fenômenos, explica uma grande parte da *dysteleo-
logia social*, que se occupa do crime e do criminoso.

A esta ordem de ideias prende-se a *teoria jurídica da aberratio achat ou ietus*, e da *aberratio de-
ticiti*. O individuo que no exercicio de qualquer
função na vida nacional, torna-se causa de um ef-

[51] Nom a *impericio* nena a falta de observancia de algum re-
gulamento, de que falta o art. 19 da lei do 20 de Setembro de 1871,
pertencem propriamente a categoria do *ilícito*. Quanto à *impericio*,
o momento da culpa não está nella mesma, porém na accetação de
un emprego ou mister, para o qual não se tem aptidão. A
*falta de observancia*... já entra na esfera do *ilícito*. 
feito ofensivo dos direitos de outrem não tem responsabilidade, só em quanto e até onde o seu acto não foi desviado do alvo regolar por uma lacuna da sua vontade. O caçador que, disparando a sua arma contra o animal selvagem que elle mira diante de si, sem a minima desconfiança de poder haver algum na linha do projectil, atinge todavia uma pessoa que ali se achava, não é reus de culpa, como se exprimem as fontes romanicas. Trata-se de um acto licito, isto é, de uma função da vida nacional, cujo exercício não está sujeito a outras regras se não às que são traçadas pelo costume geral do paiz. A aberração do acto, que pode ser completa, quando elle se realiza todo em objecto diverso do que se teve em vista, ou incompleta, quando elle se divide entre o querido e o não querido, em qualquer destas hypotheses, é quasi sempre isempta de culpabilidade.

Não assim porém a aberração da ferida (aberratio iactus). Aqui já não se trata de um acto licito. O individuo que, pretendendo ferir ou matar outrem, mata ou fere a terceiro, que recebe todo ou parte do golpe, não poderia invocar a involuntariedade do resultado, desde que não o obteve como funcionário do direito, exercendo uma função jurídica negativa, como por ventura a capa, a pesca, ou outra qualquer forma da actividade económica e industrial.

Pelo que toca a aberratio delicti, a questão é inteiramente diversa. Já não se trata de um resultado involuntario propriamente dito. Quem desfeixa um golpe em A, pensando desfeixar-lo em B, é causa de um efeito, não de todo conforme à sua ideia, ao seu intuito, mas de todo conforme à sua vontade. Entre individuo e individuo, como sujeito de direito, as leis penaes não fazem distinção. Matar A, ou matar B, ferir C, ou ferir D, — são sempre factos criminosos, considerados em si mismos, na causa que os produzio, na voluntariedade de acção executada. O que quiz o delinquente,
realisou-se de feito; o alvo do querer foi atingido. A diferença do resultado é meramente accidental, e tão accidental, que se entre o ofensor e o ofendido não há outras relações, se não as relações gerais de cidadão para com cidadão, de homem para com homem, essa diferença não tem valor jurídico.

O contrário dá-se, por exemplo, quando o indivíduo que julga ferir ou matar um seu inimigo, fere ou mata, por engano, a seu próprio pae. Elhe é de certo criminoso de homicídio, no mesmo graão em que se lo hia, se o golpe tivesse recalido sobre a vítima projectada, mas não tem, não pode ter contra si a circunstância do art. 16 § 7.° Na ausência de outra qualquer qualificativa, seria um caso do art. 193.

Isto porém não é comprehensível em sentido geral e absoluto, quer dizer, no sentido de não ter aplicação à aberratio delicti, nos crimes de homicídio, nenhuma das circunstâncias mencionadas no art. 192. Assim, entre outras, a emboscada é cabível. Na hypothese figurada, o homicida que tivesse usado d'elle, não deixaria de sofrer os resultados deste facto, por haver morto a seu pae, em vez de outra pessoa.

O mesmo sucede com as demais circunstâncias, que não são de caracter strictamente pessoal ou oriundas de qualquer relação particular entre o criminoso e a sua vítima.

As questões da aberratio ictus e da aberratio delicti oferecem uma nova face, tratando-se dos crimes justificáveis. Abi com efeito, nem uma nem outra forma do error in objecto inutilisam a justificabilidade. Aquelle que no exercício do direito de legitima defesa, em lugar de ferir o seu agressor, fere a outrem,commette um delicto tão justificável, como se tivesse acertado o golpe. No caso de aberratio ictus, no qual se dá então uma concurrencia real de tentativa e crime consummado, seria um completo transtorno das ideias jurídicas não punir o delinquente pela tentativa, isto é, pelo que elle
quiz o teve em mira, para impor-lhe entretanto uma pena pelo que sucedeu contra o seu intuito.

A culpa que aqui caracteriza o crime consumado, é sem dúvida uma espécie de culpa dolo determinada; mas uma vez admitida a impunidade da parte dolosa, fica também a parte culposa sem a mínima base penal. Por quanto dado um delito de tal natureza, com todos os requisitos legais de justificabilidade, seria até um disparate batizar por impericia, imprudencia, cuoutra qualquer forma e notação da culpa, um acto praticado no exercício de uma função da vida nacional, no exercício do direito de legítima defesa.

Pelos que toca a aberratio delicti, com relação aos crimes justificáveis, é o mesmo fio condutor, é a mesma ordem de ideias.
APPENDICE

ALGUMAS IDEIAS

SOBRE

O CHAMADO FUNDAMENTO

DO

DIREITO DE PUNIR

SEGUNDA EDIÇÃO

CORRECTA E AUGMENTADA
Ha homens que tem o dom especial de tornar incomprehensíveis as coisas mais simples deste mundo, e que ao conceito mais claro, que se possa tornar sobre esta ou aquella ordem de factos, sabem dar sempre uma definição, pela qual o axioma se converte de repente em um enigma da espinga.

A esta classe pertencem os metaphysicos do díreito, que ainda na hora presente encontram não sei que delícia na discussão de problemas insolúveis, cujo manejo nem se quer tem a vantagem comum á todos os exercícios de equilibrística, isto é, a vantagem de, aprender-se a caber com uma certa graça.

No meio de tais questões sem saída, parva-mente surgidas, e ainda mais parva-mente resolvidas, occupa lugar saliente a celebre questão da origem e fundamento do direito de punir.

E' uma especie de advinha, que os mestres crêem-se obrigados a propor aos discípulos, acabando por ficarem uns e outros no mesmo estado de perfeita ignorância; o que aliás não impede que os ilustrados doutores, na posse das soluções convencionadas, sintam-se tão felizes e orgulhosos, como os padres do Egito a respeito dos seus hieroglifos.

Eu não sou um d'aqueles, — é bom notar, — não sou um d'aqueles, que julgam fazer acto de adiantada cultura científica, eluindo e pondendo de parte todas as questões, de caracter masculo e serio, sob o pretexto de serem outras tantas bôhias
de sabão teóricas, outros tantos quadros de
phantasmagoria metafísica. É preciso não con-
fundir a impossibilidade de uma solução com a im-
capacidade de levá-la a efeito. A metafísica não é,
por si só, um motivo suficiente de menosprezo,
ou de indiferença para com certos assuntos.
O que se costuma chamar um problema meta-
físico, no sentido de imprimir-lhe a nota de ques-
tão ociosa e futil, não é muitas vezes, se não um
problema falso, ou falsamente enunciado.
Ainda hoje é exacto, o que disse Kant, — que a
metafísica é aceitável, se não como uma sci-
cia, ao menos como uma disposição natural; e
nada existe, por tanto, de mais ridículo do que a
futura pretensão de certos espiritos, que querem
abolir, uma vez por todas, essa mesma disposição,
inherentemente à alma humana, como ella até hoje se
tem desenvolvido, tanto quanto lhe é inherentemente
poeira, o sentimento esteticismo em geral.
O ridículo de tal intuito aumenta de propor-
cções, ao considerar-se que em nome de Augusto
Comte que atacam a metafísica e relegam-na sem
piedade para o paiz dos sylphos e gnomos. Por
quanto é um facto histórico, uma notícia commun
aos homens competentes, que os maiores golpes
recebidos pela metafísica vieram da mão de
Hume, ao qual, quando outras glórias lhe faltassem,
bastaria o merito imenso de haver provocado a
critica de Kant, que foi, por assim dizer, a confir-
mação em ultima instancia, mas sobre a base de
outras e mais fundas razões, do veredictum lavrado
pelo valente sceptico inglez.
Quando hoje pois se diz, como se ouve dizer à
cada momento, e sem reserva ou restrição al-
guma, que a metafísica está acabada, isto prova
apenas que não há parte de quem assim o afirma
um total desconhecimento da historia da philoso-
phia, onde há fenómenos periodicos, não raras
vezes intervalhados por secunos, que apresentam à
cada geração um caracter de novidade.
E o mesmo que se dá com factos do mundo físico. Um cometa, por exemplo, que faz a sua evolução em duzentos e cincuenta anos, não pode deixar de sempre aparecer ao gosto da humanidade como uma cousa estupenda, como um sinal de castigo divino. Assim também o gosto dos dilettantes se compraz em dar, como sucessos especiais dos nossos dias, fenômenos que mais de uma vez já se manifestaram no curso dos tempos, e que actualmente não são mais do que uma repetição.

Desta arte, quem não sabe que hoje é moda desdenhar da metaphysica como de uma rainha sem trono, uma espécie de Isabel de Bourbon, decolhida e desacreditada? Mas será isto um facto novo, exclusivamente próprio da nossa época? Não de certo.

No prologo da *Kritik der reinen Vernunft*, que é datado de 1781, — dizia Kant: *Jezt bringt es der Modell des Zeitalters so mit sich, ihr (der Metaphysik) alle Verachtung zu beweisen, und die Matrone klagt, versolstem und verlassen, wie Hecuba: modo maxima rerum, tot generis ataque potens — nunc trahor ocult inops... (1) Não parece escrito por um nosso contemporâneo, que fizesse o diagnóstico do estado actual da philosophia?

Não se julgue entretanto que, assim me expressando, eu queira quebrar uma lança em favor dos velhos e novos phantastas racionais, que temem em fazer-nos a geographia do absoluto, com o mesmo grau de segurança, com que por ventura se nos faz a descrição de um país da Europa.

A metaphysica tem um domínio seu, tem um domínio próprio, onde ella nada preduz de positivo, é verdade, mas d'onde também não pôde ser expelida; e Kant mesmo já dissera que a raça hu-

(1) « Presentemente o tom da moda consiste em mostrar todo o desprezo para com a metaphysica; e a matrona repeliida e abandonada se lastima como Hécuba... modo maxima etc. etc. ».
mana, em uma especie dos seus conhecimentos, coube em partilha o singular destino de ser atormentada por questões, de que ella não pode abrir mão, por que são-lhe impostas pela sua natureza, mas que também não podem ser por ella resolvidas, porque estão à cima da sua capacidade.

E, nessa especie de conhecimentos, nesse meio que constitue, por assim dizer, a atmosfera da racão, que a metaphysica se move e ha de sempre mover-se, à despeito de todas as pretenções em contrario.

Julguei precisa esta excursão preliminar, para bem accentuar a minha atitude em relação ao modo de ver que hoje predomina no nosso aca
nhado mundo intellectual.

No correr do presente escripto, eu terei ao certo de falar desdenhosamente da metaphysica, mas de uma tal, que se construe, onde ella não é de maneira alguma admissivel, da metaphysica rhetoric, sem base racional e, o que mais é, feita por homens, em geral, destituídos de cultura philosophica.

O direito criminal é um, d'entre os conhecimen
tos, logicamente organizados, que menos devia to
lerar a invasão dos maus efeitos dessa *psychose*,
que tanto damo ha causado ao espírito scientí
fico, porém que, ao envez disto, continha a ser
uma das maiores vítimas da importuna *mania phi
losophant*. E o que passamos a apreciar.

I

O direito de punir é um conceito científico,
isto é, uma formula, uma especie de notação algé
brica, por meio da qual a scienca designa o facto
geral e quasi quotidiano da imposição de penas
aos criminosos, aos que perturbam e ofendem, por
seus actos, a ordem social.
Pôr em dúvida, ou perguntar simplesmente, se existe um tal direito, importa perguntar; — 1.º se ha com efeito crimes ou ações perturbadoras da harmonia pública, e se o homem é realmente capaz de praticá-los; 2.º se a sociedade, empregando medidas repressivas contra o crime, procede de um modo racional e adaptado ao seu destino, se satisfaz assim uma necessidade que lhe é imposta pela mesma lei da sua existência.

A resposta à primeira pergunta é intuitiva: — qualquer que seja a causa que os determine, é innegável que há na vida social factos anômalas, de todo opostas ao modo de viver comun, que perturbam a ordem de direito; e quando fosse pelo menos dubitável que tais fenômenos partissem de uma causa livre e capaz de responder por seus actos, como é costume afigurar-se o homem, uma cousa seria certa: é que o individuo, à que se dá o nome de criminoso, quando elle se põe em conflito com a lei penal, é em todo o caso a condição ou, se quiserem, a ocasião de um mal, que importa repelir.

A teoria romantica do crime-doença, querer fazer da cadeia um simples appendice do hospital, e reclama para o delinquente, em vez da pena, o remédio, não pode creer raizes no terreno das soluções aceitáveis. Porquanto, admitindo mesmo que o crime seja sempre um fenômeno psychopathico, e o criminoso simplesmente um infeliz, substituída a indignação contra o delito pela compaixão da doença, o poder publico não ficaria por isso tolhido em seu direito de fazer aplicação do salus populi suprema lex esto e segregar o doente do seio da comunhão.

O romantismo socialisticо não pode chegar ao ponto de contestar ao Estado a facultade de policiar, ao menos no sentido de prevenir que o contagio dos leprosos prejudique a parte sa da sociedade. É ahi se acha contida a resposta à segunda questão; o direito de punir é uma necessidade im-
posta ao organismo social por força do seu próprio desenvolvimento.

A teoria que por meio gosto de levantar pontos de interrogação, onde já existem pontos finais, ainda problematiza esse direito, intuitivo e líquido, é irmã daquela outra que tinha coragem de perguntar com todo o serio, se não era possível a existência de uma nação ou de um estado sem território próprio; verdadeira extravagância, que hoje dificilmente ocupara a atenção de um espírito desabrigado.

Ora, assim como a ideia de um território entra na construção do conceito do estado, da mesma forma a ideia do direito de punir é um dos elementos formadores do conceito geral da sociedade; é assim como não passa de um estéril exercício de sefística política a pretensão de converter em um status clausae et controversiae uma das primeiras condições da existência de um povo organizado, a condição geográfica, a base puramente geométrica de uma área territorial, onde ele tenha assento, — ao que se reune o puro facto aritmético de uma população correspondente, — do mesmo modo não passa de uma frase oca do sentimentalismo liberal a afirmação, real ou aparentemente sincera, da inadmissibilidade de um direito de punir, capaz de justificar o poder que tem a sociedade de impor penas aos que reagem contra a ordem por ella estabelecida.

A indagação da origem do direito de punir é um fenômeno symptomático, de natureza identica ao da velha pesquisa psicológica da origem das ideias.

E, — cousa singular, estas duas manias tornaram-se epidemicas n’uma mesma época, em tempos dormentes de ilusões e divagações metaphysicas (2).

(2) Ainda aqui importa observar que o meu ponto de vista é alguma dussa diversa da escola positiva, para quem toda a metaphysica é um producto de insensatez; o que elles não obsta que
Para provar-o, se preciso fosse, bastaria notar, por exemplo, que a época dos Brogle e dos Rossi coincide justamente com os dias venturosos, em que Cousin entretinha a sua plateia de doze mil espectadores com a origem e formação das ideias, com o finito e o infinito e a relação do finito ao infinito, verdadeira bagatella supinamente ridícula e, mesmo assim, plagiada de Vico, para quem Deus era Posse, Nosse et Velle Infinitum, e o homem nosse, velle, posse finitum, quod tendit ad infinitum.

Não admira por conseguinte que se fizesse tanto barulho, para defender ou impugnar a chamada justiça moral do direito de punir, em uma quadra, na qual os filósofos trabalhavam com unhas e dentes para descobrir a raiz celeste do pensamento humano, que entretanto é um filho da terra, como Encelado, e ainda maior que o gigante quando se chama Haechel ou Darwin.

ela tinha criado uma metahistória e uma metapolítica, tão pouco adaptadas aos fatos e tão difíceis de compreender, como a velha ciência dos malditos e transcendentalistas. E ven aqui também a proposta lembrar um fato, que se prende ao presente assunto.

Ha seis anos, quando o meu nobre amigo Sr.º Romero, em uma defesa de theses na Faculdade de direito do Recife, afirmando que a metaphysica estava morta, e esta asserção produziu no corpo docente espanto igual ao que teria produzido um tiro de revolver que o moço candidato tivesse disparado sobre os doutores, já eu nutria minhas dúvidas a respeito da doutrina, que o positivismo tinha dado realmente como morta, porém que ainda sentia-se palpitar. E tanto assim era, que começou então a publicar no Deutscher Kämpfer um estudo filosófico, no único intuito de mostrar o que havia de exagerado na pretensão da seita positiva, que entretanto não ha somente de positivo, ha mais que o nome. O que me parece sobremaneira estupendo, foi que se tivesse tomado por uma heresia o que já era de certo modo um atraso. Sr.º Romero fallava como o positivista; fallava em nome de uma escola intolerante, que não estava mais ao caso de nutrir um espírito pensador, e que elle mesmo, anos depois, em sua Philosophia no Brasil, reduziu à proporções bem pequenas, conservando-lhe sobretudo a visão material de metaphysica por toda parte. Nem ha dúvida que essa escola, por força das suas exagerações, tende a caber em total descredito. Assim, é sabido que
O direito de punir, como em geral todo o direito, como todo e qualquer fenômeno da ordem física ou moral, deve ter um princípio; mas é um princípio histórico, isto é, um primeiro momento na série evolutiva do sentimento que se transforma em ideia, e do facto que se transforma em direito (3). Porém essa base histórica ou antes pre-histórica, considerada em si mesma, explica tão pouco o estado actual do instituto da pena, como o embrião explica o homem, como a semente a árvore.

E daí vem que mais de um espírito, não compreendendo a possibilidade de grandes efeitos produzidos pela soma de coisas pequeninas, acham inconcebível uma justiça puniente, que tenha sabido do facto barbaro, brutal da guerra de todos contra todos, da luta pela existência em sua primitiva rudesia, do mesmo modo que, por exemplo, o rosto lindo e encantador de uma menina de 13 annos, cuja boca é um antozoário, e que apenas

A. Comte condenava a indagação anatômica que fosse além dos tecidos; logo Virchov e a pathologia celular são reus de metafisica; e creio, que entre nós, já houve um pobre de espírito, que tirou uma tal consequência, voltando-se de preferência contra o célebre pathologo. Também é certo que o mesmo Comte repetiu, como suspeita de hipóteses visionárias, a astronomia sideral, restringindo a pesquisa científica à astronomia solar, ao que somente diz respeito ao nosso système planetario; logo o padre Secchi, por exemplo, não passou de um metafisico!... E que com prova mais cabal da intolerância e desprezo da doutrina positivista, o menos como ella foi formulada pelo seu grande chefe, que entretanto vai muito mais que todos os seus discípulos? Respondam os entendidos, bem entendido, os que podem falar conscientemente.

3) O leitor não se espante de ouvir-me falar de sentimento transformado. O Ecologia Transformismo, no mundo psicológico, é também uma realidade; e chegou parece o tempo de uma resurreição gloriosa do abade Condillac, que tru cuido mostrar-se mais meio do que o mesmo meio espiritualista moderno. A teoria da sensação transformada é verdadeira no sentido de um processo de diferenciação que se executa, não ontogenética, mas phylogenetica, não no indivíduo, porém na espécie.
começa a saber olhar e a esconder os pequenos seios turvos, como se sôe encapotar os pomos maturarescentes para as aves não biefiscarem, é entretanto o resultado de milenios sobe milenios de um processo natural, lento e contínuo, na diferenciação e integração de formas, que acabaram por afastar-se de todo da grosseira disposição original da estrutura feminina.

Mas esta é a verdade: no círculo da natureza, onde até a beleza é a expressão de uma vitória, nada existe que não seja o produto de um desenvolvimento, ou este se conte por minutos, ou por myriades de seculos. E tendo-se em vista o imenso espaço de tempo necessário para a explicação de certos fenômenos, de transição tão lenta, que se nos afiguram estacionários e fixos, — é evidente que a humanidade, como tudo que lhe pertence a título de propriedade, herdada ou adquirida, não passa de um parvenu. Ainda houma macaca, — e hoje fidalga, que renega os seus avôs e vive à cota de pergaminhos para provar a sua nobresa, como filha unigenita dos deuses.

No mesmo caso está a moral, no mesmo caso o direito; ainda houma força e violência, ainda houma simples expressão de experiencia capitalizada no processo de eliminação das irregularidades da vida social, e já hoje alguma causa que se impona, sob specie externa, ao nosso culto e à nossa veneração.

II

Ou o direito seja, como diz Rudolf von Ihering, o conjuncto das condições de existencia da sociedade, asseguradas por uma co-acción externa, isto é, pelo poder publico (4), ou se defina mais conci-

(4) Der Zweck im Recht. S. 499. 1877.
samente, segundo Wilhelm Arnold, *uma função da vida nacional*... (5), ou seja em fim o quer quer que seja, que não se pode conter dentro dos limites de uma definição, o certo é que o direito, da mesma forma que a gramática, da mesma forma que a lógica, é um *systhema de regras* e, como tal, um produto de indução, um edifício levantado sobre base puramente experimental.

Em face da scienca moderna, o velho racionalismo jurídico, que se esforçava por descobrir no direito um elemento apriorístico, anterior e superior a toda experiência, já é um erro indesculpável, um testemunho de pobreza, indigna de compaixão.

Verdade é que, no estado actual da cultura humana, a ideia do justo, pelo grau de abstracção a que tem chegado, se nos mostra como uma cousa que se do fundo do espírito mesmo, se não antes como um presente, que nos vem do céu. Mas há neste, como em muitos outros pontos atinentes ao progresso da vida racional, uma completa ilusão: julgamos um dom divino, um privilégio da nossa inteligência, aquilo que é apenas um sedimento dos séculos, um resultado do labor dos tempos.

O que disse Haeckel à respeito dos chamados *conhecimentos a priori*, designados na escola pelo nome de princípios, ideias e verdades primeiras, isto é, que todos eles são baseados na experiência, como sua única fonte, que todos eles são conhecimentos *a posteriori*, que pela herança e adaptação chegaram a tomar o caráter de conhecimentos *a priori* (6), é também exacto em relação ao direito.

Em relação ao direito, sobretudo. Porquanto, se a respeito de outras noções, reputadas ingênuas, não estamos hoje no caso de remontar a corrente histórica e indicar a época e o povo, de quem her.
damo-las ainda em estado de produto experimental, o mesmo não sucede com o direito, cuja transfiguração em princípio eterno e absoluto, como se expressem os neologos, é de data muito recente.

Assim os romanos, que tiveram em alto grau o senso jurídico, os romanos que definiam a jurisprudência... «o conhecimento das cousas divinas e humanas» — nunca entretanto se elevaram à ideia de um direito racional, independente dos factos. O conceito geral, que elles formavam, era o da somma de uma pluralidade de casos, unificados pela indução.

Pomponio disse: Jura constitui oportet, ut dixit Theophrastus, in his quae plerumque accidunt, non quae propter expectationem. Ao que Celso acrescentou: — Ex his que forte uno aliquo casu accidere possunt, jura non constituuntur (7). E' justamente a fórmula de uma operação inductiva, que nada tem que ver com dados apriorísticos e ideias hypersensíveis.

O que hoje pois a mais de um olhar, pouco afeto à contemplação da realidade, se apresenta como uma concepção inherente à natureza da razão humana, qualquer que seja o estado do seu desenvolvimento, os romanos consideravam um resultado de progresso social. Disto nos dá testemunho, entre outras, a lei 2 do Dig. de Origina juris (1, 2), onde Pomponio falla de um... juris processum, no sentido do devenir, do werden histórico da intuição hodierna, como poderá demonstrar o qualquer jurista dos nossos dias, nos quaeis, — segundo diz Georg Meyer, professor universitário de Jena, — se existe uma verdade que se lisonjeie de geral aceitação no mundo jurístico, é a da positividade de todo direito (8).

(7) Dig. 1, 2, 3 e 4.
(8) Das Studium des öffentlichen Rechtes in Deutschland. 1875. S. 11. Aqui porém releva advertir que do mundo jurístico, a que se refere o sabio professor, parece que não faz parte a maioria dos
Deste modo o elemento metapsíquico e especulativo, que alguns philosophos atrasados ainda conservam no domínio das ciências jurídicas, e que tem ares de conceções a priori, é um efeito do tempo. O chamado direito natural não é mais do que uma especie de algebra do direito positivo: aquelle opéra com ideias, que assemelham-se a letras, a quantidades indeterminadas, e este com factos, que são como numeros certos e definidos.

Ha porém sempre uma diferença: é que a algebra não se mostra fallível em suas aplicações, ao passo que o direito natural raras vezes se alimenta de hipóteses e conjecturas, que não se ajustam com a realidade.

O que é verdade do direito em geral, accentua-se com maior peso quanto ao direito de punir, cujo processus historico tem sido mais rapido e mais cheio de transformações, trazendo com tudo ainda hoje na face signaes evidentes de sua origem barbarica e raças que recordam a sua velha mão: — a necessidade brutal e intransigente.

«Não é um erro afirmar, diz Hermann Post, que primitivamente pena é sacrifício humano foi uma e a mesma cousa, e que deste arte a origem do direito de punir deve ser procurada nesse mesmo sacrifício» (9). E tal é indubitavelmente a ideia que devo reposer no fundo da pena em sua forma primitiva, quando é certo que ainda hoje essa ideia acompanha, consciente ou inconscientemente, a execução de qualquer pena.

Não se diz mais, é verdade, querer-se aplacar,

(9) Der Ursprung des Rechtes. 1876. S. 103.
com o castigo infligido ao criminoso, os deuses irritados, ou serenar os manes da vítima do crime; mas quasi que se procede de acordo com esta intuição, guardadas apenas as diferenças determinadas pela cultura ulterior.

Com efeito, mesmo na hora presente, o que vem a ser em ultima análise a imposição, por exemplo, da pena de morte a um delinquente, se não uma espécie de sacrifício a um novo Molech, a um ignoto deo da justiça, que se pretende ver vingada e satisfeita?

Podem phrases theoreticas encobrir a verdadeira feição da cousa, mas no fundo o que resta é o facto incontestável de que punir é sacrificar, — sacrificar, em todo ou em parte, o indivíduo ao bem da comunhão social, — sacrifício mais ou menos cruel, conforme o grão de civilização deste ou daquele povo, nesta ou n’aquella época dada, mas sacrifício necessário, que, se por um lado não se accommoda à rigorosa medida jurídica, por outro lado também não pode ser abolido por efeito de um sentimentalismo pretendido humanitário, que não raras vezes quer ver extintas por amor da humanidade cousas, sem as quais a humanidade não poderia talvez existir.

III

De envolta com o sacrifício, que constitue o primeiro momento histórico da pena, além da expiação que lhe dá um caracter religioso, já se acha o sentimento da vingança, que os deuses de então tem de commum com os homens e os homens com os deuses. A' medida porém que vae descrecendo o lado religioso da expiação, aumenta o lado social e político da vindicta, que permanece ainda hoje como predicado indispensável para uma definição da pena.

Como o desenvolvimento da lingua de um povo
é muito mais vagároso que o das suas intuições, modificadas sob esta ou aquela influência, vemos a palavra pena, que é derivada ou apparentada com poenit, cujo conceito envolve o arrepentimento, isto é, um modo de sentir, no qual vae sempre uma certa dose de religiosidade, vemol-a, sim, já de todo destituída do seu conteúdo primitivo e significando unicamente a vingança publica exercida contra o criminoso: penna est noxa vindicta... (50, 16. L. 131).

E esta ideia da vindicta, que vigorou no direito penal dos romanos, que estendeu-se mesmo á temp. pos muito posteriores, não foi arredada, como costumam afigurar-se, pelas chamadas teorias do direito de punir; teorias que, como todas do mesmo genero, não fazem mais do que procurar prender ás leis da racionalidade moderna uma velha cousa barbará e absurda, posto que necessária, qual é a pena, sem que d'aíh resulte a minima alteração na natureza do facto.

E pouco mais ou menos o mesmo que se dá com outras instituições de antiga data, a realesa, por exemplo, para a qual tambem os theoreticos hodernos buscam um meio de explicação, isto é, um modo de racionaliz-a e adaptal-a ao estado de cultura actual, sem que por isso entretanto ella deixe de ser o que sempre foi: — uma anomalia, uma excrença do corpo social, que aliás não tem por si a razão da necessidade imperiosa e fatalmente indeclinavel.

Os criminalistas que ainda julgam se obrigados a fazer exposição dos diversos systemas engendrados para explicar o direito de punir, o fundamento juridico e o fim racional da pena, cometem um erro, quando na frente da serie colocam a vindicta. Por quanto a vindicta não é um systema; não é, como a defesa directa ou indirecta, e as de mais formulas explicativas ideadas pelas theories absolutas, relativas e mixtas, um modo de conceber e julgar, de acordo com esta ou aquella doutrina abstracta, o direito da pena; a vindicta é a
pena mesma, considerada em sua origem de facto, em sua genesis historica, desde os primeiros esboços de organização social, baseada na comunhão de sangue e na comunhão de paz, que naturalmente se deram logo depois do primeiro albor da consciência humana, logo depois que o pithécanthrope falhou... et homo factus est.

A mais alta expressão da vindicta é o talão, que firma-se na ideia da conservação do equilíbrio psicologicamente no organismo dos povos, e que devendo ter apparecido bem antes da formação dos estados, nas pequenas politeias ou sociedades rudimentares, ainda nos tempos hodiernos, a despeito de todo progresso cultural, conserva um resto de sua força primitiva na consciência popular.

E' assim que vê-se o filho orpão guardar a bala, de que percebeu seu pai, para devolvê-la, em ocasião opportuna, ao peito do assassino.

E' assim que o homem do povo a quem a calunnia feriu no mais fundo da sua dignidade, não tem outra ideia se não a de cortar a língua do seu calumniador.

E' ainda assim que, nos atentados contra a honra feminina, não raras vezes a desafronta só se dá por justa e completa, castrando-se o delinquent. São factos estes que nada têm de exclusivamente próprios de barbaras eras passadas, pois elles se repetem nos nossos dias.

São factos que traduzem sentimentos naturaes do espírito do povo, o qual nunca se deixa deter-minar em seus actos por ideias abstractas e estreitas de qualquer paixão. Para elle o sentimento da justiça, que por si só seria incapaz, mesmo por ser relativamente moderno, de dar origem à instituição da pena, se confunde, a fazer um só, com o sentimento da vingança, que é o momento subjetivo do direito de punir, e que não foi absorvido ou antiquilado pelo poder público, nem mesmo nos estados modernos, onde existe reconhecido o direito individual da queixa ou o direito de promo-
ver a accusação criminal por uma offesa recebida, o qual nada mais nem menos importa do que o reconhecimento de justa vindicta do offendido.

É tanto assim é, que actualmente a scienza jurídica occupa-se com a seguinte questão: se deve haver monopolio do estado em relação à queixa e accusação criminal, ou se é sempre admissível a ação popular, a accusação subsidiária do individuo; — questão que tende aliás a ser definitivamente resolvida no sentido afirmativo da primeira hypothese, acabando com esse resto de herança do direito romano, pelo qual o direito criminal ainda conserva em muitos pontos o caracter mixto de *jus publicum e jus privatum*; por quanto o pensamento fundamental do systema penal dos romanos era justamente que a comunhão vingava os crimes contra ella mesma commettidos; ao contrario, naqu elles perpetrados contra o individuo, ella esperava a queixa do offendido e, por este caminho, auxiliava-o a fazer valer o seu direito.

Mas isto mesmo confirma a doutrina de que a vingança pessoal é a base psicologica da pena, que tem perdido pouco a pouco essa feição primitiva, a proporção que, com o nascer e crescer das sociedades em suas diversas formas, vão sendo substituidas aos intereses subjectivos do individuo os alvos ideias da comunhão social.

Aqui entretanto importa observar que as theorias especulativas do direito de punir, além de muitas outras, commetem a falta de procurar o fundamento racional da pena, abstractamente considerada, sem atender ao desenvolvimento historico do seu correlato, isto é, o crime.

Com effeito, o crime, como facto humano, como phienomeno psycho-physico, tem um caracter historico universal, pois elle se encontra em todos os grãos decivilisação e de cultura; mas isto é somente

verdade a respeito de um certo numero de factos, que a semelhança das doenças resultantes da própria disposição orgânica, poderiam qualificar-se de crimes constitucionais, crimes que se originaram, logo em princípio, da própria luta pela existência, e que são, como tais, inherentes à vida colectiva, ao contacto dos homens em sociedade.

Neste caso estão o homicídio, o furto e poucos outros actos, com que cedo e bem cedo o homem poz-se em conflito com uma ordem de direito estabelecida. Não assim porém quanto a delictos, que ulteriormente foram aparecendo, como resultados de novas complicações e necessidades sociais. A pena imposta a estes crimes não pode sahir da mesma fonte, não tem o mesmo fundamento que a que se impõe aquelles primeiros. Assim, quando este ou aquele estado pune, por exemplo, os attentados contra a sua integridade, contra a honra e a dignidade nacional, é claro que existe ali outro principio determinante da pena, que não o que determina a punição do assassinato, do ferimento, do roubo etc. etc.

A respeito dos chamados crimes publicos em geral a sociedade é levada, na imposição das penas, por motivos diversos, conscientes ou inconscientes, dos que a dirigem a respeito dos crimes particulares; d’onde é concludente que a celebre questão do direito de punir, suscitada in abstracto, sem distinguir e apreciar a natureza dos factos puníveis, que não têm todos o mesmo caracter, nem se deixam medir pela mesma hitóla, já envolve, sob este unico ponto de vista, uma verdadeira insensatez. Porquanto, dado mesmo que se achasse um fundamento racional e philosophico da pena, que incontestavelmente se prestasse a explicar a punição de um grande número de crimes, um outro grande numero ficaria ao cérto fora desse circulo.

A razão que tem a sociedade para punir o homicidio, por exemplo, não é a mesma que lhe serve de norma para decretar penas, verbis grafis, contra
a rebição, a sediçào, a conspiração e outros iguais delitos, que põem em perigo a sua vida de direito, que affectam, párzial ou totalmente, as condições de sua existencia, ou vão de encontro a qualquer das leis do seu desenvolvimento.

E neste sentido pode-se então afirmar que, em relação a uma certa especie de crimes, o direito que a sociedade exerce com a sua punição, é justamente o direito de legítima defesa.

Por exemplo: os nihilistas na Russia não tem outro intuito (justo, ou injusto, é questão a parte), se não o de acabar com a vigente ordem de cousas, assestando de preferencia as suas armas contra o chefe da nação, portanto, quando o estado, tão seriamente ameaçado, se apoderá de tais inimigos, para julgá-los, e condená-los, não tem também outro intuito se não o da propria defesa, o da propria conservação. O pretendido elemento ethico da pena, de que tanto fabulam, sobre tudo os criminaes francizes, se aqui aparece, é somente naquella dóse em que elle se fazia sentir, ha dez anmos, ao suppliciar se os homens da comunha, isto é, em dóse nenhuma.

A combinação binaria da justiça moral com a utilidade social, que se costuma dar como uma solução satisfactoria do problema da penalidade, eu deixo aos metachymicos do direito, que conhecem perfeitamente a natureza daquelles dois saos e as proporções exactas, em que elles devem ser combinados, a tarefa de explica-a e demonstra-la perante os seus discipulos, dignos de melhores mestres.

Eu não conheço bem nem uma nem outra cousa; rsção porque até ignore, qual é a parte de justiça moral existente por ventura na pena de multa, na pena de dinheiro, que entretanto parece destinada a ser n'um futuro mais ou menos remoto, o subrogado de um grande numero de penas. Não sei como da adição ou multiplicação de duas in-
cognita pode saber alguma causa de certo e definido, que resolva a questão suscitada.

O conceito da pena é um conceito jurídico, mas um conceito político. Este ponto é capital. O defeito das teorias correntes em tal matéria consiste justamente no erro de considerar a pena como uma consequência de direito, logicamente fundada; erro que é especulado por uma certa humanidade sentimental, a fim de livrar o malfeitor do castigo merecido, ou pelo menos lhe tornar mais brando. Como consequência lógica do direito, a pena pressupõe a imputabilidade absoluta, que entretanto nunca existiu, que não existirá jamais. O sentimentalismo volve-se contra este lado fraco da doutrina, combatendo a imputabilidade em todo e qualquer grau. Para isso lança mão de razões psiquiátricas, históricas, pedagógicas, social estatisticas; e todé estas razões, é força confessar, são de uma perfeita exactidão. Mas isto sómente na hypótese d'a pena proposta pela medida do direito, o que é de todo inadmissível, porque é de todo inexequível.

Quando se viola um direito, o sistema jurídico perturbado, bem como a pessoa ofendida, não tem outro interesse se não que o dano causado seja satisfeto, se possível, restabelecendo-se o direito, ou substituindo-se-lhe o valor que nelle repousa.

O que vai além desta esfera, nasce de motivos que são estranhos ao direito mesmo. A obrigação forçada de indemnizar, quanto é possível, o mal produzido, não é uma pena, ao passo que, por outro lado, também a pena não tem força para restabelecer o direito violado, como por exemplo a execução de Ryssakov e seus companheiros de tormento não teve por efeito a ressurreição de Alexandre II.

O interesse jurídico, estreme de movéis que lhe são estranhos, exigiria que, dado um assassino, o assassino fosse conservado vivo e perpetuamente condenado a trabalhar em benefício
dos parentes do morto, ou da nação prejudicada pelo aniquilamento de uma vida humana, o que
entretanto não seria uma pena, mas somente o pa-
gamento de uma divida, e deixar-se-hia bem incluir
no direito das obrigações porém não no direito
penal.
Estas últimas considerações, que tomo de em-
prestimo a Julio Frebel, me parecem de uma jus-
teza incontestável. Quem procura o fundamento
jurídico da pena deve também procurar, se é que
já não encontrou, o fundamento jurídico da guerra.
Que a pena, considerada em si mesma, nada
tem que ver com a ideia do direito, prova-o de
sobra o facto de que ella tem sido muitas vezes ap-
licada e executada em nome da religião, isto é,
em nome do que ha de mais alheio à vida jurídica.
Em resumo, — todo o direito penal positivo
atravessa regularmente os seguintes estadios: —
primeiro, — domina o principio da vindicta pri-
vada, a cujo lado também se faz valer, conforme o
caracter nacional, ou ethnologico, a expiação reli-
giosa : depois, como phase transitoria, apparece a
compositio, a accommodation d’aquella vingança por
meio da multa pecuniaria ; e logo após um systems
mae de direito penal publico e privado ; finalmente
vem o domínio do direito social de punir, estabe-
lecê-se o principio da punição publica.
Uma das maiores e mais fecundas descobertas
da ciencia dos nossos dias, diz Hermann Pest,
consiste em ter mostrado que qualquer formação
cosmica traz hoje ainda em si todas as phases do
seu desenvolvimento, — e sobre tudo que existe —
pode estudar-se, nos traços fundamentaes, a infinita
historia do seu fieri. Ora, isto que é verdade em re-
lação ao mundo physico, o é também em relação
ao mundo social.
No direito criminal hodierno, por mais regu-
lar que pareça a sua estructura, encontram-se ainda
signaes de primitiva rudeza.
Assim, por exemplo, o principio da vindicta
ainda não desapareceu de todo de nenhum dos actuaes systemas de penalidade positiva. A subordinação dos processos de uma ordem de crimes à queixa do ofendido, é um reconhecimento desse principio.

Todo systema de forças vai atrás do um estado de equilíbrio; a sociedade é também um sistema de forças, e o estado de equilíbrio que ella procura, é justamente um estado de direito, para cuja consecução ella vive em continua guerra defensiva, empregando meios e manejando armas, que não são sempre forjadas, segundo os rigorosos princípios humanitarios, porém que devem ser sempre efficazes. Entre estas armas está a pena.

E ao conclude, para ir logo de encontro à qualquer censura, observarei que de proposto deixei de lado a questão do melhoramento e correção do criminoso por meio da pena, porque isto pertence à questão metaphysica da finalidade penal, que é ociosa, além do mais, pela razão bem simples de que a sociedade, como organisação do direito, não partilha com a escola e com a igreja a difficil tarefa de corrigir e melhorar o homem moral. Aqui termino; o que deixo escripto, é bastante para dar acontecer o meu modo de pensar em tal assumpto. Quanto porém às lacunas, que encontrar-se hão em grande numero:

---

*Je sais qu'il est indubitable*
*Que pour former œuvre parfait,*
*Il faudrait se donner au diable,*
*Et c'est ce que je n'ai pas fait.*
Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas
Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo